

INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

aspectos da gestão, memória e cultura

Danielly Oliveira INOMATA
Israel de Jesus ROCHA
Renan ALBUQUERQUE
(Orgs.)

ALEXA CULTURAL
FAPEAM
EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

aspectos da gestão, memória e cultura

Realização:

PPGIC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Apoio:

FAPEAM
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

Danielly Oliveira Inomata
Israel de Jesus Rocha
Renan Albuquerque
Organizadores

INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

aspectos da gestão, memória e cultura

UFAM

ALEXA CULTURAL
Embu das Artes - SP
2026

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Comitê Científico - Alexa Cultural

Presidente
Adailton da Silva (UFJ – Jataí/GO)

Vice-presidente
Gilse Elisa Rodrigues (UFAM – Benjamin Constant/AM)

Membros
Alexandre Santos de Oliveira (IFS - Poço Redondo/SE)
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Antonio Carlos Batista de Souza (IFAM CMC – Manaus/AM)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Denia Roman Solano (Universidade da Costa Rica – Costa Rica)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Gabriel Frechiani de Oliveira (SEDUC/PI – Floriano)
Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)
Guilherme Gitahy de Figueiredo (UEA - Tefé/AM)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Letícia/Amazonas – Colômbia)
Karel Henricus Langermans (ECA/USP – SãoPaulo/SP)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFCAT – Catalão/GO)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marcial Cotes (UESC - Ilhéus/BA)
Maria Auxiliadora Coelho Pinto (UEA - Tabatinga/AM)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Rafaela Cássia Procknov (IFSP – Avaré/SP)
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFJ – Jataí/GO)
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)
Sidney Barata de Aguiar (SEDUC – Manaus/AM)
Tharcisio Santiago Cruz (UFAM – Humaitá/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)
Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente
Henrique dos Santos Pereira

Membros
Antônio Carlos Witkoski
Domingos Sávio Nunes de Lima
Edleno Silva de Moura
Elizabeth Ferreira Cartaxo
Spartaco Astolfi Filho
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

Comitê editorial da EDUA
Louis Marmoz - Université de Versailles
Antônio Cattani - UFRGS
Arminda Mourão Botelho - Ufam
Spartacus Astolfi - Ufam
Boaventura Sousa Santos - Universidade de Coimbra
Bernard Emery - Université Stendhal-Grenoble 3
Cesar Barreira - UFC
Conceição Almeira - UFRN
Edgard de Assis Carvalho - PUC/SP
Gabriel Conh - USP
Gerusa Ferreira - PUC/SP
José Vicente Tavares - UFRGS
José Paulo Netto - UFRJ
Paulo Emílio - FGV/RJ
Élide Rugai Bastos - Unicamp
Renan Freitas Pinto - Ufam
Renato Ortiz - Unicamp
Rosa Ester Rossini - USP
Renato Tribuzy - Ufam

Diretora da Edua
Heloísa Borges

Vice-Reitor
Geone Corrêa

Reitora
Tanara Lauschner

“Acessei comunidades tóxicas do X e logo me veio o interesse de tocar o desconhecido, de me inserir naquela bruma de sangue. Mas não era qualquer bruma, não era qualquer sangue. Era o vermelho da escuridão. Minhas artérias estavam em jogo enquanto desnudasse intenções sinistras. Eram vicissitudes guardadas e prestes a eclodir como gêiseres extasiantes que se tornariam reais e seriam como trens sem freios”.

Denise Yumi Noji

© by Alexa Cultural

Direção
Gladys Corcione Amaro Langermans
Nathasha Amaro Langermans
Editor
Karel Langermans
Capa
Renan Albuquerque
Revisão da Língua Portuguesa
Os autores
Revisão Técnica
Danielly Oliveira Inomata, Israel de Jesus Rocha e Renan Albuquerque
Editoração Eletrônica
Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Informação, Comunicação e Sustentabilidade na Amazônia: aspectos da gestão, memória e cultura. Organizadores: Danielly Oliveira Inomata, Israel de Jesus Rocha e Renan Albuquerque. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2025.

14x21cm - 326 pgs.

ISBN - 978-85-5467-797-8 - E-book em PDF

1. Ciências Humanas e Sociais - 2. Comunicação - 3.Sustentabilidade - 4. Amazônia - 5. Gestão, Memória e Cultura.. I - Inomata, Danielly Oliveira. II - Rocha, Israel de Jesus III - Albuquerque, Renan. IV - Título. V - Bibliografia, VI - Sumário.

CDD - 302,2

Índices para catálogo sistemático:
1. Ciências Humanas e Sociais
2. Comunicação
3. Sustentabilidade
4. Amazônia

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610.

É proibida a reprodução parcial ou integral sem a autorização dos organizadores e/ou editora.

Alexa Cultural Ltda
Rua Henrique Franchini, 256
Embu das Artes/SP - CEP: 06844-140
alexa@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br

Editora da Universidade Federal do Amazonas
Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos, n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur Virgilio Filho, Centro de Convivência – Setor Norte
E-mail: ufam.editora@gmail.com

PREFÁCIO

A presente coletânea que o leitor tem em mãos reúne um conjunto de reflexões críticas que, à primeira vista, poderiam parecer dispersas em suas temáticas específicas, entretanto, um olhar mais atento revela um fio condutor robusto e profundamente atual: a intrincada relação entre informação, comunicação e sustentabilidade no contexto amazônico. Este prefácio busca traçar esse caminho, conectando os diversos capítulos e evidenciando a urgência e a complexidade dos temas abordados.

A Amazônia, como bem demonstram os capítulos iniciais, é um território onde a gestão da informação e a gestão do conhecimento se tornam um ato de resistência e de construção de futuro. Ao abordar a *"Gestão do Conhecimento e Sustentabilidade: evidências do panorama das práticas e ações de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas universidades da Amazônia"*, os autores nos conduzem por um panorama crucial, qual seja, o papel das universidades amazônicas no acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esta discussão não é meramente técnica, uma vez que se entrelaça com o tema geral deste livro "*Informação, Comunicação e Sustentabilidade na Amazônia: aspectos da gestão, memória e cultura"*, tocando em aspectos fundamentais relacionados a gestão, memória e cultura. As universidades, como espaços de saber, são confrontadas com o desafio de não apenas produzir conhecimento, mas de aplicá-lo em prol da sustentabilidade da região, como observado em iniciativas de integração entre pesquisa e políticas públicas na Amazônia.

A complexidade deste cenário se desdobra em múltiplas camadas. A discussão sobre a preservação da memória e da pluralidade cultural ganha vida em capítulos que versam sobre "*Documentar na Amazônia: informação, comunicação e formação museológica em contextos de pluralidade cultural"*, conectando informação, comunicação e formação museológica em contextos de pluralidade cultural. Nesse sentido, a Museologia é apresentada não como uma Ciência do passado, mas como um recurso vivo para entender as relações do homem com a realidade e o que deve ser preservado para o futuro.

Esta perspectiva dialoga com as expressões culturais contemporâneas apresentadas nos capítulos "*Cheguem, Cheguem os Devotos": a alvorada festiva da santíssima trindade como processo folkcomunicacional em Manaus/AM",* "*Encantarias e Algoritmos: um ensaio sobre dança, comunicação e identidade na formação docente Amazônica*", "*Memória e Criação Publicitária: reflexões sobre o cartaz Amazonas Green Jazz Festival 2022*" e "*Expressões Subversivas: moda, música e a emergência de espaços queer em Manaus*", que revelam como a tradição e a identidade amazônica se manifestam e se reinventam nos espaços urbanos e digitais, desafiando as noções estáticas da cultura.

Nessa mesma perspectiva, esta obra se aventura pelos meandros da comunicação organizacional e da Ciência. O estudo de caso "*Sustentabilidade e Comunicação Interna: estudo de caso na Universidade Federal do Amazonas"* é um exemplo prático de como as instituições podem (e devem) alinhar o discurso e as práticas internas aos princípios da sustentabilidade, um movimento que encontra eco em outras esferas do poder público. Paralelamente, a análise sobre a "*A Comunicação Científica na Amazônia Legal: o papel da Rede RHISA"* evidencia o esforço coletivo para conectar pesquisadores e entidades em prol da sustentabilidade, criando uma rede de inteligência colaborativa que é vital para a região. O capítulo "*Mudanças Climáticas e o Contexto Infocomunicacional: uma discussão conceitual sobre adaptação, impacto e vulnerabilidade*" destaca aspectos conceituais sobre adaptação, impacto e vulnerabilidade que, segundo as autoras, são considerados os pilares sistêmicos das mudanças climáticas.

Um dos pontos mais sensíveis e atuais explorados nesta coletânea é o embate informacional em torno das mudanças climáticas. Os capítulos que discutem a desinformação no YouTube (*Entre a Informação e a Desinformação: mudanças climáticas no YouTube sob a perspectiva da netnografia*), as bibliotecas universitárias como espaços de combate ao negacionismo climático (*Bibliotecas Universitárias como Espaços de Combate ao Negacionismo Climático por Meio de Ações em Competência em Informação*) e a análise do discurso jornalístico sobre a crise ambiental na Amazônia (*Narrativas jornalísticas sobre a crise ambiental Amazônica: análise discursiva da produção de sentidos no Instagram*) tocam em uma ferida central da nossa Era, qual seja: a crise de credibilidade da informação.

Esta obra nos convida a refletir sobre a importância da competência em informação e da mediação da informação para construir confiança em ambientes digitais (*Mediação da Informação e Construção da Confiança em Ambientes Digitais: práticas comunicacionais em um empreendimento da economia criativa amazônica*), um desafio que se torna ainda mais premente quando o objeto em disputa é a própria sobrevivência do bioma e de seus povos.

Nesse contexto, a realização da COP-30 (*COP-30 em Belém: comunicação, identidade amazônica e disputas de sentido sobre o legado socioambiental*) emerge como um evento paradigmático, analisado não apenas como uma conferência política, mas como um palco de disputas de sentido sobre o legado socioambiental e a identidade amazônica. A maneira como a mídia tradicional (*A Construção Discursiva das Manifestações Indígenas sobre Hidrovias Amazônicas nos Editoriais da Folha de S. Paulo e o Globo*) e as novas plataformas constroem as narrativas sobre a Amazônia, como demonstrado nas análises discursivas, molda percepções e influencia decisões que afetam diretamente a vida de milhões de pessoas.

Esta coletânea não se furta a dar voz à crítica social e à denúncia. Capítulos que tratam do abandono estrutural e invisibilidade das escolas indígenas (*Era uma Casa que não Tinha Nada: abandono estrutural e invisibilidade das escolas indígenas no Amazonas*) ou que abordam a arte, o descarte e as expressões subversivas (*Arte, Descarte e Produção de Sentidos na Exposição Itinerante "Lixúria" em Porto Velho* (RO) nos lembram que a sustentabilidade e a comunicação não são temas abstratos, porquanto estão enraizados em realidades concretas de exclusão, resistência e criatividade. A análise das redes invisíveis e suas estruturas, sejam elas físicas ou digitais (*Redes Invisíveis: as materialidades das infraestruturas nos fluxos informacionais*), nos ajuda a compreender como os fluxos de informação são moldados por materialidades muitas vezes ocultas, que podem tanto conectar quanto excluir.

Em suma, este livro é um convite à reflexão profunda sobre a Amazônia real e a Amazônia que se constrói no imaginário. É uma obra que, ao transitar entre a gestão do conhecimento, a comunicação estratégica, a cultura popular e o ativismo social, oferece um panorama rico e multifacetado. Mais do que respostas, esta coletânea

provoca perguntas essenciais: como podemos, por meio da informação e da comunicação, construir um futuro mais justo e sustentável para a Amazônia? Como garantir que as vozes de seus povos, em toda a sua diversidade, sejam ouvidas e respeitadas? Esta obra nos dá pistas valiosas para começar a responder a essas questões, e por isso, sua leitura é fundamental para todos que se preocupam com o destino da floresta e da humanidade.

Marta Valentim

SUMÁRIO

PREFÁCIO
Marta Valentim
- 8 -

EIXO 1: GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

GESTÃO DO CONHECIMENTO E SUSTENTABILIDADE:
evidências do panorama das práticas e ações de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento , Sustentável nas universidades da Amazônia
Danielly Oliveira Inomata, Isabel Lemos da Silveira, Ivaldo Ferreira Ledo e Leda Maria Pereira Monteiro
- 16 -

DOCUMENTAR NA AMAZÔNIA:
informação, comunicação e formação museológica em contextos de pluralidade cultural
Jéssica Tarine Moitinho de Lima e Mariana Corrêa Velloso
- 32 -

SUSTENTABILIDADE E COMUNICAÇÃO INTERNA:
estudo de caso na Universidade Federal do Amazonas
Danielly Oliveira Inomata e Kelen Suely de Alencar Leão Cunha
- 49 -

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O CONTEXTO INFOCOMUNICACIONAL:
uma discussão conceitual sobre adaptação, impacto e vulnerabilidade
Rayanne Azevedo de Souza e Danielly Oliveira Inomata
- 66 -

ENTRE A INFORMAÇÃO E A DESINFORMAÇÃO:
mudanças climáticas no YouTube sob a perspectiva da netnografia
Melissa Farias de Souza e Danielly Oliveira Inomata
- 78 -

BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS COMO ESPAÇOS DE COMBATE AO NEGACIONISMO CLIMÁTICO POR MEIO DE AÇÕES EM COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO
Josanne Jean de Assiz da Silva, Djuli Machado De Lucca e Hamilton Vieira de Oliveira
- 91 -

REDES INVISÍVEIS:
a materialidade das infraestruturas nos fluxos informacionais
Levi Antonio Faneco Rabelo e Israel de Jesus Rocha
- 110 -

A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NA AMAZÔNIA LEGAL:
o papel da Rede RHISA
Ana Maria Costa Azevedo e Israel de Jesus Rocha
- 123 -

EIXO 2: COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E CULTURA

COP-30 EM BELÉM:
comunicação, identidade amazônica e disputas de sentido sobre o legado socioambiental
Rodolfo Silva Marques e Luiz Cezar Silva dos Santos
- 135 -

NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SOBRE A CRISE AMBIENTAL AMAZÔNICA
Célia Beatriz Mesquita de Souza e Cristiane de Lima Barbosa
- 155 -

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DAS MANIFESTAÇÕES INDÍGENAS SOBRE HIDROVIAS AMAZÔNICAS NOS EDITORIAIS DA FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO
Vívian Karine da Cruz Tourinho e Ulysses do Nascimento Varela
- 170 -

ERA UMA CASA QUE NÃO TINHA NADA:
abandono estrutural e invisibilidade das escolas indígenas no Amazonas
Sabrina Pinheiro Barbosa Albuquerque, Sarah Pinheiro Barbosa e Renan Albuquerque Rodrigues
- 188 -

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CONFIANÇA EM AMBIENTES DIGITAIS:
práticas comunicacionais em um empreendimento da economia criativa amazônica
Priscila de Nazaré Castro Progene e Iane Maria da Silva Batista
- 203 -

"CHEGUEM, CHEGUEM OS DEVOTOS":
a Alvorada Festiva da Santíssima Trindade como processo folkcomunicacional em Manaus/AM
Gabriel Ferreira Fragata e Célia Regina T. C. Amorim
- 218 -

ENCANTARIAS E ALGORITMOS:
um ensaio sobre dança, comunicação e identidade na formação docente Amazônica
Kelson Nunes da Silva, Ítala Clay de Oliveira Freitas e Amanda Pinto
- 233 -

MEMÓRIA E CRIAÇÃO PUBLICITÁRIA:
reflexões sobre o cartaz Amazonas Green Jazz Festival 2022
Márcio Alexandre dos Santos Silva. Ítala Clay de Oliveira Freitas e Rafael Sbeghen Hoff
- 249 -

ARTE, DESCARTE E PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA EXPOSIÇÃO ITINERANTE "LIXÚRIA" EM PORTO VELHO (RO)
Jonathan Luiz Ignácio e Pedro Ivo Silveira Andretta
- 266 -

EXPRESSÕES SUBVERSIVAS:
moda, música e a emergência de espaços *queer* em Manaus
Jhuan Leite Alves e Ítala Clay de Oliveira Freitas
- 296 -

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)
- 312 -

Eixo 1:
Gestão da Informação e Comunicação

Contempla pesquisas que analisam fenômenos da comunicação e da informação em seus aspectos materiais, simbólicos e seus desdobramentos na gestão dos processos informacionais e comunicacionais nos ambientes organizacionais e as conexões com seus públicos. A compreensão dos deslocamentos sociais, culturais, políticos, científicos, tecnológicos, econômicos e legais produzidos nas organizações.

GESTÃO DO CONHECIMENTO E SUSTENTABILIDADE: evidências do panorama das práticas e ações de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas universidades da Amazônia

Danielly Oliveira Inomata[1]
Isabel Lemos da Silveira[2]
Ivaldo Ferreira Ledo[2]
Leda Maria Pereira Monteiro[2]

1. Introdução

A sustentabilidade vem se apresentando como um dos principais desafios da atualidade, exigindo mobilização entre governos e organizações. Diante disso, a Agenda 2030, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como diretrizes globais voltadas à promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma integrada (Nações Unidas Brasil, 2016).

O reconhecimento do papel das universidades em prol da sustentabilidade vem se fortalecendo à medida que aumenta a conscientização sobre as problemáticas socioambientais globais e que essas instituições criam e aprimoram suas estratégias voltadas ao desenvolvimento sustentável, apresentando-se como importantes agentes de mudança (Limeira *et al*., 2025).

Para as universidades da região amazônica, essas estratégias para o desenvolvimento sustentável se tornam ainda mais relevantes em razão da complexidade socioambiental que caracteriza a região.

1 Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
2 Universidade Federal do Pará (UFPA)

A existência de conflitos, provenientes da exploração de recursos naturais, da violência contra comunidades locais, entre outros, evidencia a necessidade de ações comprometidas com a sustentabilidade e o engajamento das instituições para alcançar um desenvolvimento sustentável regional (Ferreira Junior, 2023).

Desta forma, as universidades amazônicas tornam-se instituições fundamentais na construção de conhecimento sobre sustentabilidade, especialmente por meio de ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional alinhadas aos ODS.

Como ferramenta estratégica, a Gestão do Conhecimento (GC) apresenta-se capaz de contribuir para as universidades no alcance dos ODS. A GC possibilita identificar, organizar e acompanhar o alinhamento das práticas nas universidades aos ODS, subsidiando a tomada de decisão sobre sustentabilidade (Duda, 2026).

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a ocorrência de práticas e ações de acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nas universidades da Amazônia, para isso, são previstos os seguintes objetivos: (i) mapear evidências de práticas e ações de avaliação, métricas de acompanhamento e práticas informacionais e comunicacionais descritas na literatura; (ii) categorizar as ações e práticas de acompanhamento dos ODS; (iii) analisar o Plano de Desenvolvimento Institucional das universidades públicas da Amazônia, para checagem de iniciativas dessa natureza; e, por fim, (iv) apresentar o panorama das práticas e ações de acompanhamento dos ODS.

2. Gestão do Conhecimento e Sustentabilidade: relevância para as universidades no alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A Gestão do Conhecimento (GC) consiste no processo o processo de criar, compartilhar e usar continuamente conhecimentos (Takeuchi; Nonaka, 2008), aplicáveis em produtos e serviços, para o estímulo à inovação, para a retenção de capital intelectual, para a melhoria de processos, criação de valor, dentre outras vantagens para as organizações. Por meio da GC é possível promover a mudança contínua nas organizações (Takeuchi; Nonaka, 2008).

No que se refere à GC e Sustentabilidade, são aproximações possíveis, estudos articulando esses dois temas vem crescendo na literatura que auxiliam a refletir sobre (i) esse modelo de gestão aplicado às universidade, cuja produção de conhecimento voltado para o desenvolvimento sustentável, salvaguardo pela sua capacidade de produção de ciência e tecnologia para o país (Monteiro e Inomata, 2025), sobre (ii) modelos de maturidade em GC nos preceitos da sustentabilidade (Inomata, Monteiro e Galves, 2024), além de reflexões de cunho conceitual das articulações entre GC e Sustentabilidade como estratégia nas organizações (Nascimento e Oliveira, 2022) e no crescimento de interesse pelo tema, medido em eventos científicos da área (Souto e Pizzol, 2019).

De forma complementar, a respeito da sustentabilidade no âmbito das organizações e das políticas públicas, Lira (2016) esclarece que a gestão do conhecimento no uso de indicadores de sustentabilidade pode ser uma estratégia eficaz para equilibrar o crescimento econômico, a preservação ambiental e a justiça social. A autora destaca ainda, que o gerenciamento do conhecimento na promoção da sustentabilidade é um importante fator de mudança que estimula a sociedade e as organizações a novos comportamentos e atitudes.

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) constituem uma agenda global, definida pela Organização das Nações Unidas (ONU), com objetivos e metas a serem alcançados até o ano de 2030. A agenda foi adotada por 193 países que devem se mobilizar para promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica (Nações Unidas Brasil, 2016).

Nesse contexto, as universidades estão sob uma perspectiva de contribuir para os ODS por meio da formação humanística e da produção científica, além da contribuição na elaboração de políticas públicas no âmbito da educação e outros segmentos (Tribeck; Stefani, 2024).

Duda (2026), aborda sobre a importância da governança dos ODS nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras. O autor destaca que a governança para os ODS envolve a criação de uma estrutura institucional participativa, com a criação de comitês, de grupos de trabalho em sustentabilidade, de observatórios, além da utilização de mecanismos de avaliação que consigam mensurar os impactos efetivos das ações acadêmicas no cumprimento dos ODS.

Diante disso, a GC pode trazer grandes contribuições para auxiliar as universidades na implementação de práticas e ações voltadas aos ODS, bem como na avaliação dessas ações. A GC pode dar significado ao conjunto de informações produzidas nas diferentes dimensões de uma universidade, permitindo que dados e indicadores se transformem em conhecimento para o processo decisório na gestão estratégica. Isso só é possível por meio de processos de gestão que utilizem mecanismos de identificação, análise e aplicação do conhecimento (Duda, 2026).

3. Metodologia

A pesquisa de abordagem qualitativa, possui caráter exploratório e descritivo quanto aos seus objetivos, conforme proposta por Gil (2008), que caracteriza a pesquisa descritiva como o levantamento minucioso das propriedades de um fenômeno ou grupo populacional.

Foi realizada revisão sistematizada da literatura com o objetivo de identificar práticas e ações de acompanhamento dos ODS em universidades. A busca contemplou bases científicas e documentos institucionais, priorizando estudos que abordassem métricas, indicadores, práticas informacionais e comunicacionais.

Para analisar a ocorrência de práticas e ações de acompanhamento dos ODS nas universidades localizadas na Amazônia brasileira, adotou-se pesquisa documental. Como critérios de elegibilidade, foi considerado o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das universidades. A identificação e análise dos documentos foram realizadas no período de março a abril de 2026.

Fazem parte da pesquisa as seguintes instituições: Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Nos PDIs vigentes das instituições, foram identificadas todas as ocorrências dos termos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” e “Agenda 2030”, analisando-se de que forma esses temas são incorporados e abordados nos documentos institucionais. A síntese dos resultados foi orientada pela análise de conteúdo (Bardin, 2016), integrando dados da literatura e da análise documental, para identificação de evidências de institucionalização, monitoramento e acompanhamento dos ODS, com vistas à construção de um panorama interpretativo.

4 Resultados

O Quadro 1 apresenta as principais práticas e ações de avaliação dos ODS e práticas informacionais e comunicacionais aplicadas às universidades, e o Quadro 2, as métricas de acompanhamento. Vale ressaltar que, o levantamento refere-se ao mapeamento e categorização das práticas e ações informacionais e comunicacionais, cumprindo os dois primeiros objetivos da pesquisa.

Quadro 1 – Práticas e ações de avaliação e Práticas informacionais e comunicacionais alinhadas aos ODS

PRÁTICAS IDENTIFICADAS	DESCRIÇÃO
Práticas de avaliação dos ODS	**Elaboração de relatórios de sustentabilidade** (relatório de análise sobre os ODS, relatório do Plano Diretor de Logística Sustentável - PLS, relatórios ambientais, relatórios para Rankings); **Participação em rankings globais** (THE Impact Ranking); **Uso de plataformas de autoavaliação** (Sustainability Evaluation Tool for Higher Education Institutions – SET4HEI, da UNESCO); **Criação de comissões, comitês e grupos de trabalho** para os ODS; **Auditorias internas** (auditorias ambientais, auditoria do PLS, auditoria de compras sustentáveis); **Criação de setores específicos de sustentabilidade** (Pró-reitorias, diretorias, coordenações, divisões, seções); **Revisão do PDI**.

Práticas informacionais e comunicacionais	Definição de indicadores alinhados aos ODS; Elaboração de relatórios de sustentabilidade e dos ODS; Repositórios institucionais; Mapeamento de projetos e pesquisas; Bases de dados institucionais; Divulgação de resultados; Política de dados abertos; Compartilhamento do conhecimento; Portais de sustentabilidade; Redes sociais; Campanhas e eventos sobre sustentabilidade e ODS

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme apresentado no Quadro 1, as principais práticas e ações institucionais relacionadas aos ODS aplicadas às universidades foram categorizadas em três dimensões: (i) práticas de avaliação dos ODS, (ii) métricas de acompanhamento e (iii) práticas informacionais e comunicacionais.

O mapeamento realizado mostra que existem iniciativas para instituir a sustentabilidade na estrutura de gestão dessas instituições. Na dimensão (i), "Práticas de avaliação dos ODS", observamos práticas importantes, como a de elaboração de relatórios de sustentabilidade, de realização de auditorias internas, de criação de setores específicos de sustentabilidade e a de participação em rankings internacionais. Tais práticas reforçam a governança universitária e revelam a busca por reconhecimento das iniciativas de sustentabilidade desenvolvidas nesses espaços.

Como mostra o Quadro 2, na dimensão (ii), "Métricas de acompanhamento", os indicadores foram agrupados em três eixos, considerados os eixos básicos da sustentabilidade: ambiental, social e econômico. Nas métricas ambientais, são destacadas ações como a de gestão de resíduos sólidos, de eficiência energética, de uso racional da água, controle de emissões de gases de efeito estufa de preservação e integração da sustentabilidade nos currículos dos cursos, pesquisas e projetos de extensão. Esses indicadores revelam o papel estratégico das universidades na promoção de práticas ambientais e na formação de profissionais na área.

Quadro 2 – Métricas de Acompanhamento dos ODS

MÉTRICAS	DESCRIÇÃO	ODS
Métricas ambientais	**Produção e consumo responsáveis** (gestão de resíduos, reciclagem, compostagem, compras sustentáveis); **Eficiência energética** (consumo de energia, uso de energia limpa e renovável, adquire equipamentos energeticamente eficientes); **Qualidade e uso eficiente da água** (consumo de água, tratamento e reutilização de águas residuais); **Emissão de CO2** (utiliza transporte sustentável; produz inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE); **Biodiversidade e uso do solo** (monitoramento de áreas verdes e gestão de áreas protegidas); **Ações de sensibilização e capacitação; Integração da sustentabilidade nos currículos** dos cursos e programas; **Pesquisas** (publicações sobre sustentabilidade ambiental e mudanças climáticas; **Extensão** (cursos e projetos com o tema ambiental e sustentabilidade).	6, 7, 11, 12, 13,15
Métricas sociais	**Inclusão social e diversidade** (número de alunos oriundos de escola pública, alunos com assistência estudantil, vagas reservadas por cotas); **Igualdade de gênero** (estudos de gênero, número de docentes mulheres, número de doutoras; publicações com autorias femininas); **Redução das desigualdades** (oferta de cursos sobre desigualdades e discriminação, formação docente sobre desigualdades, projetos de pesquisa em desigualdades sociais e econômicas); **Saúde e bem-estar** (programas relacionados à saúde física ou mental, projetos de pesquisa focados em saúde ou bem-estar, taxa de adoecimento e afastamento de servidor); **Condições de trabalho** (oferta de cursos sobre desenvolvimento econômico sustentável, oferta de cursos de capacitação, oferta de estágios, pesquisa focadas em trabalho decente e/ou crescimento econômico).	3, 4, 5, 8 e 10
Métricas econômicas	**Empregabilidade e empreendedorismo** (taxa de empregabilidade de egressos, contratos formais dentro da instituição, investimento em capacitação de servidores, *startups* ou pequenas empresas geradas a partir de pesquisas da universidade); **Indústria, Inovação e Infraestrutura** (patentes registradas por ano, contratos de inovação com empresas, receita proveniente de contratos de pesquisa com o setor privado); **Produção e consumo responsáveis** (percentual de compras sustentáveis, economia gerada por eficiência energética, economia gerada por eficiência no uso da água, percentual de fornecedores locais); **Parcerias** (número de parcerias institucionais, projetos financiados em cooperação, financiamento internacional).	8, 9, 12 e 17

Fonte: Elaborado pelos autores

As métricas sociais apresentam indicadores relacionados à inclusão social e diversidade, à igualdade de gênero, à redução das desigualdades, à saúde e bem-estar e condições de trabalho. Além disso, observa-se que essas temáticas também se inserem nas pesquisas, nos programas de pós-graduação e projetos de extensão. Quanto às métricas econômicas, foram levantados temas de empregabilidade e empreendedorismo, sobre inovação, produção e consumo responsáveis e parcerias institucionais. A presença desses indicadores indica que as universidades podem contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável.

O mapeamento também destacou as práticas informacionais e comunicacionais, dimensão (iii), que são fundamentais para a gestão da informação e do conhecimento sobre os ODS. Ao definir indicadores e métricas institucionais, produzir relatórios, criar bases de dados e repositórios institucionais, portais de sustentabilidade e instituir políticas de dados abertos, essas instituições reforçam o seu compromisso com a transparência e com a democratização do conhecimento. Ademais, a realização de eventos sobre sustentabilidade e os ODS e o uso de redes sociais para divulgação, são essenciais para sensibilizar a sociedade para o alcance dos ODS.

5. Panorama das práticas e ações de acompanhamento dos ODS

Foram analisados os PDIs vigentes para a identificação de diretrizes de sustentabilidade, bem como de indicadores e métricas relacionados aos ODS. A partir dessa análise, procedeu-se a uma comparação entre os mecanismos institucionais de acompanhamento dos ODS identificados nos PDIs das universidades da Amazônia, conforme sistematizado no Quadro 3.

Quadro 3 – Alinhamento do Planejamento Institucional aos ODS

IES	PDI	Menção aos ODS	Missão/ Visão/ Objetivos	Indicadores/ Metas	Rankings globais
UFPA	2016-2025, aditado 2026	Não	Implícito	Implícito	*THE University Impact Rankings 2025*
UFOPA	2020-2026, aditado	Não	Implícito	Implícito	*UI GreenMetric World 2025*
UNIFAP	2020-2026	Não	Implícito	Implícito	-
Unifesspa	2020-2026	Não	Implícito	Implícito	*THE University Impact Rankings 2025*
UFRR	2021-2025, aditado 2026	Não	Implícito	Implícito	-
UFT	2021-2025, aditado 2026	Sim	Explícito	Alinhados aos ODS	-
UFNT	2024-2027	Sim	Explícito	Alinhados aos ODS	-
UFAC	2025-2029	Sim	Implícito	Implícito	*UI GreenMetric World 2025*
UNIR	2025-2029	Sim	Implícito	Implícito	*UI GreenMetric World 2025*
UFRA	2025-2030	Sim	Explícito	Alinhados aos ODS	*UI GreenMetric World 2025*
UFAM	2026-2030	Sim	Explícito	Alinhados aos ODS	*UI GreenMetric World 2025*

Fonte: Elaborado pelos autores

A análise do Quadro 3 evidencia diferentes níveis de institucionalização dos ODS nos PDIs. Essa distinção permite inferir diferentes estágios de maturidade institucional no que se refere à integração entre planejamento, sustentabilidade e GC, enquanto algumas possuem alinhamento discursivo implícito; outras já estruturam metas e indicadores vinculados aos ODS.

Outro aspecto relevante diz respeito à relação entre temporalidade dos PDIs e alinhamento aos ODS. Observa-se que instituições com PDIs mais antigos ou apenas aditados tendem a não incorporar os ODS, enquanto aquelas com planejamentos mais recentes apre-

sentam maior aderência. Isso indica que a institucionalização dos ODS nas universidades amazônicas é um processo em curso, ainda em consolidação.

A participação em rankings globais evidencia-se como importante mecanismo de indução institucional dos ODS, embora ainda ocorra de forma parcial entre as universidades da Amazônia. Destacam-se a UFPA e a Unifesspa no *THE University Impact Rankings* 2025, com a UFPA ocupando a 3ª posição nacional. Por outro lado, UFRA, UFOPA, UFAM, UFAC e UNIR participaram do UI *GreenMetric World University Rankings* 2025, com foco em sustentabilidade ambiental e gestão de campus. Em contrapartida, UFRR, UFT, UFNT e UNIFAP não apresentaram participação, indicando possíveis limitações na institucionalização de práticas de monitoramento e indicadores.

Diante das diretrizes institucionais observadas nos PDIs, o Gráfico 1 apresenta os ODS que concentram o maior volume de ações de ensino, pesquisa, extensão e gestão nas universidades analisadas, evidenciando as áreas de maior convergência institucional.

Gráfico 1 – Incidência dos ODS nas Práticas Universitárias

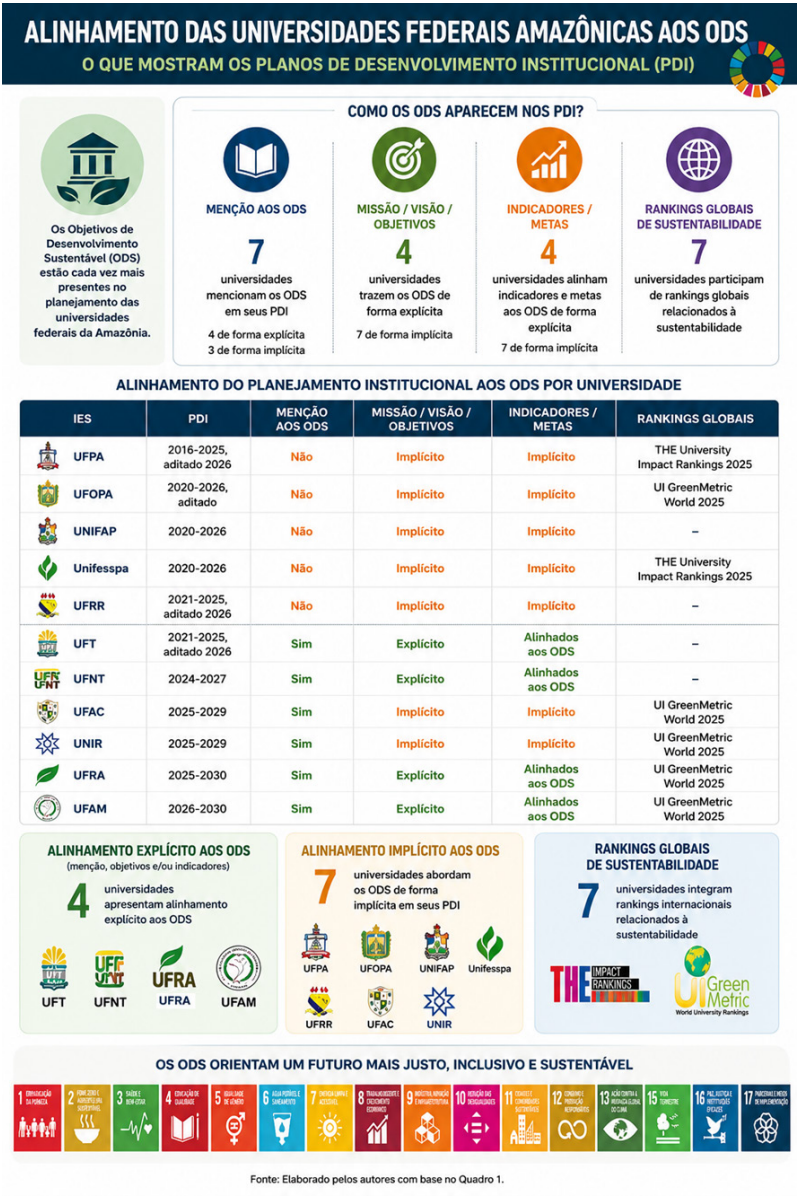


Fonte: Elaborado pelos autores

As políticas detalhadas nos PDIs revelam compromisso com os ODS. O ODS 3, foca na promoção da saúde e bem-estar, destacando-se a expansão de hospitais universitários e programas de saúde do servidor. O ODS 4 é o mais presente, materializado em políticas de democratização do acesso, expansão da pós-graduação e formação continuada.

Em relação ao ODS 8, as diretrizes priorizam a valorização do capital humano e o estímulo ao empreendedorismo tecnológico. A redução de desigualdades, prevista no ODS 10, manifesta-se em políticas de inclusão de grupos vulneráveis. O ODS 11 orienta a modernização dos *campi* com foco em acessibilidade e segurança, ao passo que o ODS 12 se fundamenta nos Planos de Logística Sustentável (PLS) para a gestão de resíduos, energia fotovoltaica e compras públicas responsáveis. Por fim, o ODS 16 consolida as políticas de governança, transparência e integridade administrativa, e o ODS 17 fortalece as redes de cooperação institucional e parcerias regionais para viabilizar o desenvolvimento sustentável. No Gráfico 2, na próxima página, é apresentado uma síntese dos resultados.

Gráfico 2 – Panorama das ações dos ODS nas Universidades da Amazônia



Fonte: Elaborado pelos autores com base no Quadro 1.

5. Considerações Finais

O panorama apresentado permite compreender como as universidades da Amazônia vêm estruturando, ainda que de forma heterogênea, seus processos de Gestão do Conhecimento no contexto da sustentabilidade e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Além das ações finalísticas, verificou-se a presença de práticas administrativas e de gestão relacionadas aos ODS, como indicadores institucionais, relatórios, comissões, estruturas de governança e participação em rankings internacionais de sustentabilidade, evidenciando avanços no processo de institucionalização dos ODS.

No campo das práticas comunicacionais, identifica-se um esforço crescente de disseminação de ações relacionadas à sustentabilidade, por meio de eventos, campanhas e publicações institucionais. Ainda assim, essas práticas tendem a assumir caráter mais informativo do que estratégico, com baixa integração aos processos decisórios e de planejamento institucional. Isso evidencia uma oportunidade de fortalecimento da comunicação como dimensão central da gestão do conhecimento, especialmente no que se refere ao engajamento da comunidade acadêmica e à construção de uma cultura organizacional orientada à sustentabilidade.

Diante desse panorama, o quadro das ações e práticas permite identificar três tendências principais: (i) a existência de um conjunto expressivo de iniciativas relacionadas à sustentabilidade, porém dispersas; (ii) a presença de infraestrutura informacional que ainda não é plenamente explorada para fins estratégicos; e (iii) o potencial elevado para integração entre conhecimento produzido e tomada de decisão institucional.

Além disso, os resultados abrem perspectivas para novas investigações sobre a maturidade da gestão do conhecimento para a sustentabilidade, a efetividade dos indicadores de acompanhamento dos ODS e a relação entre planejamento institucional, governança e resultados alcançados, contribuindo para o aprimoramento das práticas de gestão e sustentabilidade no ensino superior amazônico.

Por fim, o estudo evidencia que as universidades públicas da Amazônia desempenham papel estratégico na promoção do desen-

volvimento sustentável regional, ainda que a integração formal dos ODS nos PDIs ocorra de maneira distinta e gradual. Nesse contexto, destaca-se a importância do fortalecimento de mecanismos de monitoramento e avaliação que ampliem a institucionalização da Agenda 2030 no planejamento universitário.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

DUDA, Robson Fernando. **Framework de apoio à governança dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Instituições de Ensino Superior baseado em inteligência artificial e gestão do conhecimento.** 2026. 236 p. Tese (Doutorado em Engenharia do Conhecimento) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia, Gestão e Mídia do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2026.

FERREIRA JUNIOR**,** Edinaldo Inocêncio. Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: Um Olhar sobre os Direitos Humanos, a Paz, a Justiça e os Compromissos da Agenda 2030. **Revista Latino-americana de Ambiente Construído & Sustentabilidade,** v. 4, n. 14. 2023. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/anap/pt_BR/article/view/4009. Acesso em 1 de jun. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INOMATA, Danielly Oliveira; MONTEIRO, Leda Maria Pereira; GALVES, Jeane Macelino. **Maturidade em gestão do conhecimento e a sustentabilidade nas organizações**. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2024. **Anais** [...] XXIV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2024.

LIMEIRA, Tiago Silva; SOUZA, Eduardo Ferreira de; MORAES, Denes Martins de; LUETKMEYER, Leandro; STIEVEN, Ana Carla. Contribuição das universidades para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil e no mundo. **Cadernos de Educação**,

v. 24, n. 1, jan.-jun. 2025. Disponível em: https://revistas.metodista.br/index.php/cadernosdeeducacao/article/view/1057/1456. Acesso em: 1 de jun. 2026.

LIRA, Waleska Silveira. **Gestão da Informação e do Conhecimento no Contexto do Desenvolvimento Sustentável**. Campina Grande: [s.n.], 2016.

LONGO, Rose. A importância do conhecimento e do profissional da informação para a estratégia corporativa num contexto da sustentabilidade. *In:* SOUTO, Leonardo Fernandes. **Gestão da Informação e do Conhecimento: práticas e reflexões**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

MONTEIRO, Leda Maria Pereira; INOMATA, Danielly Oliveira. **Gestão do conhecimento e sustentabilidade: primeiras aproximações ao contexto das universidades paraenses**. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2025. **Anais** [...] XXV Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2016. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_amigo_pesso_idosa/agenda2030.pdf. Acesso em 29 abr. 2026.

NASCIMENTO, Hellen Cristina Macedo do; OLIVEIRA, Hamilton Vieira. Gestão do conhecimento e sustentabilidade: das abordagens conceituais à implementação como estratégia nas organizações. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 36, n. 2, 2022.

SOUTO, Leonardo Fernandes; PIZZOL, Rosa Amélia. Sustentabilidade e gestão do conhecimento. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 17, n., 2019.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do Conhecimento**. Porta Alegre: Bookman, 2008.

TIMES HIGHER EDUCATION. **University Impact Rankings 2025.** Londres: Times Higher Education, 2026. Disponível em: ht-

tps://www.timeshighereducation.com/impactrankings. Acesso em 5 fev. 2026.

TRIBECK, Priscila Meier de Andrade; STEFANI, Silvio Roberto. ODS nas instituições de ensino superior: revisão sistemática utilizando o Método Prisma. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 24, p. 1-21, 2024. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/emancipacao/pt_BR/article/view/22112. Acesso em 29 abr. 2026.

DOCUMENTAR NA AMAZÔNIA: informação, comunicação e formação museológica em contextos de pluralidade cultural

Jéssica Tarine Moitinho de Lima[1]
Mariana Corrêa Velloso[1]

1. Introdução

Este capítulo analisa criticamente o ensino de documentação museológica no curso de Museologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), consistindo em um estudo de caso comparativo realizado entre 2022 e 2023. Vale ressaltar que é fruto direto do Projeto de Ensino de Monitoria em Documentação Museológica da UFPA (UFPA, 2022), iniciado em 2022, que visa aprimorar os métodos de ensino e aprendizado em Museologia. O objetivo é discutir o ensino dessa disciplina no ambiente amazônico por meio da análise de três turmas do "Laboratório de Prática Documental para Museus", ressaltando como a documentação dos objetos musealizados contribui para difundir informações e promover uma visão de mundo crítica. Evidenciam-se os processos adotados, destacando desafios e avanços enfrentados, e incentivando novas estratégias pedagógicas.

Espera-se que esta reflexão crítica demonstre a necessidade de constante adaptação das metodologias de ensino para promover a preservação e valorização dos acervos museológicos. Além disso, espera-se que esse processo formativo incentive, ainda na graduação, a percepção de lacunas teóricas e práticas que possam ser aprofundadas em pesquisas de pós-graduação. Para tal, defende-se o uso de metodologias ativas, em que há cooperação mútua entre docente e discentes, em detrimento de abordagens exclusivamente expositivas, de modo a estimular a participação e a proposição de soluções pelos estudantes (Althaus & Bagio, 2017). Afinal, a disciplina exige conhecimento sobre técnicas e tecnologias de documentação, bem

1 Universidade Federal do Pará (UFPA)

como compreensão das considerações éticas e legais envolvidas, aspectos que se desenvolvem mais plenamente por meio de uma consciência crítica estimulada por métodos ativos.

Cabe destacar que, embora a disciplina analisada se situe na graduação, a reflexão aqui empreendida parte da pós-graduação: o estudo de caso constitui objeto de investigação conduzida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFPA (PPGCI/UFPA), primeiro programa stricto sensu da área na Amazônia, criado para suprir a carência regional de formação e pesquisa sobre a organização, a mediação e o uso da informação. Os problemas documentais observados no Laboratório, a inadequação de instrumentos de indexação como o Thesaurus de Ferrez e Bianchini (1987) a acervos amazônicos, a ausência de vocabulários controlados para bens de povos indígenas e patrimônio natural, e os desafios de mediação entre coleções e públicos, não se esgotam no plano pedagógico: inscrevem-se diretamente na área de concentração "Gestão da Informação e Organização do Conhecimento" e nas linhas "Organização da Informação" e "Mediação e Uso da Informação" do Programa. A experiência da graduação funciona, assim, como espaço de identificação de lacunas informacionais que a pós-graduação está vocacionada a investigar de modo sistemático, configurando um continuum entre ensino, extensão e pesquisa stricto sensu na região.

A prática museológica pode parecer abstrata aos ingressantes do curso, especialmente para aqueles que têm contato com ela pela primeira vez. O formato tradicional de muitas instituições, com exposições estáticas e textos explicativos, pode dificultar a conexão pessoal com os objetos, especialmente quando a abordagem museológica não é inclusiva. Termos como curadoria, documentação, conservação, expografia e comunicação museológica podem ser desconhecidos para muitos discentes, o que se reflete na dificuldade de compreender o propósito da documentação. O curso de Museologia busca superar esse distanciamento por meio de capacitação interdisciplinar, pois existem estratégias educativas capazes de tornar a experiência mais significativa e envolvente. É dentro desse contexto que se constrói este capítulo.

A documentação museológica constitui, em sua essência, um processo de gestão da informação e da comunicação institucional.

Ao registrar, organizar e tornar acessíveis os dados sobre os objetos musealizados, o museólogo opera como gestor de um fluxo informacional que conecta a instituição a seus diferentes públicos: pesquisadores, educadores, comunidades e gestores culturais (Nascimento, 1994; Padilha, 2014). Nessa perspectiva, documentar não é uma atividade meramente técnica: é um ato comunicacional que determina quais saberes circulam, de que forma e para quem. Essa dimensão assume contornos próprios na Amazônia, região marcada pela pluralidade de acervos, que incluem coleções científicas, patrimônio natural e bens culturais de povos indígenas e comunidades tradicionais, cujas demandas informacionais frequentemente extrapolam os padrões nacionais e internacionais disponíveis, somando-se a desafios estruturais como infraestrutura tecnológica desigual e escassez de profissionais qualificados que espelham desde a graduação até a pós.

O museólogo é o profissional habilitado para lidar com as diferentes facetas da realidade institucional. Segundo a Lei n° 7.287/1984, cabe a este profissional "planejar, organizar, administrar, dirigir e supervisionar os museus, as exposições de caráter educativo e cultural, os serviços educativos e atividades culturais dos museus e de instituições afins" (Brasil, 1984, art. 3°, II). Ele deve estar apto a atuar em museus, definidos como instituições permanentes, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade, que pesquisam, colecionam, conservam, interpretam e expõem o patrimônio material e imaterial (ICOM, 2023). A documentação é central para esse trabalho, pois permite que o museu se comunique de maneira ética e profissional, promovendo educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento com as comunidades. Trata-se, porém, de uma atividade complexa: diferentes tipos de museus possuem necessidades distintas, mas requerem documentação eficiente e compatível com outras instituições, exigindo dos museólogos a capacidade de adaptar os registros às demandas de cada contexto.

Para os museus, documentos são todos os materiais que servem para informar e construir novos conhecimentos, independentemente de seu suporte ter sido ou não produzido pela ação humana (Padilha, 2014). Documentar vai além do registro de características físicas dos objetos: implica compreender a relação dos bens com as pessoas e possibilitar o acesso aos seus significados e historicidade, evitando que se tornem vazios de sentido (Nascimento, 1994). A documenta-

ção museológica abrange tanto os registros sobre os objetos quanto os relativos às práticas administrativas da instituição (Padilha, 2014), e sua disseminação é indispensável para o funcionamento de museus, bibliotecas e arquivos (Yassuda, 2009). Por isso, a formação de profissionais capazes de lidar com a diversidade dos acervos é condição fundamental para a valorização e o bom uso desses espaços.

O ensino da documentação museológica articula-se, de modo mais amplo, com a agenda da sustentabilidade informacional e cultural. A preservação do patrimônio como condição para o desenvolvimento sustentável das sociedades está inscrita na Meta 11.4 da Agenda 2030 da ONU (ONU, 2015), que reconhece a proteção do patrimônio cultural e natural como componente estrutural da sustentabilidade urbana e comunitária. A UNESCO, por sua vez, afirma o papel dos museus e de suas coleções como instrumentos de coesão social, educação e desenvolvimento sustentável, reconhecendo a documentação como função museológica essencial para a transmissão do patrimônio às gerações futuras (UNESCO, 2015). No contexto amazônico, essa articulação ganha especificidade: formar profissionais capazes de documentar, classificar e tornar acessíveis acervos de pluralidade cultural singular é, em si, um ato de sustentabilidade informacional, na medida em que garante a continuidade dos fluxos de memória em territórios historicamente subrepresentados nas infraestruturas nacionais de patrimônio.

2. Métodos

Os métodos empregados neste estudo organizam-se em duas partes. A primeira descreve a metodologia do Projeto de Ensino de Monitoria em Documentação Museológica (2022), centrada no formato de estudo de caso, que permite a exploração aprofundada de fenômenos e atributos significativos relativos ao objeto de estudo (Ventura, 2007). Essa metodologia foi aplicada a três turmas ao longo de 2022 e 2023, proporcionando uma análise detalhada e contextualizada das práticas de ensino e aprendizagem no Curso de Museologia da UFPA.

A aplicação do estudo de caso foi fundamentada na Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP), abordagem que envolve tra-

balho colaborativo, resolução de problemas abertos e integração de disciplinas (Pasqualetto *et al.,* 2017). A ABP enfatiza o "aprender fazendo" e propõe que os estudantes deixem de ser agentes passivos para ocupar o centro do processo educativo (Rosa & Souza, 2023; Diesel *et al*., 2017; Barbosa & Moura, 2013), o que se alinha à visão freireana do docente como educando-educador (Freire, 2011). O engajamento em projetos vinculados ao contexto social dos discentes favorece o pensamento crítico e reflexivo, e a avaliação considera tanto o desempenho quanto o envolvimento nas tarefas (Rosa & Souza, 2023; Bacich & Moran, 2018). Nesse sentido, a ABP articulou-se ao ciclo de assessoria promovido pela Rede de Coleções e Museus da UFPA, programa de extensão que busca, por meio da cooperação interunidades, solucionar problemas museológicos das coleções universitárias enquanto capacita os discentes para lidar com demandas reais, valorizando a profissão e suprindo uma necessidade recorrente nas universidades brasileiras.

A segunda parte dos métodos concentrou-se na revisão da literatura acadêmica sobre documentação museológica e seu ensino, cujos resultados foram cruzados com os dados obtidos no estudo de caso. Esse procedimento permitiu contextualizar os achados no cenário mais amplo da museologia e traçar paralelos entre as práticas observadas na UFPA e as abordagens recomendadas na literatura especializada, enriquecendo as discussões e conclusões sobre a formação de museólogos.

3. O Estudo de Caso

O curso de Museologia da UFPA surgiu em 2009 como o primeiro de seu tipo na Região Norte (UFPA, 2012), respondendo ao crescente número de museus na região e à insuficiência de especialistas registrados no conselho de classe para atender a demanda local. O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) prevê que os egressos sejam capazes de realizar a documentação museológica, para o que se destinam três disciplinas: Museu, Informação e Documentação (MID), com 45 horas, voltada à introdução de conceitos de documentação e informação; Laboratório de Prática Documental para Museus, com 90 horas, dedicada a atividades práticas de registro,

marcação, medição e preenchimento de fichas; e o Laboratório de Documentação Fotográfica, optativa de 45 horas, que aborda técnicas básicas de registro de acervos. A carga horária total é de 180 horas, sendo 135 horas em disciplinas obrigatórias.

O contexto amazônico, porém, impõe especificidades que vão além dessa preocupação comum. Os instrumentos padronizados de documentação museológica, como o Thesaurus para Acervos Museológicos de Ferrez e Bianchini (1987), foram desenvolvidos a partir de tipologias de coleções predominantemente europeias e do eixo Sul-Sudeste do Brasil, apresentando lacunas reais para a classificação de bens culturais de povos indígenas amazônicos, fauna e flora regionais e instrumentos de práticas tradicionais locais. Formar museólogos capazes de identificar essas insuficiências e propor soluções informacionais contextualmente adequadas é, portanto, um objetivo que transcende a competência técnica e adentra o campo da gestão crítica da informação em ambientes culturalmente complexos.

Para a realização deste artigo, analisou-se o ensino da disciplina "Laboratório de Prática Documental para Museus", ministrada em 2022 e 2023 a um total de 81 discentes em três turmas. Em cada uma delas foi adotado um projeto de ensino ativo diferente, executado pelos discentes com supervisão de pelo menos uma bolsista. O conteúdo da disciplina abrange marcação, medição, registro e catalogação de objetos segundo padrões técnicos, preenchimento de fichas e planilhas documentais, uso de *thesauri*, realização de inventários, gestão de bases de dados e elaboração de documentos para movimentação de coleções, como laudos técnicos e contratos de comodato. Os detalhes de cada turma são apresentados a seguir.

4. Resultados e discussões

Para cada uma das três turmas de Laboratório de Prática Documental para Museus foi dado um enfoque em uma atividade diferente por meio da proposição da atuação dos discentes em projetos que poderiam ter resultados práticos e não apenas teóricos, utilizando-se da ABP. A análise realizada por estas autoras apresenta alguns resultados e impactos do curso, como a produção de materiais do-

cumentais para coleções museológicas da UFPA e a promoção da conscientização e valorização da diversidade cultural entre alunos e comunidade acadêmica.

4.1. O caso da turma de 2022

As primeiras aulas da turma de 2022 foram dedicadas ao nivelamento dos alunos, oriundos de diferentes turmas, em razão das diferenças significativas no entendimento teórico decorrentes do ensino remoto durante a pandemia de COVID-19. Nesse período, as disciplinas práticas foram suspensas enquanto as teóricas continuaram a distância, em condições frequentemente precárias de acesso à internet e aos espaços de estudo. Com o retorno presencial, o desafio central foi equalizar o conhecimento dos discentes antes de avançar para as atividades práticas.

O primeiro projeto proposto, dentro da perspectiva da ABP, consistiu em um trabalho escrito no qual os alunos deveriam descrever uma instituição, real ou fictícia, e sua coleção, elaborando uma ficha técnica de documentação com instruções de preenchimento e uma ficha já preenchida. A atividade exigia a seleção de padrões de metadados e a escolha entre modelos nacionais ou internacionais, buscando desenvolver o pensamento crítico e a capacidade de adaptar a documentação às características de cada coleção, evidenciando seu papel como ferramenta de gestão e planejamento, não apenas de registro.

Contudo, os alunos mostraram-se passivos e a comunicação com a docente foi ineficiente, o que comprometeu os resultados de grande parte da turma. Verificou-se também dificuldade em compreender e aplicar o manual elaborado pelos próprios discentes. Diante disso, optou-se por introduzir, a partir do semestre seguinte, a figura do monitor como mediador entre discentes e docente.

Na etapa seguinte, os alunos praticaram o preenchimento de fichas físicas com a recém-criada coleção didática do curso, em parceria com a Rede de Coleções e Museus da UFPA. O contato com um acervo real alterou a dinâmica da turma: a atividade passou a ser percebida como responsabilidade concreta, e não como exercício teórico, o que aumentou o comprometimento de parte dos estudantes (Fernandes & Pepê, 2022).

O uso do *thesaurus* foi o maior desafio da turma. Após aula expositiva sobre vocabulários controlados, realizou-se atividade prática em grupos para classificar um bem cultural com o thesaurus de Ferrez e Bianchini (1987), repetida posteriormente com a versão online atualizada. Ainda assim, muitos discentes relataram insegurança no uso da ferramenta. Ao final da turma de 2022, os aspectos eficazes e as lacunas da metodologia foram identificados, orientando os ajustes adotados nas turmas seguintes.

4.2. O caso da primeira turma de 2023

Na primeira turma de 2023, a metodologia adotada conseguiu atenuar significativamente os problemas de compreensão identificados no ano anterior. A combinação de cursos online, práticas no laboratório de informática e atividades interativas como *quizzes* proporcionou uma abordagem mais dinâmica e envolvente, permitindo maior imersão nos conceitos fundamentais da documentação museológica. O objetivo central da turma foi inserir os discentes em práticas relacionadas à construção de políticas de documentação de acervos, com vistas ao desenvolvimento de competências para a confecção de documentos básicos de uma instituição museológica em formatos virtuais e manuais.

As primeiras aulas dedicaram-se novamente ao nivelamento dos alunos, aprofundando as atividades do ano anterior: a ficha construída pela turma de 2022 foi aprimorada, com a criação de um manual de preenchimento unificado e a introdução aos sistemas de gestão museológica. Para o reforço dos conceitos de thesaurus e vocabulário controlado, as bolsistas Maria Alice Santos e Angey Soares desenvolveram um jogo lúdico em que os alunos respondiam perguntas movendo um personagem até a resposta correta, tornando o início das aulas mais descontraído e facilitando o aprendizado. Produziu-se também um vídeo educativo sobre conservação preventiva, etiquetagem e uso de equipamentos de proteção individual, disponibilizado no Classroom para acesso dos alunos ausentes.

O projeto central da turma, em parceria com a Rede de Coleções e Museus da UFPA, consistiu na elaboração de políticas de documentação para quatro coleções universitárias: Coleção Amazo-

niana de Moda, Coleção Didática do Curso de Museologia, Coleção de Patrimônio Natural e Coleção de Artes da Faculdade de Artes Visuais. Os documentos produzidos incluíam Plano Gestor, Políticas de Uso, Aquisição e Descarte, Documentos Jurídicos, Política de Documentação e Projeto de Políticas de uma Coleção (Lima, 2023). Organizados em grupos por coleção, os alunos preparavam rascunhos previamente e os discutiam em sala, abordando uma política diferente a cada aula. Os curadores das coleções apresentaram suas demandas e se disponibilizaram para entrevistas, simulando dinâmicas reais do mercado de trabalho e enriquecendo o resultado final.

A ABP concretizou-se nesse contexto ao proporcionar experiência prática direta na elaboração de políticas de documentação. A inclusão de uma monitora (Figura 1) melhorou significativamente a comunicação entre docentes e discentes, facilitando a identificação e o encaminhamento das principais dificuldades.

Figura 1 - Monitoria durante o primeiro semestre de 2023. A. Interação da monitora com discentes em horário reservado para tirar dúvidas; B. Apresentação da monitora para a turma.



Fonte: as autoras, 2023.

O uso de coleções universitárias trouxe benefícios tangíveis, proporcionando experiência prática direta com objetos reais e políticas de documentação, mas também impôs desafios, como o equilíbrio entre teoria e prática e a comunicação eficaz entre os envolvidos. A integração dessas coleções ao processo educativo, alinhada à ABP, foi fundamental para aprofundar a compreensão dos discentes

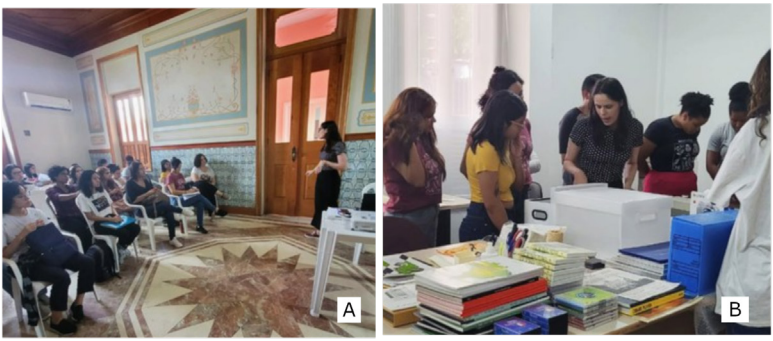
sobre as responsabilidades do museólogo no campo da documentação. O acúmulo de aprendizados ao longo do processo permitiu que esta fosse considerada uma turma de sucesso na aplicação da metodologia ativa.

4.3. O caso da segunda turma de 2023

A proposta para a segunda turma de 2023 focou na contextualização e no aprendizado de tecnologias aplicadas à documentação, demanda recorrente nas turmas anteriores que ainda não integrava a ementa. As aulas ocorreram presencialmente no laboratório de informática, com algumas atividades virtuais.

O nivelamento teórico foi realizado por meio do curso online "Documentação de Acervo Museológico" do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e da Enap, parte do Programa Saber Museu, liberando mais tempo para as práticas em sala. Para trabalhar a funcionalidade das fichas, adotou-se a abordagem de leitura de objetos baseada em Lourenço e Gessner (2014), desenvolvendo nos alunos uma observação mais apurada na extração de dados patrimoniais, habilidade crucial dado que objetos carregam marcas de sua trajetória que, quando não registradas, restringem as possibilidades de uso e interpretação. Em atividade prática, os discentes elaboraram 75 perguntas sobre uma obra de arte, classificando-as posteriormente como informações intrínsecas ou extrínsecas, embora apenas 30 das 75 tenham sido categorizadas. Aprofundou-se em seguida o conceito de metadados, com foco nos 19 elementos do Inventário Nacional dos Bens Culturais Musealizados (INBCM), e o vocabulário controlado foi trabalhado por meio de quiz sobre gêneros de pinturas, com alto engajamento e aprendizado significativo.

Figura 2 - Visita ao Instituto Evandro Chagas A. Palestra de apresentação da coleção B. Alunos conhecendo a Reserva Técnica do IEC.



Fonte: Instituto Evandro Chagas, 2023

O repositório digital Tainacan foi introduzido articulado à experiência prévia do projeto de extensão no Museu do Instituto Evandro Chagas (MEV), que resultara na implementação da ferramenta naquela instituição em 2022 (Lima & Silva, 2022). A visita ao MEV (Figura 2) apresentou aos alunos uma tipologia de acervo distinta da artística: a coleção do instituto, composta por instrumentos de laboratório e bens doados por pesquisadores, exemplifica os desafios informacionais das organizações amazônicas, onde a ausência de manuais nacionais específicos exigiu a criação de um sistema próprio (Silva, 2019). Os discentes não aprenderam apenas a operar o Tainacan, mas foram confrontados com a problemática real de gerir e comunicar informação sobre acervos que a literatura especializada ainda não contempla adequadamente.

De volta à sala, o projeto da turma consistiu na adaptação da ficha criada pela turma anterior para o Tainacan. Em grupos, os alunos classificaram cada metadado como público ou privado, obrigatório ou opcional; em seguida, em duplas, concluíram com o registro de um objeto da coleção na plataforma. A principal limitação foi o tempo insuficiente para a prática, o que impediu que cada aluno criasse uma ficha completa individualmente, reforçando a necessidade de maior carga horária dedicada às atividades práticas na formação dos futuros museólogos.

4.4. Análise comparativa das turmas e sustentabilidade

A dificuldade com instrumentos de indexação mostrou-se persistente. Na turma de 2022, as limitações do Thesaurus de Ferrez e Bianchini (1987) para contextos amazônicos já foram registradas pelas docentes; na primeira turma de 2023, a ata de reunião de feedback realizada em 29 de maio daquele ano com 17 discentes confirmou que a mesma dificuldade permanecia, somada a bloqueios no uso de terminologia técnica específica, como a classificação de gênero da obra. Esse dado sugere que a transição para uma abordagem mais ativa, com jogo lúdico e projetos orientados a coleções reais, não foi suficiente para resolver um problema de natureza instrumental. Mais do que uma falha pedagógica a ser corrigida em edições futuras, essa persistência aponta para uma lacuna informacional de fundo, a ausência de instrumentos de indexação adequados às tipologias de acervos amazônicos, cuja superação extrapola o alcance da graduação e se constitui como problema de pesquisa próprio da linha "Organização da Informação" do PPGCI/UFPA, evidenciando como a sala de aula opera na identificação de demandas que a pós-graduação stricto sensu está em condições de investigar. A segunda turma de 2023, ao incorporar a atividade das 75 perguntas e o quiz sobre gêneros de pinturas, pode ser interpretada como uma resposta direta a essa lacuna, embora não haja feedback formal dessa turma que permita avaliar o efeito da intervenção.

Do ponto de vista da autonomia discente, observa-se uma progressão. A turma de 2022 foi caracterizada pela passividade e necessidade de nivelamento pós-pandemia; a primeira turma de 2023 avançou para projetos de maior complexidade, com entrevistas a curadores e elaboração de políticas documentais para coleções universitárias reais, ainda que os discentes tenham relatado sobrecarga curricular. A segunda turma de 2023 incorporou ferramentas digitais de gestão (Tainacan, INBCM) e visitas técnicas, ampliando a interface com o setor museal.

Cabe registrar que a assimetria das fontes limita a profundidade desta comparação: apenas a primeira turma de 2023 dispõe de instrumento formal de avaliação discente. A ausência de dados equivalentes para as demais turmas impede generalizações e indica

a necessidade de sistematizar mecanismos de feedback em edições futuras da disciplina.

A progressão observada nas três turmas ilustra, em escala pedagógica, o que a literatura internacional já reconhece como condição para a sustentabilidade informacional do patrimônio: a formação continuada de profissionais capazes de documentar, gerir e comunicar acervos em contextos culturalmente complexos (ONU, 2015; UNESCO, 2015). A turma de 2022 estabeleceu bases instrumentais; a primeira turma de 2023 desenvolveu competências para produzir políticas documentais institucionais; a segunda turma de 2023 incorporou ferramentas digitais de código aberto que ampliam o alcance e a interoperabilidade dos acervos. Esse percurso não é linear nem isento de lacunas, como demonstram a persistência das dificuldades com o thesaurus e a assimetria das fontes de avaliação. Mas evidencia que o ensino da documentação museológica na Amazônia acumula, a cada edição, soluções informacionais contextualmente situadas, contribuição concreta para a sustentabilidade de acervos que, sem profissionais qualificados na própria região, permaneceriam vulneráveis ao silêncio documental.

Nesse sentido, a pós-graduação pode atuar na passagem da constatação pedagógica para a investigação científica, desenvolvendo estudos sobre terminologias, vocabulários controlados e critérios de indexação mais adequados às coleções amazônicas. Ao sistematizar essas demandas, o PPGCI/UFPA pode contribuir para a produção de instrumentos documentais situados, capazes de retornar à graduação como recursos didáticos e, ao mesmo tempo, fortalecer práticas profissionais voltadas à sustentabilidade informacional dos acervos.

5. Considerações Finais

Este estudo demonstrou que a prática museológica, embora possa inicialmente parecer abstrata aos discentes, pode ser superada por meio de abordagens educativas inovadoras, interativas e inclusivas. A integração de teoria e prática, por meio de atividades como a transposição de informações para o Tainacan e o uso de coleções universitárias reais, revelou-se um componente central do proces-

so formativo. Ao longo dos dois anos analisados, observou-se uma clara curva de aprendizado que beneficiou não apenas os discentes, mas também a docente e as bolsistas, evidenciando um processo de evolução contínua e colaborativa. A ABP proporcionou um contexto realista para o aprendizado, permitindo a aplicação concreta dos conhecimentos teóricos e o desenvolvimento de habilidades práticas essenciais para a carreira no campo museológico.

Conclui-se que o curso de Museologia da UFPA está alinhado com as necessidades atuais do setor museal, oferecendo formação sólida aos futuros profissionais, o que é fundamental para a continuidade e evolução do campo, especialmente no contexto diverso e plural da Amazônia. Nesse sentido, o ensino da documentação museológica na Amazônia transcende a formação técnica: constitui uma prática de sustentabilidade informacional e cultural, comprometida com a preservação e a circulação da memória em territórios cuja pluralidade exige soluções pedagógicas e documentais próprias (ONU, 2015; UNESCO, 2015).

Do ponto de vista da gestão da informação e da comunicação, os dois anos analisados revelam deslocamentos significativos em múltiplas dimensões. No plano tecnológico, a introdução do Tainacan representa a incorporação de uma solução de código aberto a processos documentais que, em muitas instituições amazônicas, ainda são realizados de forma exclusivamente manual. No plano profissional, a formação de museólogos na Região Norte altera a configuração das organizações culturais locais e sua capacidade de gerir e comunicar seus acervos, suprindo um déficit de especialistas registrados que era expressivo à época da criação do curso (UFPA, 2012). No plano informacional, o ciclo de assessoria da Rede de Coleções e Museus da UFPA demonstra como uma estrutura universitária pode funcionar como articuladora de processos informacionais entre coleções que, de outro modo, permaneceriam isoladas. Esses deslocamentos ocorrem em resposta direta às especificidades do ambiente amazônico, conferindo ao caso da UFPA relevância que ultrapassa o âmbito local e contribui para pensar a gestão da informação em contextos marcados pela pluralidade cultural, pela diversidade de acervos e pela escassez de recursos especializados.

No plano da formação e da pesquisa, a própria análise aqui apresentada exemplifica a interlocução entre graduação e pós-gra-

duação na Amazônia: a experiência docente e de monitoria, situada na graduação, é convertida em objeto de reflexão científica no âmbito do PPGCI/UFPA. Esse movimento é bidirecional, produtos de pesquisa stricto sensu alimentaram o ensino, como a dissertação que originou o sistema documental do Museu do Instituto Evandro Chagas (Silva, 2019) e a metodologia compartilhada entre universidade e museu (Lima & Silva, 2022); em sentido inverso, as dificuldades persistentes com instrumentos de indexação e a inexistência de manuais nacionais adequados a tipologias amazônicas constituem uma agenda de pesquisa que o Programa está posicionado para enfrentar.

Referências

ALTHAUS, Maiza Taques Margraf; BAGIO, Viviane Aparecida. As metodologias ativas e as aproximações entre o ensino e a aprendizagem na prática pedagógica universitária. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 79-96, 2017. DOI: https://doi.org/10.35699/2237-5864.2017.2342.

BACICH, Lilian; MORAN, José (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2018.

BARBOSA, E. F.; MOURA, D. G. **Trabalhando com projetos: planejamento da gestão de projetos educacionais**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. **Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984.** Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Museólogo. Brasília, DF: Presidência da República, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7287.htm. Acesso em: 29 nov. 2023.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Definição de museu**. ICOM Brasil, 2023. Disponível em: https://www.icom.org.br/?p=2756. Acesso em: 29 nov. 2023.

DIESEL, A.; BALDEZ, A. L. S.; MARTINS, S. N. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. **Revista Thema**, v. 14, n. 1, p. 268-288, 2017. DOI: https://doi.org/10.15536/thema.14.2017.268-288.404.

FERNANDES, H. L. A.; PEPÊ, S. T. P. O ensino de documentação museológica na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 11, n. especial, p. 42-62, 2022.

FERREZ, H. D.; BIANCHINI, M. H. S. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

INSTITUTO EVANDRO CHAGAS. **Museu do IEC recebe alunos do curso de Museologia da UFPA**. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/iec/pt-br/assuntos/noticias/museu-do-iec-recebe-alunos-do-curso-de-museologia-da-ufpa. Acesso em: 29 nov. 2023.

LIMA, Jéssica Tarine Moitinho de. The teaching of museological documentation at a university in the Amazon. In: CONFERÊNCIA DO COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO, 2023, México. **Frontiers of Knowledge: museums, documentation and linked data**. México: CIDOC, 2023. p. 98-99.

LIMA, Jéssica Tarine Moitinho de; SILVA, G. S. Sistematizar para gerir: uma metodologia compartilhada entre universidade e museu para gestão das coleções do Museu do Instituto Evandro Chagas. In: GRANATO, M.; RIBEIRO, E. S.; ARAÚJO, B. M. (org.). **Caderno de Resumos Expandidos: V Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio da Ciência e Tecnologia**. [S. l.]: [s. n.], 2022. p. 13-18.

LOURENÇO, M. C.; GESSNER, S. Documenting collections: cornerstones for more history of science in museums. **Science & Education**, v. 23, p. 727-745, 2014. DOI: https://doi.org/10.1007/s11191-012-9568-z.

NASCIMENTO, R. A. Documentação museológica e comunicação. **Cadernos de Museologia**, n. 3, p. 31-39, 1994.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: Organização das Nações Unidas, 2015.

PADILHA, R. C. **Documentação museológica e gestão de acervo**.

Florianópolis: FCC Edições, 2014.

PASQUALETTO, T. I.; VEIT, E. A.; ARAUJO, I. S. Aprendizagem baseada em projetos no ensino de Física: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v. 17, n. 2, p. 551-577, 2017. DOI: https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2017172551.

ROSA, M. F. S.; SOUZA, R. F. de. Sequência didática, apoiada em aprendizagem baseada em projetos, no ensino de Ciências, em diálogo com os pressupostos freireanos. **Scientia Plena**, v. 19, n. 3, 2023. DOI: https://doi.org/10.14808/sci.plena.2023.034413.

SILVA, G. S. **Gestão de coleções em museus de saúde: proposta para o manual de documentação museológica do Museu do Instituto Evandro Chagas**. 2019. Dissertação (Mestrado) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

TAINACAN. **Um software livre, flexível e potente para criação de repositórios de acervos digitais em WordPress**. 2023. Disponível em: https://tainacan.org/. Acesso em: 29 nov. 2023.

UNESCO. **Recomendação referente à proteção e promoção dos museus e coleções, sua diversidade e seu papel na sociedade**. Paris: UNESCO, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Portaria nº 242/2022 – ICA. **Aprovação do Projeto de Ensino de Monitoria em Documentação Museológica**. Belém: Instituto de Ciências da Arte, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Resolução nº 4.357, de 13 de dezembro de 2012. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Museologia**. Belém: UFPA, 2012.

VENTURA, M. M. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista SOCERJ**, v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

YASSUDA, S. N. **Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista**. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

SUSTENTABILIDADE E COMUNICAÇÃO INTERNA: estudo de caso na Universidade Federal do Amazonas

Danielly Oliveira Inomata[1]
Kelen Suely de Alencar Leão Cunha[1]

1. Introdução

A sociedade contemporânea tem sido pressionada para um olhar comprometido, através de iniciativas e práticas na questão ambiental nas universidades, com aproximação de discurso e prática (Argento *et al*., 2020). As organizações, com seu papel de influência, têm sido impactadas para um compromisso neste contexto e, a universidade, enquanto organização, segundo Marilena Chauí (2003) sendo uma instituição social, tem uma relação expressiva e interna com a sociedade, tendo reconhecimento público através da sua autonomia, e legitimada, em exceção, perante outras instituições sociais. Ademais é organizada por ordenamentos, regras e normas e valores legítimos internos a ela, também.

Sendo a Amazônia contemporânea fruto de um contexto marcado por guerras, lutas, submissão, escravidão, de indígenas, negros e nordestinos, e todas as características socioculturais advindas de povos distintos de outros lugares, formando o povo no contexto amazônico, através da miscigenação (Souza, 2019; Batista, 2006; Benchimol 2009), para as universidades inseridas no âmbito da Amazônia, é imperativo ações que promovam mudanças na vida de seus habitantes. A promoção para sustentabilidade deve fazer parte para um modo de vida futuro mais sustentável, tanto em suas metrópoles, como para as populações ribeirinhas e povos indígenas, afinal, estão inseridas no maior bioma do Brasil, sendo necessária atuação de todos para uma conscientização, principalmente, na questão da preservação ambiental.

1 Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Ações estratégicas institucionais das universidades em prol de ações sustentáveis influenciam diretamente no compromisso com a sustentabilidade. No âmbito da comunicação organizacional, um questionamento do impacto e os aspectos das interações na implementação de ações sustentáveis podem servir para compreender as dinâmicas deste contexto (Melo, 2024).

Partindo do pressuposto que somente através da comunicação é possível criar as bases para as mudanças necessárias com a maior conscientização dos envolvidos nos processos, considerando as organizações como construções sociais resultantes de manifestações e processos comunicacionais, no sentido de despertar indagações e contribuir para redução da distância entre o avanço do pensamento teórico e o desenvolvimento da comunicação em contextos organizacionais (Kunsch e Moya, 2017; Carareto, 2024; Oliveira; Generoso, 2024), este artigo analisa os processos comunicacionais internos sobre ações de sustentabilidade na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a partir do órgão responsável por coordenar a política ambiental da UFAM, o Centro de Ciências do Ambiente (CCA), de modo a conhecer as dinâmicas, reconhecer desafios e oportunidades a partir deste órgão para prospecção de possíveis mudanças na comunicação com outros setores da UFAM, que são os executores da política ambiental.

2. Sustentabilidade e comunicação nas organizações

A interdependência dos componentes ambiental, econômico, saúde e bem-estar são determinantes para qualidade de vida (Barbieri, 2023). Este trabalho prevalecerá da abordagem básica das dimensões, que são as dimensões social, ambiental e econômica, sendo a sustentabilidade o destino desejável do desenvolvimento sustentável e deve ser considerada um alvo a ser alcançado, de forma contínua (Dias, 2015). Desta forma, o modelo de gestão nas empresas das dimensões, amplamente difundido, chamado *Triple Bottom Line* (TBL), cunhado por John Elkington nos anos 1990, agrega os resultados ambientais e sociais da empresa aos seus resultados econômicos (Barbieri, 2023).

Esforços estratégicos estão sendo planejados e discutidos em nível global pela Organização das Nações Unidas (ONU) para

operacionalizar a busca pela sustentabilidade através de acordos e "agendas" de desenvolvimento, como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)[2] vigentes para alcance dos 17 objetivos interconectados que tratam os principais desafios de desenvolvimento enfrentados pelas pessoas no Brasil e no mundo.

Neste contexto, nas organizações, há uma busca por um repensar nas práticas sobre a importância das parcerias eficazes, tanto interna como externa à organização, a longo prazo, são imprescindíveis durante a transição para a sustentabilidade, especificamente, as ambientais, para operacionalização das tarefas e, consequentemente, alcance dos objetivos em prol de organizações sustentáveis, pois nenhuma empresa conseguirá planejar e cumprir suas responsabilidades e tripé da sustentabilidade sem aperfeiçoar seus relacionamentos e parcerias com as partes interessadas e mais abrangentes, através do respeito mútuo e lealdade para com seus clientes, funcionários e partes interessadas do tripé da sustentabilidade para uma organização sustentável (Elkington, 1998, 2004).

Kunsch e Moya (2014) afirmam que devido ao papel ativo das organizações no processo de mudança pelo qual passa a sociedade, estão vislumbrando a conscientização da necessidade da comunicação para disseminação de valores, princípios e práticas sustentáveis. Por outro lado, informam que a sustentabilidade não é tão explorada nas pesquisas em comunicação. Ademais, objetivando a integração junto à sustentabilidade nas organizações, devem-se considerar ações de cunho estratégico; e a comunicação organizacional deve seguir essa premissa para agregar valor às organizações, demonstrados na missão, objetivos e valores.

Ademais, Kunsch e Moya (2017) apontam a importância de diálogos e parcerias dos governos locais das empresas sobre desenvolvimento de ações comunicativas para a sustentabilidade para além da comunicação institucional, da melhoria da imagem reputação e citam sobre o poder da comunicação e função estratégica nesta situação de estimular e trazer novos comportamentos, atitudes e postura das pessoas para a conscientização no contexto da sustentabilidade. Através das modernas e aprimoradas tecnologias de informação e comunicação, as entidades podem proporcionar maior dimensão, para além da simples divulgação.

2 https://brasil.un.org/pt-br/sdgs

Angeloni (2010) apresenta os meios de comunicação nas organizações, como: tradicionais, sendo deste grupo os meios orais, escritos e audiovisuais, pictográficos e simbólicos. E os meios de comunicação - a conversão dos meios tradicionais, e os novos, a partir das tecnologias da informação e da comunicação. Pio (2017) adverte sobre o uso inadequado dos meios de comunicação e pontua que o meio de comunicação oral, através de conversa informal ou reunião presencial, como exemplo, pode fazer diferença para eficácia na organização, devido ao contato pessoal. O potencial do meio presencial não pode ser ignorado frente às novas tecnologias de informação e comunicação, porque as características de socialização são insubstituíveis, na sua maior parte, como expressões faciais, corporais, descontração e espontaneidade. Neste caso, os meios viabilizados pelas novas tecnologias da informação e comunicação seriam um complemento.

É importante destacar que, no contexto da comunicação organizacional, Baldissera (2009) faz uma reflexão sobre a da teoria da complexidade de Edgar Morin para a organização ser percebida como lugar de fluxos transversais, em dispersão e tensão, no todo ou em parte e, a teoria da complexidade deve ser levada em consideração, principalmente, pelas variáveis envolvidas, como comportamento humano na interação junto aos seus pares com a utilização das tecnologias da informação e comunicação.

3 Sustentabilidade nas universidades

Existem duas correntes de pensamentos principais referentes ao papel das Instituições de Ensino Superior (IES) em prol do desenvolvimento sustentável. A primeira destaca a questão educacional como uma prática fundamental para que as IES, pela formação, possam contribuir na qualificação de seus egressos, futuros tomadores de decisão, para que incluam em suas práticas profissionais a preocupação com as questões ambientais. A segunda corrente destaca a postura de algumas IES na implementação de Sistema de Gestão Ambiental (SGA) em seus campi universitários, como modelos e exemplos práticos de gestão sustentável para a sociedade. É importante destacar que o desenvolvimento sustentável entrou em discus-

são nas universidades após a conferência do Rio de Janeiro em 1992. Após a RIO92, e com esta chamada, não puderam fugir ao desafio, pois significava que seriam ignoradas tendo outro agente ou estrutura convidada a promover essa liderança (Tauchen e Brandli, 2006). Disterheft, Caeiro, Ramos e Azeiteiro (2012) e Tauchen e Brandli (2006) destacam a importância do SGA nas universidades e Instituições de Ensino Superior como ferramentas para planejamento, implementação e acompanhamento para ações sustentáveis.

Disterheft, Caeiro, Ramos e Azeiteiro (2012) ao investigarem os processos de desenvolvimento e implementação de SGA comparando abordagens de implementação de cima para baixo e participação em universidades da Europa, descrevem que estes sistemas têm sido amplamente utilizados para otimizar o desempenho ambiental das empresas, obtendo certificados formais para suas conquistas, e citam sobre as duas normas internacionais que regem os padrões ambientais e utilizadas pelas universidades: a ISO 14001, da Organização Internacional de Normalização, e outra desenvolvida pela União Europeia, o EMAS (Esquema de Ecogestão e Auditoria). Além do SGA servir como prova do processo de uma universidade em seguir princípios sustentáveis e como um sinal da orientação da instituição em incorporar a sustentabilidade em um nível avançado, destacam que a abordagem participativa ou uma combinação de abordagem de cima para baixo e participativa são consideradas como a mais eficaz para cumprir a dupla missão supracitada.

Além disto, o SGA pode ajudar no rompimento da barreira que é a falta de conscientização por parte da comunidade acadêmica, pois oferece abordagens práticas, experiências de aprendizagem e a situação pode ser revertida, frente aos desafios globais e as mudanças esperadas no mercado de trabalho para preparação dos alunos e comunidade acadêmica para envolvimento no estabelecimento das estratégias sustentáveis (Disterheft, Caeiro, Ramos e Azeiteiro, 2012). Portanto, a participação é fator imprescindível para que a comunidade acadêmica (alunos, professores e funcionários) esteja ativamente envolvida nos processos de mudança institucional em prol de ações planejadas estrategicamente para a sustentabilidade.

Tauchen e Brandli (2006, p. 513) resumem as ações que fazem parte de um SGA, em:

> Assessoria ambiental, trabalhos de levantamento de aspectos e impactos ambientais e elaboração do SGA; Gestão de recursos - gestão de energia, gestão da água, qualidade e conforto térmico; Gestão de resíduos, prevenção da poluição; Construção sustentável – plano diretor definido para todos os prédios a serem construídos; Compras integrando critérios ambientais – materiais e equipamentos; Educação integrando aspectos ambientais – sensibilização ambiental, formação, informação, currículo integrando aspectos ambientais, projetos de investigação sobre temas do SGA, campanhas; Declarações e relatórios ambientais – para uma fase posterior ao SGA e após a sua revisão; Investimentos nos aspectos paisagísticos, recuperação da mata ciliar, criação da biblioteca natural, espaços verdes; e Sistema de captação de águas pluviais e utilização nas bacias sanitárias, mictórios e jardins.

É importante destacar que a educação integrada com aspectos ambientais através da sensibilização de informação e campanhas, fazem parte das ações de um SGA. Ademais, Tauchen e Brandli (2006), em seus resultados, apontam o treinamento e sensibilização da equipe de funcionários, alunos e organização de eventos, foram detectados como sendo iniciativas e boas práticas das universidades pesquisadas, evidenciando a influência e importância da participação, interação para gerar engajamento e integração de todo o planejamento, execução e acompanhamento para melhores resultados quanto ações de sustentabilidade na universidade.

Blanco-Portela, R-Pertierra, Benayas e Lozano (2018) sobre a integração para sustentabilidade nas IES, identificaram que a comunicação ineficaz foi uma das barreiras elencadas pelos entrevistados, sendo a comunicação assertiva uma forma de mitigar esta barreira. A melhoria dos canais de comunicação, salientando que uma comunicação eficaz, atinge toda a comunidade e o uso do *website* é imprescindível para divulgação de ações, projetos e atividades que impulsionam a integração da sustentabilidade na IES.

4. Metodologia

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa, tendo como procedimento

o estudo de caso, que utiliza como fonte de evidências a literatura (para fundamentar o estudo), a pesquisa de campo (com o levantamento de dados por meio de entrevistas) e documental (com o uso de instrumentos normativos), ou seja, utilizado como estratégia de uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real e se concentra no estudo de um caso particular, onde Centro de Ciências do Ambiente (CCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) é este estudo de caso particular dentro do contexto do Amazonas (Yin, 2001; Severino, 2007).

Para operacionalizar a pesquisa, os procedimentos buscaram atender os objetivos específicos, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 - Etapas da pesquisa

O quê?	Como?	Resultados?
a) Identificar a orientação de sustentabilidade nos instrumentos normativos da UFAM	Análise documental do PDI e Regimento do CCA (Centro de Ciências do Ambiente), para a verificação de critérios de sustentabilidade adotados na UFAM.	Orientação quanto à sustentabilidade para a universidade.
b) Identificar ações de sustentabilidade e comunicação interna na UFAM	Entrevista com gestor do setor de sustentabilidade na UFAM.	Ações de sustentabilidade planejadas e realizadas na universidade.
c) Apresentar um panorama de ações de sustentabilidade e comunicação interna realizadas na UFAM	Síntese dos resultados da análise de conteúdo dos instrumentos e das entrevistas.	Panorama de ações de sustentabilidade e comunicação interna na UFAM.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Como descrito no Quadro 1, a primeira etapa consistiu na análise documental para a verificação de orientações de sustentabilidade na UFAM para sustentar a pesquisa de campo, onde foi realizada entrevista com o setor de sustentabilidade. Com base nessas fontes de evidências foi possível construir um quadro de ações, apresentado na próxima seção. A entrevista ocorreu presencialmente no dia 20/05/2025, com duração de 47 minutos, utilizando um rotei-

ro[3] de pesquisa estruturada com 6 blocos de questões, também, consideradas categorias nos resultados: 1) Compreensão e Percepção da sustentabilidade; 2) Planejamento e Gestão Institucional; 3) Ações Práticas e Iniciativas; 4) Participação e Engajamento; 5) Desafios e Perspectivas, e 6) Comunicação Interna.

Os dados foram tratados a partir da análise de conteúdo de Bardin (2011), sendo criados temas como unidades de análise e trechos das falas como análise de contexto e as inferências aplicadas.

5. Resultados e Discussão

Os resultados estão organizados de com acordo com as categorias estabelecidas e analisadas:

5.1 Compreensão e Percepção da sustentabilidade

Primeiramente, buscou-se saber o entendimento do conceito de sustentabilidade no contexto universitário, bem como o papel desta na promoção do desenvolvimento sustentável, em foi destacada a importância do entendimento da interdisciplinaridade, interligação dos fenômenos, do manejo adequado, na redução de dependência e de práticas sustentáveis, e a educação ambiental desde o início da educação formal até os cursos de pós-graduação e práticas cotidianas, pontuando que a universidade precisa implementar ações para o desenvolvimento sustentável, como se confirma na fala em que a universidade *"[...] precisa realmente se embandeirar disso [...]"* (Entrevistado). Percebe-se, portanto, que a compreensão sobre sustentabilidade refere-se conforme o tripé da sustentabilidade cunhado por Elkington, e amplamente difundido, onde a interdependência é chave para a questão da sustentabilidade (Barbieri, 2023; Dias 2015).

5.2 Planejamento e Gestão Institucional

Houve destaque para o Centro de Ciências do Ambiente (CCA), órgão suplementar para coordenar a Política Ambiental da UFAM, que preside o Comitê de Gestão Ambiental da UFAM, desde

3 https://zenodo.org/records/15554658

2024. Além disso, o entrevistado informou que o grupo de pesquisa UPEC (Unidade de Pesquisa em Energia, Clima e Desenvolvimento Sustentável) trabalha na busca com base no ODS 7 da ONU, energias renováveis e acessíveis, através de vários projetos, também, todos eles ligados a responder algum ODS.

Questionado sobre áreas ou setor da universidade com mais engajamento, em resposta, foi citado o grupo de pesquisa UPEC do CCA e, adicionalmente, soube-se que a sustentabilidade não está implementada na universidade como modelo de gestão na resposta do entrevistado, que continuou: *"[...] Está longe de estar. Está longe de estar [...]"* (Entrevistado).

Conforme resposta do entrevistado e com a análise documental no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) (2016-2025) da UFAM, o CCA é o responsável pelo vetor 10: Ambiente e Sustentabilidade. Como meta está a implementação da Política Ambiental da UFAM, definida a partir de 2016, sendo o CCA responsável por coordenar e as unidades acadêmicas e administrativas da UFAM como executoras.

5.3 Ações Práticas e Iniciativas

Na indagação sobre o conhecimento ou participação de ações sustentáveis, evidenciou-se ações desenvolvidas pelo CCA, como o seu auditório recém inaugurado, com utilização de madeira e estrutura reaproveitada; política de energia solar, através do grupo de pesquisa UPEC; Seminário Internacional de Meteorologia e Climatologia do Amazonas, onde são debatidas as mudanças climáticas, impactos da questão ambiental com especialistas do mundo e do Brasil; Mapa solar do estado do Amazonas para mudar a matriz energética; Seminários recorrentes de sustentabilidade com questão ambiental; Curso de língua indígena; Curso de agroecologia e agricultura periurbana, com produção sem agrotóxico, totalmente natural; Instalação iminente de bicicletário no Campus da UFAM, capital, com 40 (quarenta) bicicletas para uso entre o Setor Norte e Sul da UFAM e 1 (um) triciclo elétrico.

Complementarmente, averiguou-se a existência de projetos de gestão para mobilidade sustentável, ao que foi citado o bicicletá-

rio para todo o campus da capital da UFAM; para a gestão de energia, a política de energia solar e o mapeamento solar do Amazonas com vista à mudança de matriz energética de fóssil para solar. Na gestão de resíduos, há um projeto, com a Petrobrás, para fazer energia a partir do resíduo de pescado e outro projeto chamado Centro de Pesquisa em Reciclagem Ambiental (CEP) dentro da UFAM, em parceria com Secretaria Municipal de Limpeza Pública (SEMULSP).

Promoção de campanhas de educação ambiental ou ações voltadas à comunidade externa são realizadas de maneira modesta, através do CCA e o Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA) - este pertencente ao CCA - "Semana do Meio Ambiente", realização de palestras e oportuniza as escolas conhecerem as instalações do CCA e todas as ações desenvolvidas. Os conhecimentos são produzidos pelo próprio CCA, como os eventos e a replicação pelas mídias sociais, *youtube*, empresas de comunicação, esta ocorrendo no último ano.

Desta forma, as ações práticas inserem-se nas citadas por Disterheft, Caeiro, Ramos e Azeiteiro (2012) e Tauchen e Brandli (2006) quando destacam a importância do SGA, por trazer orientações e boas práticas, apesar dos desafios deste processo de implementação. Ademais, Blanco-Portela, R-Pertierra, Benayas e Lozano (2018) enfatizam a importância dos canais de comunicação eficazes para atingir toda a comunidade.

5.4 Participação e Engajamento

Buscou-se apurar a participação e engajamento da comunidade acadêmica, em que foi respondido que todos são convidados através da comunicação interna. Neste aspecto, já se tem uma iniciativa, mas que o engajamento pode melhorar, como se percebe na fala do entrevistado: *"Então, tem um certo engajamento, mas isso pode melhorar muito, pode melhorar muito, mas tem já iniciativa boa nesse sentido [...]"*. Adicionalmente, descobriu-se que não há espaço de escuta ou consulta para envolver a comunidade acadêmica em decisões sustentáveis, porém, prospecta-se que CCA, presidindo recentemente o Comitê de Gestão Ambiental, será um canal; e seguiu-se com resposta positiva sobre registro de lições aprendidas, complementando sobre estar documentado em relatórios do CCA.

Assim, há o reconhecimento por parte do entrevistado da importância da participação, interação para gerar engajamento e integração de todo o planejamento, execução e acompanhamento para melhores resultados quanto às ações de sustentabilidade na universidade, conforme Tauchen e Brandli (2006) nos SGAs.

5.5 Desafios e Perspectivas

Nas indagações sobre desafios e perspectivas, os maiores desafios estão em consolidar a concepção correta do conceito de sustentabilidade; normas e práticas sustentáveis, exemplo, uso de copo plástico dentro da UFAM; ampliação dessas práticas para incentiv o futuro. Nas mudanças necessárias, identificou-se sobre a compreensão coletiva do papel e da importância da sustentabilidade e da finitude dos recursos naturais. Adicionalmente, vislumbra-se, positivamente, as perspectivas e explanou sobre o passado como um período de grande regressão no governo anterior, com mudanças na legislação ambiental. Por fim, nesta categoria, os desafios para criar, compartilhar e utilizar os conhecimentos, o retorno do programa na TV UFAM, que houve pausa na pandemia para expandir o público. Neste sentido, percebe-se a sustentabilidade para além da teoria e documentos, com vista a ações práticas e a compreensão da finitude dos recursos naturais, conforme abordagens de Elkington (1998, 2004), Barbieri (2023) e Dias (2015).

5.6 Comunicação Interna

Considerando as variáveis que envolvem a comunicação interna, buscou-se conhecer se a integração com outros setores é fator importante para o fortalecimento das ações de sustentabilidade, em que foi respondido sobre o destaque da importância do envolvimento de todos, através da interdependência, interdisciplinaridade e interconectividade para fazer a política ambiental.

> *Eu acho [...] muito importante e infelizmente, infelizmente, ainda temos muito problema [...]. É muito importante, porque tudo pela concepção [...] estou sustentando [...] da interdependência, da interdisciplinaridade, da interconectividade. Nada funciona sozinho, ninguém vai fazer política ambiental sozinho [...] (Entrevistado)*

Assim, evidencia-se, com clareza, o desejo da integração conforme as observações para a integração Elkington (1998, 2004); Kunsch e Moya (2017) e Melo (2024) de parcerias e ações estratégicas para fomentar organizações sustentáveis.

Adicionalmente, buscou-se saber sobre algum projeto ou programa com participação de outros setores da UFAM para viabilizar a difusão da conscientização da sustentabilidade, sendo como resposta que na realização dos seminários, na prática, já é estabelecida esta conexão.

Evidenciou-se que não existe um setor para promover conteúdo para difusão da sustentabilidade, devido à estrutura limitada, e pontuou sobre a idealização de uma estrutura própria de comunicação dar dimensão maior neste contexto. Complementarmente, as fontes de informação utilizadas na produção de material para difusão sobre sustentabilidade são dos próprios eventos, como palestras e seminários, e as ações realizadas pelo CCA, principalmente o debate sobre a questão da crise climática e as mudanças ambientais necessárias.

Especificamente sobre os canais utilizados para comunicação com outros setores sobre ações de sustentabilidade, as reuniões presenciais em forma de ciclo semestral em cada unidade da UFAM, e-mail e mídias sociais, como facebook e instagram, sendo o instagram o canal mais utilizado. Foi evidenciado que a disponibilidade de um banco de emails para enviar, de forma automática, a toda a comunidade acadêmica poderia ser uma estratégia para otimizar o processo de comunicação, conforme fala do entrevistado

> *Tem esse ciclo que o pessoal faz todo o semestre. O nosso pessoal faz o ciclo [...] vai em todas as unidades explicar o que é a política [...] é uma reunião pessoal, presencial, presencial, a gente vai lá expor as ideias e ao mesmo tempo ouvir críticas, sugestões de opiniões [...] e todas essas mídias aí disponíveis [...]*

Observa-se que a comunicação pessoal, oral é valorizada através das reuniões presenciais e os outros canais utilizados para dar maior amplitude, conforme bem destacado por Pio (2017) sobre a eficácia do contato pessoal e uso inadequado dos meios de comunicação.

Fundamentalmente, buscou-se conhecer sobre o *feedback* esperado das comunicações por parte dos outros setores quando da requisição, em que houve resposta eventual positiva, sendo a pauta ambiental bem recebida e um ambiente bom, como se observa na fala: *"Às vezes sim [...] não é uma coisa 100%, mas também não é terra arrasada [...] o ambiente é bom [...] no geral. É bem recebida essa pauta ambiental"*.

Complementarmente, conheceu-se que, a falta de uma concepção básica; interação; concepção mais correta e a ausência de políticas minimamente sustentáveis, são justificativas para ausência do *feedback*, quando deste ocorrência, como resposta do entrevistado:

> *Acho que tudo que nós estamos debatendo a falta de uma concepção básica lá na origem, a falta de uma interação maior, a falta de uma concepção mais correta e, principalmente, a ausência absoluta de políticas minimamente sustentáveis naquelas unidades [...]*

Os desafios para o processo de comunicação sobre ações de sustentabilidade estão: elaboração de boletim, relatório como meios de uma atenção maior, advertindo para não ser ação isolada de cada unidade, além de uma comunicação em maior escala, perpassando a interna, sinalizando a necessidade de otimizar a área da comunicação.

Buscou-se conhecer a disponibilidade do CCA em viabilizar parceria com outros setores da UFAM, como orientador, para produção de conteúdo sustentável com vista à conscientização do tema, onde houve resposta positiva do trabalho em parceria e auxílio em dar propulsão de escala na execução da política ambiental da UFAM, como segue a fala: "*Sim, eu considero que todo e qualquer mecanismo que a gente escolha um tutor [...] alguém que possa fazer esse trabalho de acompanhamento, etc, de orientação, é muito bem-vindo e acho que é uma contribuição [...]"* (Entrevistado).

Desta forma, observa-se a vontade de uma aproximação maior, parcerias com outros setores para a execução das ações estratégicas de sustentabilidade ambiental institucionalizada na UFAM. Assim, somente através da comunicação, é possível criar as bases para as mudanças necessárias, com a maior conscientização dos envolvidos

nos processos (Kunsch e Moya, 2017), porém a complexidade deve ser levada em consideração pelas variáveis envolvidas, a exemplo do comportamento humano (Baldissera, 2009).

6. Considerações finais

No escopo desta pesquisa, observou-se que as ações de sustentabilidade estão na área ambiental. Como oportunidades, as ações significativas do CCA e seu grupo de pesquisa, que seguem: eventos, cursos e pesquisas, como a política de energia solar. Um destaque está para o ciclo de palestras presenciais nos setores da UFAM para interagir e gerar engajamento e integração. Os desafios estão postos que a sustentabilidade não está implementada como modelo de gestão, consolidação da concepção correta de sustentabilidade, normas e práticas sustentáveis em outros setores e conscientização da finitude dos recursos naturais.

Nos processos comunicacionais internos, pelo CCA, coordenador da política ambiental da UFAM, há reconhecimento da importância da integração com outros setores para o fortalecimento das ações de sustentabilidade, com disponibilidade em firmar parcerias para prospecção de produção de conteúdo sobre sustentabilidade para conscientização do tema, sendo destaque a comunicação pessoal com outros setores e a importância das mídias sociais, como o *Instagram*. Observou-se que há estrutura limitada para gerir melhor a comunicação e quando não há feedback das comunicações pode ser por falta de maior interação, concepção e ausência de políticas sustentáveis nas unidades.

Por fim, recomendam-se pesquisas futuras para análise em outros setores da UFAM, enquanto executores da política ambiental, para buscar compreender os processos comunicacionais a partir destes.

Referências

ANGELONI, Maria Terezinha. **Comunicação nas organizações da era do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2010. xv, 167 p. ISBN 978-

85-224-5809-7.

ARGENTO, D. *et al.* Integrating sustainability in higher education: a Swedish case. **International journal of sustainability in higher education**, *[S.l.],* v. 21, n. 6, 2020.

BALDISSERA, Rudimar. A teoria da complexidade e novas perspectivas para os estudos de comunicação organizacional. *In:* **Comunicação organizacional**: histórico, fundamentos e processos. São Paulo: Saraiva, 2009. v. 1. *Ebook*.

BARBIERI, José C. **Inovação e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Blucher, 2023. *E-book*. ISBN 9786555065848. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555065848/. Acesso em: 19 maio 2025.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BATISTA, Djalma. **Amazônia**: cultura e sociedade. 3. ed. Manaus: Valer, 2006.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: formação social e cultural. 3. ed. Manaus: Valer: 2009.

BLANCO-PORTELA, N.; BENAYAS, J.; LOZANO, R. Sustainability leaders' perceptions on the drivers for and the barriers to the integration of sustainability in Latin American higher education institutions. **Sustainability**, *[S. l.],* v. 10, n. 8, p. 80-90, 2018. DOI: https://doi.org/10.3390/su10082954. Acesso em: 19 maio 2025.

CARARETO, Mariana. Constituição comunicativa das organizações: uma abordagem da comunicação organizacional para a concepção das organizações. **Organicom**, São Paulo, v. 21, n. 46, set./dez., 2024.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5–15, set. 2003.

DIAS, Reinaldo. **Sustentabilidade**: origem e fundamentos; educação e governança global; modelo de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Atlas, 2015. *E-book*. ISBN 9788522499205. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522499205/. Acesso em: 17 maio 2025.

DISTERHEFT, Antje; CAEIRO, S. S. F. S.; RAMOS, M. R.; AZEITEIRO, U. M. M. Environmental Management Systems (EMS) implementation processes and practices in European higher education institutions - Top-down versus participatory approaches. **Journal of Cleaner Production**, *[S. l.],* v. 31, p. 80-90, 2012.

ELKINGTON, John. Enter the triple bottom line. *In:* HENRIQUES, A.; RICHARDSON, J. (Org.). **The Triple Bottom Line:** Does It All Add Up. Londres: Routledge, 2014.

ELKINGTON, John. Partnerships from cannibals with forks: The triple bottom line of 21st-century business. **Environmental quality management**, *[S.l.],* v. 37, 1998.

KUNSCH, M.; MOYA, I. Comunicação para a sustentabilidade: um estudo em *sites* de órgãos públicos, empresas e organizações do terceiro setor das regiões do Brasil. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL IBERCOM, 15., 2017, Lisboa. **Anais** [...]. Lisboa: Associação Ibero Americana de Comunicação, 2017.

KUNSCH, M.; MOYA, I. Políticas e estratégias de comunicação na gestão da sustentabilidade nas organizações públicas e privadas: principais resultados da pesquisa empírica. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO - ALAIC, 12., GT-2: Comunicação Organizacional e Relações Públicas, 2014, Lima. **Anais** [...]. Lima: [s.n.], 2014.

MELO, José Florentino Vieira de. Universidades e Sustentabilidade: uma revisão sob a ótica discursiva. **Revista Gestão & Conexões**, *[S. l.]*, v. 13, n. 3, p. 266.292, 2024. DOI: 10.47456/regec.2317-5087.2024.13.3.43792.266.292. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/43792. Acesso em: 19 maio 2025.

OLIVEIRA, I.; GENEROSO, I. O campo da Comunicação Organizacional na atualidade: direções epistemológicas e desafios. **Organicom**, São Paulo, v. 21, n. 46, set./dez., 2024.

PIO, Dirceu. **A força transformadora da comunicação interna**. [*S.l.*]: Simplíssimo, 2017. *Ebook.* [*Epub*].

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**: do período pré-colombiano aos desafios do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2019.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão & Produção**, *[S. l.],* v. 13, n. 3, p. 503–515, set. 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E O CONTEXTO INFOCOMUNICACIONAL: uma discussão conceitual sobre adaptação, impacto e vulnerabilidade

Rayanne Azevedo de Souza[1]
Danielly Oliveira Inomata[1]

1. Introdução

A emergência climática afeta todas as áreas e atividades do planeta, trata-se de uma crise global. Ao observar os problemas que as mudanças climáticas trazem, segundo o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) divulgado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a previsão é que entre os anos de 2030 até 2050 o planeta aqueça em 1,5%, caso as atividades humanas e industriais permaneçam no ritmo atual (Brasil, 2023).

Todavia, com o crescente aumento da temperatura observado nas últimas décadas, o ano de 2024 foi declarado como o mais quente da história, ultrapassando as previsões mais otimistas durante todos os meses (Evangelista, 2024). Esses dados expõem que no mundo atual, as atividades humanas estão gerando um efeito de degradação ao ambiente mais rápido do que o IPCC antecipou, o que gera preocupação em torno da temática.

Ao refletir sobre o âmbito social, o trabalho evoca o que Krenak (2020, p.60), aborda sobre a finitude do globo: "O fim do mundo talvez seja uma breve interrupção de um estado de prazer extasiante que a gente não quer perder", assim, quando se fala sobre as mudanças climáticas, o tema parece voltar à aspectos de medo e um fim. Todavia, como o próprio estudioso provoca, se a sociedade mantiver o diálogo aberto, será possível adiar esse fim do mundo e ampliar para novas narrativas.

1 Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Guedes, Sugahara e Ferreira (2023, p.243), defendem que as mudanças climáticas vão além dos fatores que atingem diretamente o planeta: “as alterações climáticas não podem ser compreendidas apenas como o aumento das temperaturas, mudanças na precipitação, circulação atmosférica, eventos climáticos extremos ou aumento do nível do mar”, mas deve extrapolar para a discussão no âmbito humano.

Neste estudo, são reunidos esforços que contemplam os aspectos infocomunicacionais relacionados à questão das mudanças climáticas. O contexto infocomunicacional aqui se apresenta como um ecossistema onde informação e comunicação são indissociáveis à tecnologia digital, em que fundamentalmente é cabal dar sentido e significado aos termos, expressões e palavras a partir de conceitos, seja para desenvolver competências infocomunicacionais, seja para identificar informações falsas e desinformação, seja para compreender o intenso cenário de produção e consumo de informação contemporâneo.

No caso em questão, se abre a discussão sobre estabelecer padrões em termos como a adaptação, impacto e vulnerabilidade, observando o crescente volume de informação que lida com esse tema (Ikegwu *et al.*, 2024) e a divergência de sentidos aos termos utilizados, como é o caso de vulnerabilidade (Mayhorfer, 2024). Ademais, Acserald (2022), expõe que o tratamento social que seguem as discussões sobre as mudanças climáticas ainda é escasso, assim, faz-se necessário estudos no entorno do assunto.

É válido ressaltar que desde 2009 o Brasil possui a Lei 12.187 que trata a Política Nacional da Mudança do Clima (PNMC), o que abre possibilidades para aprofundar em termos como os citados anteriormente, além de refletir sobre as políticas ambientais no país, uma vez que a própria lei cita que visa observar questões referentes a salvaguardas, cautela e da participação da sociedade em frente ao enfretamento da crise climática (Brasil, 2009).

Ao compreender que as políticas públicas fluem pelas ações governamentais, porém não são apenas tomadas de decisões, mas também circundam através dos atores e o ambiente que ali permeiam (Jardim; Silva; Nharreluga, 2009, p.17), dessa maneira entende-se que as políticas públicas são ações que visam melhorias, no caso

das políticas públicas voltadas às mudanças climáticas, a pesquisa científica encontra-se como um reflexo de alerta ou denúncia a partir do que permeia a temática visando o progresso ambiental.

As ideias que permeiam o interesse em tratar dessas categorias derivam do trabalho de Inomata *et al.* (2026), onde o grupo de pesquisa abordou os sentidos iniciais a respeito das categorias supracitadas. Assim, esse capítulo tem como objetivo refletir de forma social como as mudanças climáticas são debatidas no âmbito da adaptação, impacto e vulnerabilidade, de forma que seja possível estender a discussão do assunto no âmbito infocomunicacional.

2. Metodologia

A respeito dos percursos metodológicos da pesquisa, é um trabalho com aspectos de natureza básica e qualitativa, uma vez que esse tipo de trabalho visa reunir "[...] estudos que tem como propósito preencher uma lacuna do conhecimento" (Gil, 2017, p. 31).

Para compreensão dos termos que regem esse capítulo, foi-se adotada a revisão bibliográfica, método que Gil (2017) considera como sendo o de compilar a contribuição de autores diversos sobre determinado assunto.

Para essa etapa utilizou-se as bases *Web of Science, Scopus* e Brapci (Base de Dados em Ciência da Informação), das quais extraíram-se os termos "mudanças climáticas", "adaptação", "impacto" e "vulnerabilidade".

As fontes de informação principais foram o Relatório do IPCC (2024) e o artigo de Inomata *et al.* (2026). Utilizou-se a análise de conteúdo como técnica para a extração das categorias adaptação, impacto e vulnerabilidade, buscando descrever as representações para que possam contribuir para a elucidação do tema de forma teórica, além de refletir as questões sociais que permeiam esses tópicos.

Em termos de organização dos dados coletados, este capítulo apresenta como embasamento teórico-conceitual os achados e as reflexões a partir da revisão bibliográfica. Os resultados foram obtidos a partir da revisão bibliográfica sobre os aspectos conceituais inerentes à adaptação, impacto e vulnerabilidade.

3. Aspectos conceituais sobre adaptação, impacto e vulnerabilidade: os pilares sistêmicos das mudanças climáticas

Os estudos, as análises técnicas, a divulgação de notícias circundam o contexto infocomunicacional, como estruturas para dar sentido aos fatos e as atividades científicas e tecnológicas existentes/produzidas/consumidas em sociedade. Independente da capsularidade, é preciso estar atendo às informações produzidas nos ambientes digitais, sociais, acadêmicos, políticos, culturais, etc., pois estes são (i) formadores de opiniões, (ii) elemento de tomada de decisão e, quiçá, (iii) capazes de romper bolhas e remover polaridades, só para citar algumas possibilidades em que a informação e comunicação pode trazer de benefícios, quando produzidas e consumidas sob efeito da verdade.

No que tange à emergência climática, neste ecossistema infocomunicacional, nos deparamos com o negacionismo climático (Aguiar, Monteiro e Batista, 2022), com *fake news* ambientais que impactam a percepção pública (Vaillant *et al.*, 2025) e retrocessos nas políticas ambientais que aceleram o antropoceno[2] (Pinheiro, 2022), haja visto que encontra espaço em um conjunto de dilemas e conflitos de interesse.

Aguiar, Monteiro de Batista (2022) já alertaram que a presença de discursos negacionistas sobre as mudanças climáticas evidencia a necessidade de uma atuação qualificada dos meios de comunicação e do jornalismo na disseminação de esclarecimentos científicos. Para os autores, é por meio dessas ações, que as mudanças climáticas podem ser percebidas e compreendidas em suas dimensões ambientais, sociais, políticas, econômicas e culturais, contribuindo para influenciar positivamente a percepção e o comportamento da população. Os discursos negacionistas sobre mudanças climáticas são construídos por narrativas desinformativas, principalmente associadas à: negação, questionamento de causas antropogênicas, distorção de evidências, desqualificação de cientistas e teorias conspiratórias, com impactos significativos sobre percepções públicas, particularmente entre indivíduos com baixa alfabetização científica (Vaillant *et al.*, 2025).

2 Refere-se ao momento em que o consumo excessivo de recursos naturais tem causado danos irreversíveis ao sistema Terra (Issberner e Léna, 2018).

Cenário que segue ainda mais alarmante quando se ambienta ao avanço de informações deliberadamente falsas, no intuito de refutar os impactos das ações humanas nas mudanças no meio ambiente, principalmente, relacionadas às mudanças climáticas antropogênicas, como observado por Pinheiro (2022), quem sublinha que as recentes mudanças tecnológicas e comportamentais também têm favorecido a projeção de narrativas falsas.

Estes breves apontamentos dão conta de ilustrar o panorama do contexto infocomunicacional em que se insere às mudanças climáticas, e da real necessidade de que as pessoas sejam melhor informadas sobre o assunto.

Sob estes argumentos, como resultados deste capítulo, discute-se os conceitos que envolvem os aspectos conceituais sobre adaptação, impacto e vulnerabilidade, estes compreendidos como os pilares sistêmicos das mudanças climáticas.

Como ponto de partida, ressalta-se que os termos centrais – objeto de reflexão – foram embasados no relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2014), encontrando assertivas contribuições em Inomata *et al.* (2026). De acordo com esse relatório, **impacto** é um fenômeno atrelado aos efeitos climáticos extremos e das alterações da natureza.

> Geralmente, os impactos referem-se a efeitos nas vidas, meios de subsistência, saúde, ecossistemas, economias, sociedades, culturas, serviços e infraestruturas devido à interação de alterações climáticas ou eventos climáticos perigosos que ocorram num período de tempo específico e a vulnerabilidade de uma sociedade ou sistemas expostos. Os impactos também são referidos como consequências e resultados (IPCC, 2014, p.5).

Conforme o dicionário *online* Priberam, impacto pode ser definido como "influência decisiva", ou seja, uma ação definitiva onde no caso da crise climática o impacto tende a estar ligado a efeitos catastróficos onde um evento climatológico ultrapassou a zona de risco e ganha características de desastres, como enchentes, secas extremas e outros eventos. Do ponto de vista brasileiro, a Lei N.12.187/2009 elucida o impacto como o efeito das mudanças climáticas sobre os seres vivos (Brasil, 2009).

Cirillo, Santos e Henrique (2024) esclarecem sobre como o conceito de impacto é multifacetado e compreende diversas áreas precisando ser revisto no contexto social, além disso os autores comentam no contexto brasileiro como sendo: "[...] o processo de redemocratização do país e o surgimento de movimentos sociais e ambientais que questionavam o modelo de desenvolvimento vigente na época"

Sob a finalidade de refinar a discussão a respeito do termo impacto no assunto climático, Branco (1984, p. 57) define impacto ambiental como "[...] uma poderosa influência exercida sobre o meio ambiente, provocando o desequilíbrio do ecossistema natural".

Por sua vez, Oliveira Filho (2015) chama a atenção que os termos que envolvem impacto serão atualizados conforme a realidade em que o planeta estiver inserido em determinado momento, o que sugere uma amplitude de conceitos e relações com outros sentidos.

Quanto ao termo **adaptação**, para Lacerda *et al.* (2025, p.3), o conceito: "[...] se refere às ações que podem ser realizadas para reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência às mudanças climáticas", ou seja, a adaptação é um processo de prevenção e proteção contra as crises climatológicas.

De acordo com Di Giulio *et al.* (2018), adaptação aparece desde o primeiro relatório do IPCC como uma estratégia a longo prazo que visa contribuir na temática do aquecimento global, buscando uma melhora no bem-estar social. O uso deste termo é corroborado pelo PNMC, que enxerga a categoria como medidas de mitigação do fenômeno e também sobre a vulnerabilidade (Brasil, 2009).

Para o IPCC (2014, p.5), adaptação é o ato de se adaptar aos efeitos causados por uma ação, em que: "Em alguns sistemas naturais, a intervenção humana pode facilitar a adaptação ao clima esperado e aos seus efeitos".

Para Brooks (2003, p.8, tradução nossa) a palavra adaptação significa "[...] ajustes no comportamento e nas características de um sistema que aumentam sua capacidade de lidar com estresses externos", para o autor a adaptação acontece ao reduzir a vulnerabilidade dos indivíduos utilizando estratégias de mitigação e a própria adaptação.

Quanto às discussões que perpassam pela **vulnerabilidade**, de acordo com o IPCC (2014, p. 5), o termo é apresentado como: "A

propensão ou predisposição para ser afetado(a) negativamente. Para o PNMC a categoria é conceituada como:

> [...] grau de suscetibilidade e incapacidade de um sistema, em função de sua sensibilidade, capacidade de adaptação, e do caráter, magnitude e taxa de mudança e variação do clima a que está exposto, de lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, entre os quais a variabilidade climática e os eventos extremos (Brasil, 2009, p. 1).

A vulnerabilidade abrange uma variedade de conceitos e elementos, ou seja, a vulnerabilidade está ligada às exposições e riscos que indivíduos podem encarar, entende-se que é nesse momento que as pessoas pedem por auxílio às entidades responsáveis antes que ocorra o impacto.

Assim como o impacto, a vulnerabilidade pode ser encarada com diversos significados para diferentes contextos. Para Brooks (2003), existem duas maneiras de encarar a vulnerabilidade no contexto climático, sendo a primeira relacionada ao quanto certo grupo consegue lidar com eventos danosos e a segunda o quanto o estado interfere para evitar catástrofes, ou como definido neste artigo, o impacto.

Dessa maneira, a conexão entre os tópicos adaptação, impacto e vulnerabilidade no contexto das mudanças climáticas se mostram intrinsecamente conectados uma vez que um fator vai levando ao outro. A vulnerabilidade expõe os problemas, a adaptação é um fator que visa mitigar ou denunciar os riscos, enquanto impacto é o resultado da crise climática.

Diante das evidências identificadas, apresenta-se no Quadro 1, uma síntese que permite elucidar a meta informação para representar os termos em questão.

Quadro 1 – Caracterização de termos

TERMO	CARACTERIZAÇÃO
Adaptação	Refere-se ao ajuste em sistemas naturais ou humanos em resposta a estímulos climáticos atuais e esperados, ou seus efeitos, que modera os danos ou explora as oportunidades benéficas. Exemplo: ações que se relacional à preparação de avaliação de riscos; melhoria nas práticas de agricultura em regiões de maior incidência de seca; construção de barreiras para proteção contra aumento do nível do mar; eventos para discussão, planejamento de melhorias.
Impacto	Refere-se às consequências da mudança climática nos sistemas naturais e humanos, por exemplo: seca dos rios, extinção das espécies, inundações, poluição e efeitos dessa natureza.
Vulnerabilidade	Refere-se ao nível de reação de um determinado sistema para uma mudança climática específica. Por exemplo: Vulnerabilidade social – "sensibilidade" da vulnerabilidade à mudança do clima, considera a diversidade socioeconômica, étnica e cultural da população. Podem estar relacionados ao tema: Doenças causadas por mudança climática; Pessoas desabrigadas; Escassez de água potável.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

É válido enfatizar que a compreensão desses termos pode auxiliar tanto na representação quanto na elucidação dos conteúdos sobre mudanças climáticas, seja por meio de notícias, como uma literatura técnica ou científica.

4. Considerações finais

Como abordado nas considerações iniciais desse capítulo, as mudanças climáticas devem ser tratadas para além de um sentimento de finitude, mas que abra diálogos e busque formas de mitigar esse fenômeno.

Para além dos aspectos que a crise climática acarreta diretamente ao planeta, é preciso olhar de que maneira os seres humanos têm lidado com esse fator, uma vez que o ponto social das mudanças climáticas ainda necessita de maiores debates, os quais perpassam pelo desenvolvimento de competências infocomunicacionais, que atravessam dimensões complementares como cognitivas, emocio-

nais, sociais, tecnológicas e políticas, auxiliares no enfretamento da crise climática.

A crise climática é um fato, e como tratado durante o texto, é perceptível compreender que algumas comunidades e povos sentem o fenômeno em maior intensidade do que outros recortes sociais. As percepções que cercam as mudanças climáticas são difusas, termos como adaptação, impacto e vulnerabilidade aparecem com frequência em relatórios temáticos e em outras fontes, contudo ficam lacunas sobre o significado dessas palavras. Sob a finalidade de entrar em consenso conceitual, o trabalho conseguiu estabelecer reflexões através de relatório do IPCC, PNMC e demais autores (Brooks, 2003; Di Giulio *et al.*, 2018; Lacerda *et al.*, 2025; Inomata *et al.,* 2026*)*, sobre como os aspectos referentes as categorias adaptação, impacto e vulnerabilidade.

Ao tratar da **adaptação**, foi-se visto que o termo estabelece políticas e ações que visam mitigar a crise climática. Esse assunto segue a agenda das políticas públicas ao dar voz a quem está sofrendo por vulnerabilidade e demais riscos. Quanto a **impacto**, o termo estabelece um sentido final daquilo que Krenak (2020) expõe, esse tópico não oferece abertura para novas formas de enxergar o mundo. O impacto discutido na crise climática é irreversível. No que se refere à **vulnerabilidade,** é o termo que expõe as comunidades e indivíduos expostos a riscos e situações extremas, assim, é um conceito que interfere diretamente a questão social como indicador desse fenômeno.

Por fim, o capítulo não visa esgotar as discussões que permeiam os assuntos citados, mas aspira ampliar os estudos, de forma que seja possível continuar dialogando a respeito de maneiras para lidar com a crise climática além de colocar sob os holofotes: as pessoas, que são as que mais sofrem com as consequências desse fenômeno.

Referências

ACSERAlD, H. O social nas mudanças climáticas. **Liinc em revista**, v. 18, n., 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/194557. Acesso em: 15 maio 2025.

AGUIAR, C. C. B.; MONTEIRO, P. O.; BATISTA, A. J. Negacionismo e mudanças climáticas. Revista Ciências Humanas, [S. l.], v. 15, n. 3, 2022. DOI: 10.32813/2179-1120.2022.v15.n3.a922. Disponível em: https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/922. Acesso em: 26 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12187.htm. Acesso em: 23 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Relatórios Especiais do IPCC. Brasília, DF: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/relatorios-do-ipcc. Acesso em: 28 fev. 2024.

BRANCO, S. M. O. **Fenômeno Cubatão**. São Paulo: CETESB/ASCETESB, 1984.

BROOKS, N. Vulnerability, risk and adaptation: A conceptual framework. Norwich: **Tyndall Centre for Climate Change Research** and Centre for Social and Economic Research on the Global Environment (CSERGE), 2003. Disponível em: https://www.ipcc.ch/apps/njlite/srex/njlite_download.php?id=5463. Acesso em: 20 jul. 2025.

CIRILLO, C.; SANTOS, C.; HENRIQUE, G. Afinal, o que é impacto? Um conceito em disputa. **Notas técnicas**. São Paulo, n. 12, p. 1-4, 2024. Disponível em: https://sinapse.gife.org.br/download/afinal-o-que-e-impacto-um-conceito-em-disputa. Acesso em: 21 jun. 2025.

DI GIULIO, G.M *et al.* Climate change, risks and adaptation in the megacity of São Paulo, Brazil. **Sustainability in Debate**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 75–87, 2018. DOI: 10.18472/SustDeb.v8n2.2017.19868. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/16648. Acesso em: 22 jun. 2025.

EVANGELISTA, S. Entre a divulgacao cientifica e o mercado: dilemas eticos de influenciadores digitais de ciencia. Revista Eletrô-

nica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, v. 18, n. 4, 2024. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/322359. Acesso em: 19 maio 2025.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GUEDES, W. P.; SUGAHARA, C. R.; FERREIRA, D. H. L. Racismo ambiental: reflexões sobre mudanças climáticas e Covid-19. **Perspectivas em Diálogo:** Revista de Educação e Sociedade, v. 10, n. 23, p. 237-258, 17 jun. 2023. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/17693. Acesso em: 22 jun. 2025.

IKEGWU, Anayo Chukwu *et al*. Recently emerging trends in big data analytic methods for modeling and combating climate change effects. **Energy Informatics**, [s. l.], v. 7, n. 6, 2024. DOI: 10.1186/s42162-024-00307-5. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1186/s42162-024-00307-5. Acesso em: 11 abr. 2026.

IMPACTO *In:* DICIONÁRIO Priberam *Online* da Língua Portuguesa. Lisboa: Priberam Informática, 2025. Disponível em: https://dicionario.priberam.org/impacto. Acesso em: 21 jun. 2025.

INOMATA, D.O, *et al*. A presença do negacionismo e mudanças climáticas no G1.com: estudo netnográfico e análise do conteúdo de notícias. **Biblionline**, [S. l.], v. 22, n. 1, 2026. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/77348. Acesso em: 23 abr. 2026.

IPCC. Alterações Climáticas 2014: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade: Resumo para Decisores. Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas. **Organização Meteorológica Mundial (WMO)**, Genebra, 2014. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2018/03/ar5_wg2_spmport-1.pdf#:~:text=*%20Os%20impactos%20de%20eventos%20clim%-C3%A1ticos%20extremos,o%20clima%20incluem%20a%20alteração%C3%A7%C3%A3o%20dos%20ecossistemas%2C. Acesso em: 20 jun. 2025.

JARDIM, J.M.; SILVA, S.C.A.; NHARRELUGA, R.S. Análise de

políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação,** v.14, n. l, p.2-22, jan./abr. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pci/a/86sqfsg3NJnCXKFmxfg5C9v/?format=pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

LACERDA, R. G. F *et al*. Bioclimatologia, mudanças climáticas e saúde humana: interações na comunicação midiática com base em plataformas de busca. **RECIIS**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 1–19, 2025. DOI: 10.29397/reciis.v19iAhead-of-Print.4254. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/4254. Acesso em: 20 jul. 2025.

MAYRHOFER, M. Framing UN human rights discourses on climate change: the concept of vulnerability and its relation to the concepts of inequality and discrimination. **International Journal for the Semiotics of Law - Revue internationale de Sémiotique juridique**, [s. l.], v. 37, 2024. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s11196-023-10092-1. Acesso em: 11 abr. 2026.

OLIVEIRA FILHO, G.R. Uma breve reflexão sobre o conceito de impacto ambiental. **CES Revista**, v. 27, n. 1, p. 15-28, 2015. Disponível em: https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cesRevista/article/view/307/pdf_20. Acesso em: 21 jun. 2025.

PINHEIRO, D.C. Quando a fake news acelera o Antropoceno: O caso da Floresta Amazônica (2018-2021). **Liinc em Revista**, v. 18, n. 1, p. e5927, 2022. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/194638. Acesso em: 14 maio. 2026.

VAILLANT, R. G. *et al.* Fake news ambientais e seus impactos na percepção pública sobre mudanças climáticas. **ARACÊ**, v. 7, n. 12, p. e11023-e11023, 2025. Disponível em: https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/11023. Acesso em: 14 maio. 2026.

ENTRE A INFORMAÇÃO E A DESINFORMAÇÃO: mudanças climáticas no YouTube sob a perspectiva da netnografia

Melissa Farias de Souza[1]
Danielly Oliveira Inomata[1]

1. Introdução

As mudanças climáticas constituem-se como um dos maiores desafios globais deste século. Seus impactos multifacetados se estendem desde consequências significativas à saúde pública até alterações profundas na biodiversidade e ecossistema. Entretanto, a complexidade da crise climática não se limita à sua dimensão material ou biológica: ela reflete no ecossistema informacional. A percepção pública sobre o colapso climático é mediada por fluxos de informação em plataformas digitais, onde a disputa por sentidos e a circulação de desinformação são obstáculos tão urgentes quanto os próprios efeitos físicos do aquecimento global.

Os fenômenos extremos têm se tornado mais frequentes e mais intensos, evidenciando a gravidade desse cenário, reforçando a urgência de ações e respostas sociais, políticas e informacionais no contexto das mudanças climáticas. É fundamental a compreensão das causas e consequências desse processo, bem como analisar os modos pelos quais ele é comunicado, interpretado e disputado nos mais diversos espaços sociais e tecnológicos. Os estudos sobre a crise climática têm se consolidado como tema central nos debates científicos e públicos nas últimas décadas. Junto ao crescimento de práticas desinformativas e regimes de pós-verdade.

A desinformação climática dificulta o processo de construção de confiança em fontes de informação sobre o tema. Santini e Barros (2022), evidenciam que o negacionismo climático é um fenômeno

1 Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

climático é um fenômeno enraizado em crenças e valores sociais, além de ser agravado pelo ecossistema informacional das plataformas digitais. As redes sociais, por sua vez, consolidam-se como espaços sociotécnicos centrais na produção, circulação e consumo de informações. Estudos como os de Balbé (2018) e Loiola (2022) destacam sua relevância na construção da opinião pública e no engajamento digital em torno das questões ambientais.

Dentre essas plataformas, o YouTube destaca-se como espaço dinâmico de produção e circulação de conteúdo audiovisuais que podem informar e mobilizar o público acerca das questões ambientais. Entretanto, também se configura como terreno fértil para a disseminação de narrativas desinformativas que dificultam a percepção cientificas das mudanças climáticas. De modo que, nos últimos anos, a plataforma tem se tornado um espaço de disputas narrativas conspiratórias, extremistas e desinformativas sobre a crise climática (Furtado e Dias, 2026).

A vista disso, este capítulo analisa os conteúdos informacionais sobre mudanças climáticas no Youtube, considerando que compreender tais dinâmicas revela-se essencial para o avanço das discussões acerca da informação e da desinformação climática. Discussões sobre desinformação, pós-verdade e negacionismo climático têm evidenciado os impactos das dinâmicas informacionais na compreensão pública da crise climática. Santini e Barros (2022) afirmam que o negacionismo climático contribuiu para o surgimento de outras formas de negação científica, como visto durante a pandemia da Covid-19.

Os caminhos metodológicos deste capítulo possuem caráter exploratório e descritivo, construído a partir de uma abordagem qualiquantitativa. Devido à complexidade do fenômeno observado, adotou-se a netnografia como principal método, que conforme com Kozinets (2014), destaca-se por sua eficácia em investigar padrões socioculturais em ambientes digitais. A princípio, realizou-se um levantamento bibliográfico em bases de dados como Scopus, SciELO e BRAPCI, com enfoque em estudos acerca das mudanças climáticas, desinformação climática, negacionismo científico e informação ambiental. Seguidamente, foram mapeados canais do Youtube que abordavam a questão climática em seu conteúdo, utilizando a téc-

nica da bola de neve por meio de conexões entre canais, vídeos e interações dos usuários. A seleção dos canais considerou números de inscritos, comentários, frequência de publicações e engajamento.

Subsequentemente, analisou-se os vídeos, comentários e padrões discursivos relacionados às mudanças climáticas, verificando a circulação de informações científicas e conteúdos desinformativos. A análise levou em consideração a coerência temática e alinhamento com dados científicos. Como instrumento, foi utilizado Planilhas Google para registrar e organizar as informações coletadas. Por fim, os dados foram interpretados por meio da triangulação de dados, buscando compreender as dinâmicas de fluxo da informação e da desinformação climática no YouTube.

2. Mudanças climáticas e disputas narrativas digitais

Diante de uma problemática que ameaça a vida no planeta, a produção do conhecimento científico, as políticas ambientais e as ações de enfrentamento à crise climática dependem em grande medida, dos modos pelos quais as informações e narrativas sobre as mudanças climáticas são produzidas, disseminadas e apropriadas socialmente. Desse modo, a circulação dessas informações tornou-se objeto central nas disputas contemporâneas em torno da emergência climática, uma vez que a própria crise climática também se constitui como uma disputa em torno da informação.

Pesquisas recentes têm demonstrado a relação entre desinformação climática, negacionismo científico e plataformas digitais (Moreno-Cabanillas *et al*., 2026). O avanço dessas discussões acompanha a expansão de manifestações negacionistas que circulam em diferentes contextos socioculturais e comunicacionais, especialmente em ambientes digitais e mídias sociais em rede.

No campo da Ciência da Informação, os estudos relacionados ao colapso climático aproximam-se das discussões sobre informação ambiental e negacionismo climático. Pesquisas nacionais expõe os impactos das dinâmicas desinformativas sobre a compreensão pública da crise climática (Santini e Barros, 2022). Assim, a compreensão desses processos de fluxo informacional em plataformas digitais torna-se essencial para explorar os modos pelos quais dis-

cursos científicos e negacionistas disputam legitimidade no ambiente digital.

3. Quando a crise climática chega às plataformas.

Mais do que uma plataforma audiovisual, o YouTube configura-se como um ambiente de conflito discursivo, no qual diferentes perspectivas sobre a crise climática circulam, confrontam-se e buscam legitimação pública. A plataforma também opera simultaneamente como meio de divulgação científica, espaço de debate público e território de circulação da desinformação climática. Investigações recentes evidenciam conteúdos que desafiam o consenso científico acerca das mudanças climáticas e reforçam discursos negacionistas e desinformativos na plataforma (Loiola, 2022). Estudos como os de Torrico e Puente (2023) e Furtado e Dias (2026) examinam a relação entre engajamento digital e difusão de conteúdos conspiratórios sobre a crise climática. Tais análises demonstram que o alcance e a disseminação de conteúdos negacionistas não dependem apenas da produção, mas também das dinâmicas de interação, recomendação e compartilhamento favorecido pela lógica algorítmica do YouTube.

Frequentemente, a desinformação climática articula-se a disputas políticas e ideológicas. Lemos *et al*. (2021), por exemplo, investigam como a desinformação relacionada ao vazamento de óleo no Nordeste brasileiro, em 2019, circulou no YouTube; enquanto Pinto e Zanetti (2023), exploram discursos desinformativos sobre as queimadas na Amazônia. Em ambos os estudos, a desinformação aparece associada a conflitos ideológicos e sociopolíticos que atravessam a questão ambiental. Em contrapartida, Nadal (2026) chama atenção para o papel dos influenciadores políticos na produção de desinformação climática no YouTube. Em conjunto, essas pesquisas indicam que a circulação de conteúdos sobre mudanças climáticas na plataforma extrapola o campo científico e articula-se às dinâmicas políticas, culturais e sociais que influenciam a formação da percepção pública sobre a crise climática.

4. A desinformação climática no YouTube na pós-pandemia.

Após o período da Covid-19, as discussões sobre informação e desinformação climática ganharam ainda mais relevância. A pandemia mostrou fragilidades nos processos de produção, circulação e consumo de informações em ambientes digitais, acentuando a polarização entre conhecimento científico e discursos pseudocientíficos. Nesse contexto, as plataformas digitais tornaram-se ecossistemas marcados pela circulação acelerada de fake news, teorias conspiratórias e regimes de pós verdade.

Lewandowski (2021) indica que o aumento do uso das redes sociais durante o período pandêmico intensificou o fluxo de desinformação climática nas redes sociais. E o negacionismo climático passou a dialogar com outras formas de negação cientifica, fortalecendo discursos que questionam instituições científicas e consensos produzidos pela ciência contemporânea. No contexto brasileiro, a desinformação climática também esteve relacionada a discursos políticos que desvalorizaram a crise ambiental e enfraqueceram políticas públicas voltadas a proteção ambiental (Aguiar *et al*, 2022). Essas narrativas foram ampliadas não somente por atores políticos institucionais, mas também por influenciadores digitais e grupos ideológicos em comunidades online que atuam na circulação de conteúdos negacionistas.

A circulação de desinformação climática no YouTube evidencia os desafios contemporâneos relacionados a mediação da informação em ambientes digitais. Assim, compreender os processos informacionais presentes na plataforma é fundamental para analisar como diversas narrativas acerca da crise climática são construídas, disseminadas e apropriadas socialmente.

5. O YouTube na mediação da informação climática

Nas últimas décadas, o YouTube consolidou-se como uma das principais plataformas digitais de circulação de conteúdos audiovisuais. Nesse cenário, o formato audiovisual contribui para expandir o alcance de debates complexos que aproxima temas científicos

de públicos distintos e transforma a plataforma em objeto relevante para estudos nas áreas de comunicação, informação e cultura digital. No caso das mudanças climáticas, o YouTube apresenta um cenário ambíguo: ao mesmo tempo que permite o engajamento em torno do tema, também se torna espaço de conflito entre ciência e negacionismo (Loiola, 2022). Nesse sentido, as chamadas bolhas informacionais favorecem a circulação de conteúdos alinhando às crenças previas dos usuários, ainda assim, a plataforma abriga iniciativas jornalísticas, cientificas e socioambientais comprometidas com a divulgação de informações verídicas sobre as mudanças climáticas.

Durante a análise inicial foram observados 20 canais entre 05 e 18 de janeiro de 2026, sendo selecionados três para estudo: Repórter Eco, Amazônia Real e InfoAmazônia. A escolha considerou três critérios principais: abordagem científica, caráter jornalístico e relação com o contexto amazônico, buscando contemplar diferentes perspectivas sobre a crise climática. Durante a observação, verificou-se o contraste entre frequência de publicação, número de inscritos e volume de visualizações. Alguns canais demonstravam expressivo alcance significativo, mas baixa frequência de conteúdo. Entre os selecionados, apenas o Repórter Eco manteve regularidade de publicação. O canal também se destacou pela diversidade temática e caráter educativo de suas produções.

No que se refere às temáticas abordadas, cujos dados são detalhados no Quadro 1, evidenciou forte articulação entre ciência, educação ambiental e territorialidade. Também foi observado no período de coleta, uma estratégia de cobrir tanto o nível local: biomas específicos, quilombolas e povos indígenas, quanto o nível global: com conteúdo como expedições à Antártica, lixo espacial e COP30.

Quadro 1 – Quantidade de Conteúdo do Repórter Eco

Data	Conteúdo	Hastag	Região
05/01	bioplástico, conservação ambiental, projetos ambientais	#plástico	Caatinga, Pantanal
12/01	quilombolas, preservação de animais silvestres	#quilombols, #pantanal	Pantanal

19/01	saúde do idoso, hortas, desenvolvimento sustentável, conservação ambiental	#horta, #fotografia	Nenhuma
09/02	conservação dos oceanos, mudanças climáticas, preservação dos povos tradicionais	#derramaen todeóleo	Nenhuma
16/02	pesca predatória, direitos dos povos originários, cultura africana	#indígenas	Nenhuma
23/02	mudanças climáticas, saúde, povos originários desenvolvimento sustentável	#povosindígenas	Nenhuma
02/03	biomas, soluções ambientais, crime ambiental, demarcação de terras indígenas	#pantanal, #mataantlântica	Pantanal, Mata Atlântica
09/03	mudanças climáticas, agrotóxicos, expedição antártica	#antártica #libélulas #agrotóxicos	Antártica
16/03	poluição ambiental, preservação de espécies, bioplástico, cop30, desmatamento na Amazônia	#construçãos sustentável	Nenhuma
23/03	preservação ambiental, aquecimento global, pesquisadores indígenas	#mataatalânti ca #cerrado	Cerrado, Mata Atlântica
30/03	preservação de espécie, exploração de aquíferos, saúde do planeta terra	#cientistasindígenas #cerrado #preservação	Cerrado, Mata Atlântica

06/04	preservação de espécie, povos indígenas	#peixeboi #mataatlântica #indígenas #ventos #poluentes	Mata Atlântica
13/04	vida marinha, plantas aquáticas, energia eólica	#caatinga #preservação #fotografia #documentário	Caatinga
20/04	COP30	#cop30 #amazônia	Amazônia
27/04	preservação de espécie, literatura de cordel	#literaturadecordel #amazônia #formigassaúva #árvores #podas	Nenhuma
04/05	impacto das queimadas	#queimadas	Amazônia
11/05	impacto das mudanças climática nos povos indígenas	#pantanal	Mata Atlântica
18/05	ribeirinhos, aquecimento global, povos tradicionais	#liderindigena	Pantanal
25/05	desinformação climática, fotografia, aquecimento global	#arquipélagoimaginário #oscarverde #desinformaçãoclimática	Amazônia
01/06	preservação de espécie, bioma	#anta #caatinga #sebastiãosalgado #pantanal #preservação	Caatinga

08/06	Oceanos, parques nacionais, preservação de gelo glacial, lei do mar	#leidomar #litoralbrasileiro #nièdeguidon #parquenacionalserradacapivara	Nenhuma
15/06	lixo espacial, saúde do planeta terra	#LixoEspacial #FuturoDaTerra	Nenhuma

Fonte: Elaborado pela autora

A aproximação entre temáticas distintas contribui para ampliar a percepção pública sobre os efeitos multidimensionais da crise climática. O uso de hashtags e menções territoriais demonstra uma preocupação em regionalizar o debate climático além de favorecer a ampliação do alcance temático dos vídeos (Rodrigues *et al*., 2022). Outro aspecto relevante, é o enfoque em povos indígenas e comunidades tradicionais, evidente em conteúdos que tratam sobre direitos, preservação cultural e impactos ambientais tanto no território quanto na vivência desses grupos.

A análise também evidenciou que, apesar da diversidade de conteúdo, não foram identificadas evidências de desinformação. Embora não tenham sido identificadas narrativas desinformativas, é necessário reconhecer, em concordância com Loiola (2018; 2022) e Torrico e Puente (2023), que a própria arquitetura do YouTube permanece propícia à formação de bolhas informacionais e à amplificação de conteúdos negacionistas.

Para melhor compreensão acerca da organização temática dos vídeos do canal Repórter Eco, foi elaborado um quadro de categorias e subcategorias, que relaciona cada vídeo com o principal tema abordado, conforme Kozinets (2014) “é melhor categorizar e constantemente classificar e reclassificar os dados na medida em que eles são coletados”, desse modo, cada subcategoria reflete os diferentes enfoques dos vídeos.

Quadro 2 – Categorias e Subcategorias

Categoria	Subcategoria	Temas Abordados
Meio Ambiente	Soluções Ambientais Preservação Ambiental Saúde Crime Ambiental, Sustentabilidade, Ecossistema Preservação de Animais Silvestres	bioplástico, conservação ambiental, conservação dos oceanos, projetos ambientais, quilombolas e povos originários, preservação de animais silvestres, preservação ambiental
Mudanças Climáticas	Impactos das Mudanças Climáticas	impactos das mudanças climáticas, saúde, povos originários, aumento da temperatura, desenvolvimento sustentável, ribeirinhos, aquecimento global, desinformação climática, oceanos
Educação Ambiental	Preservação Ambiental	preservação ambiental e preservação de animais silvestres

Fonte: Elaborado pela autora

É evidente, a partir da análise das categorias e subcategorias, a consistência temática do canal. A ausência de desinformação não contradiz o que está dito na literatura; ao contrário, reforça a ideia de que a curadoria editorial e o enquadramento jornalístico-científico contribuem para reduzir o risco de circulação de informações falsas ou distorcidas no YouTube. Desse modo, os resultados sugerem que a mesma lógica algorítmica capaz de potencializar desinformação, também pode fortalecer a visibilidade de conteúdos confiáveis.

Por fim, o canal Repórter Eco destaca-se por articular ciência e educação ambiental, ao apresentar informações precisas e contextualizadas sobre os efeitos das mudanças climáticas, de modo, que fortalece o debate público sobre o tema. Essa postura é essencial no combate da desinformação e promove compreensão profunda sobre as questões climáticas.

6. Considerações finais

A análise do conteúdo sobre mudanças climáticas no YouTube demonstrou que as plataformas digitais podem funcionar como

espaços de disseminação confiável quando os canais priorizam informações científicas. As plataformas digitais constituíram-se como espaço sociotécnico nos quais diferentes narrativas disputas visibilidade, legitimidade e engajamento público. Ainda que a literatura recente ressalte o crescimento da desinformação climática e discursos negacionistas nas redes sociais, os resultados obtidos no canal Repórter Eco mostram que o YouTube também pode favorecer a circulação de conteúdos comprometidos com a divulgação científica.

Outro aspecto relevante é a presença dos povos indígenas e comunidades tradicionais como sujeitos centrais nas narrativas sobre mudanças climáticas. Ao incluir debates sobre territorialidade, preservação cultural e impactos ambientais vivenciados por esses grupos, ampliam a compreensão da crise climática para além do ponto de vista técnico e cientista. Nesse sentido, a presença dessas comunidades revela a importância de incluir diferentes perspectivas sociais e territoriais nas discussões sobre a crise climática

É necessário reconhecer os povos indígenas e tradicionais como produtores legítimos de informação, valorizando seus saberes tradicionais sobre o meio ambiente. O registro, sistematização e disseminação desses conhecimentos podem enriquecer estudos e subsidiar políticas públicas inclusivas entres saberes científicos e tradicionais.

Por fim, as discussões sobre informação, desinformação e mudanças climáticas demandam de abordagens cada vez mais interdisciplinares, principalmente diante das transformações recorrentes das plataformas digitais. Espera-se que esse capítulo contribua para fortalecer os estudos no campo da Ciência da Informação acerca da mediação da informação climática em ambientes digitais.

Referências

AGUIAR, C. G. B.; MONTEIRO, P. O.; BATISTA, A. J. Negacionismo e mudanças climáticas. **Revista Ciências Humanas**, v. 15, n. 3, 2022. Disponível em: https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/922. Acesso em: 20 jan. 2026.

BALBÉ, A. D. **Representações das alterações climáticas nas re-**

des sociais Facebook e Twitter. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade do Minho, Portugal. Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/59752?mode=full. Acesso em: 20 jan. 2026.

FURTADO, C.; DIAS, T. O combate à desinformação no YouTube: uma análise de similitude dos comentários em um vídeo sobre negacionismo climático publicado pela BBC News Brasil. In: **VII Workshop de Informação, Dados e Tecnologia-WIDaT 2026**. 2026. p. e203-e203. Disponível em: https://labcotec.ibict.br/widat/index.php/widat2026/article/view/203. Acesso em: 20 jan. 2026.

GUERREIRO, I.; VASCONCELLOS, M.; CONDURÚ, M. Transparência ambiental: da disponibilidade ao acesso à informação ambiental. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 26, n. 04, p. 3-37, 2021. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/169920. Acesso em: 27 jan. 2026.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Penso Editora,2014.

LEMOS, André Luiz Martins; BITENCOURT, Elias Cunha; DOS SANTOS, João Guilherme Bastos. Notícias falsas como política falsa: as materialidades digitais dos vídeos de desinformação do YouTube sobre a catástrofe do derramamento de petróleo no Brasil. Mídia, **Cultura & Sociedade** , v. 43, n. 5, pág. 886-905, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1177/01634437209773. Acesso em: 28 jan. 2026.

LOIOLA, D. **Recomendado para você**: o impacto do algoritmo do youtube na formação de bolhas. 2018. 166 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B6GEZC. Acesso em: 20 jan. 2026.

LOIOLA, D. F. O negacionismo do aquecimento global no YouTube: uma análise exploratória. **Revista Ciências Humanas**, [S. l.], v. 15, n. 3, 2022. DOI: 10.32813/2179-1120.2022.v15.n3.a928. Disponível em: https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/928. Acesso em: 21 jan. 2026.

MORENO-CABANILLAS, A.; CASTILLERO-OSTIO, El.; SER-

NA-ORTEGA, A. Comunicación política en el entorno digital: Evaluación de las estrategias de interactividad de los think tanks europeos. **Revista Mediterránea de Comunicación**, v. 16, n. 1, p. 123-146, 2026. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9891473. Acesso em: 20 jan. 2026

NADAL, Lluís de. From Denial to the Culture Wars: A Study of Climate Misinformation on YouTube. **Comunicação Ambiental** , p. 1-18, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.1080/17524032.2026.2363861. Acesso em: 27 jan. 2026.

PINTO, Thamara Machado; ZANETTI, Daniela. YouTube em chamas: os discursos de desinformação acerca das queimadas na Amazônia (2019-2021). **Compolítica**, v. 13, n. 2, p. 07- 28, 2023. Disponível em: https://revista.compolitica.org/index.php/revista/article/view/660.Acesso em: 27 jan. 2026.

RODRIGUES, Victor Hugo Ferreira; REDIGOLO, Franciele Marques; CONDURÚ, Marise Teles. Hashtags #sustentabilidade e #sustentabilidadeambiental no Instagram e YouTube: o uso da folksonomia em redes sociais . InCID: **Revista de Ciência da Informação e Documentação,** Ribeirão Preto, Brasil, v. 13, n. 2, p. 159–181, 2022. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v13i2p159- 181. Disponível em: https://revistas.usp.br/incid/article/view/189011.. Acesso em: 28 ago. 2026.

SANTINI, R. M.; BARROS, C. E. Negacionismo climático e desinformação online: uma revisão de escopo. **Liinc em revista**, v. 18, n. 1, p. e5948-e5948, 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/195043. Acesso em: 20 jan. 2026.

BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS COMO ESPAÇOS DE COMBATE AO NEGACIONISMO CLIMÁTICO POR MEIO DE AÇÕES EM COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Josanne Jean de Assiz da Silva[1]
Djuli Machado De Lucca[2]
Hamilton Vieira de Oliveira[1]

1 Introdução

Os tempos atuais estão permeados por dinâmicas informacionais. Uma delas é a desinformação, que em uma de suas faces assume a forma de negacionismo climático, cujas consequências podem ser evidenciadas para além do aspecto ambiental, impactando também nas dimensões social, cultural, econômica e política.

Sob essa perspectiva, é salutar que as pessoas compreendam a importância de se manterem bem informadas e de conseguirem distinguir informações corretas e adequadas das falsas e/ou manipuladas, para que tenham êxito na escolha daquilo que irá contribuir para a tomada de decisão de forma consciente, construindo o seu arcabouço de conhecimento de forma crítica.

Nesse contexto de desinformação, a Competência em Informação emerge como uma alternativa para a construção de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que caminhem em direção ao desenvolvimento do pensamento crítico e proporcionem a identificação de critérios de confiabilidade das fontes de informação disponíveis.

Dentre os ambientes propícios para o desenvolvimento da Competência em Informação, estão as bibliotecas universitárias,

1 Universidade Federal do Pará (UFPA)
2 Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

cuja função essencial é "[...] auxiliar as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão desenvolvidas nas universidades, de acordo com o suprimento de recursos e serviços informacionais seletivos, diversificados e organizados" (Farias *et al.*, 2018, p. 90). A missão desses espaços é "[...] adquirir, tratar, armazenar e mediar os suportes informacionais e a informação" (Santos Neto, 2014, p. 24).

Heller, Jacobi e Borges (2020) ressaltam que a biblioteca universitária é um espaço estratégico no enfrentamento da desinformação, uma vez que desempenha um papel fundamental na formação de profissionais que atuarão em múltiplos setores da sociedade e podem contribuir para a promoção e consolidação de uma cultura voltada para a valorização da informação precisa, da veracidade dos fatos e do conhecimento científico, contribuindo, assim, para a construção de um ambiente social mais bem informado e comprometido com a verdade.

Neste âmbito, partimos da noção de que bibliotecas universitárias podem agregar à missão e responsabilidade social das atividades – notadamente envolvendo Competência em Informação – que contribuam para a mitigação da desinformação e do negacionismo climático. Assim, este capítulo busca mapear ações bibliotecárias vinculadas às bibliotecas universitárias que podem ser úteis no contexto da desinformação e do negacionismo climático.

Na próxima seção, serão apresentados os conceitos que rondam o contexto da investigação: desinformação, movimentos conspiracionistas e o negacionismo climático.

2 Desinformação e negacionismo climático: aspectos conceituais e interrelações básicas

A desinformação é um fenômeno que ganhou proporção na ocasião em que a informação foi assumida, pela sociedade, como um recurso valioso. Compreende-se aqui informação como um conhecimento registrado no formato escrito, oral ou audiovisual, que contém um sentido transmitido a um ser consciente mediante uma mensagem presente em um suporte específico, seja ele impresso, sinal elétrico, onda sonora, entre outros (Le Coadic, 2004). Para além do seu conceito fundamental, informação é o "[...] conjunto de

estruturas significantes com a competência de gerar conhecimento para o indivíduo e seu grupo" (Barreto, 1994, p. 2), ou seja, é um instrumento modificador da consciência das pessoas e do mundo. no qual suas histórias individuais se desenrolam (Barreto, 1994). Seu aspecto valioso reside no fato de que está associada à liberdade das pessoas, trazendo benefícios ao desenvolvimento humano e das comunidades (Barreto, 1994). E é justamente nesse aspecto que a desinformação opera, no sentido contrário à construção de conhecimento que é elementar para a liberdade, o desenvolvimento e a prosperidade das pessoas e de seus grupos.

Desafios que emergem nesse contexto atual – meados da década de 2020 – envolvem fenômenos como a pós-verdade, em que os fatos objetivos perdem a relevância diante de apelos emocionais e crenças pessoais; o negacionismo, que se manifesta na rejeição deliberada de evidências e fatos comprovados, como no caso das mudanças climáticas e da eficácia das vacinas; as teorias conspiratórias, que oferecem explicações sem fundamento para eventos complexos, muitas vezes baseadas na desconfiança nas instituições; e outros (Araújo, 2021; Araújo, 2024).

Esses fenômenos são impulsionados pela ampla e rápida disseminação das *fake news*, que significam, literalmente, notícias falsas, criadas ou distorcidas com o objetivo de enganar, manipular ou reforçar determinadas narrativas (Araújo, 2021; Araújo, 2024). Tais fenômenos informacionais têm ocasionado diversos prejuízos, principalmente nos últimos anos, como o enfraquecimento da credibilidade de instituições renomadas, a exemplo das universidades e das demais instituições científicas.

Para Barroso (2024), a proliferação de desinformação ganha destaque na comunicação política, desvaloriza a verdade, dissolve consensos e eleva as barreiras para o entendimento das pessoas, abalando a credibilidade e a confiança necessárias ao diálogo. Paralelamente, observa-se a ascensão do negacionismo, dinâmica que, como ressalta Barroso (2024), desloca o foco de questões urgentes, como a crise climática, que acelera catástrofes e abala a geração presente e as que estão por vir, para dar lugar aos debates superficiais e muitas vezes fictícios. Nas redes sociais, tópicos de relevância são distorcidos, levando o público a julgar versões simplificadas e enganosas ao

invés dos fatos reais, o que fragiliza a cultura democrática, compromete a coesão social e a confiança nas instituições, abrindo espaço para um repertório virtual de soluções simplistas para desafios complexos (Barroso, 2024).

O negacionismo pode ser entendido como a "[...] recusa em aceitar a validade de fatos comprovados cientificamente, ainda que sejam apresentadas evidências concretas sobre ele" (National Geographic Brasil, 2024). Sob outra perspectiva, a Academia Brasileira de Letras (2020) define o negacionismo como uma "Atitude tendenciosa que consiste na recusa a aceitar a existência, a validade ou a verdade de algo, como eventos históricos ou fatos científicos, apesar das evidências ou argumentos que o comprovam".

No escopo do negacionismo científico, definido por Gomes e Zamora (2024, p. 3) como um "[...] movimento coletivo embasado em crenças errôneas e compartilhadas a respeito da ciência [...]", os questionamentos ou mesmo a negação do conhecimento científico são exemplificados no aumento do movimento antivacina, do terraplanismo e do negacionismo climático.

Assim, o negacionismo climático emerge como uma face da desinformação, oriundo de pessoas negacionistas às mudanças climáticas de origem antrópica e impulsionado por motivações políticas, econômicas e religiosas. As evidências científicas têm sinalizado o crescimento de formas organizadas de negação ao conhecimento acerca das alterações no clima. Ocorre que, existem grupos mobilizados e financiados voltados para a produção e disseminação de conteúdos falsos (Nogueira; Domingues; Araújo, 2023; Santini; Barros, 2022).

Esse cenário é alimentado pelas teorias da conspiração, definidas por Lobo (2024) como um reflexo de uma perspectiva conspiracionista sobre a realidade, marcada pela concepção de que a verdade oficial constitui uma mentira, elaborada com o propósito de atender a interesses ocultos e inconfessáveis. Teorias da conspiração são, para Matos e Jacintho (2022, p. 226), como um conjunto de estratégias de argumentação na qual os negacionistas tendem a acusar os cientistas de constituírem grupos fechados, apegados a certos dogmas, em oposição ao que é novo e traz mudança, e "[...] costumam apontar indícios de conspirações governamentais e empresariais, querendo esconder alguma suposta 'verdade'".

Nessa conjuntura, a Competência em Informação pressupõe a capacidade de perceber de forma autônoma uma necessidade informacional, definir qual tipo de informação pode satisfazê-la e localizar quais os meios e métodos para buscá-la. Além disso, requer a habilidade de operar dispositivos eletrônicos e empregar recursos informacionais de modo eficaz na busca de informação, de forma responsável e ética (Nicolino; Casarin, 2021; Zattar, 2017).

E é nesse contexto que as bibliotecas universitárias podem operar. Na próxima seção, são apresentadas suas funções, responsabilidades e seu contexto histórico.

3 Bibliotecas universitárias: histórico, funções e responsabilidades

Bibliotecas universitárias são ambientes de informação voltados para o apoio às atividades nas Instituições de Educação Superior (IES). Nesses espaços, as bibliotecas são ferramentas valiosas no fortalecimento dos seus três pilares: ensino, pesquisa e extensão. Nunes e Carvalho (2016) aduzem que em virtude da abrangência e atuação frente ao avanço científico, tecnológico, cultural e social, as bibliotecas universitárias têm na sociedade atual uma posição de destaque, sobretudo por estarem alinhadas à função desempenhada pelas IES como produtoras e disseminadoras de conhecimento científico originário dos estudos de seus pesquisadores, docentes e discentes.

Santos e Peixoto (2018) elucidam que o surgimento das bibliotecas universitárias está diretamente relacionado à criação das universidades. Contudo, sua origem também está enraizada nas bibliotecas das ordens religiosas que foram a base fundante das universidades e, em virtude disso, as primeiras universidades emergiram como uma extensão principalmente das ordens franciscanas e dominicanas. Nessa época, as bibliotecas ainda eram de acesso restrito e tinham a preservação do conhecimento como sua função primordial. O manuseio e a leitura ainda eram pouco facilitados aos mestres e estudantes, mesmo com a motivação em deixá-los mais acessíveis. Esse fato era observado principalmente nas bibliotecas universitárias da Idade Média, onde eram exigidas dos membros das universidades regras de leitura, de uso dos espaços, da organização das estantes e do acesso aos textos pelos estudantes (Nunes; Carva-

lho, 2016), visando controlar o acesso irrestrito aos materiais.

Com o passar dos anos, as bibliotecas universitárias foram evoluindo e adaptando-se às mudanças que ocorriam na sociedade, tanto em relação à satisfação das necessidades de informação dos usuários, quanto na perspectiva de acompanhar as transformações ocorridas no âmbito das Tecnologias da Informação e Comunicação e, até mesmo, no comportamento cada vez mais conectado do seu público, culminando nas suas características atuais. Assim, contribuem para o exercício do protagonismo social dos indivíduos que têm a possibilidade de receber uma formação crítica e ética para agir diante de seus desafios diários (Nunes; Carvalho, 2016).

O papel social e a abrangência das bibliotecas estão intimamente relacionados à função das próprias universidades às quais estão integradas perante a sociedade. Devem contribuir para os processos de desenvolvimento científico, tecnológico, cultural e social das IES, enquanto difusoras do conhecimento científico oriundo dos pesquisadores, docentes e discentes que estão vinculados a essas instituições (Nunes; Carvalho, 2016). Além disso, precisam dar suporte para a formação profissional no ensino superior, bem como às questões que envolvem as atividades de extensão nesse contexto.

No entendimento de Miranda (2007), a biblioteca universitária existe para atender as necessidades de informação de docentes, discentes, pesquisadores e técnico-administrativos, orientando a formação de seu acervo com base nos conteúdos curriculares e nos projetos acadêmicos dos cursos oferecidos pela universidade a qual está inserida.

Nicolino e Casarin (2020, p. 433) afirmam ser imprescindível que "[...] a biblioteca universitária disponibilize, além dos tradicionais acervos, espaços, materiais e serviços e realize capacitações para que seu usuário seja protagonista de seu próprio aprendizado, valendo-se de recursos e fontes confiáveis e variadas". Isso implica dizer que a biblioteca deve direcionar sua atenção para a oferta de uma ampla gama de recursos e serviços que estimulem a autonomia e apoiem o processo de aprendizagem dos mais diversos tipos de usuários.

Para os autores, "A biblioteca precisa ser um ambiente de estudo e reflexão, mas também um espaço dinâmico e favorável à

aprendizagem coletiva e colaborativa" (Nicolino; Casarin, 2020, p. 433), no qual aconteça o desenvolvimento de Competência em Informação, fundamental para o reconhecimento das necessidades informacionais e consequente busca, localização, seleção e uso da informação em direção à construção do conhecimento de forma responsável e ética (Nicolino; Casarin, 2020).

4 Percurso metodológico

A presente pesquisa caracteriza-se como aplicada, exploratória e de abordagem qualitativa. Para a coleta de dados, utilizou-se a pesquisa bibliográfica, contando como fontes de informação as bases *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO), Base de Dados da Ciência da Informação (Brapci), Scopus e Web of Science (WoS). Essas bases foram selecionadas pela relevância de cada uma, assegurando a confiabilidade e a credibilidade para esta pesquisa.

A operacionalização das buscas para a formação do *corpus* de documentos ocorreu de fevereiro a abril de 2025, levando em consideração os campos "título", "resumo" e "palavras-chave" (exceto na Brapci e na SciELO, pois não apresentam esses filtros no sistema de busca). Definiu-se o período de 2020 a 2024 como recorte temporal, correspondendo aos cinco anos mais recentes no momento da coleta, com o objetivo de priorizar a literatura científica contemporânea sobre a temática.

Para a recuperação de documentos na base de dados nacional, adotou-se a seguinte estratégia, em português: "Competência em Informação" AND "Biblioteca* universitária*". Nas bases internacionais, empregou-se o termo correspondente em inglês "Information Literacy" AND ("University librar*" OR "College librar*"), ambos entre aspas e ligados por operadores booleanos. A coleta nas bases de dados utilizou filtros para o tipo de documento, selecionando-se artigos originais, artigos de revisão e trabalhos publicados em anais de eventos científicos. Os idiomas foram delimitados ao português e inglês.

As etapas de seleção dos documentos pertinentes e de análise dos dados fundamentaram-se na técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016, p. 46), conceituada como: "[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemá-

ticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens".

Essa técnica proposta por Laurence Bardin estrutura-se em três fases distintas: a pré-análise, voltada à organização; a exploração do material, que consiste na aplicação sistemática das decisões metodológicas; e, por fim, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, etapa na qual os dados brutos são processados para se tornarem significativos e válidos (Bardin, 2016).

Para a triagem dos documentos, estabeleceu-se um fluxo sequencial de leitura dos seus componentes estruturais, organizado da seguinte forma: primeiramente, o título; em seguida, o resumo e as palavras-chave. Caso persistissem dúvidas sobre a pertinência do material, recorria-se, respectivamente, à leitura das considerações finais, dos resultados, da metodologia, do referencial teórico e, esgotadas essas etapas sem uma definição clara, procedia-se à leitura da introdução.

Após a observação dos resultados, realizou-se a seleção definitiva do *corpus*, aplicando-se os seguintes critérios de exclusão: a) duplicidade - eliminação de artigos repetidos entre as bases de dados consultadas; b) tipologia documental - descarte de publicações que não fossem artigos de periódicos ou de eventos científicos; c) restrição de acesso - exclusão de trabalhos cujo texto completo não estivesse disponível por meio do acervo assinado pela UFPA no Portal de Periódicos da CAPES; d) aderência temática - desconsideração de documentos que não estivessem alinhados aos objetivos desta pesquisa.

A seleção dos documentos úteis baseou-se na resposta positiva à seguinte questão norteadora: esse documento traz elementos da Competência em Informação relacionados às bibliotecas universitárias nas diversas situações de desinformação? Na Brapci, foram localizados 36 resultados (12 úteis), enquanto a SciELO não apresentou registros (0 resultados). A Scopus forneceu 156 ocorrências, das quais 7 foram selecionadas, e a WoS retornou 99 documentos, sendo considerado apenas 1 artigo útil. Diante desse critério, o *corpus* desta investigação consolidou-se em 20 documentos.

A etapa de exploração do material iniciou-se com a codificação dos textos lidos na íntegra, extraindo-se os fragmentos alinhados aos objetivos do estudo. Esses trechos foram organizados em uma

planilha do *Microsoft Excel*, associando-se a respectiva referência, a base de dados de origem e um código temático atribuído a partir da identificação da ideia central que eles apresentavam. Adotou-se uma abordagem indutiva e *a posteriori*, permitindo que as unidades de registro emergissem gradualmente ao longo da leitura, sem o condicionamento de estruturas de codificação prévias (Bardin, 2016; Gibbs, 2009; Gil, 2025).

Posteriormente, essas unidades de registro foram agrupadas por afinidade semântica, constituindo as categorias analíticas da pesquisa. Conforme preconiza Bardin (2016, p. 147), a etapa de categorização é "[...] uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, em seguida, por reagrupamento segundo o gênero (analogia), com os critérios previamente definidos".

Os dados apresentados nesta seção integram um levantamento maior, realizado para fins de projeto de pesquisa já finalizado no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará (PPGCI/UFPA).

No tópico a seguir, são detalhados os resultados desta investigação.

5 Estratégias de combate à desinformação e negacionismo climático em Bibliotecas Universitárias

As unidades de registro construídas a partir da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) e aqui apresentadas são: habilidades para combater a desinformação; desenvolvimento do pensamento crítico; educação em Competência em Informação; verificação da informação; ação para desenvolver a Competência em Informação; e, estratégia de combate à desinformação. Os resultados integrais do projeto de pesquisa podem ser consultados em Silva (2025).

Para o combate à desinformação, têm se destacado, dentro do campo da Ciência da Informação, as estratégias envolvendo a Competência em Informação, em virtude de estar associada ao seu grande potencial de capacitar os usuários a realizar uma análise crítica dos conteúdos que consomem, produzem, reproduzem e disseminam. A

Competência em Informação, ao ser reconhecida como fundamental nesse contexto, reflete uma responsabilidade crescente das bibliotecas e dos bibliotecários na atualidade. É uma abordagem que se configura como um meio eficaz para o combate à desinformação, ao oferecer ferramentas que possibilitam aos usuários desenvolverem maior criticidade e discernimento em relação às informações que os cercam (Volotão; Moraes; Silva, 2024).

Esse entendimento é corroborado por Johnston (2023), ao afirmar que o planejamento de políticas de gerenciamento de coleções deve incluir estratégias para que a equipe da biblioteca identifique e lide com a desinformação, inclusive a histórica. É recomendado que associações de bibliotecas, nacionais e internacionais, promovam mais a Competência Crítica em Informação – um desmembramento da Competência em Informação – e destaquem o papel das bibliotecas acadêmicas no combate à desinformação por meio da educação, desenvolvendo nos alunos habilidades essenciais de avaliação crítica ao longo da vida.

Para auxiliar os bibliotecários, sugere-se que as associações de bibliotecas criem diretrizes ou políticas para gerenciar informações incorretas em seus acervos, o que pode envolver procedimentos para reclamações, modelos de políticas de gestão de acervos ou o estabelecimento de critérios para identificar desinformação nas coleções. Essas recomendações mostram a necessidade de uma abordagem que inclua tanto a capacitação dos usuários quanto o desenvolvimento de políticas robustas para a gestão de acervos. Assim, as bibliotecas continuarão sendo fontes confiáveis e promotoras do pensamento crítico (Johnston, 2023).

Além disso, Johnston (2023) sugere que atividades de aprimoramento profissional sejam desenvolvidas, como treinamentos e criação de recursos, e se estabeleçam comunidades de prática focadas em temas como desinformação. A realização de mais pesquisas sobre o fenômeno também é recomendada, com a possibilidade de agregar recursos já existentes, elaborar materiais de treinamento em Competência em Informação, desenvolver cursos de competência midiática e criar uma comunidade de práticas para troca de ideias e melhores abordagens, destinando recursos para essa área de pesquisa.

Os profissionais das bibliotecas reconhecem sua responsa-

bilidade no ensino de habilidades essenciais, como o pensamento crítico e a avaliação de informações, e defendem a manutenção de coleções confiáveis, equilibradas e inclusivas. Tal função, frequentemente relacionada ao ensino e à orientação sobre como lidar com a desinformação, é amplamente reconhecida na literatura como uma das atribuições fundamentais das bibliotecas acadêmicas no combate à desinformação (De Paor; Heravi, 2013 *apud* Johnston, 2023; Revez; Corujo, 2021 *apud* Johnston, 2023).

As bibliotecas universitárias utilizam alguns recursos para auxiliar na avaliação crítica da informação. Entre eles, os *LibGuides* são ferramentas importantes que oferecem orientações, como as práticas avaliativas baseadas em listas de verificação. Um estudo de Lim (2020 *apud* Johnston, 2023) sobre guias de biblioteca relacionados a notícias falsas mostrou que a maioria desses materiais adota uma abordagem de lista de verificação para avaliar informações e combater a desinformação.

Apesar de 29% dos bibliotecários afirmarem que ensinam avaliação de qualidade da informação, 13% indicaram possuírem guias específicos sobre desinformação. Poucos possuem políticas ou procedimentos formais de desenvolvimento de coleções (menos de 1%) ou realizam campanhas (menos de 2%) nesta área. Outros recursos mencionados incluem módulos de aprendizagem em plataformas como o Canvas, que asseguram a atualização de leituras e a inclusão de materiais sobre avaliação de desinformação (Johnston, 2023).

Nesse âmbito, é necessário promover habilidades para combater a desinformação, tais como: o pensamento crítico, a avaliação de informações, a compreensão da manipulação digital de imagens e vídeos, entre outros. Esse contexto reforça o papel vital que os bibliotecários podem desempenhar na orientação da comunidade acadêmica e na sociedade em geral (Johnston, 2023).

No ensino superior, o *fact-checking* (checagem de fatos) é uma estratégia indispensável no combate à desinformação. Para isso, são recomendadas iniciativas como oficinas práticas sobre como verificar notícias, consulta a fontes confiáveis para atestar a veracidade das informações e a criação de espaços para debate e troca de ideias. Ações como essas visam oferecer recursos de infor-

mação confiáveis, apoio às pesquisas, garantia de respostas rápidas às necessidades informacionais, promoção da checagem de informações, incentivo à avaliação crítica das fontes e, principalmente, o aumento da conscientização dos usuários (Volotão; Moraes, 2022).

Contudo, é preciso apontar o problema e elaborar maneiras eficazes de enfrentá-lo. Enxergar a biblioteca universitária como um local de potência no combate à desinformação é fundamental, mas é necessário ter atenção para as particularidades de cada instituição. Há qualificação profissional suficiente para as iniciativas? As condições de infraestrutura e equipamentos são adequadas? Apesar da inegável capacidade da biblioteca universitária como espaço educativo e social, é essencial ir além dessa capacidade e considerar esses outros pontos para uma atuação verdadeiramente satisfatória (Volotão; Moraes, 2022).

Outro aspecto relevante que emergiu na literatura foi a educação em Competência em Informação, que tem se expandido para além da simples recuperação de documentos, integrando, de maneira eficaz, capacidades de pesquisa científica e inovação. Essa abordagem ampliada visa preparar os usuários para o contexto da ciência aberta, permitindo o desenvolvimento de habilidades que englobam a busca e o uso responsável de informações, a análise crítica e a capacidade de gerar novos conhecimentos. O foco não se limita à simples aquisição de dados, mas ao fortalecimento da Competência em Informação em cenários acadêmicos e de inovação, com ênfase na criação de conhecimento (Dong, 2023).

Neste sentido, a estrutura educacional proposta é de caráter multidisciplinar, refletindo a integração de diversas áreas de competência, como Competência em dados, ética da informação, uso de ferramentas tecnológicas e Competência em pesquisa científica. O modelo de ensino se caracteriza por uma formação contínua e adaptável, atendendo às necessidades específicas de diferentes níveis de aprendizagem (graduação, pós-graduação e pesquisa científica), permitindo que os alunos evoluam progressivamente em suas habilidades informacionais (Dong, 2023).

A organização dessa educação em estágios visa atender às particularidades de cada nível educacional. Para os usuários de graduação, o foco é o desenvolvimento da consciência informacional,

segurança da informação e habilidades básicas de recuperação de dados. Nos níveis de pós-graduação e de pesquisa, o objetivo é aprimorar a qualidade da informação e as estratégias de pesquisa científica. Dessa forma, os alunos são progressivamente capacitados para realizar pesquisa inovadora e para se posicionar criticamente diante das dinâmicas da ciência aberta (Dong, 2023).

Ademais, a educação em Competência em Informação deve ser compreendida como um processo interativo e colaborativo, que envolve a cooperação estreita entre bibliotecários, docentes e equipes de pesquisa. Este esforço colaborativo busca adaptar as práticas de ensino às necessidades específicas de cada contexto acadêmico, permitindo que os alunos se beneficiem de uma educação contextualizada e relevante (Dong, 2023).

É sabido que a desinformação é um problema de extensas proporções e exige muitos esforços para que se possa minimizar os seus efeitos nocivos. Isso pede uma postura proativa e estratégica das bibliotecas universitárias. Investir na Competência em Informação, fortalecer a capacitação, desenvolver políticas claras e explorar novas metodologias são passos que certamente contribuirão para garantir que esses espaços continuem sendo pilares de conhecimento e formadores de pessoas críticas, éticas e responsáveis, em um mundo cada vez mais dinâmico e complexo.

6 Considerações finais

A partir das discussões elencadas neste capítulo, que teve como objetivo mapear ações bibliotecárias vinculadas às bibliotecas universitárias que podem ser úteis no contexto da desinformação e do negacionismo climático, foi possível perceber que as bibliotecas universitárias possuem missão e responsabilidade no sentido de mitigar os efeitos da desinformação nas pessoas – inclusive em relação a seus fenômenos adjuntos, como o negacionismo climático – em direção à construção de conhecimento por meio de estratégias em Competência em Informação.

Os achados desta pesquisa possibilitaram inferir que é necessário o planejamento de políticas de gerenciamento de acervos pelas associações de bibliotecas, assegurando a capacitação adequada

para que a equipe da biblioteca possa identificar e lidar com a desinformação. É preciso, também, que os bibliotecários estejam aptos a agir diante desse cenário, se qualificando e/ou firmando parcerias com outros profissionais para que as suas comunidades acadêmicas possam receber os treinamentos pertinentes, que lhe permitam adquirir as habilidades críticas e a formação continuada. No entanto, a construção dessas estratégias depende de políticas públicas, apoio de profissionais de outros campos de conhecimento, e, principalmente, orientações advindas tanto do campo profissional – por meio das associações – quanto do campo científico.

Como desdobramentos para este estudo, sugere-se a investigação da viabilidade de aplicação dessas estratégias no âmbito das bibliotecas universitárias brasileiras, considerando os desafios estruturais e de qualificação profissional enfrentados em cada realidade institucional. Além disso, pesquisas futuras podem buscar criar indicadores que permitam mensurar o real impacto dessas ações de Competência em Informação na construção da percepção crítica da comunidade acadêmica frente ao negacionismo climático.

Esses esforços conjuntos devem, nesse aspecto, ser úteis para que a informação possa exercer a função de servir como insumo para o conhecimento, promovendo a prosperidade e a liberdade das pessoas e das sociedades. Espera-se que as reflexões aqui expostas possam impulsionar novos debates na Ciência da Informação, reafirmando as bibliotecas universitárias como um espaço de emancipação e cidadania para o combate à desinformação e ao negacionismo climático.

Referências

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Negacionismo**: definição. 2020. Disponível em: https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/negacionismo. Acesso em: 17 jan. 2025.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Dinâmicas da desinformação. **Páginas a&b**: arquivos e bibliotecas, v. 3, n. especial, p. 31-52, 2024. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasaeb/article/view/14005/12512. Acesso em: 17 fev. 2025.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Infodemia, desinformação, pós-verdade: o desafio de conceituar os fenômenos envolvidos com os novos regimes de informação. **International Review of Information Ethics**, v. 30, n. 1, p. 1-10, ago. 2021. Disponível em: https://informationethics.ca/index.php/irie/article/view/405. Acesso em: 4 mar. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARRETO, Aldo de Albuquerque. A questão da informação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 4, 1994. Disponível em: https://lucianabicalho.wordpress.com/wp-content/uploads/2013/08/aquestaodainformacao.pdf. Acesso em: 15 maio 2026.

BARROSO, Luís Roberto. Prefácio. *In*: OSORIO, Aline Rezende Peres et al. (org.). **O futuro da democracia:** Inteligência Artificial e direitos fundamentais. Brasília: Supremo Tribunal Federal: Universidade de Brasília, 2024. p. 13-14. (Desinformação: o mal do século; v. 2). Disponível em: https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/campanha/anexo/combate/ebookdesinformacao_VOL2.pdf. Acesso em: 14 mar. 2025.

DONG, Ning. Research on beyond Information Literacy education model of university libraries under the open science environment. *In*: International Conference On Educational And Information Technology, 12., 2023, Chongqing. **Anais [...]**. Chongqing: ICEIT, 2023. Disponível em: 10.1109/ICEIT57125.2023.10107870. Acesso em: 4 abr. 2025.

FARIAS, Gabriela Belmont de *et al*. Análise sobre as práticas da Competência em Informação nas bibliotecas universitárias. **Folha de Rosto**: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Cariri, v. 4, n. 1, p. 89-97, jan./jun. 2018. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/40343. Acesso em: 1 fev. 2025.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Art-Med, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Pesquisa qualitativa básica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2025.

GOMES, Sally Ramos; ZAMORA, Maria Helena. Negacionismo:

definições, confusões epistêmicas e implicações éticas. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 30, e 24008, 2024. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/FSd54cSMKQPSBcKtvxfWR3w/?format=html&lang=pt. Acesso em: 15 fev. 2025.

HELLER, Bruna; JACOBI, Greison; BORGES, Jussara. Por uma compreensão da desinformação sob a perspectiva da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 49, n. 2, p. 189- 204, maio/ago. 2020. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/download/5196/5254/19342. Acesso em: 7 fev. 2025.

JOHNSTON, Nicole. The impact and management of mis/disinformation at University Libraries in Australia. **Journal of the Australian Library and Information Association**, v. 72, n. 3, p. 251–269, 2023. DOI: https://doi-org.ez3.periodicos.capes.gov.br/10.1080/24750158.2023.2235646. Disponível em: https://www-tandfonline-com.ez3.periodicos.capes.gov.br/doi/full/10.1080/24750158.2023.2235646. Acesso em: 7 mar. 2025.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da informação**. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LOBO, Flavio. Estamos vivendo uma epidemia de teorias da conspiração? Veja o que dizem estudos sobre o tema. **Estadão**, São Paulo, 22 jun. 2024. Disponível em: https://www.estadao.com.br/estadao-verifica/teorias-da-conspiracao-aumentaram-estudos/?srsltid=AfmBOoodTTxquNFM_hYjXv3rsJbtrOtc6hWgiQXH6-yjhTaT8ZxSpOuY. Acesso em: 3 fev. 2025.

MATOS, José Claudio Morelli; JACINTHO, Eliana Maria Santos Bahia. Informação, negacionismo e sustentabilidade: uma análise das publicações do Instituto Questão de Ciência (IQC) e de artigos no campo da Ciência da Informação no Brasil. **InCID**: Revista da Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 13, n. 1, p. 216-235, mar./ago. 2022. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/184881. Acesso em: 21 fev. 2025.

MIRANDA, Ana Cláudia Carvalho de. Desenvolvimento de coleções em bibliotecas universitárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p. 1-19, jan./jun. 2007. DOI: https://doi.org/10.20396/rdbci.v4i2.2018. Disponí-

vel em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/2018. Acesso em: 2 mar. 2025.

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL. **O que é o negacionismo climático e como ele se manifesta?** 26 set. 2024. Disponível em: https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2024/09/o-que-e-o-negacionismo-climatico-e-como-ele-se-manifesta. Acesso em: 8 abr. 2025.

NICOLINO, Maria Elisa Valentim Pickler; CASARIN, Helen de Castro Silva. Ações de Competência em Informação para a comunidade acadêmica da FFC/Unesp. *In*: VALENTIM, Marta Lígia Pomim; BELLUZZO, Regina Célia Baptista (org.). **Perspectivas em Competência em Informação**. São Paulo: Abecin, 2020. p. 424-455. Disponível em: https://portal.abecin.org.br/editora/issue/view/36/2. Acesso em: 26 abr. 2025.

NICOLINO, Maria Elisa Valentim Pickler; CASARIN, Helen de Castro Silva. Tendências em Competência em Informação em bibliotecas universitárias: revisão a partir da base Library Information Science Abstracts. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, n. esp. V Seminário de Competência em Informação, p. 1-21, 2021. Disponível em: https://brapci.inf.br/v/216941. Acesso em: 14 fev. 2025.

NOGUEIRA, Cibele Andrade; DOMINGUES, Roger Pereira; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Desinformação: um panorama de artigos indexados na BRAPCI (2019-2023). **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 8, n. esp., p. 344-362, jul. 2023. Disponível em: http://www.periodicos.ufc.br/informacaoempauta/article/view/89217/249597. Acesso em: 1 abr. 2025.

NUNES, Martha Suzana Cabral; CARVALHO, Kátia de. As bibliotecas universitárias em perspectiva histórica: a caminho do desenvolvimento durável. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 173-193, jan./mar. 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-5344/2572. Acesso em: 19 fev. 2025.

SANTINI, Rose Marie; BARROS, Carlos Eduardo. Negacionismo climático e desinformação online: uma revisão de escopo. **Liinc em**

revista, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 1-27, 2022. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/195043. Acesso em: 8 fev. 2025.

SANTOS NETO, João Arlindo dos. **Mediação implícita da informação no discurso dos bibliotecários da biblioteca central da Universidade Estadual de Londrina (UEL)**. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Marília, 2014. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/items/ef464f0e-47f1-40ac-ade2-9e1951df5d08. Acesso em: 16 mar. 2025.

SANTOS, Andréa Pereira; PEIXOTO, Suzane Gonçalves Duarte. As bibliotecas universitárias: contexto histórico e aspectos conceituais. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 20., 2018, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: [*S. n.*], 2018. p. 1139-1153. Disponível em: http://repositorio.febab.org.br/files/original/50/5812/SNBU2018_210.pdf. Acesso em: 3 fev. 2025.

SILVA, Josanne Jean de Assiz da. **Competência em Informação frente ao negacionismo climático**: diretrizes para bibliotecas universitárias. 2025. 194 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2025.

VOLOTÃO, Carina; MORAES, Marielle Barros de. A promoção da Competência em Informação para a prevenção e controle da desinformação na universidade: o papel das bibliotecas universitárias. **Revista EDICIC**, San Jose (Costa Rica), v. 2, n. 3, p. 1-14, 2022. Disponível em: https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/9655537.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

VOLOTÃO, Carina; MORAES, Marielle Barros de; SILVA, José Antonio. Entre a biblioteca universitária e a desinformação: a competência em informação em perspectiva. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: ENANCIB, 2024. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/v/342327. Acesso em: 12 abr. 2025.

ZATTAR, Marianna. Competência em informação e desinformação: critérios de avaliação do conteúdo das fontes de informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 285-293, nov. 2017. Disponível em: https://revista.ibict.br/liinc/article/view/4075/3385. Acesso em: 3 fev. 2025.

REDES INVISÍVEIS:
as materialidades das infraestruturas nos fluxos informacionais

Levi Antonio Faneco Rabelo[1]
Israel de Jesus Rocha[1]

1. Introdução

A região amazônica representa um ecossistema complexo, reconhecido pela sua vasta biodiversidade, pelos seus povos tradicionais, a sua cultura, saberes e tradições frutos das relações entre os humanos e a natureza. Ao discutir as características geopolíticas, Castro (2013) afirma que Amazônia Ocidental é uma região menos povoada, possuindo um modelo urbano menos diversificado, resultado da ausência de infraestruturas como estradas, eletricidade, internet e serviços básicos, diferente da Amazônia Oriental, na qual possui uma extensa rede de infraestruturas, cidades e rotas comerciais.

Segundo Tavares (2011), baseada em Gonçalves (2001)::

> [...] a organização do espaço amazônico pode ser explicada pela coexistência de dois padrões - O padrão Rio-várzea-floresta x Padrão Rodovia-Terra Firme–Subsolo. O primeiro padrão, predominou na região até a década de 50 do século XX e caracteriza-se pela sua organização às margens dos rios, com a exploração econômica da floresta. Já o Padrão Rodovia-Terra Firme–Subsolo tem como marco a implantação da rodovia Belém-Brasília na década de 50, portanto representa uma nova direção de ocupação da região, agora não ao longo dos rios, mas ao longo dessa rodovia, com atividades voltadas para a exploração econômica da terra firme (pecuária e agricultura) e do subsolo (atividades minerais). É necessário frisar que uma série de condicionantes estavam colocadas para este novo momento de ocupação da região, sendo o principal deles a atração nacional e internacional e o investimento em infraestrutura (comunicação, transporte e energia).

1 Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Além disso,

> Nas décadas seguintes, a região foi afetada pelos chamados "grandes projetos" para a Amazônia. Durante os governos militares, dois destes projetos merecem especial deferência: o primeiro veio com o slogan "integrar para não entregar", e tratava-se de abrir estradas de ligação entre o Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país e estados amazônicos. Daí surgiram rodovias como a BR-364 (que liga Rio Branco, no Acre, a Porto Velho, em Rondônia), BR-010 (Belém/Brasília) e a BR-380 (Transamazônica); [...] A abertura de estradas facilitou a chegada de novas frentes migratórias vindas de outros estados da federação, bem como impulsionou a extração de madeiras e a supressão da floresta para dar lugar a pastos e plantações. (Rodrigues; Costa, 2005, p. 44)

As considerações dos autores evidenciam que a implantação dessas infraestruturas nos contextos amazônicos dinamizou os percursos socioeconômicos da região e, consequentemente, transformou os processos comunicacionais e informacionais. Com a implementação de estradas pela região, outros objetos rígidos surgem em sua decorrência, como as torres de eletricidade, de comunicação, cabos de fibra dentre outros.

À medida que esses artefatos iam se incorporando em meio às comunidades, foram adquirindo propriedades, alterando dinâmicas e causando estranheza inicial. Contudo, ao serem estabilizadas em redes sociotécnicas, se tornam imperceptíveis ao meio que estão integrados, perdendo o caráter de novidade e ganhando sentido pleno dentro do ecossistema.

No entanto, os eventos climáticos extremos têm impactado diretamente o ambiente, comprometendo a materialidade desses objetos, que ao serem modificados por tais eventos alteram as atividades econômicas, a organização social, a mobilidade de acesso às comunidades e, por extensão, seus mecanismos comunicacionais. Precisamos considerar que essas redes infraestruturais que mudam e reorganizam as relações humanas e não humanas na região norte produzem efeitos políticos de deslocamento das formas e dos padrões de comportamento informacional e comunicacional, não apenas internamente como aquilo que passa a circular como efeito da própria região.

Um exemplo a ser citado é a cheia do Rio Madeira, registrada em 30 de abril de 2025, que tornou 20km da BR-230 intrafegável, sendo uma das principais rodovias do sul do estado Amazonas, e a única que dá acesso às cidades de Humaitá e Apuí. Segundo a reportagem do Jornal Nacional (2025) "um trecho está trafegável na BR-230 e é exatamente o momento em que as pessoas estão saindo do ônibus e vão pegar uma embarcação. Eles irão percorrer de canoa até um certo trecho e depois pegam uma outra embarcação para atravessar o Rio Madeira."

Fica evidente a fragilidade desses sistemas que sustentam de maneira imperceptível no dia a dia. Entretanto quando falham, por um aspecto técnico ou como consequência dos eventos climáticos extremos, o ecossistema em que estão inseridas acabam reconfigurando as dinâmicas dos fluxos comunicacionais e informacionais na região. A partir do contexto delineado, este capítulo tem como objetivo discutir o modo como as materialidades das infraestruturas atuam nos fluxos comunicacionais e informacionais a partir das especificidades da região norte.

2. Procedimentos Metodológicos

A pesquisa configura-se como um estudo de natureza básica, de caráter teórico, no que se pretende apresentar os argumentos teóricos de uma pesquisa que vai investigar as bibliotecas como infraestruturas informacionais e comunicacionais e seus processos de adaptação e mitigação aos efeitos das mudanças climáticas na região norte.

Desse modo, o capítulo se dedica apenas a apresentar as formas pelas quais as infraestruturas são tratadas nos estudos de ciência e tecnologia, na primeira seção. Em seguida, abordamos a forma com uma biblioteca pode ser analisada a partir da premissa de uma rede sociotécnica por meio da qual converge e espraia-se diversos sentidos.

Por fim, conclui-se com a necessidade de considerar teoricamente a influência das infraestruturas e suas materialidades nos fluxos comunicacionais e informacionais em organizações e o social. Além disso, a necessidade de ampliar empiricamente os esforços

teóricos de compreensão das formas como infraestruturas se configuram como redes sociotécnicas sedimentadas no tempo e espaço, sobretudo em paisagens como da região norte.

3. Infraestruturas nos Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia

A partir da década de 70, surge um novo cenário moldado pela emergência das novas tecnologias de informação e comunicação. Nesse contexto, a noção de "infraestrutura" passa a organizar um conjunto de recursos, instalações e meios prévios exigidos para o funcionamento de uma atividade, apoiados ou não por serviços de informática e de comunicação (Jardim, Silva e Nharreluga, 2009).

Neste sentido, González de Gomez (2012, p. 48) afirmam que,

> Nas últimas décadas, a noção de "infraestrutura" é deslocada da descrição dos grandes sistemas tecnológicos, caracterizados por complexas estruturações de componentes físicos e energéticos modelizados por diferentes engenharias (como aconteceu com os sistemas rodoviários, ferroviários, de distribuição das águas, etc.), para designar agora as bases tecnológicas de processos simbólicos objetivados, que incorporam múltiplos dispositivos operadores de semioses, em cuja modelização intervém a muitas das novas ciências da concepção, como a computação, a inteligência artificial e a robótica, a biotecnologia e a telemática.

De acordo com Radaelli (2024), o termo infraestrutura pode ser compreendido por diversas abordagens e perspectivas conceituais nas mais diversas áreas do conhecimento, podendo ser compreendida tanto como um conjunto de relações econômico-produtivas, quanto como dispositivos de controle de corpos, nas perspectivas marxiana e de Foucault.

Nas abordagens político-econômicas, as infraestruturas são fortemente materializadas por grandes obras de transporte, comunicação, saneamento, energia, exploração mineral, dentre outras. Nessa perspectiva, as infraestruturas possuem como função as transposições de comandos, artefatos e recursos por meio de redes.

Sendo assim, as infraestruturas podem ser analisadas de diversas maneiras, sendo a escolha metodológica necessariamente

uma questão teórica que influencia sua análise, pelo fato dos objetos técnicos serem tão diversos (Larkin, 2020).

As infraestruturas são compreendidas geralmente como artefatos construídos de concreto e aço, sendo sistemas técnicos "rígidos" que facilitam as distribuições de pessoas, energia, água, resíduos, informações e assim por diante (Carse, 2012). Esses sistemas são essenciais para a transferência dos fluxos diários, integrando-se profundamente às demais estruturas e arranjos sociais, moldando artefatos, organizações e as comunidades nas quais estão inseridas, tornando-se parte intrínseca de seu cotidiano.

Podemos por assim dizer que as infraestruturas,

> são comumente imaginadas enquanto sistemas de substratos, ferrovias, canos e encanamentos, usinas elétricas e fios. Por definição, é invisível e faz parte do pano de fundo para outros tipos de atividades. Além disso, a infraestrutura está ali pronta para o uso. Todavia, a elaboração desta imagem retém em si diversos desdobramentos e chama a atenção para o fato de que, ao ligar uma torneira para beber um copo de água, utiliza-se quase irrefletidamente uma vasta infraestrutura de encanamentos e regulamentações. (Star, 2020, p. 65,)

Para Star (2020), as infraestruturas não se configuram como coisas distintas do uso, mas dependentes de um complexo processo de planejamento e reparo a partir de suas propriedades relacionais. É importante ressaltar que essas infraestruturas vivem uma vida múltipla e complexa, desdobrando e consolidando projetos políticos e sociais levando em consideração suas materialidades, fundamentado em elementos ativos que constituem relações entre os humanos e seu ambiente, participando na construção dos fluxos, ao mesmo tempo que tornam-se obrigatoriamente mediadores dessas relações (Latour, 2012; Akrich, 2014; Winner, 2017).

As infraestruturas estão imersas em outras estruturas, arranjos sociais e tecnologias, sendo transparentes ao uso, tendo um alcance para além de uma prática localizada, sendo entendida tanto em um sentido temporal quanto espacial, tomando para si artefatos e arranjos organizacionais sendo uma condição da participação da comunidade de práticas.

As mesmas tanto modelam quanto são modeladas pelas convenções de uma comunidade de práticas, sendo transformadas a depender de seu escopo, a existência de convenções conflitantes, obriga assumirem um caráter de transparência e se conectarem a outras infraestruturas e ferramentas, herdando de uma base já estabelecida, suas forças e limitações, sendo completamente transparentes até o momento em que falham (Winner, 2017).

Ao entender a natureza complexa das infraestruturas, se compreende sua natureza situacional, onde requer tempo, negociações e sincronia com os demais sistemas aos quais estão imersas para que ocorram mudanças nas suas materialidades, esses objetos possuem maneiras de serem observados e analisados, onde cabe ao etnógrafo decidir quais características das infraestruturas pretende se debruçar.

4. Bibliotecas, redes invisíveis e sentidos construídos

Para Latour e Hermandt (2013, p. 56) uma biblioteca pode ser considerada um laboratório, onde não se deve permanecer isolada somente acumulando milhões de signos, ela deve servir como um instrumento que compõem fenômenos através de redes que permitem verificá-los, assegurá-los e validá-los.

As bibliotecas e demais unidades de informações, como os arquivos, museus e centro de documentação e sistemas de informação, "definem, em sua configuração, uma partição do mundo físico e social, atribuem papéis a certos tipos de atores - humanos e não humanos - excluindo outros, autorizam certos modos de relação entre estes diferentes atores" (Akrich, 2014, p. 161).

As características materiais desses objetos estabelecem relações e interações do ambiente, das instalações e dos seus acervos com a comunidade que utilizam esses espaços com frequência ou eventualmente. Barbalho (2006a, p. 2) afirma que "concepção e uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças tendo em vista que um destinador-produtor o constrói para que um destinatário-leitor interaja com o seu objeto-mensagem, o que resulta na sua produção enquanto artefato". Nesse sentido, a biblioteca se configura como uma infraestrutura que quando projetada assume contornos para além de sua concepção, se tornando parte de arranjos sociotécnicos

que permitem humanos e não-humanos formarem outras e novas redes.

Outro aspecto das bibliotecas comentado por Cavalcanti e Alcadipani (2013) é o seu panorama processual e fluido, que são sustentadas por uma rede de materiais heterogêneos, sendo um arranjo deliberado entre documentos, dispositivos tecnológicos e mapas. Esta rede sociotécnica não é um mero suporte, mas o alicerce que permite a emergência e o controle dos fenômenos organizacionais, seus fluxos informacionais e comunicacionais.

Por outro lado, Star (2020) cita como os sistemas de informação codificam e incorporam trabalho de diversas maneiras, onde tentam representar seus processos de funcionamento. No entanto, existem as possibilidades de serem deixadas lacunas nesses processos, requerendo assim procurar os trabalhos invisíveis que são os rastros deixados pelos codificadores, modeladores e usuários desses sistemas.

Os trabalhos invisíveis existentes nas bibliotecas podem ser compreendidos como os fluxos das atividades processuais de formação e desenvolvimento de coleções e os processos de tratamento técnico para que as informações nesses ambientes sejam disponibilizadas, gerando interconexão entre humanos e objetos técnicos, sempre aberta a novos componentes, através de conexões estabelecidas pelas interações sociais que promovem.

As bibliotecas, por exemplo, podem ser percebidas como um artefato dinâmico fruto das ações, tanto de seus usuários, quanto dos seus funcionários, vivenciadas de maneira a interagir com o ambiente, definindo trajetos em conformidade com valores e realidades pessoais que se manifestam como um elemento que comunica seus desejos, suas necessidades e suas vontades.

Barbalho (2006b) ainda afirma que,

> A localização do conjunto arquitetônico no espaço urbano, por exemplo, é resultado de um projeto político da municipalidade, desencadeando efeitos de sentido sobre aqueles que a usam. Quando central é manipulada pelos atributos de prestígio e poder que ela exerce principalmente se estiver próxima à Prefeitura, ao Tribunal de Justiça, à Assembléia Legislativa, por exemplo, edificações que simbolizam o poder constituído e legí-

> timo de uma cidade. Quando a construção é efetuada em espaço periférico como bairros afastados, ela é manipulada pelo sentido de ampla disseminação dos bens culturais, revestida da idéia de popularização do saber. (Barbalho, 2006b, p. 91)

As exposições ilustram o que Winner (2017) define como a dimensão política da tecnologia. Para o autor, a materialidade e a disposição dos objetos técnicos atuam como mecanismos que consolidam projetos políticos e sociais específicos.

> O primeiro refere-se a instâncias nas quais a invenção, o design ou o arranjo de um dispositivo ou sistema técnico específico tornam-se um modo de resolver um problema nas relações de uma comunidade particular. Vistos sob a luz correta, exemplos desse tipo são bastante claros e facilmente compreensíveis. O segundo refere-se a casos do que pode ser denominado de "tecnologias inerentemente políticas", sistemas produzidos por seres humanos que parecem demandar ou ser fortemente compatíveis com tipos particulares de relações políticas. (Winner, 2017, p. 198)

De acordo com Lemos e Bittencourt (2021), o problema não está apenas na forma e nos princípios de construção dos objetos, mas também nas consequências do que eles "fazem fazer" em associação a outros objetos (incluindo aí os humanos). É nessa associação inerente e localizada, agora com o objeto já feito, que podemos identificar o problema, a controvérsia e suas dimensões.

As redes sociotécnicas são um sistema complexo que envolve elementos sociais e técnicos, formados pela interação complexa e dinâmica de atores humanos e não-humanos. Segundo Souza, Neves e Mello (2024), essa visão busca compreender como as relações sociais e os elementos não humanos se entrelaçam e influenciam mutuamente, moldando as práticas e os comportamentos dentro de uma rede.

Há necessidade de observar os fenômenos, levando em consideração as implicações dos humanos com as demais forças materiais, "[...] a partir do momento em que a materialidade está compreendida no coletivo, a análise da percepção e da ação são feitas com base em premissas materiais e, portanto, abordadas do mesmo modo que os coletivos; [...]" (Callon, 2008, p. 304).

A inserção dessas infraestruturas em um ambiente impacta profundamente a relação sensorial da comunidade local, podendo despertar sentimentos que variam do pertencimento à estranheza. Diante disso, se faz necessário examinar os aspectos materiais e simbólicos da mediação dessas infraestruturas em meio aos ecossistemas que estão inseridas. Quando a biblioteca passa a ser vista como uma rede sociotécnica podemos observar como a ação de atores não-humanos (eventos climáticos extremos) passam a imprimir novos cursos de ação aos modos usuais de produzir e manter a rede funcionando. Sua adaptação exige novos arranjos de atores (livros, licenças, funcionários, espaços e outros) numa conformação que leva em conta a mudança climática como um ator relevante.

Por fim, Law (1992) diz que as relações sociais são efeitos de redes que são materialmente heterogêneas compostas por agentes, textos, dispositivos e arquiteturas que são gerados, fazem parte e são essenciais às redes do social.

5. Considerações Finais

As reflexões iniciais do capítulo visam situar sobre as transformações que ocorreram na região amazônica durante o decorrer das décadas, em que o desenvolvimento socioeconômico e social transformaram as paisagens. A inserção das infraestruturas comunicacionais e informacionais em meio às florestas transformaram as dinâmicas e interações entre natureza e sociedade, e consequentemente, os fluxos translocais de informação e comunicação.

A partir da perspectiva sobre as infraestruturas considerando-as como elementos que organizam relações humanas e não-humanas, deslocamos a forma como a informação e comunicação passam a ser percebidas nos fluxos de arranjos das redes sociotécnicas. Na fissura produzida pelos recentes eventos climáticos e na necessidade de adaptação e mitigação que as redes estabilizadas em torno de certos arranjos precisam se reconfigurar incorporando novos atores em suas configurações.

Diante disso, se faz necessário explicar como as infraestruturas, para além dos aparelhos tecnológicos, influenciam na maneira em que os fluxos de informação são produzidos. Ao introduzir as

discussões dos estudos sociais sobre ciência e tecnologia e os estudos mais específicos sobre as infraestruturas na Ciência da Informação e nos estudos da comunicação, podemos discutir os aspectos materiais e sociais dos fenômenos comunicacionais e informacionais em diversos ambientes, principalmente o contexto empírico das bibliotecas como redes sociotécnicas.

A construção dessas redes entre os atores humanos e não-humanos que interagem mutuamente, se desdobrando nos processos de gestão da informação e comunicação, constroem sentidos e relações de poder no mundo. Considerando as interações entre contexto e conteúdo, entre objeto e ambiente, entre interior e exterior, nos quais os objetos não são apenas ferramentas ou instrumentos a serviço dos humanos, mas são mediadores capazes de mudar cursos de ação de outros atores, sejam eles humanos ou não-humanos.

Referências

AKRICH, M. Como descrever os objetos técnicos?. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 4, n. 1, 2014. Disponível em: https://publicacoes.agb.org.br/boletim-campineiro/article/view/2516. Acesso em: 20 dez. 2025.

BARBALHO, C. R. S. Biblioteca Pública do Estado do Amazonas: a construção de sentido de seu edifício. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 12, n. 1, 2006a. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/155/149. Acesso em: 20 dez. 2025.

BARBALHO, C. R. S. Fazer semiótico: subsídios para exame do espaço concreto. **Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf**., 2° número esp., 2006b. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp3p79. Acesso em: 20 dez. 2025.

CALLON, M. Dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. **Sociologias**, v. 10, n. 19, p. 302-321, 2008. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5676. Acesso em: 25 jan. 2026.

CARSE, A. Nature as infrastructure: making and managing the Panama Canal watershed. **Social Studies of Science**, v. 42, n. 4, p. 539-563, 2012. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/epub/10.1177/0306312712440166. Acesso em: 20 dez. 2025.

CASTRO, F. F.. Macrodinâmicas da comunicação midiática na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 8, n. 2, p. 435-445, maio-ago. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/bLvY4YKVyMTKrqx7kwpTkxB/?lang=pt. Acesso em: 14 mar. 2026.

CAVALCANTI, M. F. R.; ALCADIPANI, R. Organizações como processos e Teoria Ator-Rede: A contribuição de John Law para os Estudos Organizacionais. **Cad. EBAPE.BR**, v. 11, n. 4, dez. 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cebape/a/qstzLFmJdkCSG3qDDktYymb/?lang=pt. Acesso em: 13 fev. 2026.

Cheia do Rio Madeira deixa uma das principais rodovias do Amazonas intrafegável. **G1**. 30 de abril de 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/04/30/cheia-do-rio-madeira-deixa-uma-das-principais-rodovias-do-amazonas-intrafegavel.ghtml. Acesso 17 mar. 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime da informação: construção de um conceito. **Inf. & Soc.**, v. 22, n. 3, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/14376. Acesso em: 26 maio 2025.

JARDIM, J. M; SILVA, S. C. A; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação,** v. 14, n. 1, p. 2-22, jan./abr. 2009. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/23579. Acesso em: 05 maio 2025.

LARKIN, B. Políticas e Poéticas da Infraestrutura. **Revista AntHropológicas**, v. 31, n. 2, p. 28-60, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaanthropologicas/article/view/249895. Acesso em: 26 maio 2025.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à Teoria Ator-Rede. Salvador: Edufba; Bauru, São Paulo, 2012.

LATOUR, B.; HERMANDT, E. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. *In*: PARENTE, A. (Org.) **Tramas da rede**: novas dimensões filosóficas, estéticas e políticas da comunicação. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.

LAW, J. Notes on the Theory of the Actor-Network: ordering, strategy and heterogeneity. **Systems Practice**, v. 5, n. 4, 1992. Disponível em: https://sci-hub.hlgczx.com/10.1007/bf01059830. Acesso em: 25 jan. 2026.

LEMOS, A.; BITENCOURT, E. Sete pontos para compreender o neomaterialismo. **Galáxia**. n. 46, p. 1-10, 2021. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/52017. Acesso em: 08 fev. 2025.

RADAELLI, A. **Sentimentar o clima**: mudanças climáticas e infraestruturas emaranhadas no sul do Amazonas. Tese. (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2024. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/277591. Acesso em: 03 mar. 2026.

RODRIGUES, A. S.; COSTA, G. S. A importância dos fatores socioculturais no processo da comunicação. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, Manaus, v. 5, n. 1, p. 35–46, 2005. Disponível em: //www.periodicos.ufam.edu.br/somanlu/article/view/19417. Acesso em: 17 mar. 2026.

SOUZA, R. M. L.; NEVES, B. C.; MELLO, R. C. Redes sociotécnicas: acesso à informação e as políticas de internet**. RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf**., Brasília, v. 17, n. 2, p. 316-327, maio/ ago. 2024. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/53825/40592. Acesso em: 02 maio. 2026.

STAR, S. L. A etnografia da infraestrutura. **Revista AntHropológicas**, v. 31, n. 2, p. 61-85, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaanthropologicas/article/view/249896. Acesso em: 27 maio 2025.

TAVARES, M. G. C. A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 29 - Especial, p. 107 - 121, 2011.

WINNER, L. Artefatos têm políticas?. **ANALYTICA**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 195-218, 2017. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/analytica/article/view/22470. Acesso em: 20 dez. 2025.

A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA NA AMAZÔNIA LEGAL: o papel da Rede RHISA

Ana Maria Costa Azevedo[1]
Israel de Jesus Rocha[1]

1 Introdução

A comunicação científica exerce um papel fundamental na disseminação colaborativa do conhecimento e na superação das barreiras acadêmicas, aproximando a ciência da sociedade. De acordo com Meadows (1999), a comunicação é parte integrante da atividade científica, pois os resultados das pesquisas estabelecem relevância quando são compartilhados com a comunidade científica. Nesse sentido, a circulação de informações favorece a construção participativa do conhecimento e fortalece as relações entre pesquisadores e instituições.

Com o desenvolvimento das tecnologias digitais, novas formas de interação passaram a influenciar os processos de produção, compartilhamento e disseminação do conhecimento científico. Em regiões como a Amazônia Legal, caracterizada por grandes distâncias territoriais e pela dispersão de instituições de ensino e pesquisa, iniciativas voltadas à integração da comunidade científica tornam-se essenciais para fortalecer a comunicação entre pares, ampliar a circulação do conhecimento e estimular a colaboração científica.

Nesse contexto, a Rede de Recursos Humanos e Inteligência para a Sustentabilidade da Amazônia (RHISA) destaca-se como uma plataforma digital destinada à articulação de pesquisadores, estudantes, docentes, instituições de ensino e pesquisa, instituições públicas e representantes da sociedade civil interessados em temáticas relacionadas ao desenvolvimento sustentável da Região. Ao proporcionar um ambiente de compartilhamento de informações, divulgação científica

1 Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

e interação entre diferentes atores, a RHISA contribui para o fortalecimento das redes de colaboração científica na região.

Sob essa perspectiva, a RHISA pode ser assimilada como uma rede sociotécnica, na qual atores humanos e não humanos estabelecem relações que possibilitam a produção, a circulação e o compartilhamento do conhecimento científico. Conforme a Teoria Ator-Rede, apresentada por Latour (2012), as tecnologias digitais também participam da construção de relações científicas, atuando como mediadoras dos processos de comunicação e colaboração. De forma complementar, Sonnenwald (2008) destaca que a colaboração científica emerge da interação entre dois ou mais pesquisadores, sendo a comunicação um elemento indispensável para o estabelecimento e a manutenção dessas relações colaborativas.

Diante desse cenário, este capítulo tem como objetivo apresentar a discussão sobre comunicação científica, a colaboração na Amazônia e de que forma a Rede RHISA contribui para a comunidade científica da Amazônia Legal, evidenciando sua contribuição para a integração da comunidade científica amazônica.

2 Metodologia

O capítulo segue o percurso metodológico fundamentado na Teoria Ator-Rede (TAR), proposta por Bruno Latour (2012), compreendendo a Rede de Recursos Humanos e Inteligência para a Sustentabilidade da Amazônia (RHISA) como uma rede sociotécnica inserida no contexto da comunidade científica da Amazônia Legal.

Sob essa perspectiva, pesquisadores, instituições, plataformas digitais e demais elementos envolvidos no processo de produção e circulação do conhecimento são considerados atores que estabelecem relações e mediações com a Rede. Dessa forma, foram observadas as relações entre pesquisadores, instituições e recursos da Rede, de modo a evidenciar como tais conexões contribuem para o compartilhamento do conhecimento e para o fortalecimento das práticas colaborativas na região.

A pesquisa possui abordagem qualitativa, caráter exploratório e foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica do tipo

integrativa. A revisão teve como objetivo identificar e discutir as contribuições teóricas relacionadas à comunicação científica, à colaboração às redes colaborativas e comunicação e ciência, buscando compreender como esses elementos se articulam no contexto da Amazônia Legal.

A busca pelos estudos foi realizada em bases de dados e portais acadêmicos, como *Google* Acadêmico, *SciELO* e *Elicit*, a partir da utilização das palavras-chave: "comunicação científica", "redes de colaboração", "comunicação e ciência" e "comunicação científica na Amazônia Legal". Foram considerados artigos científicos, capítulos de livros, dissertações e teses que apresentassem relação com a temática.

Após a seleção do material, os textos foram submetidos às etapas de leitura exploratória, seletiva e analítica, permitindo a identificação das principais categorias teóricas que possuíssem uma correlação com a proposta. A partir disso, aprofundou-se a compreensão dos conceitos relacionados à comunicação científica e às redes colaborativas.

3 Ciência, comunicação e colaboração na Amazônia

A ciência pode ser entendida como um sistema de conhecimentos organizados e produzidos a partir de métodos racionais e empíricos. Autores como Kuhn (1962) e Chalmers (1993) elucidam que a ciência é uma atividade em constante evolução, e não é desenvolvida de forma linear, e, sim, com transformações, como uma prática social estruturada em paradigmas.

Com métodos, técnicas, sistemas, essencialmente, a ciência busca apresentar à sociedade respostas que modifiquem hábitos, gerem conhecimento, e também o desenvolvimento social, científico, tecnológico. Ou seja, infere-se que a ciência influencia a humanidade.

> A relação da ciência com a sociedade é fundamentalmente dinâmica e interativa. A ciência determina mutações sociais e, ao mesmo tempo, recebe da sociedade impactos que a (re)orientam em busca de novos caminhos, que lhe possibilitam responder novas demandas e assumir novas prioridades (Targino, 1999, p.2).

A ciência não se limita as "paredes" das universidades e laboratórios, assim necessitando de uma mediação entre o público (sociedade e comunidade científica) e as instituições de pesquisa. Com o auxílio dos meios de comunicação e das tecnologias da informação, a ciência se prevalece de estratégias comunicacionais para que a informação chegue ao seu devido público, por meio da comunicação científica em seus mais diversos modelos.

A comunicação científica utiliza do pressuposto de popularizar o conhecimento científico de modo que a sociedade receba a mensagem de forma clara e também gerar condições de letramento científico. Para iniciar o debate sobre esta área da comunicação, Bessa afirma que:

> Deste modo, infere-se que a comunicação é condição *sine qua non* do fazer científico, pois viabiliza a interlocução, o intercâmbio e o compartilhamento de ideias entre os entes de comunidades científicas e o ambiente onde estão inseridos, para a geração de novos saberes científicos (Bessa, 2018, p. 23).

Além dessa função, entre os atores da própria comunidade científica, a comunicação científica estabelece mecanismos para a interlocução de conhecimento, em benefício do fortalecimento da ciência, com objetivos comuns. Conforme explica Targino (2000) "a comunicação é o único comportamento comum a todos os cientistas". Portanto, a comunicação é uma área que sempre estará manifesta na comunidade científica

A comunicação, no âmbito científico, desempenha também uma função estratégica e facilitadora para o público em geral, sobretudo quando se insere na perspectiva da comunicação pública da ciência, desempenhando a função de decodificar o conhecimento científico para uma linguagem acessível ao público não especialista, em diversas mídias e veiculações. "A comunicação pública da ciência envolve o processo pelo qual a ciência e a tecnologia são colocadas ao alcance do público, não apenas no sentido de fornecer informação, mas também de promover o debate, a reflexão crítica e a participação dos cidadãos" (Bueno, 2009, p. 28). Ou seja, a comunicação transforma a informação científica em diálogo, compreensão e participação social.

Reforçando a ideia de interatividade, valorizando a construção conjunta de sentido, o diálogo e a participação ativa do público, Brossard e Lewenstein (2010) afirmam que,

> Os modelos de comunicação pública da ciência evoluíram do modelo de déficit, baseado na premissa de que o público carece de conhecimento, para modelos mais participativos, que valorizam o diálogo e o engajamento entre cientistas e públicos diversos (Brossard; Lewenstein, 2010, p.11).

Silva e Barata (2012) apontam a diversidade e complexidade da comunicação científica, indo além do processo simples de divulgação e incluindo interação, apropriação social do conhecimento e processos educacionais e políticos, podendo ser entendida como um campo em construção, multidisciplinar, com práticas que envolvem desde a divulgação, em meios de comunicação, até processos participativos com diferentes públicos.

No cenário local, a comunicação científica desempenha a função de interligar a comunidade científica e acadêmica, fortalecendo a produção de conhecimento a partir de objetivos comuns e da interação entre pares. Diante disso, o trabalho em parceria passa a ser fundamental para o desenvolvimento da Região.

A colaboração científica pode ser entendida como a atuação conjunta de dois ou mais pesquisadores, no desenvolvimento de um estudo. Por meio do trabalho colaborativo, os pesquisadores constroem redes colaborativas, compartilham dados, divulgam trabalhos. Segundo Katz e Martin (1997, p.7), a colaboração científica pode ser definida como: "o trabalho conjunto de pesquisadores para atingir um objetivo comum de produzir novos conhecimentos científicos".

As autoras Vanz e Stumpf (2004) defendem que cada um dos colaboradores pode se manifestar em âmbitos diferentes, desde uma "simples" manifestação de uma opinião sobre determinado estudo, até o trabalho conjunto durante o decorrer de um projeto.

Com isso, a colaboração científica é a ação concreta entre dois ou mais pesquisadores, além de também compreender as instituições, que ocorre de maneira pontual ou contínua. Os indivíduos dessas cooperações compartilham recursos para fomentar os estu-

dos. Geralmente, o fruto dessas parcerias resulta em uma co-autoria. Porém, nem toda colaboração científica é uma co-autoria.

> A colaboração científica aparece muitas vezes na literatura relacionada à co-autoria, os dois termos são considerados sinônimos, mas convém afirmar que a co-autoria é apenas uma faceta da colaboração científica, pois ela não mede a colaboração na sua totalidade e complexidade. Katz e Martin (1997) avaliam que a co-autoria não pode ser assumida como sinônimo de colaboração pelo fato de que nem sempre os sujeitos listados como autores são responsáveis pelo trabalho intelectual (Vanz; Stumpf, 2010, p.45).

A coautoria representa apenas uma dimensão da colaboração científica, não abrangendo sua totalidade e complexidade. Katz e Martin (1997) argumentam que a coautoria não deve ser tomada como equivalente à colaboração, pois nem sempre todos os autores listados em uma publicação participaram efetivamente do trabalho intelectual.

Nesse sentido, a colaboração científica envolve diferentes formas de interação entre pesquisadores, instituições e redes de pesquisa, ultrapassando os limites da produção formal de artigos científicos. É justamente nesse cenário de articulação entre atores, instituições e circulação do conhecimento que emergem iniciativas voltadas ao fortalecimento das redes colaborativas, especialmente em contextos regionais marcados por desafios geográficos e estruturais, como ocorre no contexto da Amazônia Legal.

3.1 Amazônia Legal e a Rede RHISA

A Amazônia Legal compreende uma extensa área de elevada biodiversidade e relevância para o equilíbrio ambiental global, despertando o interesse de pesquisadores que buscam alternativas sustentáveis para o desenvolvimento da região, em consonância com os princípios apresentados pela Fundação Amazônia Sustentável (2018).

A criação da Amazônia Legal ocorreu em 1953, por meio da Lei nº 1.806, estabelecida a partir de motivações políticas e estra-

tégicas voltadas ao desenvolvimento regional. Segundo estudo da Embrapa (2011), a nova delimitação territorial foi concebida pelo Governo Federal como instrumento fundamental para promover a integração e o desenvolvimento sustentável da região.

O principal objetivo dessa segmentação consistia na formulação de políticas e estratégias capazes de estimular o aproveitamento sustentável dos recursos naturais, ao mesmo tempo em que buscava preservar a riqueza ambiental, as comunidades tradicionais e os povos originários da Amazônia.

De acordo com publicação da Fundação Amazônia Sustentável (2018), a Amazônia Legal caracteriza-se por suas dimensões continentais e por abrigar ampla diversidade de ecossistemas, culturas e dinâmicas sociais. Para além dos limites geográficos da floresta amazônica, a região engloba diferentes estados brasileiros, constituindo-se como uma importante área de planejamento territorial e desenvolvimento sustentável.

Sob o ponto de vista administrativo, a Amazônia Legal também atende a critérios políticos e de planejamento regional. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021), a região possui aproximadamente 5 milhões de km², correspondendo a cerca de 59% do território brasileiro.

Por concentrar grande parte dos recursos naturais do país e enfrentar constantes processos de exploração e degradação ambiental, a Amazônia Legal tornou-se objeto de interesse de pesquisadores e instituições científicas que buscam compreender formas sustentáveis de desenvolvimento e utilização dos recursos disponíveis na região.

Nesse contexto, torna-se indispensável pensar o desenvolvimento de uma região marcada por ampla diversidade biológica sem uma perspectiva integrada das pesquisas científicas, sendo igualmente indispensável o compartilhamento do conhecimento produzido no contexto amazônico.

É nesse cenário que surge a Rede de Recursos Humanos e Inteligência para a Sustentabilidade da Amazônia (RHISA), uma iniciativa voltada para a integração de pesquisadores e instituições atuantes na Amazônia Legal. Formada por diferentes atores como universidades, institutos de pesquisa e grupos de investigação, cuja

articulação busca fortalecer a produção e o compartilhamento do conhecimento científico na região.

Por meio de sua plataforma digital, a RHISA possibilita a circulação de informações científicas, a divulgação de pesquisas, a aproximação entre pesquisadores e o compartilhamento de oportunidades acadêmicas. Dessa forma, a Rede atua como um ambiente de comunicação entre pares, favorecendo a construção e a disseminação coletiva do conhecimento.

Sob a perspectiva das redes colaborativas, a RHISA pode ser compreendida como um espaço de articulação entre diferentes atores científicos, promovendo interações para ampliar a cooperação e a produção do conhecimento. Conforme Katz e Martin (1997), a colaboração científica constitui um elemento fundamental para o desenvolvimento da ciência, reunindo competências e recursos em torno de objetivos comuns.

Contudo, as tecnologias digitais também desempenham papel importante no funcionamento da RHISA, permitindo a superação das barreiras geográficas. Nesse contexto, a comunicação em rede favorece o diálogo entre pesquisadores e instituições.

A interação entre os entes realizada pela RHISA não ocorre de forma isolada, mas é mediada por diferentes elementos tecnológicos e informacionais que estruturam a dinâmica da Rede. Sob a perspectiva da Teoria Ator-Rede (Latour, 2012), esses elementos não humanos também exercem papel ativo nas relações estabelecidas entre os atores, uma vez que influenciam a produção, a circulação e o compartilhamento do conhecimento científico.

Na RHISA, recursos como a plataforma digital, a agência de notícias, a base de dados de pesquisadores e os perfis em redes sociais, como *Instagram*, *Facebook* e *WhatsApp*, atuam como mediadores da comunicação científica, ampliando a interação entre pesquisadores, instituições e demais integrantes da comunidade científica da Amazônia Legal. Dessa forma, tais tecnologias não apenas viabilizam a troca de informações, mas também fortalecem as redes de colaboração científica ao conectar atores geograficamente dispersos e favorecer a construção coletiva do conhecimento.

Ao reunir pesquisadores e instituições em um ambiente digital para compartilhamento de informações, a RHISA contribui para

o fortalecimento das redes de colaboração científica na Amazônia Legal. Além de favorecer a comunicação entre pares, a iniciativa amplia a visibilidade da produção científica regional e fortalece os processos de circulação e difusão do conhecimento.

4 Considerações Finais

A comunicação científica desempenha um papel essencial na produção, circulação e compartilhamento do conhecimento, especialmente em contextos marcados por desafios territoriais, sociais e estruturais, como ocorre na Amazônia Legal. Ao longo deste capítulo, foi possível compreender que a ciência não se desenvolve de maneira isolada, mas a partir de colaborações e co-autorias estabelecidas entre pesquisadores, instituições e diferentes atores sociais. Dessa forma, a Rede atua como mediadora das interações científicas, fortalecendo vínculos colaborativos e favorecendo a constituição de espaços de diálogo e cooperação.

Com isso, a RHISA contribui para a comunidade científica da Amazônia Legal ao atuar como um ambiente de comunicação e articulação entre pesquisadores e instituições. Por meio de sua infraestrutura digital, a rede favorece a circulação de informações científicas, estimula a formação de parcerias e fortalece as redes de colaboração, contribuindo para a superação de barreiras geográficas, características da Região. Dessa forma, a RHISA amplia a visibilidade da produção científica amazônica e promove a integração dos diferentes atores envolvidos na construção do conhecimento, consolidando-se como um importante mecanismo de comunicação científica e cooperação na Amazônia Legal.

Conclui-se, portanto, que iniciativas como a RHISA contribuem significativamente para a popularização da informação e diálogo científico e para o fortalecimento das redes de colaboração acadêmica na Amazônia Legal

Referências

BESSA, Z. S. J. **Redes de colaboração científica na perspectiva dos ecossistemas comunicacionais:** um estudo da colaboração científica na Amazônia por meio da Rede Bionorte/ Zení Silva Jucá Bessa. 2017.94.: il. Color; 31cm. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em: < https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6933> Acesso em: 27 mai. 2025.

BROSSARD, D.; LEWENSTEIN, B. V. A Critical Appraisal of Models of Public Understanding of Science: Using Practice to Inform Theory. In: Kahlor, LeeAnn; Stout, Patricia A. (Ed.). **Communicating Science: New Agendas in Communication**. New York: Routledge, 2010. p. 11-39.

BUENO, W. C. **Comunicação científica e divulgação científica: Aproximações e rupturas conceituais.** Inf. Inf., Londrina, v. 15, n. esp, p. 1-12, 2010. Disponível em: < http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585> Acesso em: 20 mai. 2025.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

FAS. **Amazônia Legal: o que é e quais estados fazem parte**. Manaus, 2018. Disponível em: <https://fas-amazonia.org/amazonia-legal-o-quee-e-quais-estados-fazem-parte/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

IBGE. **IBGE atualiza limites de municípios no Mapa da Amazônia Legal**. Carlos Alberto Guimarães, 2021. <Disponível em: https:// agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-denoticias/noticias/30958-ibge-atualiza-limites-de-municipios-no-mapada-amazonia-legal>. Acesso em: 10 mar. 2024.

INSTITUTO ACARIQUARA. **Rede RHISA lançou uma plataforma colaborativa e inclusiva que visa divulgar e promover projetos**. Manaus, 2022. Disponível em: https://www.institutoacariquara.org/ post/a-rederhisa-lan%C3%A7ou-uma-plataforma-colaborativa-einclusiva-que-visa-divulgar-e-promover-projetos. Acesso em: 10 mar. 2024.

KATZ, J.; MARTIN, B. R. What is Research Collaboration? **Research Policy**, v. 26, p. 1-18, 1997.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1962.

LATOUR, Bruno**. Reagregando o social:** uma introdução à Teoria Ator-Rede. Salvador: EDUFBA, 2012.

MEADOWS**, A. J.** *A comunicação científica*. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

SILVA, C. C.; BARATA, R. B. **Modelos de comunicação pública da ciência**: revisão teórica e proposta de classificação. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 19, supl. 1, p. 139-160, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-59702012000500008. Acesso em 25 de jun. 2025.

SONNENWALD, D. H. **Scientific Collaboration**. Annual Review of Information Science and Technology, New York, v. 42, n. 1, p. 643-681, 2008.

TARGINO, M. das G. **Comunicação científica na sociedade tecnológica: periódicos eletrônicos em discussão.** Comunicação e Sociedade, São Bernardo do Campo, n. 31, p.71-98, 1o sem. 1999.

TARGINO, M. G. A. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade**: Estudos, v. 10, n. 2, p. 37-85, 2000. Disponível em: < http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326/248 >. Acesso em: 27 mai. 2025.

VANS, S. A. de S.; STUMPF, I. R. C. Colaboração científica: revisão teórico-conceitual. **Perspectivas em ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 15, n.2, p. 42-55, maio/ago. 2010. Disponível em: http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1105/731. Acesso em: 27 mai. 2025.

EIXO 2:
Comunicação, Informação e Cultura:

Contempla pesquisas interessadas nas interrelações entre a comunicação e a informação com as experiências culturais da Amazônia. Os fluxos e os processos comunicacionais e informacionais e suas relações com os modos de vida, os ambientes narrativos, as políticas, o acesso à informação, às linguagens, ao imaginário, às identidades, à ciência, à educação, ao meio ambiente, à produção e ao consumo de informações, às estéticas imagéticas, às redes, às mídias. e à preservação da memória nas sociedades amazônicas. imersas em ambientes amazônicos plurais.

COP-30 EM BELÉM: comunicação, identidade amazônica e disputas de sentido sobre o legado socioambiental

Rodolfo Silva Marques[1]
Luiz Cezar Silva dos Santos [2]

1. Introdução

A realização da COP-30 em Belém, no Pará, em novembro de 2025, inseriu a Amazônia no centro das discussões internacionais sobre mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e governança ambiental. Ao sediar uma conferência de alcance global, a capital paraense passou a ocupar um espaço simbólico relevante na produção e circulação de sentidos relacionados à região amazônica e aos seus múltiplos atores sociais. Nesse contexto, a COP-30 pode ser compreendida simultaneamente como evento político-institucional e fenômeno comunicacional que mobilizou discursos, imagens, representações e disputas em torno da construção de sentidos sobre a Amazônia contemporânea.

Aqui, analisamos a COP-30 a partir das dinâmicas comunicacionais que articulam identidade amazônica, produção de narrativas e disputas simbólicas relacionadas ao legado socioambiental do evento. A abordagem adotada compreende comunicação e informação como dimensões intrinsecamente associadas às experiências culturais amazônicas, considerando os processos de circulação de sentidos e suas relações com modos de vida, ambientes narrativos, identidades, linguagens, memória e imaginários sociais.

Nessa perspectiva, os fluxos comunicacionais ultrapassam a função meramente informativa e passam a constituir espaços de negociação simbólica, nos quais diferentes atores disputam representações, visibilidades e formas de pertencimento. O bioma amazônico

1 Universidade da Amazônia (UNAMA)
2 Universidade Federal do Pará (UFPA)

estende-se por nove países, sendo que aproximadamente 60% de sua área localiza-se no Norte do Brasil. Com mais de 4 milhões de km², a região abriga a maior diversidade biológica do planeta. Suas extensas florestas exercem influência significativa sobre os climas regionais e globais. Embora apresente baixa densidade populacional, a Amazônia é habitada por cerca de 22 milhões de pessoas, a maior parte residente em áreas urbanas, além de abrigar diversas comunidades tradicionais, entre elas, povos indígenas e quilombolas (Brasil, 2024).

Historicamente, a Amazônia foi concebida predominantemente como reserva estratégica de recursos naturais ou patrimônio ambiental da humanidade, muitas vezes dissociada da diversidade social, cultural e histórica que caracteriza seus territórios. Essa construção discursiva contribuiu para a consolidação de imaginários e percepções externas sobre a Amazônia, frequentemente produzidos sem a participação efetiva dos sujeitos que vivenciam suas dinâmicas cotidianas.

Nesse contexto, a escolha de Belém como sede da COP-30 introduziu novos elementos para a compreensão dessas narrativas. A realização do evento em uma cidade amazônica deslocou o foco para uma região marcada por desigualdades sociais, conflitos territoriais e diversidade cultural, ampliando possibilidades de visibilidade e favorecendo disputas por espaços de fala, representação e reconhecimento de atores locais nas esferas pública nacional e internacional.

Diante dessa perspectiva, este texto parte do seguinte problema de pesquisa: de que maneira as dinâmicas comunicacionais relacionadas à COP-30 produzem e articulam disputas de sentido sobre identidade amazônica e legado socioambiental? Parte-se da hipótese de que a conferência, para além de sua dimensão diplomática, constituiu-se como um espaço de produção simbólica capaz de reconfigurar imaginários sobre a Amazônia, tensionando representações externas e experiências locais e contribuindo tanto para o fortalecimento de perspectivas plurais quanto para a reprodução de visões historicamente consolidadas.

O objetivo geral deste capítulo consiste em analisar como a COP-30 produziu dinâmicas comunicacionais relacionadas à identidade amazônica e às disputas simbólicas em torno do legado socioambiental do evento. Estruturalmente, há cinco seções: a) apre-

senta-se a contextualização teórica sobre comunicação, Amazônia e identidade; b) discutem-se as disputas narrativas construídas por diferentes atores sociais; c) descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados; d) analisam-se as tensões em torno da ideia de legado socioambiental; por fim, apresentam-se as considerações finais do estudo.

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa, em razão de sua adequação à análise de fenômenos sociais relacionados à produção de sentidos, às práticas comunicacionais e às disputas simbólicas que emergem no contexto da COP-30. A pesquisa possui caráter exploratório-descritivo, na medida em que busca ampliar a compreensão acerca dos processos comunicacionais associados à realização da conferência e de seus possíveis impactos na construção de sentidos sobre a Amazônia contemporânea. Embora existam investigações voltadas à comunicação, aos megaeventos e às representações sociais, as especificidades da COP-30 demandam exame mais aprofundado.

A dimensão descritiva da investigação concentra-se na identificação, organização e sistematização das características presentes nas narrativas analisadas, possibilitando o reconhecimento de padrões, aproximações e tensões entre os discursos em circulação. Para tanto, foram examinados registros jornalísticos e midiáticos produzidos no contexto da COP-30, selecionados a partir de critérios relacionados à centralidade temática da Amazônia, à diversidade de formatos comunicacionais e à presença de diferentes atores sociais nos processos de produção de sentidos sobre o evento.

A análise desses materiais foi conduzida a partir de dois percursos metodológicos complementares. O primeiro correspondeu à revisão de literatura, voltada à fundamentação teórica e à operacionalização conceitual do estudo, especialmente no que se refere às discussões sobre comunicação, representações sociais, disputas simbólicas e identidades amazônicas. O segundo percurso metodológico consistiu na identificação, classificação e agrupamento das vozes dos diferentes atores sociais presentes nos registros jornalísticos e midiáticos analisados.

Para isso, cada material do *corpus* foi examinado a partir da identificação dos sujeitos e instituições citados ou entrevistados,

que posteriormente foram organizados em categorias analíticas, tais como representantes do poder público, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, povos indígenas e comunidades tradicionais, setor empresarial, comunidade científica e organismos internacionais. A partir desse agrupamento, foram analisados aspectos relacionados à frequência de aparição dessas vozes, aos espaços de fala que lhes foram concedidos, aos enquadramentos discursivos associados às suas manifestações e às possíveis assimetrias de representação observadas nos meios de comunicação e nas plataformas midiáticas.

Com base nesse percurso analítico, o estudo busca refletir sobre os impactos simbólicos e informacionais da COP-30 para a memória coletiva e para a consolidação de uma identidade amazônica plural no cenário internacional.

2. COP-30, Amazônia e comunicação: contexto e perspectivas teóricas

2.1 A Amazônia como espaço simbólico e comunicacional

A Amazônia frequentemente é compreendida a partir de sua dimensão territorial e ambiental, associada à extensão da floresta, à biodiversidade e à importância estratégica para o equilíbrio climático global (Becker e Vieira, 2015). Entretanto, reduzir a região a uma perspectiva geográfica ou ecológica significa ignorar a complexidade das relações históricas, culturais e sociais que constituem seus territórios. A Amazônia deve ser compreendida como um espaço dinâmico e plural, caracterizado pela diversidade de povos, identidades, experiências e conhecimentos, constituído por múltiplos modos de vida e distintas formas de construção de pertencimento social em interação com o ambiente.

Nessa perspectiva, a compreensão do espaço ultrapassa sua dimensão física e incorpora aspectos relacionados às relações sociais e simbólicas que nele se desenvolvem. As contribuições de Santos (2021), Amaral Filho (2016), Loureiro (2012) e Becker (2015) ajudam a compreender essa dinâmica ao defender que o espaço geográ-

fico é resultado das práticas humanas, constituindo-se como produto e condição das relações sociais. O território é um espaço socialmente construído, atravessado por relações de poder, disputas econômicas e processos culturais.

Ao longo da história, diferentes discursos contribuíram para a construção de imaginários sobre a Amazônia. Desde o período colonial (1500-1822), a região foi frequentemente representada por meio de narrativas que alternavam entre a ideia de espaço exótico, território inexplorado ou reserva abundante de riquezas naturais. Em diferentes momentos históricos, a floresta foi apresentada como local de mistérios, fronteira econômica ou patrimônio ambiental estratégico para o planeta (Amaral Filho, 2016; Loureiro, 2022). Essas interpretações produziram representações que influenciaram políticas públicas, processos econômicos e formas de percepção social sobre a região.

Muitas dessas construções discursivas foram elaboradas a partir de perspectivas externas, produzindo interpretações que frequentemente invisibilizaram as experiências locais (Barros e Chagas Júnior, 2023). As narrativas sobre a Amazônia foram, em grande medida, desenvolvidas por agentes políticos, econômicos e midiáticos situados fora da região, resultando em discursos que simplificaram sua diversidade sociocultural; e as populações indígenas, comunidades tradicionais, ribeirinhos e demais sujeitos amazônicos tiveram seus modos de vida frequentemente reduzidos a imagens estereotipadas ou secundarizadas diante de interesses econômicos e geopolíticos.

As reflexões de Martín-Barbero (2009) e Canclini (2015) contribuem para compreender essas dinâmicas ao deslocarem o olhar para os processos culturais e para as mediações presentes na circulação dos sentidos sociais. Os processos comunicacionais não ocorrem de forma linear – eles são atravessados por práticas culturais, experiências sociais e negociações simbólicas. A Amazônia emerge, pois, como espaço de produção comunicacional no qual diferentes atores disputam narrativas sobre identidade, pertencimento e desenvolvimento, evidenciando a existência de múltiplas Amazônias em permanente construção.

2.2 A COP-30 como acontecimento midiático global

A realização da COP-30 em Belém ultrapassou a dimensão diplomática tradicional das conferências climáticas e configurou-se também como um acontecimento comunicacional de ampla repercussão global. Em razão de sua escala internacional e forte presença nos meios de comunicação, a conferência tornou-se um espaço privilegiado para observar processos de produção, circulação e disputa de sentidos relacionados à Amazônia.

As contribuições de Dayan e Katz (1992) ajudam a compreender o conceito de acontecimento midiático. Determinados eventos possuem capacidade de interromper a rotina informacional e atrair atenção coletiva em escala ampliada, produzindo experiências compartilhadas que transcendem fronteiras nacionais (Dayan e Katz, 1992). Esses acontecimentos adquirem relevância por serem transmitidos, interpretados e ressignificados por diferentes meios de comunicação, convertendo-se em referências simbólicas para grupos sociais diversos.

Na contemporaneidade, megaeventos internacionais também atuam como mecanismos de produção de visibilidade política e territorial. No caso específico da COP-30, a escolha de Belém como cidade-sede produziu um deslocamento significativo do centro das narrativas climáticas internacionais. A Amazônia deixou de ocupar exclusivamente a posição de objeto de debate para assumir, ao menos simbolicamente, condição mais central nas discussões globais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Contudo, a ampliação da visibilidade também reproduziu discursos já consolidados sobre a região. Nesse processo, surge uma disputa entre perspectivas que reproduzem imaginários históricos e iniciativas que procuram evidenciar a pluralidade social, cultural e política existente na região amazônica.

2.3 Identidade, imaginário e produção de sentidos

A discussão sobre identidade assume papel central nas análises contemporâneas sobre comunicação e cultura, especialmente em

contextos marcados pela intensificação dos fluxos informacionais e pela ampliação das interações sociais mediadas por tecnologias. A identidade não pode ser compreendida como categoria fixa ou determinada exclusivamente por fatores territoriais ou históricos. Trata-se de um processo social e cultural em permanente construção, resultado das relações estabelecidas entre sujeitos, grupos e ambientes históricos específicos.

As contribuições de Stuart Hall (2006) forneceram elementos relevantes para compreender essas dinâmicas, ao considerar que as identidades são construídas discursivamente e permanecem em constante transformação, sendo atravessadas por processos históricos, culturais e políticos. Stuart Hall (2006) argumenta que linguagem, mídia e representação participam da construção da realidade e que os significados são socialmente negociados por relações de poder. Aplicada ao contexto amazônico, essa perspectiva permitiu compreender a região como espaço marcado por identidades múltiplas, heterogêneas e continuamente negociadas.

As representações sociais exercem papel fundamental nesse processo, uma vez que contribuem para a construção de sentidos compartilhados sobre indivíduos, grupos e territórios. As imagens e discursos produzidos sobre a Amazônia interferem na forma como ela é interpretada e socialmente compreendida. Nesse cenário, torna-se relevante compreender as disputas simbólicas presentes nos processos comunicacionais. As contribuições de Bourdieu (1989) auxiliam a compreender como diferentes grupos sociais disputam legitimidade para definir interpretações consideradas válidas sobre determinados fenômenos sociais. O poder simbólico manifesta-se na capacidade de determinados atores imporem classificações, valores e visões de mundo que passam a ser reconhecidos como legítimos dentro de uma determinada estrutura social.

Durante a realização da COP-30, essas disputas simbólicas mostraram-se evidentes. Diferentes atores sociais construíram narrativas sobre desenvolvimento sustentável, preservação ambiental, pertencimento territorial e justiça climática. A produção desses sentidos ocorre em ambientes marcados por relações assimétricas de poder, nos quais determinadas vozes possuem maior capacidade de circulação e reconhecimento do que outras. Assim, compreender os

processos de identidade, representação e produção simbólica torna-se essencial para analisar os sentidos em disputa sobre a Amazônia contemporânea e seus possíveis legados sociais e culturais.

3. Comunicação, disputas narrativas e atores sociais na COP-30

Para além das negociações formais sobre políticas climáticas, a conferência mobilizou disputas simbólicas entre diferentes atores sociais que buscaram legitimar interpretações sobre desenvolvimento, preservação ambiental e justiça social. A dimensão comunicacional do evento tornou-se estratégica porque o debate climático contemporâneo extrapola os espaços institucionais e se expande para arenas midiáticas e digitais, nas quais diferentes vozes disputam visibilidade e reconhecimento.

Essas narrativas são construídas de forma heterogênea, uma vez que os atores envolvidos ocupam posições distintas nas estruturas de poder e possuem recursos desiguais de circulação e influência. Governos, organizações internacionais, empresas, movimentos sociais, povos indígenas, comunidades tradicionais e meios de comunicação participam da produção de sentidos sobre a Amazônia e seus modelos de desenvolvimento. Em determinados momentos, seus discursos convergem; em outros, revelam tensões e conflitos.

Nesse contexto, a COP-30 se converteu em espaço ampliado de disputa por sentidos, no qual se confrontaram questões relacionadas à representatividade, ao pertencimento e à legitimidade das vozes autorizadas a falar em nome da Amazônia.

3.1 Narrativas institucionais

As narrativas institucionais relacionadas à COP-30 foram produzidas por governos, organismos multilaterais e empresas, atores com relevância nos processos políticos, econômicos e diplomáticos. Esses agentes atuam na construção de discursos sobre desafios climáticos e modelos de desenvolvimento sustentável, buscando orientar interpretações e soluções. Em razão de sua capacidade de mobilização política e comunicacional, ocupam posições centrais na

definição de agendas públicas e na circulação de sentidos socialmente legitimados.

No âmbito governamental, os discursos associados à COP-30 enfatizaram o desenvolvimento sustentável, a preservação ambiental e o fortalecimento da cooperação internacional. Nesse contexto, destaca-se o discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na abertura da conferência, em Belém, no qual apresentou as mudanças climáticas como um desafio contemporâneo e defendeu a conversão dos compromissos internacionais em ações concretas, caracterizando o evento como a "COP da Implementação" (Agência Brasil, 2025).

Em uma das passagens centrais de sua fala, Lula afirmou que "estamos andando na direção certa, mas na velocidade errada", indicando que os avanços obtidos desde o Acordo de Paris permanecem insuficientes diante da aceleração da crise climática. O pronunciamento também reforçou a relevância do multilateralismo, da ampliação do financiamento climático pelos países desenvolvidos e do papel estratégico da Amazônia nos debates globais sobre sustentabilidade e justiça climática (Agência Brasil, 2025).

A realização da conferência no Pará representou uma oportunidade para o fortalecimento da posição do Brasil nas discussões climáticas globais, bem como à promoção de investimentos em infraestrutura e desenvolvimento regional. Organizações não governamentais internacionais, como o *Greenpeace*, também desempenham papel relevante na construção dessas narrativas, produzindo diretrizes e discursos voltados à sustentabilidade, às mudanças climáticas e à governança ambiental. Seus documentos e recomendações contribuem para consolidar modelos interpretativos sustentados por conceitos como responsabilidade compartilhada, transição ecológica e governança global.

Essas diferentes narrativas convergem, de forma recorrente, na construção da ideia de legado da COP-30, vinculada a promessas de desenvolvimento regional, melhorias urbanas e benefícios econômicos, embora seus significados permaneçam atravessados por disputas simbólicas sobre seus impactos efetivos para a população amazônica.

3.2 Narrativas locais

Embora os discursos institucionais frequentemente ocupem maior visibilidade na esfera pública, as narrativas locais exercem papel central na construção de sentidos sobre a Amazônia. Movimentos sociais, povos indígenas e comunidades tradicionais produzem interpretações próprias sobre desenvolvimento, preservação ambiental e justiça climática, fundamentadas em experiências históricas e territoriais específicas. Essas perspectivas frequentemente permanecem ausentes ou secundarizadas nos discursos hegemônicos.

Os movimentos sociais amazônicos apresentam trajetória marcada pela defesa de direitos territoriais, proteção ambiental e reconhecimento das populações tradicionais, questionando modelos de desenvolvimento orientados por interesses econômicos em detrimento das demandas sociais locais. A realização da COP-30 ampliou a visibilidade dessas pautas e abriu possibilidades de maior participação de grupos historicamente marginalizados nos processos decisórios.

Os povos indígenas assumiram papel relevante nas discussões sobre a Amazônia contemporânea, especialmente nos debates sobre justiça climática e participação das comunidades tradicionais na formulação de agendas ambientais. Esse protagonismo se tornou mais evidente durante a realização da Cúpula dos Povos (2025), principal espaço paralelo e independente de articulação da sociedade civil durante a COP.

No contexto das mobilizações paralelas à COP-30, a Cúpula dos Povos, promoveu, em 15 de novembro de 2026, a Marcha Global pelo Clima. A manifestação reuniu aproximadamente 70 mil participantes em um percurso de cinco quilômetros, com saída do Mercado de São Brás e chegada à Aldeia Cabana, localizada no bairro da Pedreira, em Belém. Cerca de 60 movimentos sociais provenientes de diferentes países, além de ativistas climáticos e representantes da sociedade civil, participaram do ato, ocupando as ruas da capital paraense em defesa de pautas socioambientais e de justiça climática. Nesse contexto, a Cúpula dos Povos sintetizou as reivindicações do movimento ao afirmar: “Já chega de colocar o lucro acima da vida! Basta de projetos exploratórios e predatórios do meio ambiente, as soluções para a crise climática partem dos territórios!” (Brasil e Gaspar, 2025).

A iniciativa reuniu milhares de participantes, entre ativistas, representantes indígenas, quilombolas e trabalhadores, constituin-

do-se como espaço de mobilização política e reivindicação por justiça climática. Além disso, fortaleceu a centralidade das vozes e experiências das comunidades tradicionais nos debates sobre políticas ambientais e futuros para a Amazônia (Cúpula dos Povos, 2025).

Os conhecimentos dos povos tradicionais e suas formas de relação com o território são contribuições importantes para os debates sobre sustentabilidade e preservação ambiental. Entretanto, suas representações ainda são frequentemente atravessadas por estereótipos que simplificam a diversidade de experiências entre diferentes povos.

Da mesma forma, populações tradicionais, como ribeirinhos, extrativistas e quilombolas, produzem interpretações próprias sobre o território e suas transformações. Assim, a COP-30 evidenciou disputas relacionadas à legitimidade das vozes autorizadas a falar sobre a Amazônia, revelando processos marcados por relações desiguais de poder, reconhecimento e visibilidade.

3.3 Mídia e plataformas digitais

Os meios de comunicação exerceram papel estratégico na circulação e ampliação das narrativas relacionadas à COP-30. O jornalismo profissional atua historicamente como importante mediador entre acontecimentos sociais e audiências públicas, selecionando temas, definindo enquadramentos e estabelecendo critérios de relevância informacional.

A cobertura jornalística da conferência apresentou características heterogêneas, privilegiou determinados aspectos em detrimento de outros, oscilando entre a valorização da cultura amazônica e as críticas contumazes[3]. No caso da COP-30, questões relacionadas às negociações diplomáticas, aos impactos ambientais globais e aos compromissos políticos receberam ampla atenção dos meios de comunicação nacionais e internacionais.

3 Reportagem da BBC (2025) discutiu os principais pontos que marcaram a realização da COP-30 em Belém, destacando tensões relacionadas às negociações internacionais sobre mudanças climáticas, especialmente nos temas financiamento climático e redução da dependência de combustíveis fósseis. A reportagem evidencia as disputas políticas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, demonstrando que os avanços obtidos ocorreram em meio a impasses diplomáticos e interesses econômicos divergentes. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/articles/c5yqj75jleyo. Acesso em: 24 maio 2026.

Paralelamente ao jornalismo tradicional, as plataformas digitais ampliaram as possibilidades de produção e circulação de conteúdos. A circulação de *hashtags*, campanhas digitais e conteúdos compartilhados fortalece mobilizações coletivas, amplia a visibilidade de pautas sociais e influencia a construção das agendas públicas. Entretanto, esses mecanismos também podem favorecer processos de simplificação narrativa, polarização e disseminação de informações descontextualizadas.

No contexto da COP-30, o jornalismo profissional e as mídias sociais desempenharam papéis relevantes na produção, circulação e disputa de narrativas sobre a Amazônia, ampliando debates e contribuindo para diferentes interpretações do evento. O jornalismo profissional atuou na mediação, contextualização e legitimação de informações relacionadas às discussões políticas, ambientais e sociais, enquanto as mídias sociais favoreceram a circulação descentralizada de discursos e o protagonismo de múltiplos atores. A coexistência dessas formas de produção comunicacional evidenciou a COP-30 como uma arena simbólica de disputa por significados sobre a Amazônia.

4. O legado socioambiental em disputa

A ideia de legado associada a grandes eventos internacionais ultrapassa os efeitos materiais imediatos de sua realização. Embora investimentos em infraestrutura, transformações urbanas e resultados econômicos sejam frequentemente considerados indicadores centrais, o legado também envolve dimensões simbólicas ligadas à memória coletiva, à produção de sentidos e ao reconhecimento social. Nesse contexto, o legado da COP-30 não se restringiu às intervenções urbanas e aos investimentos estruturais em Belém, mas relacionou-se à capacidade de produzir efeitos duradouros sobre as representações da Amazônia. A conferência contribuiu para consolidar narrativas que reconhecem a pluralidade social, cultural e política do território amazônico.

Além dos aspectos materiais, as disputas em torno do legado da COP-30 também envolveram questões relacionadas ao pertencimento, à representação social e à visibilidade da Amazônia no

cenário internacional. A realização do evento ampliou a circulação de imagens e discursos sobre a região, influenciando processos de construção identitária e formas de percepção social sobre seus territórios e populações. O legado socioambiental da COP-30 não se restringiu aos resultados concretos produzidos durante sua realização; compreendeu também os processos simbólicos que emergiram a partir das narrativas construídas por diferentes atores sociais.

5. O discurso do desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável consolidou-se, nas últimas décadas, como uma das principais categorias mobilizadas em debates sobre meio ambiente, políticas públicas e desenvolvimento econômico. Associado à ideia de equilíbrio entre crescimento econômico, preservação ambiental e inclusão social, o conceito passou a ocupar posição central nos discursos institucionais relacionados às conferências internacionais sobre clima.

No ambiente da COP-30, os principais argumentos associados ao evento estiveram nas promessas relacionadas à expansão da infraestrutura urbana e à modernização de serviços públicos. No caso de Belém, as iniciativas foram vinculadas à ideia de preparação da cidade para receber visitantes internacionais e fortalecer sua inserção em circuitos globais de circulação econômica e turística.

A preparação de Belém para a realização da COP-30 mobilizou um volume expressivo de investimentos públicos e financiamentos destinados à reestruturação urbana e à ampliação da infraestrutura estratégica da cidade. De acordo com dados oficiais, os recursos vinculados ao evento totalizam aproximadamente R$ 6,12 bilhões, dos quais R$ 4,24 bilhões correspondem a investimentos públicos diretos e financiamentos oriundos da União, de estatais federais e de operações contratadas pelo Governo do Pará (Brasil, 2025). Entre as principais fontes de financiamento destacam-se aportes da Itaipu Binacional (R$ 1,34 bilhão), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (R$ 1,46 bilhão), do Orçamento Geral da União (R$ 1,11 bilhão) e do Fundo Geral de Turismo (R$ 0,32 bilhão).

Somaram-se a esses recursos investimentos complementares estimados em R$ 1,88 bilhão, provenientes de contrapartidas e de

concessionárias vinculadas à infraestrutura do evento, incluindo R$ 1,55 bilhão em obras executadas pelo Governo do Pará com apoio da Vale, direcionadas principalmente à mobilidade urbana, recuperação viária e modernização estrutural, além de R$ 330 milhões destinados à ampliação e adequação da infraestrutura aeroportuária de Belém (Brasil, 2025).

O turismo também passou a integrar as expectativas relacionadas aos possíveis legados da COP-30, especialmente em função da visibilidade internacional conferida à Amazônia pela realização do evento em Belém. A ampla exposição da região no cenário global estimulou fluxos turísticos e ampliou o interesse por elementos associados às dinâmicas socioculturais amazônicas, incluindo manifestações culturais, gastronomia, patrimônio natural e modos de vida locais.

A realização da COP-30 em Belém também consolidou a centralidade da Amazônia nas discussões internacionais sobre mudanças climáticas e evidenciou a dimensão global do encontro (G1 Pará, 2025). De acordo com dados divulgados pelo Ministério do Turismo, a conferência reuniu representantes de 195 países e registrou mais de 42 mil participantes credenciados na *Blue Zone*, configurando-se entre as maiores edições já realizadas do evento (Brasil, 2025). Esses indicadores evidenciaram a capacidade da conferência de mobilizar atores institucionais, organizações e diferentes segmentos da sociedade em torno das agendas ambientais e climáticas.

Além do fortalecimento dos debates sobre sustentabilidade e governança climática, os números associados à COP-30 revelaram seu potencial para ampliar a projeção internacional da Amazônia e intensificar a circulação de pessoas, conhecimentos e experiências (Brasil, 2025). Sob essa perspectiva, os discursos do Ministério do Turismo trataram a conferência como uma oportunidade estratégica para a construção de legados estruturais para a região. As ações desenvolvidas incluíram iniciativas de qualificação profissional, promoção turística, articulação institucional e incentivo à sustentabilidade, buscando integrar crescimento econômico, preservação ambiental e valorização cultural em uma perspectiva de desenvolvimento de longo prazo (Brasil, 2025).

Recursos destinados a obras públicas, projetos ambientais, inovação tecnológica e iniciativas de desenvolvimento regional

frequentemente foram apresentados como instrumentos capazes de promover melhorias estruturais duradouras. No entanto, experiências relacionadas a outros megaeventos internacionais demonstram que a existência de investimentos não garante, necessariamente, distribuição equilibrada dos benefícios produzidos.

A promessa de desenvolvimento sustentável frequentemente apresenta-se associada a discursos otimistas que enfatizam crescimento econômico e modernização urbana. Mas os resultados concretos dessas iniciativas nem sempre representam a formulação de políticas públicas inclusivas e a capacidade de articulação entre desenvolvimento econômico, proteção ambiental e justiça social.

6. Justiça climática, tensões centro-periferia e impactos

O conceito de justiça climática (Robinson, 2021) emerge como uma perspectiva analítica voltada à problematização das desigualdades presentes na distribuição dos riscos ambientais e dos benefícios decorrentes das políticas de desenvolvimento sustentável. Essa abordagem compreende que os efeitos das mudanças climáticas não se manifestam de forma homogênea entre os diferentes grupos sociais, sendo condicionados por fatores econômicos, territoriais, sociais e históricos.

Nesse sentido, a justiça climática (Robinson, 2021) articula a crise ambiental às dimensões dos direitos humanos e da justiça social, ao reconhecer que populações em situação de maior vulnerabilidade tendem a sofrer impactos mais severos dos eventos climáticos e desastres ambientais, apesar de contribuírem de maneira significativamente menor para os processos responsáveis pelo aquecimento global.

Na realidade amazônica, essas desigualdades assumem características específicas relacionadas à formação histórica da região e aos processos de ocupação territorial. Ao longo do tempo, diferentes modelos de desenvolvimento foram implementados a partir de perspectivas externas que frequentemente priorizaram interesses econômicos em detrimento das demandas sociais das populações locais. Diversos projetos de exploração econômica contribuíram para ampliar conflitos fundiários, pressionar territórios tradicionais e pro-

duzir impactos ambientais significativos (Barros e Chagas Júnior, 2023).

A justiça climática pressupõe, pois, distribuição equilibrada dos benefícios decorrentes das políticas ambientais, além do reconhecimento da diversidade de sujeitos envolvidos nos processos de construção dessas políticas. Povos indígenas, comunidades tradicionais e movimentos sociais amazônicos possuem experiências e conhecimentos relevantes para a formulação de estratégias relacionadas ao desenvolvimento sustentável (Barros e Chagas Júnior, 2023).

As disputas sobre a Amazônia frequentemente envolvem relações assimétricas de poder nas quais determinados grupos possuem maior capacidade de definir agendas, estabelecer prioridades e produzir discursos reconhecidos como legítimos (Becker, 2015; Loureiro, 2022). Compreender essas desigualdades torna-se fundamental para refletir sobre os limites e possibilidades do legado social associado à COP-30.

Além das transformações materiais associadas ao evento, a realização da COP-30 produziu impactos relevantes na construção simbólica da identidade amazônica. A circulação ampliada de discursos, imagens e narrativas sobre a região, nos próximos anos, tende a influenciar processos de reconhecimento social e contribuir para redefinir sentidos historicamente atribuídos à Amazônia. Tais efeitos ultrapassam o contexto imediato da conferência e podem gerar repercussões duradouras sobre a forma como a região é percebida em diferentes espaços sociais.

A memória coletiva assume papel relevante, uma vez que grandes acontecimentos costumam permanecer associados a marcos simbólicos incorporados às narrativas sociais sobre determinados lugares e períodos históricos. A realização da COP-30 em Belém se converteu em um marco cronológico, ocupando papel significativo na memória regional e influenciando interpretações futuras sobre a inserção da Amazônia nos debates ambientais globais.

Todavia, a ampliação da visibilidade internacional também produz efeitos ambivalentes. Se, por um lado, fortalece pautas ambientais e culturais relacionadas à região, por outro, pode reproduzir interpretações simplificadas e perspectivas externas historicamente consolidadas. Dessa forma, a identidade amazônica permanece como

um processo dinâmico, continuamente atravessado por disputas simbólicas, negociações de sentido e múltiplas formas de pertencimento.

Observamos, portanto, que os legados da COP-30 ultrapassaram os efeitos materiais e imediatos de sua realização, alcançando dimensões simbólicas relacionadas à memória, à identidade e à produção de sentidos. Nesse cenário, a conferência consolidou-se como espaço de disputas narrativas e de reconfiguração de representações sobre a Amazônia. Seus impactos, portanto, tendem a permanecer em permanente negociação nos processos sociais e comunicacionais que atravessam a região, a partir das diferentes interlocuções e apropriações dos conteúdos trabalhados durante a realização do evento.

7. Considerações finais

Este capítulo analisou como as dinâmicas comunicacionais associadas à COP-30 articularam disputas de sentido relacionadas à identidade amazônica e ao legado socioambiental do evento. Os resultados do estudo indicam elementos que corroboram a hipótese inicialmente formulada, demonstrando que a conferência ultrapassou sua dimensão diplomática, constituindo-se como um acontecimento político, midiático e cultural capaz de influenciar narrativas e reconfigurar imaginários sobre a Amazônia.

As discussões desenvolvidas ao longo do estudo permitiram identificar que a Amazônia constitui espaço marcado por múltiplas narrativas e por disputas simbólicas envolvendo diferentes agentes sociais: discursos institucionais frequentemente enfatizam desenvolvimento econômico, investimentos e modernização urbana, enquanto narrativas locais problematizam desigualdades históricas, reconhecimento social e participação efetiva das populações amazônicas nos processos de tomada de decisão.

Também foi possível observar que os processos comunicacionais relacionados à COP-30 ultrapassam os limites das negociações formais e alcançam diferentes ambientes de circulação informacional, especialmente os meios de comunicação e as plataformas digitais. A multiplicidade de discursos presentes nesses espaços evidencia que a disputa sobre a Amazônia ocorre simultaneamente nos planos político, econômico e simbólico.

Indicou-se ainda que os possíveis legados associados ao evento não devem ser compreendidos somente a partir de seus resultados materiais imediatos: investimentos, infraestrutura e desenvolvimento urbano constituem dimensões relevantes, mas coexistem com impactos relacionados à memória coletiva, à produção de identidades e às formas de reconhecimento social da região amazônica.

Os resultados aqui apresentados também sugerem possibilidades para o aprofundamento de agendas futuras de investigação, especialmente no que se refere às transformações das narrativas sobre a Amazônia em contextos pós-evento, às formas de apropriação dos discursos produzidos durante a COP-30 por diferentes atores sociais e aos efeitos dessas disputas simbólicas sobre processos de participação política, reconhecimento social e construção identitária na região amazônica.

Assim, a COP-30 ampliou a visibilidade internacional da Amazônia e intensificou disputas em torno de seus significados sociais e culturais. Os impactos simbólicos decorrentes desse processo demandaram acompanhamento contínuo, sendo necessárias investigações futuras sobre a permanência, transformação ou reconfiguração das narrativas construídas sobre a região amazônica.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. Confira a íntegra do discurso de Lula na abertura da COP30, em Belém. Agência Brasil, 10 nov. 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2025-11/confira-integra-do-discurso-de-lula-na-abertura-da-cop30-em-belem. Acesso em: 24 maio 2026.

AMARAL FILHO, Otacílio. **Marca Amazônia: o marketing da floresta**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2016.

BARROS, Thiago Almeida; CHAGAS JUNIOR, Edgar Monteiro. Táticas de comunicação on-line na defesa de demandas indígenas na Amazônia. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, 2023. DOI: 10.12957/logos.2022.69944. Disponível em: www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/69944. Acesso em: 24 maio 2026.

BBC NEWS BRASIL. **COP30:** os quatro pontos que definiram a conferência do clima em Belém. BBC News Brasil, 23 nov. 2025. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/articles/c5yqj75jleyo. Acesso em: 24 maio 2026.

BECKER, Bertha K. **As Amazônias**. 3 v. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BECKER, Bertha Koiffmann; VIEIRA, Ima Célia Guimarães (org.). **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Amazônia**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2024. Disponível em: www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/biomas-e-ecossistemas/biomas/amazonia. Acesso em: 24 maio 2026.

BRASIL. Ministério do Turismo. **MTur na COP30**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2025. Disponível em: www.gov.br/turismo/pt-br/mtur-na-cop30. Acesso em: 24 maio 2026.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **COP30 no Brasil: Portal da Transparência**. Brasília, DF: CGU, 2025. Disponível em: https://portaldatransparencia.gov.br/cop30. Acesso em: 24 maio 2026.

BRASIL, Ana Teresa; GASPAR, Camilla Queiroz. **Cúpula dos Povos realiza Marcha Global pelo Clima nas ruas de Belém**. Amazônia na COP30, Belém, 17 nov. 2025. Disponível em: Amazônia na COP30 – Cúpula dos Povos realiza Marcha Global pelo Clima nas ruas de Belém. Acesso em: 2 jul. 2026.

CÚPULA DOS POVOS COP30. **Cúpula dos Povos rumo à COP30**. 2025. Disponível em: https://cupuladospovoscop30.org/. Acesso em: 24 maio 2026.

DAYAN, Daniel; KATZ, Elihu. **Media events: the live broadcasting of history**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1992.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Ana Regina Les-

sa e Heloísa Pezza Cintrão. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2015. 385 p. (Ensaios latino-americanos, v. 1).

G1 Pará, 2025**. COP-30 teve presença de 195 países e mais de 42 mil credenciados, diz Ministério do Turismo**. Belém, 21 nov. 2025. Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2025/11/21/cop-30-teve-presenca-de-195-paises-e-mais-de-42-mil-credenciados-diz-ministerio-do-turismo.ghtml. Acesso em: 24 maio 2026.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no século XXI: novas formas de desenvolvimento. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 527–552, jul./dez. 2012. Disponível em: www.scielo.br/j/rdgv/a/ZyVGJ6BMxCSJg5txXF7vzLv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 24 maio 2026.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia colônia do Brasil**. Manaus: Editora Valer, 2022.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

ROBINSON, Mary. **Justiça climática: esperança, resiliência e a luta por um futuro sustentável**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 32.ed. Rio de Janeiro: Record, 2021.

NARRATIVAS JORNALÍSTICAS SOBRE A CRISE AMBIENTAL AMAZÔNICA: análise discursiva da produção de sentidos no Instagram

Célia Beatriz Mesquita de Souza[1]
Cristiane de Lima Barbosa[1]

1. Introdução

No ambiente digital contemporâneo, os discursos transcendem a função informativa, configurando-se como práticas de construção de sentidos e disputas de autoridade (Orlandi, 2017). Nas redes sociais, narrativas críticas são mediadas por algoritmos e estratégias de engajamento, determinando relevância temática (Castells, 2010). Nesse contexto, a crise ambiental amazônica emerge como pauta urgente, caracterizada por desmatamento, queimadas e perda de biodiversidade, com impactos sobre povos indígenas e comunidades tradicionais (Lovejoy; Nobre, 2018).

O jornalismo ambiental media ciência e sociedade, disputando visibilidade em fluxos fragmentados e polarizados (Wardle, 2020). No Instagram, formatos visuais e audiovisuais intensificam essa disputa, demandando análise de construções simbólicas sobre a Amazônia (Barbosa, 2021). Ao voltar o foco para o Instagram, essa disputa ganha características particulares: imagens de forte apelo, textos superficiais e recursos audiovisuais para conquistar atenção em um espaço saturado de conteúdos. Assim, compreender como produções discursivas sobre a Amazônia são construídas e circulam, torna-se essencial para avaliar o papel do jornalismo e as formas de percepção pública da emergência ambiental.

Diante do panorama de crise multifacetada, o Jornalismo Ambiental enfrenta o desafio de traduzir sua complexidade. Responsável por mediar dados científicos e percepções públicas em

1 Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

torno de temas socioambientais, ele atua em um campo marcado por limitações estruturais, como a escassez de especialistas, a baixa valorização editorial e as dificuldades no tratamento adequado de informações científicas (Barbosa, 2021). Em contrapartida, iniciativas independentes de jornalismo tensionam essa realidade ao oferecer uma cobertura mais plural, próxima das comunidades locais e politicamente engajada aos interesses econômicos e políticos dominantes (Träsel, 2021; Ribeiro; Peixoto, 2023).

Diante desse cenário, a questão de pesquisa indaga: como narrativas jornalísticas amazônicas produzem sentidos e visibilidade no Instagram, sob influência algorítmica?

Logo, este artigo objetiva analisar como discursos jornalísticos sobre a crise ambiental amazônica circulam e produzem construções simbólicas a partir do perfil @amazoniareal no Instagram ao longo de 2025. A investigação visa identificar estratégias discursivas, visuais e afetivas, observando como elas produzem significações sobre a Amazônia e em que medida reforçam, confrontam ou reconfiguram as dinâmicas de circulação e engajamento próprias do ambiente digital.

Nessa perspectiva, o estudo pretende contribuir com investigações sobre jornalismo ambiental em plataformas digitais, ainda pouco exploradas na literatura brasileira, especialmente no que diz respeito aos embates simbólicos sobre a Amazônia no ambiente algorítmico das redes sociais.

2. Referencial teórico

2.1 Crise ambiental na Amazônia e desafios emergenciais

A Amazônia configura epicentro da emergência climática global, com desmatamento e alterações hidrológicas ameaçando sua autorregulação (Nobre, 2023; Fearnside, 2022). Eventos como a seca de 2023-2024 exacerbam vulnerabilidades socioecológicas (Marengo et al., 2024). Tais processos articulam dimensões ambientais, sociais e políticas, exigindo comunicação estratégica (Hansen, 2010).

Posto isso, a gravidade da situação manifesta-se também na esfera comunicacional, em que as mudanças climáticas se consolida-

ram como a principal representação da questão ambiental, ocupando espaço nas arenas públicas e midiáticas ao longo das últimas quatro décadas (Hansen, 2010). Para Loose e Girardi (2000), a amplitude do tema demanda o desenvolvimento de formas eficazes para comunicar seus riscos a partir das lentes do jornalismo, estimulando uma cultura de enfrentamento. O que significa que não é suficiente apenas difundir dados científicos, é necessário inseri-los em narrativas socialmente relevantes, estimuladoras de ação e engajamento.

Portanto, comunicar a crise ambiental na Amazônia significa enfrentar não apenas o negacionismo climático, mas também as distorções produzidas pelo sistema midiático e digital. Em paralelo, abre-se espaço para práticas comunicacionais mais plurais e conectadas às realidades locais. Nesse entrelaçado de urgências ambientais e comunicacionais, o desafio é construir mediações que ampliem o acesso à informação qualificada, fortaleçam a escuta das comunidades e promovam uma cultura de enfrentamento diante da emergência global.

2.2 Plataformas digitais e narrativas jornalísticas

Atualmente, plataformas digitais são predominantemente utilizadas na circulação de informações, e narrativas jornalísticas, antes ancoradas prioritariamente em meios tradicionais, migram progressivamente para esses ambientes. Em oposição ao jornalismo tradicional, mediado por veículos de imprensa, as redes sociais expandiram os agentes de produção e difusão, colaborando para a diversidade de comunicadores, mas também para a desinformação. Como destaca Ferrari (2018), na era das verdades fluidas, blogs e redes favorecem a circulação massiva de conteúdos sem a mediação adequada, ampliando o espaço para *fake news* e informações distorcidas.

Na era da pós-verdade, onde discursos são guiados mais por apelos emocionais e crenças individuais do que por fatos e evidências, observa-se que a desinformação é espalhada com maior facilidade devido ao frequente apelo a emoções e confirmação de crenças pré-existentes, deslocando o jornalismo factual para uma posição de desvantagem (Wardle, 2020). Com isso, o problema vai além da

verificação factual e passa pela compreensão de como os algoritmos favorecem conteúdos que provocam reações afetivas imediatas.

No Instagram, a lógica algorítmica alia-se à estética visual e na busca incessante por engajamento, consolida-se uma economia da atenção em que a verdade factual perde espaço para a lógica do clique e viralização. Bucci (2021) traz o conceito de um imaginário coletivo colonizado por imagens que geram atenção e consumo, em detrimento da verdade. Com isso, as plataformas atuam como canais de informação e dispositivos de poder simbólico.

Em suma, as plataformas digitais não podem ser compreendidas apenas como canais neutros de circulação de informação, mas como arenas de disputa simbólica e política, moldadas por afetos, algoritmos e interesses comerciais. O jornalismo, sobretudo diante da emergência climática, precisa disputar atenção em um ambiente saturado por narrativas polarizadas e realidades imaginadas, sem abdicar de seu papel de qualificação do debate e pensamento crítico.

2.3 Análise de discurso e produção de sentidos

O discurso é entendido, na perspectiva da Análise do Discurso (AD), como espaço em que língua, história e ideologia se articulam, produzindo sentidos e posicionando os sujeitos. A língua, embora possua ordem própria, não pode ser analisada de forma isolada, pois está atravessada pelo contexto e pelas condições de enunciação (Orlandi, 2001). Nesse quadro, a AD enfatiza a "opacidade" dos processos discursivos: nem os sujeitos controlam plenamente o que dizem, nem os sentidos são transparentes, já que se inscrevem em redes históricas e ideológicas mais amplas.

Orlandi (2017) destaca três momentos na produção do discurso: constituição, formulação e circulação. É na formulação que a linguagem ganha vida, atualizando sentidos em confrontos simbólicos e políticos. No caso do jornalismo ambiental, esse processo revela-se crucial, pois a inscrição em determinadas formações discursivas produz sentidos sobre a Amazônia que podem reforçar narrativas hegemônicas ou abrir espaço para perspectivas alternativas. Assim, analisar discursos jornalísticos no Instagram significa observar não apenas o que é dito, mas como essas narrativas constroem sentidos,

disputam legitimidade e influenciam a percepção pública da crise ambiental amazônica.

3. Metodologia

Esta pesquisa adota abordagem qualitativa, bibliográfica e analítico-descritiva, fundamentada na Análise do Discurso (AD) de linha francesa (Pêcheux, 1990; Orlandi, 2017). O corpus é composto por postagens do perfil @amazoniareal no Instagram, em 2025, período recente marcado pela intensificação de debates socioambientais. O recorte temporal visa captar como o perfil constrói sentidos sobre a crise ambiental em momentos recentes e relevantes.

O perfil pertence a uma agência de jornalismo independente e investigativo, com mais de 80 mil seguidores, organização sem fins lucrativos criada pelas jornalistas Kátia Brasil e Elaíze Farias em 20 de outubro de 2013, em Manaus, no Amazonas, Norte do Brasil. No Instagram, combina dados científicos, apelos mobilizadores e estratégias discursivas alinhadas à lógica algorítmica, sendo objeto analítico significativo para compreender a produção e circulação de discursos jornalísticos.

Foram selecionadas 3 postagens de 2025 por amostragem intencional e não probabilística, priorizando engajamento e relevância temática. A escolha por três postagens segue o princípio de análise qualitativa aprofundada adotado na Análise do Discurso, que privilegia a interpretação detalhada das materialidades discursivas em detrimento da representatividade quantitativa. As variáveis analisadas, baseadas em Pêcheux (1990) e Orlandi (2001), incluem: condições de produção, formação discursiva, interdiscurso, intradiscurso, efeitos de sentido e indícios de jornalismo ou ativismo. A discussão inclui ainda reflexões sobre o impacto das lógicas algorítmicas na circulação dos conteúdos, problematizando tensões entre engajamento e profundidade informativa.

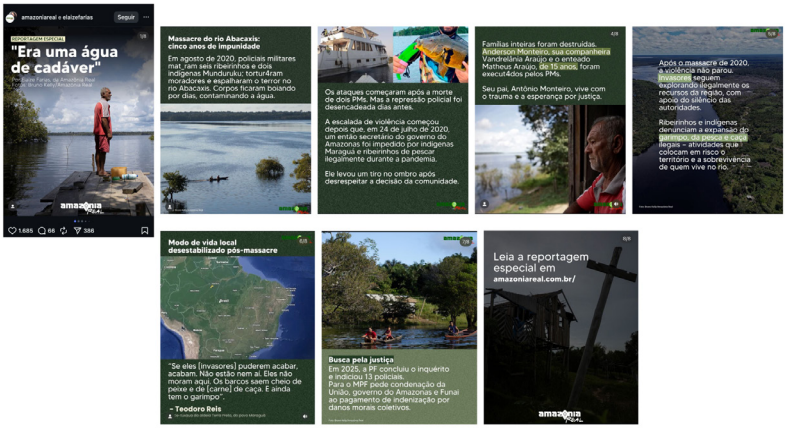
4. Resultados e discussão

Nesta seção, iniciamos a análise das postagens selecionadas, orientadas pelos princípios da AD de linha francesa, observando os sentidos produzidos nos enunciados e buscando identificar estra-

tégias discursivas e como o Amazônia Real articula sua cobertura jornalística às dinâmicas do Instagram. Com foco em temas como desmatamento e exploração ilegal de recursos naturais, o material coletado reflete o compromisso editorial da agência, que se define como um veículo de jornalismo ético e investigativo voltado à Amazônia e suas comunidades, pautado na democratização da informação, na defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão.

Para tanto, foram selecionadas três postagens que se destacaram pelo engajamento elevado do público e uma que apresentou menor alcance e interação, com o intuito de compreender diferenças que pudessem influenciar a recepção dos usuários na plataforma. Aqui, apoiamo-nos em figuras e tabelas para auxiliar na visualização de aspectos relevantes.

Figura 1. Junho 2025: “Era uma água de cadáver”



Fonte: Instagram/@amazoniareal

Quadro 1. Análise da 1ª postagem

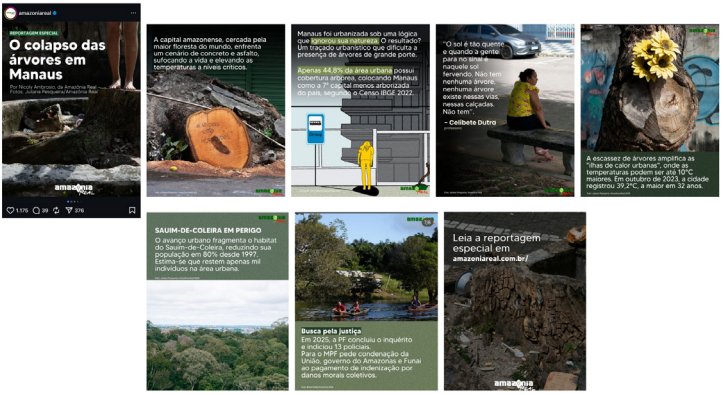
Variável	Análise
Condições de Produção	Postagem no estilo carrossel sobre o massacre do rio Abacaxis (2020). O texto emerge em um contexto de violência policial e impunidade, mas também de degradação ambiental crescente, marcada por pesca predatória, caça ilegal, tráfico e garimpo.

Formação Discursiva	Jornalístico-investigativa com viés socioambiental. O discurso denuncia violações de direitos humanos em que evidencia a pressão ambiental e territorial sobre a floresta e seus rios. Trata-se de uma formação discursiva híbrida, que articula jornalismo, denúncia social e ativismo ambiental
Sujeito Discursivo	O perfil se posiciona como sujeito discursivo jornalístico-investigativo e independente, comprometido em dar visibilidade às populações amazônicas e às violações socioambientais silenciadas pela grande imprensa.
Memória Discursiva	Traz memórias de massacres e violências históricas contra populações amazônicas, mas também ativa uma memória discursiva da exploração predatória da região, que remete a ciclos anteriores de garimpo, pesca e desmatamento.
Interdiscurso	Dialoga com discursos de direitos humanos, justiça social e jornalismo ambiental. Confronta narrativas estatais que criminalizam ribeirinhos e naturalizam atividades ilegais, de forma concomitante em que se insere no campo de discursos que defendem a Amazônia como patrimônio ecológico e humano.
Intradiscurso	- Linguagem: narrativa, direta e carregada de emoção, mas sustentada por apuração jornalística rigorosa; - Visual: imagens documentais de personagens e território, depoimentos em vídeo que reforçam a denúncia; - Recursos gráficos: imagens fortes do rio e da floresta como cenário idílico, imediatamente contraposto à violência e à devastação ambiental, gerando efeito de contraste.
Circulação e sentidos	Circula como recorte de grande reportagem, destacando a violência vivida pelos ribeirinhos e o contexto de crimes ambientais. Esse tipo de conteúdo tende a sensibilizar públicos urbanos e conectá-los à realidade amazônica, gerando compartilhamentos por indignação e pela carga de denúncias.
Efeitos de sentido	Produz indignação frente à violência e à omissão estatal, mas também alerta para a emergência ambiental: a destruição da floresta e dos rios está entrelaçada à destruição das vidas que ali habitam. Gera empatia, solidariedade e senso de urgência em relação à proteção socioambiental.
Discurso jornalístico?	Sim. É jornalismo investigativo, com apuração rigorosa, contextualização histórica e foco em dar voz a populações invisibilizadas.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

A postagem de 30 de junho de 2025, referente à reportagem *"Era uma água de cadáver"*, articula jornalismo investigativo e denúncia socioambiental, ao relatar os efeitos do Massacre do Rio Abacaxis e a intensificação de crimes ambientais no território, como pesca predatória e garimpo. O formato no Instagram potencializa a circulação de sentidos, transformando a violência e a vulnerabilidade das comunidades ribeirinhas em imagens e publicações compartilháveis. Como lembra Muniz Sodré (2006), o meio participa da constituição da mensagem e no ambiente digital o afeto e a percepção sensível ganham centralidade. Dessa forma, o impacto narrativo da postagem se reforça no contato com o público. Com 1.685 curtidas, 66 comentários e 386 compartilhamentos, a publicação evidencia que a combinação de denúncia e testemunho mobiliza mais do que a mera transmissão de informação factual.

Figura 2. Junho 2025: "O colapso das árvores em Manaus"



Fonte: Instagram/@amazoniareal

Quadro 2. Análise da 2ª postagem

Variável	Análise
Condições de Produção	Postagem no estilo carrossel com o título "O colapso das árvores em Manaus". O texto reflete a urgência da crise de arborização em Manaus e foi elaborado no contexto de eventos climáticos extremos (seca em 2023-2024 e fumaça de queimadas) e escassez histórica de áreas verdes urbanas.

Formação Discursiva	Jornalístico-científica com forte viés ambiental. O discurso apresenta dados estatísticos (como o IBGE e estudos do LabClim), relatos de moradores e especialistas, e imagens sensoriais que articulam dados científicos e denúncia sobre o urbanismo que sufoca a floresta urbana.
Sujeito Discursivo	O perfil se posiciona como sujeito discursivo jornalístico-investigativo e independente, comprometido em dar visibilidade às populações amazônicas e às violações socioambientais silenciadas pela grande imprensa.
Memória Discursiva	A postagem traz lembranças das secas extremas que atingiram a Amazônia em 2023-2024. Ativa também a memória da fumaça intensa das queimadas que encobriu Manaus, provocando problemas respiratórios e tornando o ar quase irrespirável. Além das altas temperaturas constantes.
Interdiscurso	Dialoga com discursos sobre direitos urbanos, justiça ambiental, urbanismo ecológico e planejamento sustentável. Confronta narrativas oficiais que romantizam Manaus como "cidade da floresta" e destaca a tensão entre expansão urbana e conservação.
Intradiscurso	- Linguagem: narrativa, direta e evocativa, entrelaçando dados com relatos afetivos; - Recursos visuais: fotos impactantes,tocos de árvores, ausência de sombra, placas de asfalto e calor, reforçando a experiência sensorial do concreto quente; - Recursos gráficos: contraste entre espaços verdes e o urbano seco.
Circulação e sentidos	Alto potencial viral: combina impacto visual, emoção e dados. Sensibiliza leigos e engajados, favorecendo mobilização climática. Para manauaras, gera forte identificação e indignação, já que traduz a realidade do calor extremo, da fumaça e da falta de áreas verdes.
Efeitos de sentido	Provoca desconforto e sensação de crise iminente, o "calor insuportável" urbano torna-se metáfora da perda e negligência. Gera empatia pelos habitantes, senso de urgência para políticas verdes, e crítica à exclusão ambiental nos espaços urbanos. A sombra valorizada como direito coletivo e ambiente de proteção emerge como símbolo de resistência.
Discurso jornalístico?	Sim. Trata-se de jornalismo investigativo e ambiental. A postagem segue os princípios de apuração rigorosa, contextualização histórica e abordagem de denúncia socioambiental.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Já a publicação "O colapso das árvores em Manaus" combina impacto visual e apelo emocional com dados jornalísticos, denunciando a crise de arborização na capital amazonense em meio às

secas extremas e à fumaça das queimadas. Com 1.175 curtidas, 39 comentários e 376 compartilhamentos, alcançou expressivo engajamento no Instagram, sobretudo por retratar um problema vivido cotidianamente pela população manauara. A postagem articula denúncia socioambiental, sensibilização pública e mobilização digital.

Figura 3. Agosto 2025: “Da florestania ao pasto”



Fonte: Instagram/@amazoniareal

Quadro 3. Análise da 3ª postagem

Variável	Análise
Condições de Produção	Postagem no estilo carrossel com o título “Da florestania ao pasto”, vinculada à uma reportagem especial sobre a Reserva Extrativista Chico Mendes. O conteúdo emerge em um contexto de aumento do desmatamento, avanço do agronegócio e enfraquecimento das políticas de proteção às reservas extrativistas.
Formação Discursiva	Jornalístico-investigativa, com viés socioambiental. Denuncia a destruição da reserva, expondo tanto o impacto sobre a floresta quanto a ameaça à sobrevivência das comunidades extrativistas que dependem dela. Articula jornalismo, memória histórica e crítica ao desmonte das políticas ambientais.
Sujeito Discursivo	O perfil se posiciona como sujeito discursivo jornalístico-investigativo e independente, comprometido em dar visibilidade às populações amazônicas e às violações socioambientais silenciadas pela grande imprensa.

Memória Discursiva	Traz a memória da luta de Chico Mendes, assassinado em 1988, e da criação das reservas extrativistas como modelo de preservação socioambiental. Evoca também a memória de ataques constantes a extrativistas e líderes comunitários, mostrando a continuidade das ameaças mesmo décadas após a conquista das Resex.
Interdiscurso	Dialoga com discursos sobre direitos humanos, justiça socioambiental, memória de resistência e ativismo climático. Confronta narrativas oficiais que associam progresso ao avanço do agronegócio e expõe a incompatibilidade desse modelo com a preservação da floresta e das comunidades dependentes dela.
Intradiscurso	- Linguagem: tom narrativo e reflexivo , reforçando a importância histórica da Resex; - Recursos visuais: imagens de extrativistas e da floresta ameaçada, depoimentos fortes; - Recursos gráficos: aspas sobrepostas em imagens.
Circulação e sentidos	Apesar do valor histórico e político do tema, não teve o mesmo potencial de viralização, em parte pela menor carga de impacto visual e emocional imediato em comparação à crise urbana das árvores em Manaus. A circulação foi restrita a públicos já engajados em pautas socioambientais.
Efeitos de sentido	Produz sentimento de alerta e tristeza, reforçando a importância da luta extrativista e a memória de Chico Mendes como símbolo de resistência. Porém, gera menos indignação direta no público mais amplo, o que limita sua força mobilizadora em redes sociais.
Discurso jornalístico?	Sim. É jornalismo ambiental com forte dimensão de denúncia e preservação da memória socioambiental.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025)

Por fim, a postagem “Da Florestania ao Pasto” articula narrativa histórica e denúncia socioambiental, destacando ameaças contemporâneas à Resex Chico Mendes. Com baixo engajamento no Instagram (213 curtidas, 2 comentários e 61 compartilhamentos), seu alcance se restringiu a públicos já engajados, evidenciando que temas de memória e política ambiental têm menor viralização que crises urbanas imediatas. O conteúdo, porém, cumpre função de conscientização crítica, fortalecendo a visibilidade da resistência extrativista e questionando a expansão do agronegócio sobre territórios protegidos.

4.1 Imagens e afetação: a visualidade da crise ambiental

As postagens analisadas destacam o papel central das imagens na construção discursiva da crise ambiental. Fotografias de queimadas, árvores tombadas em Manaus e retratos de vítimas de violência socioambiental não apenas documentam os acontecimentos, mas também mobilizam afetos e conexões, despertando empatia e indignação. Para Pêcheux (1999) e Orlandi (2001), os elementos visuais carregam memória discursiva, reinscrevendo ideologias e sentidos coletivos que extrapolam a mera descrição. No digital, Wardle (2020) observa que conteúdos imagéticos com forte apelo emocional são priorizados pelos algoritmos, o que amplia sua circulação e potencial de impacto.

4.2 Engajamento e algoritmos

A análise dos números de curtidas, comentários e compartilhamentos revela como o engajamento é atravessado pelas lógicas algorítmicas do Instagram. Postagens com forte apelo visual e emocional, como "O colapso das árvores em Manaus", alcançaram maior circulação em comparação a conteúdos de memória política, como "Da florestania ao pasto". Essa diferença confirma a observação de Tufekci (2018) e Pariser (2012) de que os algoritmos privilegiam interações rápidas e conteúdos mais imediatos, em detrimento de narrativas mais complexas e reflexivas. Sob essa dinâmica, a eficácia comunicacional do Amazônia Real depende de sua capacidade de traduzir o colapso ambiental em formatos compatíveis com a dinâmica algorítmica.

4.3 Implicações éticas e comunicacionais

O uso estratégico das redes para dar visibilidade à crise amazônica levanta dilemas éticos e comunicacionais. Bucci (2021), por exemplo, destaca que plataformas digitais priorizam o engajamento em detrimento da veracidade, criando um cenário em que até o jornalismo precisa disputar atenção com conteúdos mais superficiais.

A aposta em narrativas que combinam dados, trajetória histórica e vozes tradicionais demonstra uma tentativa de equilibrar informação qualificada e apelo emocional, evitando tanto a banalização da tragédia quanto o tecnicismo inacessível.

5. Considerações finais

A partir da análise das três postagens no Instagram, nota-se como o jornalismo tradicional pode se reconfigurar no ambiente digital sem perder seu compromisso ético e socioambiental. Ao transpor recortes de grandes reportagens para o formato das redes, o Amazônia Real amplia o alcance de temas frequentemente invisibilizados, enquanto se adapta às exigências de circulação da lógica algorítmica. Observa-se que publicações com maior apelo visual e afetivo, enquanto narrativas de memória política tiveram menor repercussão. Esse contraste revela que a crise ambiental, quando traduzida em imagens de impacto e situações cotidianas, encontra maior ressonância na esfera pública digital.

Os resultados mostram que a busca por visibilidade pode estimular simplificações e enquadramentos mais emocionais, correndo o risco de reduzir a emergência climática a espetáculo midiático. Nessa perspectiva, o jornalismo ambiental exerce função pedagógica ao alertar para riscos imediatos e aproximar públicos urbanos da realidade amazônica.

Por fim, reconhece-se que esta pesquisa possui limites metodológicos, ao se concentrar em um perfil e em um conjunto reduzido de postagens. Estudos futuros podem ampliar essa análise, comparando diferentes veículos jornalísticos, iniciativas ativistas e projetos de divulgação científica. O que se evidencia, no entanto, é que o jornalismo amazônico digital, mesmo atravessado por tensões algorítmicas, cumpre papel fundamental nas produções discursivas sobre a crise climática, reforçando que comunicar a Amazônia é também uma forma de defendê-la.

Referências

AGÊNCIA FAPESP. O acelerado crescimento da degradação da Amazônia brasileira. *FAPESP na Mídia*, 2024. Disponível em: https://namidia.fapesp.br/o-acelerado-crescimento-da-degradacao-da-amazonia-brasileira/52060. Acesso em: 23 maio 2025.

BARBOSA, Marluce. Jornalismo ambiental no Brasil: desafios e perspectivas. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 1–15, 2021.

BUCCI, Eugênio. *A superindústria do imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível.* São Paulo: Autêntica, 2021.

CARGENATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto - Enfermagem*, Florianópolis, v. 15, n. 4, p. 679-684, out./dez. 2006.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede.* 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FEARNSIDE, Philip M. Amazônia em risco de colapso climático: causas, consequências e estratégias de enfrentamento. *Estudos Avançados*, v. 36, n. 104, p. 27-44, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/ZJfFRJNRQxHv4Z7rWxDCtqF/. Acesso em: 17 abr. 2025.

FERRARI, Pollyana (org.). *Fluido, fluxo: reflexões sobre imagens voláteis, gênero, pós-verdade, fake news e consumo neste tempo de espirais fluidas* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. 269 p. ISBN 978-85-5696-428-1.

HANSEN, A. *Environment, media and communication.* London; New York: Routledge, 2010.

LOOSE, Eloisa Beling; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. O jornalismo ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. *Interin*, v. 22, n. 2, p. 154-172, jul./dez. 2017. ISSN 1980-5276.

LOVEJOY, T. E.; NOBRE, C. Amazon tipping point. *Science Advances*, v. 4, n. 2, eaat2340, 2018. DOI: 10.1126/sciadv.aat2340.

MARENGO, José A.; ESPINOZA, Juan C.; et al. The drought of Amazonia in 2023–2024. 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/377664259_The_Drought_of_Amazonia_in_2023-2024. Acesso em: 26 maio 2025.

MARTINO, Luiz. *Comunicação e crise ambiental: novos discursos e desafios.* São Paulo: Paulus, 2021.

NOBRE, Carlos A. O ponto de não retorno da Amazônia: uma ameaça real. In: INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA USP. *Dossiê Amazônia e mudanças climáticas*. São Paulo: IEA/USP, 2023. Disponível em: https://www.iea.usp.br. Acesso em: 17 abr. 2025.

ORLANDI, Eni. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos.* 5. ed. Campinas: Pontes, 2001.

PARISER, Eli. *O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você* . Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PÊCHEUX, Michel. *Análise automática do discurso.* Trad. Eni Orlandi. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

RIBEIRO, Bernardo; PEIXOTO, Fabíola. Jornalismo ambiental comunitário: narrativas da floresta em rede. *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*, UFSC, 2023.

SODRÉ, Muniz. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

TRÄSEL, Marcelo. Jornalismo, ativismo e Amazônia: redes de resistência. In: MELO, José Marques de (org.). *Comunicação e sustentabilidade: desafios amazônicos.* São Paulo: Paulus, 2021.

TUFEKCI, Zeynep. The looming digital meltdown. *The New York Times*, 19 dez. 2018.

WARDLE, Claire. *Understanding information disorder*. Cambridge: Harvard Kennedy School – Shorenstein Center, 2020. Disponível em: https://shorensteincenter.org/information-disorder-framework-for-research-and-policymaking/. Acesso em: 17 abr. 2025.

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DAS MANIFESTAÇÕES INDÍGENAS SOBRE HIDROVIAS AMAZÔNICAS NOS EDITORIAIS DA FOLHA DE S. PAULO E O GLOBO

Vívian Karine da Cruz Tourinho[1]
Ulysses do Nascimento Varela[1]

1. Introdução

Em fevereiro de 2026, um decreto presidencial tornou-se o centro de uma disputa relevante sobre os limites do desenvolvimento econômico e os direitos dos povos originários no Brasil. O Decreto 12.600/2025, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, incluía no Programa Nacional de Desestatização os serviços de navegabilidade dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins, prevendo a realização de estudos técnicos para uma possível concessão à iniciativa privada. Para o governo, tratava-se de um instrumento técnico e preliminar. Para as comunidades indígenas da região, representava o primeiro passo de um processo que poderia comprometer de forma irreversível seus territórios, seus modos de vida e sua segurança alimentar.

Após trinta dias sem resposta a pedidos de audiência com o governo federal, o Conselho Indígena Tapajós Arapiuns coordenou uma escalada de ações que incluiu o bloqueio de acessos ao Porto de Santarém, a interceptação de uma balsa carregada de grãos e, na madrugada de 22 de fevereiro de 2026, a ocupação do terminal da multinacional Cargill. Dois dias depois, o presidente revogou o decreto. A repercussão nos grandes meios de comunicação foi imediata.

Os Jornais O Globo e a *Folha de São Paulo*, dois dos principais veículos da imprensa brasileira, de circulação nacional, publi-

1 Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

caram, com dois dias de intervalo, editoriais institucionais em tom crítico sobre as manifestações sobre a decisão governamental. Os editoriais evidenciam uma posição convergente, e um conjunto de escolhas discursivas que merecem exame sistemático: o vocabulário empregado para nomear os protestos, os atores sociais que recebem voz e legitimidade e os pressupostos ideológicos intrínsecos dos veículos, sendo esta a dimensão discursiva que o presente artigo se propõe a investigar.

O objetivo central da pesquisa é analisar como os editoriais de *O Globo* (24/02/2026) e da *Folha de S. Paulo* (26/02/2026) construíram discursivamente as manifestações do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns, identificando os enquadramentos ideológicos, as estratégias de representação dos atores sociais e os pressupostos naturalizados nos textos. A hipótese que orienta o estudo é a de que ambos os editoriais articulam um discurso que criminaliza a resistência indígena e equipara os interesses do agronegócio ao interesse nacional, invisibilizando as dimensões territoriais, históricas e socioambientais do conflito.

A relevância do estudo se justifica no plano empírico, a partir do conflito em torno das hidrovias amazônicas e suas tensões estruturais da sociedade brasileira: a expansão do agronegócio sobre territórios tradicionais, o papel do Estado como mediador de interesses assimétricos e a disputa simbólica sobre quem tem o direito de nomear e enquadrar esses processos. A história do Amazonas é marcada por ciclos sucessivos de exploração da borracha à soja, todos amparados pela premissa de progresso sem consulta às populações tradicionais destes territórios (Silva, 2022). No plano teórico, a pesquisa contribui para o campo dos estudos críticos da mídia e da comunicação indígena no Brasil, um campo emergente que tem ganhado relevância à medida em que os povos originários se apropriam das mídias digitais como instrumentos de contranarrativa (MÍDIA INDÍGENA, 2026).

Metodologicamente, o trabalho adota a Análise Crítica do Discurso (ACD) como abordagem principal, a partir do modelo tridimensional proposto por Fairclough (2001), que articula texto, prática discursiva e prática social. A esse referencial somam-se as categorias de representação dos atores sociais desenvolvidas por Van

Dijk (2008) e a teoria do enquadramento de Entman (1993), utilizada como instrumento analítico complementar. O corpus é composto pelos dois editoriais mencionados, selecionados por sua natureza institucional e sua sincronia temática.

O artigo está organizado da seguinte forma: a seção 1 e 2 apresenta a fundamentação teórica, articulando os conceitos de discurso, poder e representação midiática; na mesma seção ainda contextualiza o conflito das hidrovias amazônicas e o posicionamento histórico da imprensa hegemônica brasileira; a seção 3 descreve os procedimentos metodológicos e as categorias analíticas; a seção 4 desenvolve a análise do corpus; a seção 5 discute os achados em diálogo com a literatura e apresenta as considerações finais.

2. Mídia, poder e discurso

A relação entre mídia e poder passa por seus altos e baixos constantemente, tendo em vista que ambas estão interligadas. Quando analisamos fenômenos ligados à mídia e comunicação, não podemos negar a influência do poder econômico que atravessa essa estrutura. Bourdieu (1997) compreende o campo midiático como um espaço de produção simbólica estruturado por relações de força, no qual os grandes veículos de comunicação tendem a reproduzir as visões de mundo dos grupos socialmente dominantes.

Marciano Neto (2026, p.3) afirma que “esse território midiático influencia a forma como conhecimento é produzido e compartilhado, operando como extensão do espaço político, em que se constroem identidades e se contestam hierarquias estabelecidas”. Nessa perspectiva, o jornalismo não se apoia na neutralidade, transforma-se em agente ativo na construção de sentidos sobre os eventos sociais.

No jornalismo, o editorial é o gênero textual por meio do qual o veículo expressa sua posição institucional, sem mediação de assinatura individual. Sua autoridade deriva do anonimato e fala-se em nome do jornal, o que confere ao texto um caráter de objetividade implícita.

> O editorial é o gênero do campo jornalístico por meio do qual é apresentada a opinião institucional e coletiva de um jornal ou revista sobre temas da atualidade considerados relevantes. Ele pode versar sobre temas políticos, econômicos e sociais, entre outros, e guarda uma relação estreita com a notícia, visto que a opinião se refere a questões que foram noticiadas na mesma edição ou em edições recentes. (Mendes & Mendonça, 2021, pag. 108)

Na mídia contemporânea, outrora representada por grupos como Globo e Folha de S. Paulo, alguns posicionamentos tendem a favorecer estabilidade institucional, o desenvolvimento econômico e os interesses do mercado, a hegemonia. Esses posicionamentos são manifestos nos editoriais. Segundo Neto (2026) a concentração de poder em grandes corporações exemplifica como os espaços midiáticos funcionam como ambientes de disputa econômica e política, e corroborando com o autor, disputas narrativas/discursivas.

Segundo Eagleton (1997), para um grupo se manter temporariamente em posição hegemônica é necessário estabelecer liderança moral, política e intelectual na vida social, por meio da difusão de uma visão de mundo particular pelo tecido da sociedade como um todo, igualando e tornando o interesse de um grupo específico como o da sociedade em geral. O autor argumenta ainda que, há distintas maneiras de se instaurar e sustentar a hegemonia, e a ideologia é uma delas.

Dessa forma, mesmo os objetos de análise escolhidos serem veículos de informação, partimos do pressuposto que a comunicação deve ser justa, coerente e imparcial.

3. O Tapajós, o decreto 12.600/2025 e a mídia impressa

Historicamente o rio Tapajós tem sido objeto de tensão política. A região do Baixo Amazonas e o Planalto Santareno, no estado do Pará, concentram um número expressivo de populações indígenas do Brasil, dentre eles os povos Munduruku, Apiaká e Arapiuns, organizados em torno do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns. Silva (2022) destaca que a história do baixo Amazonas é caracterizada por diferentes processos de exploração dos recursos naturais e da força

de trabalho dos indígenas e negros escravizados. A autora destaca dois momentos: a extração da borracha (até o início do século XX) e a monocultura da soja, sendo este último, o ponto de partida para a análise das práticas do Estado e suas implicações nas disputas territoriais locais.

Nos achados de sua pesquisa, a autora aponta que essas duas modalidades de utilização e esgotamento dos recursos naturais tiveram o apoio dos governos brasileiros com a premissa de progresso e desenvolvimento da nação ou região, sem considerar à presença de povos indígenas e tradicionais da região.

O Decreto 12.600/2025, assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em agosto de 2025, incluiu no Programa Nacional de Desestatização os serviços de navegabilidade dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins. Com o objetivo declarado de realizar estudos técnicos de viabilidade para uma possível concessão à iniciativa privada, o governo argumentou que, o normativo não previa obras nem privatização efetiva, somente a produção de dados técnicos para fins de pesquisa. Para as comunidades indígenas da região, o decreto representava o primeiro passo de um processo que poderia comprometer de forma irreversível seus territórios, e modos tradicionais de vista, colocando em risco também sua segurança alimentar.

Após trinta dias sem resposta aos pedidos de audiência com o governo federal, o Conselho Indígena coordenou uma série de ações de protesto que escalonaram progressivamente: o bloqueio de acessos ao Porto de Santarém, a interceptação de uma balsa carregada de grãos e, na madrugada do dia 22 de fevereiro de 2026, a ocupação do terminal da multinacional Cargill. Dois dias depois, o governo revogou o decreto, atribuindo a decisão à escuta ativa dos povos indígenas, na expressão do secretário-geral Guilherme Boulos.

É nesse contexto que os dois editoriais que compõem o corpus desta pesquisa foram publicados. Compreender o posicionamento desses veículos requer, ainda, ter em vista sua inserção histórica no campo midiático brasileiro. Tanto *O Globo* quanto a *Folha de S. Paulo* são veículos que historicamente têm expressado posições favoráveis à estabilidade do ambiente de negócios, à segurança jurídica para investimentos privados e ao desenvolvimento econômico como valor central, tendendo a enquadrar movimentos

sociais de resistência como ameaças à ordem institucional quando recorrem a métodos disruptivos.

4. Análise Crítica do Discurso (ACD) e o enquadramento

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é um modelo teórico-metodológico que auxilia o tratamento de análise de práticas na vida social, ela está ancorada entre a Linguística e a Ciência Social Crítica, a metodologia procura desenhar um quadro analítico capaz de mapear a conexão entre relações de poder e recursos linguísticos utilizados por pessoas ou grupos sociais.

A metodologia foi proposta inicialmente por Fairclough na década de 80, e posteriormente aprofundada por Chouliaraki & Fairclough (1999). Para os autores, a (ACD) é uma abordagem teórica que compreende o discurso como prática social ou como forma de ação sobre o mundo e sobre os outros, constituídas pelas estruturas sociais. Diferentemente de abordagens linguísticas, a (ACD) parte do pressuposto de que o texto não pode ser analisado isoladamente de seu contexto de produção, distribuição e consumo.

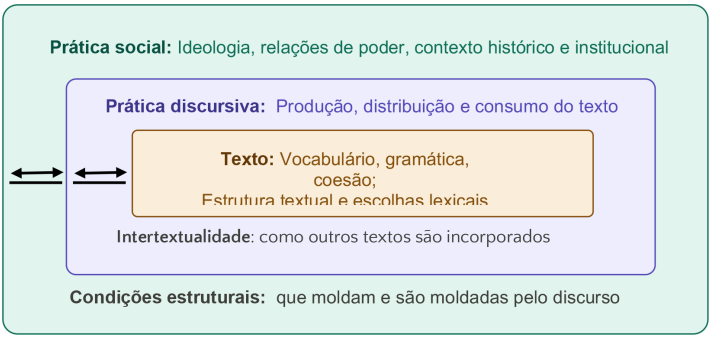
Ramalho & Rezende (2004) defendem que as análises empíricas em (ACD) devem se movimentar entre o linguístico e o social, pois o discurso é compreendido como uma forma de prática social ou no modo de ação sobre mundo e sociedade. Para as autoras o discurso é socialmente constitutivo.

> Uma característica determinante da ACD é seu caráter emancipatório. Por meio da investigação das relações entre discurso e prática social, busca-se desnaturalizar crenças que servem de suporte a estruturas de dominação, a fim de favorecer a desarticulação de tais estruturas. Com esse objetivo, a ACD vem se desenvolvendo, estreitando seus laços com teorias sociais e com metodologias diversas. (Ramalho & Rezende, 2004, p.186)

O modelo tridimensional de ACD proposto por Fairclough (2001) articula três dimensões no discurso. Conforme demonstrado no quadro 1 a primeira é *o texto*, compreendido em seus aspectos linguísticos: vocabulário, gramática, coesão e estrutura. A segunda

é *a prática discursiva*, que diz respeito aos processos de produção e consumo dos textos: quem os produz, em que condições, para quem, com que intertextos. A terceira é a prática social, que situa o texto em seu contexto ideológico mais amplo, revelando as relações de poder que o atravessam, portanto, a análise é dividida em três etapas.

Quadro 1 – Representação do modelo tridimensional e ACD proposto por Fairclough.



Fonte: Elaborado pelos autores em 2026 com base em Fairclough (2001).

No presente modelo, o discurso como produto recebe um tratamento mais direto que aquele que é dispensado no desenvolvimento da elaboração teórica. “A análise da prática social se dá pelo texto. É através dele que se exploram as estruturas de dominação, as operações de ideologia e as relações sociais” (Ramalho & Rezende, 2004, pag.189)

No âmbito específico do jornalismo, Fairclough (2001) aponta que os textos noticiosos e opinativos operam por meio de estratégias como a pressuposição ao afirmar algo como já sabido sem precisar de argumentação e a nominalização que transforma processos em entidades, apagando agentes e responsabilidades.

Para Silva (2015), o discurso como prática social não engloba somente a ideologia de um grupo, como também, a memória episódica deste. Para o teórico, os discursos *explicam, defendem, legitimam, motivam*, ou, de algum outro modo, *formulam* fragmentos das ideologias “subjacentes”.

Van Dijk (2008) desenvolveu o conceito de quadrado ideológico, que corresponde a tendência dos discursos dominantes em enaltecer os aspectos positivos do grupo próprio e a depreciar os aspectos negativos do grupo adversário, e que nessa prática minimizam os pontos negativos do (Nós) e os positivos do (Eles).

> Os discursos não são as únicas práticas sociais baseadas na ideologia, mas, são efetivamente fundamentais em sua formulação e, portanto, em sua reprodução social. Os discursos são formas de ação e interação social, situados em contextos sociais nos quais os participantes não são somente falantes/escritores e ouvintes/leitores, mas, também são atores sociais, membros de grupos e culturas. (Van Dijk, 2006, p. 19-20)

Nesta fundamentação há exclusão, quando grupos específicos são omitidos do texto; há marginalização, quando esses grupos aparecem apenas como objetos de ação; e há a criminalização, quando as ações de grupos específicos são enquadradas como ilegais ou violentas, independentemente de seu contexto ou motivação. Desse modo, a falta de acesso das minorias (grupos específicos) à mídia é em si uma evidência da dominância simbólica exercida pelas elites.

A teoria do enquadramento definida por Entman (1993), propõe que enquadrar significa selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes no texto comunicativo, de modo a promover uma definição de problema particular, interpretação causal, e avaliação moral.

O autor complementa ainda que o enquadramento possui quatro funções básicas; definir um problema, delimitar suas causas, estabelecer um julgamento moral e, propor soluções. As duas principais funções são: a definição do problema, pois predetermina o resto do enquadramento; e a sugestão de soluções promove diretamente o apoio ou oposição ao evento que foi escolhido tornando público. Nesta definição, há também dois aspectos que o enquadramento envolve, a saber, seleção e relevância. (Baracho et.al, 2023, p. 7)

No contexto do jornalismo político, Entman (1993) afirma que os frames funcionam como estruturas cognitivas que orientam a interpretação dos leitores, definindo o que é o problema, e também quem é responsável por ele, e, qual é a solução desejável. Para esta

pesquisa, utilizamos a teoria do framing como categoria analítica para complementar à (ACD) permitindo mapear de forma sistemática as dimensões de ambos os editoriais escolhidos como corpus selecionado.

Para Guena & Santos (2024) o uso da teoria do enquadramento para temáticas de raça e gênero contribui para evidenciar conteúdos na mídia, nem sempre visíveis em uma primeira leitura. As autoras afirmam que essa teoria contribui para evidenciar uma das tensões que emergem quando falamos no acesso ao discurso midiático, alinho em especial, ao meu recorte de pesquisa, as narrativas indígenas, e outras questões que dizem respeito ao enquadramento e gênero de notícias.

5. Metodologia

Este estudo adota uma abordagem qualitativa (Minayo, 2014) de base interpretativa, orientada pela Análise Crítica do Discurso (ACD), conforme desenvolvida por Fairclough (2001), como referencial metodológico central. A escolha por essa perspectiva justifica-se pela sua capacidade singular de articular a análise linguística dos textos com a reflexão sobre as condições sociais e ideológicas que permeiam sua produção. Considerando que o objeto desta pesquisa são editoriais produzidos por grandes veículos de comunicação acerca de um conflito que envolve relações estruturais de poder entre o Estado, o mercado e povos originários, tal abordagem mostra-se indispensável para os propósitos analíticos aqui perseguidos.

O corpus da pesquisa é composto por dois textos de natureza editorial: "Lula erra ao ceder a chantagem de grupos indígenas", publicado pelo jornal *O Globo* em 24 de fevereiro de 2026, e "Lula cede à baderna e paralisa projetos de infraestrutura", publicado pela *Folha de S. Paulo* em 26 de fevereiro de 2026. Ambos textos de caráter opinativo, constituem posicionamentos institucionais dos respectivos veículos e referem-se ao mesmo acontecimento: a revogação do Decreto nº 12.600/2025 em resposta às manifestações protagonizadas pelo Conselho Indígena Tapajós Arapiuns.

A seleção do corpus orientou-se por quatro critérios complementares selecionados por Van Dijk (2008): (a) natureza editorial

institucional, que confere aos textos o estatuto de voz oficial dos veículos; (b) identidade do referente temático, garantindo a comparabilidade entre os materiais; (c) proximidade temporal das publicações, ambas situadas em fevereiro de 2026; e (d) pertencimento a veículos de referência e ampla circulação nacional. A conjugação desses critérios confere à análise comparativa consistência e relevância metodológica.

O processo analítico organizou-se em três etapas sucessivas e complementares. Na primeira etapa, procedeu-se a uma leitura flutuante dos textos, com o propósito de identificar padrões discursivos recorrentes e, a partir deles, foram formuladas as categorias analíticas que orientariam as etapas subsequentes. Na segunda etapa, realizou-se a análise sistemática do corpus com base em cinco categorias operacionais: (1) léxico e nomeação; (2) representação dos atores sociais; (3) pressupostos e implícitos; (4) fontes e vozes; e (5) enquadramento temático. Na terceira e última etapa, os resultados obtidos foram interpretados à luz do referencial teórico adotado, com ênfase na articulação entre as escolhas discursivas identificadas e as relações de poder que as atravessam e condicionam.

Cabe aqui o reconhecimento dos limites inerentes ao presente estudo. Pois entendemos que o corpus restrito a dois textos não autoriza generalizações acerca da totalidade da cobertura midiática do conflito analisado, tampouco sobre o conjunto da produção editorial dos veículos selecionados. Contudo, isso não configura uma limitação do objetivo proposto, pois a pesquisa não busca representatividade estatística, mas profundidade interpretativa.

6. O léxico da violência: como os protestos são nomeados

Após a aplicação da ACD a primeira dimensão que se impõe ao leitor dos dois editoriais é a escolha sistemática das palavras para nomear as manifestações indígenas. Em nenhum momento os textos recorrem a termos como “protesto”, “manifestação” ou “reivindicação”, palavras que, no vocabulário político corrente, designam formas legítimas de participação democrática. Em seu lugar, ambos os veículos constroem um campo semântico da violência e da ilegalidade: *O Globo* emprega termos como “chantagem”, “baderna”,

"vandalismo" e "pressão descabida"; a *Folha de S. Paulo*, por sua vez, recorre a expressões como "truculência", "coerção", "táticas deliberadamente hostis" e "força bruta".

Essa escolha lexical não é trivial. Conforme aponta Fairclough (2001), ao substituir o vocabulário da política pelo da desordem, os editoriais retiram das manifestações o seu estatuto de ação política legítima, deslocando-as para o campo da criminalidade. Nomear uma ação como "chantagem" é, discursivamente, já condená-la, pois o termo pressupõe ilegitimidade, coerção e má-fé. Da mesma forma, "baderna" evoca desordem e irresponsabilidade, enquanto "truculência" remete a uma violência primitiva e desproporcional. O efeito acumulado dessas escolhas é a construção de um retrato dos manifestantes como atores essencialmente irracionais e ameaçadores.

Importante notar ainda, o contraste com o vocabulário empregado para designar o agronegócio e suas estruturas. Enquanto as manifestações indígenas são nomeadas por termos do campo da violência, as empresas e o setor econômico são qualificados por expressões do campo da legitimidade e da utilidade nacional: "setor pujante do agronegócio brasileiro" (O Globo), "operações privadas legítimas" e "ativos essenciais" (Folha).

6.1 A construção dos atores sociais

A segunda categoria de análise diz respeito à forma como cada ator social é representado nos dois textos. Aplicando o modelo do quadrado ideológico de Van Dijk (2008), identificam-se padrões nítidos. Os povos indígenas são, frequentemente, representados como agentes de violência e instabilidade (Melo, 2012), são descritos em terceira pessoa, sem serem ouvidos diretamente, e sua presença nos textos se dá exclusivamente por meio de ações que os editoriais condenam. Trata-se de uma estratégia de marginalização que, como observa Van Dijk (2008), é recorrente na cobertura midiática de grupos subalternizados: eles estão presentes no texto, mas sem voz e sem perspectiva própria.

O agronegócio e suas estruturas, por contraste, ocupam a posição de vítima legítima. A Associação Brasileira de Terminais Por-

tuários (ABTP) é a única fonte citada com aprovação em O Globo, e seu argumento é reproduzido para qualificar os protestos como "improdutivos" e prejudiciais ao "legítimo espaço democrático de diálogo". Trata-se de uma estratégia de intertextualidade seletiva (Fairclough, 2001): o texto incorpora vozes externas que reforçam sua própria posição, enquanto exclui aquelas que a questionariam.

Conforme nossa analise o governo Lula é representado como um ator "fraco" e politicamente calculista. Termos como "capitulação", "recuo" e "cedeu" constroem a imagem de um governo que, segundo o texto, abandona suas responsabilidades por conveniência eleitoral. A menção ao PSOL e ao perfil político de Guilherme Boulos tem função retórica precisa, o de associar a decisão governamental a um setor ideologicamente rotulado como "radical", serve apenas para deslegitimá-la perante um eleitorado que se presume moderado.

6.2 Pressupostos e o apagamento das motivações socioambientais

Uma das dimensões reveladoras dos dois editoriais é o que eles não dizem, ou o que afirmam sem precisar argumentar. O modelo tridimensional de Fairclough (2001) destaca a pressuposição como estratégia discursiva central: certas afirmações são tratadas como conhecimento compartilhado, evidente por si mesmo, dispensando justificativa. Nos dois textos existem, ao menos, quatro pressupostos estruturantes.

O primeiro é que as hidrovias são evidentemente benéficas e estratégicas para o país. Essa afirmação é apresentada como axioma, sendo "fundamentais para o escoamento da safra e de minérios" (Folha), "estratégicas para facilitar o transporte de grãos" (O Globo), sem qualquer consideração sobre os possíveis custos socioambientais que motivam a resistência indígena. O segundo pressuposto encontrado aponta para os estudos técnicos previstos pelo decreto, como sendo neutros e suficientes para mediar o conflito. Ao nosso ver uma visão tecnocrática que ignora a assimetria de poder entre as comunidades afetadas e os agentes econômicos interessados nos resultados desses estudos.

O terceiro pressuposto, talvez o mais ideologicamente carregado, é a equivalência entre os interesses do agronegócio e o interesse nacional. Ao qualificar a Cargill como empresa "essencial" e o agronegócio como "pujante setor", os textos naturalizam uma identificação que está longe de ser óbvia, especialmente do ponto de vista das comunidades cujos territórios e meios de vida estão em jogo. O quarto e último pressuposto identificado pressuposto diz que a ordem jurídica constitui o único critério legítimo para avaliar as ações dos manifestantes, o que apaga completamente o direito à consulta prévia, livre e informada, garantido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que os editoriais em nenhum momento mencionam.

6.3 Fontes e vozes:

A análise das fontes citadas nos dois editoriais revela uma assimetria estrutural que é, ela mesma, um dado analítico de primeira ordem. Em nenhum dos textos há qualquer citação direta ou indireta de lideranças indígenas, membros das comunidades afetadas, pesquisadores especializados em territórios amazônicos ou organizações de defesa dos direitos indígenas. O Conselho Indígena Tapajós Arapiuns é mencionado pelo nome, mas exclusivamente para ser responsabilizado pelos atos que os editoriais condenam, não para ter sua perspectiva apresentada.

As fontes efetivamente incorporadas aos textos são: o governo federal (citado para ser criticado), Guilherme Boulos (citado para ser desacreditado) e a ABTP (citada para validar o argumento editorial). Essa arquitetura de vozes em que o único ator citado com aprovação é o representante do setor econômico afetado, corresponde ao que Van Dijk (2008) denomina de estrutura de acesso ao discurso. Ou seja, os grupos com poder institucional e econômico têm acesso privilegiado à fala jornalística, enquanto os grupos subalternizados são descritos, não ouvidos. Esta realidade deixa claro que o silêncio indígena nos textos é uma escolha editorial com consequências interpretativas precisas.

6.4 O enquadramento e a convergência editorial: dois textos, uma voz

Um achado analítico que merece atenção particular é a convergência argumentativa entre os dois editoriais. Publicados por veículos distintos, com dois dias de intervalo, os textos compartilham uma estrutura argumentativa quase idêntica estabelecendo um reconhecimento formal do direito indígena à consulta, imediata restrição desse reconhecimento pela invocação da ordem jurídica e do ambiente de negócios e a conclusão normativa de que o governo criou um precedente inaceitável.

Essa convergência não é surpreendente à luz do campo midiático de Bourdieu (1997). Isso ocorre por que, segundo o autor, os veículos que ocupam posições similares no campo, grandes empresas de comunicação com histórico de alinhamento ao mercado, tendem a produzir e reproduzir discursos homólogos diante de eventos que mobilizam suas posições estruturais. O que os dados revelam, no entanto, é que essa homologia não é apenas de posição, mas de léxico, de estrutura argumentativa e de escolhas de silêncio, o que sugere uma comunidade interpretativa consolidada sobre o que significa e o que vale na disputa em torno das hidrovias amazônicas. Estes achados apontam para um enquadramento temático, ou *framing*, que afirma o processo de seleção e destaque de determinados aspectos da realidade dos editoriais, definindo uma "moldura" por meio da qual o leitor é guiado a interpretar o fato sob a ótica dos meios de comunicação. Nesta análise do discurso fica claro que os veículos não apenas organizam o conteúdo, mas estabelecem uma hierarquia de sentidos sugerindo uma causa e um julgamento moral dos indígenas envolvidos na questão.

7. Considerações finais

Os dados produzidos ao longo desta investigação permitem afirmar que a hipótese central da pesquisa se confirma: os editoriais do *O Globo* e da *Folha de S. Paulo* constroem discursivamente as manifestações indígenas como ameaça à ordem social e ao progresso econômico, ao mesmo tempo em que invisibilizam as dimensões

socioambientais, históricas e jurídicas subjacentes ao conflito. Tal padrão discursivo não se revela exclusivo ao evento analisado, mas se articula a uma tendência estrutural e historicamente enraizada na cobertura midiática dos povos indígenas no Brasil, tendência documentada por pesquisas que identificam a persistência do que se tem denominado de "olhar jornalístico colonizador" na representação dos povos originários (Paes et.al, 2021, p. 114 e 115).

Chama especial atenção o fato de que ambos os textos incorporam, em sua arquitetura argumentativa, um momento de concessão formal ao direito indígena no qual "as comunidades indígenas merecem ser ouvidas" (*O Globo*); "é legítimo que [...] exijam consultas prévias" (*Folha de S. Paulo*), porém imediatamente seguido de uma restrição que esvazia o reconhecimento anteriormente concedido. Essa estrutura de "concessão-restrição" constitui um mecanismo retórico recorrente na produção de um discurso que aparenta equilíbrio sem, contudo, abdicar de sua posição ideológica de fundo. Conforme observa Van Dijk (2008), em sua análise do discurso racista contemporâneo, a negação prévia do preconceito, expressa em formulações do tipo "não sou contra os índios, mas...", funciona frequentemente como preâmbulo para a reprodução desse mesmo preconceito, operando sob a aparência de uma enunciação ponderada e imparcial.

A análise evidencia uma questão de ordem metodológica que merece ser considerada em pesquisas futuras: a marcada convergência entre os dois editoriais examinados. Isso torna difícil, no âmbito do corpus delimitado, distinguir entre especificidades editoriais de cada veículo e padrões estruturais mais amplos, característicos do campo midiático brasileiro como um todo. Essa limitação, longe de invalidar os achados, aponta para a necessidade de ampliar o corpus em investigações subsequentes, de modo a capturar tanto as regularidades discursivas quanto às possíveis singularidades dos diferentes atores da imprensa nacional.

A análise, ainda identificou cinco padrões discursivos centrais: a sistematização lexical da violência para nomear os protestos; a marginalização dos atores indígenas, representados sem voz própria; a naturalização de pressupostos favoráveis ao agronegócio; a arquitetura do silêncio nas fontes; e a convergência argumentativa entre os dois veículos.

Os apontam para o papel da imprensa hegemônica brasileira na reprodução de assimetrias de poder que estruturam as relações entre o Estado, o mercado e os povos originários. Quando os principais editoriais do país enquadram sistematicamente a resistência indígena como "chantagem" e "baderna", ao mesmo tempo em que naturalizam os interesses do agronegócio como equivalentes ao interesse nacional, contribuem para tornar menos visível e, portanto, mais difícil de contestar a desigualdade reproduzida neste conflito.

Pesquisas futuras podem ampliar o escopo para incluir coberturas em outros formatos (reportagens, colunas, notas), outros veículos, inclusive mídias indígenas e alternativas, e outros momentos de conflito territorial na Amazônia, permitindo uma análise comparativa longitudinal para investigar como os próprios povos indígenas constroem suas narrativas em contraposição aos discursos hegemônicos, articulando o campo emergente da comunicação indígena como objeto de pesquisa em direito próprio.

Referências

BARACHO, L; ROMAN, C; THOMÉ FRANÇA, G; FAVALLE, F; SACRAMENTO, C; FERNANDES, I. **A política externa brasileira a partir da imprensa: um estudo exploratório sobre o enquadramento dos principais jornais brasileiros.** Revista de Sociologia e Política, v. 31, e010, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1678-98732331e010.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CHOULIARAKI, L; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press,1999.

ENTMAN, R. M. **Framing: toward clarification of a fractured paradigm**. Journal of Communication, v. 43, n. 4, p. 51–58, 1993.

EAGLETON, T. **Ideologia: uma introdução**. Tradução de Luís Carlos Borges e Silvana Vieira. São Paulo: Unesp; Boitempo, 1997.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.

FOLHA DE S. P. **Lula cede à baderna e paralisa projetos de infraestrutura**. Editorial. São Paulo, 26 fev. 2026.

GUENA, M; SANTOS, C. **A teoria do enquadramento na análise de temáticas raciais na comunicação**. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 24., 2024, Natal. Anais São Paulo: Intercom, 2024. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/submissao/regional/12/1500/032820241743176605d66562d1d.pdf. Acesso em: 29 abr. 2026.

MARCIANO NETO, J. **Mídia indígena em contexto de partilha midiática**. Revista Aurora, Marília, SP, v.19, p. e026005, 2026. DOI: 10.36311/1982-8004.2026.v19.e026005. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/18444. Acesso em 29 abr. 2026.

MENDES, H. M.; MENDONÇA, M. C. **Jornalismo digital em perspectiva dialógica: uma análise do gênero editorial na Folha de S.Paulo**. Revista do GEL, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 101–128, 2021. Disponível em: https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/2979. Acesso em: 29 abr. 2026.

MELO,BANDEIRA. P. **O índio na mídia: discurso e representação social**. Recife: Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, 2012.

MÍDIA INDÍGENA. **Mídia indígena em contexto de partilha midiática**. Revista Aurora, Marília, 2026. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/18444. Acesso em abr. 2026.

MINAYO, M; C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

O GLOBO. **Lula erra ao ceder à chantagem de grupos indígenas**. Editorial. Rio de Janeiro, 24 fev. 2026.

RAMALHO, V; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas**. Linguagem em Discurso, Scielo. 2004.

SILVA, K. **Relações de poder e resistências indígenas: algumas reflexões sobre disputas territoriais e políticas de Estado no Baixo Amazonas**. Anuário Antropológico, Brasília, v. 47, n. 1, p. 44-65, 2022. Dossiê. DOI: https://doi.org/10.4000/aa.9308. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5998/599869911003/html/. Acesso em: 29 abr. 2026.

SILVA, V. V. **O discurso político da globalização no contexto brasileiro**. Cadernos de Linguagem e Sociedade, Brasília, v. 16, n. 1, p. 81-103, 2015.

PAES. R. C; SARMENTO. P. S. PONTES. A. N. **Análise da cobertura de sites jornalísticos da américa do sul, europa e ásia sobre os povos indígenas atingidos pela uhe belo monte**. Intercom - RBCC 113 São Paulo, v. 44, n. 1, p.103-129, jan./abr. 2021.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008a.

VAN DIJK, T. A. **Ideología: una aproximación multidisciplinaria**. Barcelona, España: Gedisa, 2006.

VAN DIJK, T. A. **Racismo e discurso na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2008b.

ERA UMA CASA QUE NÃO TINHA NADA: abandono estrutural e invisibilidade das escolas indígenas no Amazonas

Sabrina Pinheiro Barbosa Albuquerque[1]
Sarah Pinheiro Barbosa[1]
Renan Albuquerque Rodrigues[1]

1. Introdução

A educação escolar indígena, assegurada pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, não se reduz à presença física de uma escola em determinado território. Ela pressupõe condições materiais, pedagógicas, linguísticas, culturais e políticas para que os povos indígenas possam construir projetos educativos próprios, articulados às suas formas de vida, de memória e de organização comunitária (BRASIL, 1988; BRASIL, 1996; BRASIL, 2012).

No Amazonas, essa exigência assume densidade particular. Trata-se de um estado marcado por grandes distâncias, intensa diversidade sociocultural, presença expressiva de povos indígenas e forte dependência de deslocamentos fluviais. A escola, nesse contexto, não pode ser pensada apenas como unidade administrativa da rede de ensino; ela é uma mediação entre território, cultura, língua, comunidade e Estado. Quando essa mediação se realiza sem banheiro, biblioteca, laboratório, conectividade, energia ou espaços adequados de convivência, o direito à educação aparece formalmente reconhecido, mas materialmente incompleto.

A expressão "era uma casa que não tinha nada", mobilizada no título deste capítulo, não pretende produzir uma metáfora despolitizada da precariedade. Ao contrário, busca evidenciar uma contra-

1 Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

dição: a escola indígena existe nos registros oficiais, recebe código, matrícula e vínculo administrativo, mas muitas vezes não reúne as condições mínimas para sustentar uma experiência educativa digna. Assim, a escola que "não tinha nada" não é ausência de escola; é presença estatal rarefeita, desigual e insuficiente.

O objetivo deste capítulo é analisar criticamente as condições de infraestrutura das escolas com educação indígena no Amazonas, relacionando dados do Censo Escolar de 2025, evidências visuais e referenciais teóricos de matriz crítica, decolonial e indígena. A hipótese interpretativa é que a precariedade da infraestrutura não é um acidente localizado, mas uma forma concreta de produção da desigualdade territorial e de reprodução da colonialidade nas políticas educacionais.

2. Procedimentos metodológicos

A pesquisa possui caráter documental e bibliográfico. A base empírica foi constituída por dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2025, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com consulta aos indicadores disponibilizados no Inep Data e aos materiais estatísticos associados à divulgação oficial da primeira etapa do levantamento. Foram considerados, especialmente, localização da escola, porte de atendimento, oferta de educação escolar indígena e presença de dependências físicas e recursos pedagógicos.

Por se tratar de uma base declaratória, os indicadores são analisados como registros oficiais das condições informadas pelas escolas e redes de ensino, não como descrição exaustiva da experiência cotidiana das comunidades. Essa ressalva é metodologicamente relevante, pois escolas cadastradas como "em funcionamento" podem operar em espaços improvisados, com insuficiência de mobiliário, ausência de água potável ou dificuldades de acesso que não aparecem integralmente nas estatísticas. Portanto, os dados foram lidos em articulação com a legislação, a literatura sobre infraestrutura escolar e a crítica indígena à escolarização descontextualizada.

A análise seguiu três movimentos. O primeiro descreveu a centralidade quantitativa da educação escolar indígena no Ama-

zonas. O segundo examinou desigualdades de infraestrutura entre escolas urbanas e escolas com educação indígena. O terceiro interpretou tais desigualdades à luz das categorias território, colonialidade e justiça educacional, buscando superar uma leitura meramente administrativa do problema.

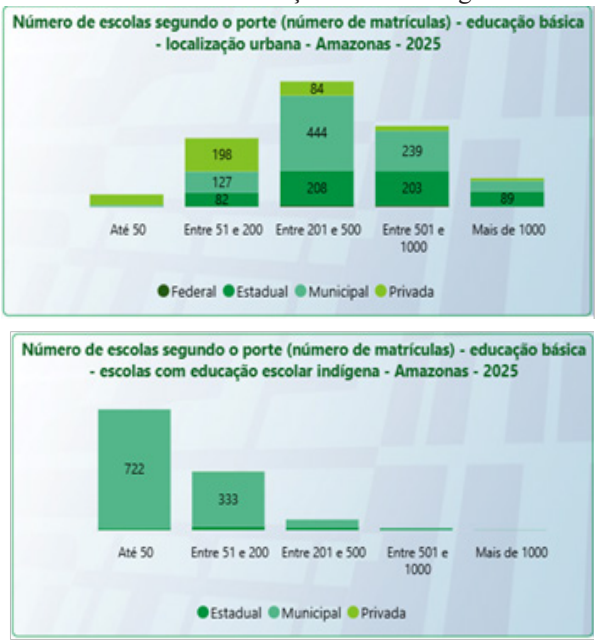
3. Centralidade quantitativa e desigualdade qualitativa

A educação escolar indígena possui centralidade estrutural no Amazonas. Os registros trabalhados indicam 5.536 escolas de educação básica no estado em 2025, com predominância de unidades urbanas em termos agregados, mas com expressiva presença de escolas rurais e indígenas quando se observa a distribuição territorial. As escolas com educação indígena correspondem a 1.168 unidades, ou aproximadamente 21% do total estadual. Em sua maioria, são escolas de pequeno porte, com até 50 matrículas, evidenciando uma rede dispersa, territorialmente capilarizada e fortemente relacionada às comunidades locais.

Essa centralidade quantitativa, porém, não se converte automaticamente em qualidade social da oferta. Ao contrário, os dados revelam que a expansão institucional da escolarização indígena convive com baixo padrão de infraestrutura. A contradição é decisiva: a escola chega ao território, mas não necessariamente chega com as condições requeridas para assegurar aprendizagem, permanência, alimentação escolar, trabalho docente adequado e valorização dos saberes indígenas.

As diferenças de porte são fundamentais para compreender a política educacional no Amazonas. Em áreas urbanas, conforme Figura 1, há maior concentração de escolas na faixa entre 201 e 500 matrículas, o que facilita economias de escala, disponibilidade de equipamentos, manutenção e circulação de profissionais. Ao comparar as dependências físicas das escolas localizadas em áreas urbanas com as que oferecem educação indígena, observa-se uma discrepância significativa.

Figura 1: Porte das escolas no Amazonas em 2025, segundo localização e oferta de educação escolar indígena.



Fonte: Inep Data/Censo Escolar 2025. Elaboração dos autores.

Nas escolas indígenas, a predominância de pequenas unidades exige outra racionalidade de financiamento e planejamento: não é possível aplicar o mesmo critério de custo médio de uma escola urbana a uma escola ribeirinha, indígena, isolada ou acessível apenas por longos deslocamentos fluviais.

4. Infraestrutura escolar: evidências do Censo Escolar

A infraestrutura escolar é uma dimensão indispensável da qualidade educacional. Estudos sobre a escola brasileira demonstram que serviços básicos, dependências físicas, recursos de comunicação, biblioteca, laboratório e condições de acessibilidade compõem o ambiente material necessário para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de modo consistente (Sátyro; Soares, 2007; Soares Neto et al., 2013). No caso das escolas indígenas amazônicas, essa dimensão assume caráter ainda mais sensível, porque a ausência de infraestrutura se combina a longas distâncias, sazonalidade

dos rios, fragilidade logística e dificuldade de manutenção predial.

A comparação entre escolas urbanas e escolas com educação indígena revela desigualdade acentuada. Nas escolas urbanas, os percentuais de banheiro, biblioteca/sala de leitura, laboratório de informática, quadra de esportes e acesso à internet são substancialmente superiores. Nas escolas com educação indígena, os indicadores permanecem baixos, sobretudo nos anos iniciais e finais do ensino fundamental. A presença de banheiro, por exemplo, alcança 99,2% das escolas urbanas nos anos iniciais, mas apenas 59,6% das escolas com educação indígena. Trata-se de uma diferença que não pode ser naturalizada como "dificuldade regional"; ela expressa desigualdade de prioridade pública.

Os dados, na Figura 2, sobre biblioteca/sala de leitura, laboratório de informática, laboratório de ciências, quadra de esportes e banheiro acessível também indicam privação material. Nos anos iniciais, apenas 6,1% das escolas com educação indígena declararam possuir biblioteca ou sala de leitura; somente 2,2% informaram laboratório de informática; 0,2% declararam laboratório de ciências; 1,7% contavam com quadra de esportes; e 2,0% registraram banheiro adequado a pessoas com deficiência. Mesmo no ensino médio, etapa que tende a demandar maior complexidade pedagógica, a presença desses recursos permanece limitada.

Figura 2: Dependências físicas e recursos nas escolas urbanas e nas escolas com educação indígena no Amazonas, por etapa de Ensino.





Parâmetro	Anos iniciais	Anos finais	Ensino médio
Internet para alunos	95,0%	48,3%	57,8%
Acesso à internet	41,7%	94,3%	94,7%
Quadra de esportes	48,5%	67,8%	79,6%
Laboratório de informática	40,8%	59,3%	74,0%
Laboratório de ciências	12,4%	29,6%	60,2%
Biblioteca/Sala de leitura	72,2%	84,7%	91,2%
Banheiro	99,2%	98,4%	96,8%
Auditório	22,7%	30,3%	38,9%
Banheiro PCD	61,5%	65,3%	62,8%

Parâmetro	Anos iniciais	Anos finais	Ensino médio
Internet para alunos	5,9%	6,4%	5,6%
Acesso à internet	46,6%	42,4%	74,1%
Quadra de esportes	1,7%	2,2%	7,4%
Laboratório de informática	2,2%	3,1%	11,1%
Laboratório de ciências	0,2%	0,5%	9,3%
Biblioteca/Sala de leitura	6,1%	6,2%	20,4%
Banheiro	59,6%	61,7%	57,4%
Auditório	1%	1,0%	1,9%
Banheiro PCD	2,0%	2,3%	3,7%

Fonte: Inep Data/Censo Escolar 2025. Elaboração dos autores.

A conectividade explicita outra dimensão da desigualdade. Embora parte das escolas com educação indígena declare acesso à internet, o uso pedagógico pelos estudantes permanece residual. A existência de sinal ou equipamento não equivale ao direito de acesso, sobretudo quando a conexão é instável, restrita à gestão administrativa ou inadequada ao trabalho pedagógico. Em um contexto de crescente digitalização da educação, essa diferença produz uma exclusão adicional: estudantes indígenas passam a acessar menos recursos digitais, menos bibliotecas virtuais, menos plataformas públicas e menos oportunidades de produção tecnológica.

Essa situação exige cautela interpretativa. O Censo Escolar é indispensável como instrumento estatístico nacional, mas seu caráter declaratório pode ocultar precariedades não captadas pelas categorias de preenchimento. Uma escola pode declarar "acesso à internet" sem que a conexão seja regular; pode registrar a existência de prédio escolar sem que este possua condições adequadas de uso; pode informar funcionamento regular apesar de operar em espaço comunitário improvisado. Desse modo, os indicadores oficiais são ponto de partida, não ponto de chegada da análise.

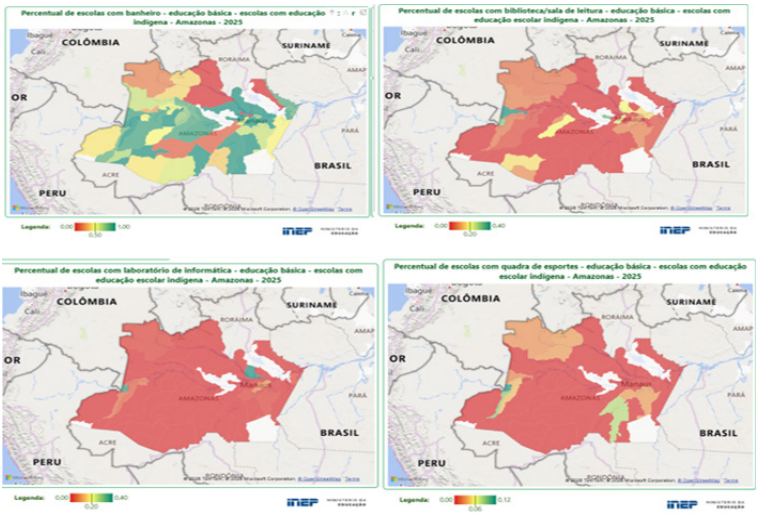
A leitura conjunta desses elementos evidencia que o debate acerca da infraestrutura escolar indígena não pode restringir-se à mera contabilização de recursos físicos ou tecnológicos. Torna-se necessário considerar a efetividade concreta das condições de funcionamento e sua capacidade de garantir processos educativos compatíveis com as especificidades territoriais, culturais e linguísticas dos povos indígenas.

Nessa perspectiva, a produção de diagnósticos mais precisos demanda a articulação entre dados estatísticos, observação contextualizada e conhecimento das realidades locais, de modo que as políticas públicas possam superar a lógica estritamente quantitativa e avançar na promoção de condições educacionais efetivamente equitativas, capazes de assegurar não apenas o acesso à escola, mas também a permanência qualificada e o pleno exercício do direito à educação.

A distribuição municipal dos indicadores também revela desigualdades intraestaduais. A espacialização das escolas com educação indígena mostra que a ausência de banheiro, biblioteca, labora-

tório de informática e quadra de esportes não se distribui de forma aleatória, como se observa na Figura 3. Há municípios em que as escolas indígenas declaram inexistência de dependências básicas, o que reforça a necessidade de políticas territorializadas e de monitoramento público contínuo.

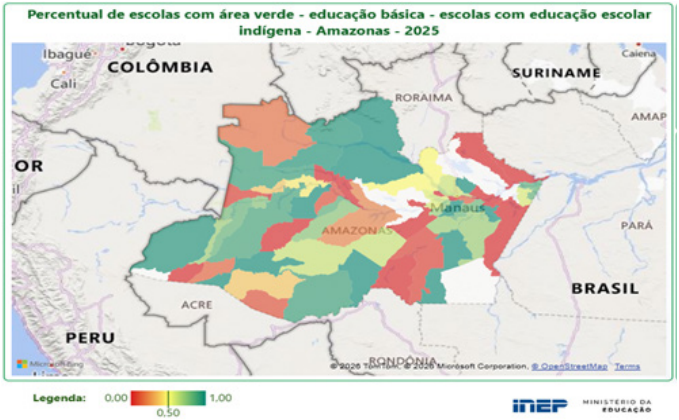
Figura 3: Escolas com educação indígena por município, segundo dependências físicas, Amazonas, 2025.



Fonte: Inep Data/Censo Escolar 2025. Elaboração dos autores.

A informação, na Figura 4, sobre área verde exige leitura específica. Municípios como Anamã, Boca do Acre, Carauari, Eirunepé, Ipixuna, Iranduba, Itacoatiara, Itamarati, Maraã, Maués, Nhamundá, Santo Antônio do Içá e Urucará aparecem com ausência declarada desse ambiente em escolas com educação indígena.

Figura 4: Escolas com educação indígena por município que declaram possuir área verde, Amazonas, 2025.



Fonte: Inep Data/Censo Escolar 2025. Elaboração dos autores.

O dado é paradoxal, pois a maioria dessas escolas se localiza em áreas rurais e territorialmente marcadas por relações estreitas com rios, florestas, roças, caminhos e espaços comunitários. A ausência de "área verde" no registro escolar pode indicar tanto limitação real do espaço escolar delimitado quanto inadequação das categorias administrativas para captar a relação indígena entre escola e território.

5. Território, colonialidade e crítica indígena da escola

A precariedade da infraestrutura escolar indígena não deve ser explicada pela geografia como destino. A Amazônia apresenta desafios logísticos reais: grandes distâncias, sazonalidade das cheias e vazantes, transporte fluvial, elevação de custos de construção, manutenção e abastecimento. Entretanto, a transformação desses desafios em justificativa para a permanência da precariedade revela uma operação política: naturaliza-se como "dificuldade do território" aquilo que também resulta de escolhas históricas de financiamento, planejamento e prioridade estatal.

A teoria da colonialidade do poder, formulada por Quijano (2005), contribui para compreender como hierarquias raciais, ter-

ritoriais e epistêmicas seguem organizando a distribuição desigual de direitos. No campo educacional, essa colonialidade se expressa quando territórios indígenas são incorporados ao sistema apenas de forma parcial: matriculam-se estudantes, registram-se escolas, publicam-se indicadores, mas não se garante o conjunto de condições materiais necessárias à qualidade da oferta.

Walsh (2009) chama atenção para o fato de que a interculturalidade crítica não pode permanecer no plano do reconhecimento simbólico. Ela exige transformação das estruturas que produzem desigualdade. Aplicada à escola indígena no Amazonas, essa perspectiva implica reconhecer que o direito à educação diferenciada não se cumpre apenas com currículo específico ou com menção à diversidade cultural; ele requer infraestrutura compatível com o território, com a língua, com a organização comunitária e com a dignidade dos estudantes e trabalhadores da educação.

A crítica indígena contemporânea amplia essa compreensão. Luciano (2006) diferencia educação indígena, como processo amplo de formação comunitária e transmissão de saberes, de educação escolar indígena, instituição historicamente introduzida nos territórios. Kopenawa e Albert (2015) evidenciam a centralidade do território e da memória na produção do conhecimento yanomami; Krenak (2019) denuncia a separação moderna entre humanidade e Terra; e Munduruku (2012) explicita o caráter educativo das mobilizações indígenas. Essas contribuições deslocam a escola de uma função puramente transmissiva para uma função relacional: a escola indígena deveria articular mundos, e não substituir saberes comunitários por conteúdos descontextualizados.

A Aldeia Palmeira, pertencente ao povo Mura e situada na Terra Indígena Lago Capanã, no município de Manicoré, exemplifica a dimensão do problema (Figura 5).

Figura 5: Escolas indígenas de Manicoré: registros de campo e condições materiais no território.



Fonte: Arquivo pessoal do Cacique Adamor de Lima Leite, Aldeia Palmeira, Manicoré-AM, jan. 2026.

A aldeia localiza-se a aproximadamente 90 km da sede municipal. Essa distância, somada à dependência de deslocamento fluvial e às condições de manutenção das estruturas escolares, evidencia que a política de infraestrutura precisa ser planejada com base no custo real da Amazônia. A escola, nesses contextos, é também espaço de reunião, transmissão cultural, alimentação, cuidado e construção de vínculos intergeracionais.

Sob essa ótica, a infraestrutura não é mero suporte físico. Ela é condição de possibilidade da mediação intercultural. Uma escola sem banheiro, sem biblioteca, sem espaço de reunião, sem água adequada, sem mobiliário ou sem condições de permanência não apenas dificulta aulas; ela fragiliza a relação entre escola e comunidade, limita o trabalho docente, desvaloriza o estudante e enfraquece a legitimidade institucional do direito à educação.

6. Implicações para as políticas públicas

A análise conduz a uma conclusão central: a infraestrutura das escolas indígenas no Amazonas não pode ser tratada como agen-

da residual. Ela deve integrar o núcleo das políticas de garantia do padrão de qualidade. A Constituição Federal estabelece a garantia de padrão de qualidade como princípio do ensino; a LDB reconhece a especificidade da educação escolar indígena; o Decreto n. 6.861/2009 organiza essa política em territórios etnoeducacionais; e a Resolução CNE/CEB n. 5/2012 afirma a necessidade de escolas específicas, diferenciadas, interculturais, bilíngues ou multilíngues e comunitárias. Esses marcos normativos exigem materialidade.

O primeiro encaminhamento é instituir planejamento territorializado de infraestrutura, com diagnósticos por município, povo, comunidade, rota de acesso, regime de águas e custo logístico. A escola indígena de pequeno porte não deve ser penalizada por não alcançar economias de escala urbanas. Ao contrário, sua existência exige financiamento diferenciado, manutenção preventiva, soluções arquitetônicas adequadas ao clima amazônico, energia sustentável, água segura, saneamento, conectividade funcional e materiais pedagógicos próprios.

O segundo encaminhamento é fortalecer a participação das comunidades indígenas. Não há escola indígena de qualidade sem escuta dos povos, sem consulta às lideranças, sem consideração das línguas e sem reconhecimento dos projetos comunitários de futuro. A política pública precisa superar a lógica de construção padronizada e incorporar modelos arquitetônicos e pedagógicos que dialoguem com território, cultura e modos de habitar.

O terceiro encaminhamento é aprimorar o monitoramento público. O Censo Escolar deve ser articulado a visitas técnicas, registros fotográficos, auditorias colaborativas, georreferenciamento e painéis de transparência que permitam acompanhar a situação real das escolas. O dado declaratório é necessário, mas insuficiente para orientar investimentos quando a realidade material está subnotificada ou invisibilizada.

Por fim, é indispensável relacionar infraestrutura ao financiamento. A precariedade descrita não será superada apenas por projetos pontuais. É necessário um padrão de financiamento que reconheça o Fator Amazônico, isto é, o conjunto de custos adicionais decorrentes de distância, logística, sazonalidade, dispersão territorial, diversidade sociolinguística e manutenção em áreas de difícil

acesso. Sem essa mediação, a igualdade formal de parâmetros tende a produzir desigualdade concreta.

7. Considerações finais

A infraestrutura das escolas com educação indígena no Amazonas revela uma das faces mais concretas da desigualdade educacional brasileira. Os dados analisados indicam que a expansão da oferta escolar não foi acompanhada, na mesma proporção, pela garantia de condições materiais adequadas. A escola indígena aparece, assim, como presença institucional incompleta: existe no cadastro, na matrícula e na norma, mas frequentemente não dispõe dos meios necessários para assegurar uma experiência educativa digna, intercultural e socialmente referenciada.

A precariedade não é simples falta de prédio ou equipamento. Ela expressa uma relação histórica entre Estado, território e povos indígenas, na qual a garantia formal de direitos convive com a permanência de desigualdades estruturais. Banheiro, biblioteca, laboratório, conectividade, água, energia, acessibilidade e espaços de convivência não são acessórios; são condições de permanência, aprendizagem, trabalho docente, alimentação escolar, proteção e reconhecimento cultural.

Superar esse quadro exige políticas públicas territorializadas, financiamento compatível com os custos amazônicos, participação comunitária, monitoramento robusto e compromisso federativo. Enquanto a escola indígena permanecer materialmente limitada, a promessa constitucional de padrão de qualidade continuará incompleta. Garantir infraestrutura adequada é, portanto, afirmar que os povos indígenas não devem apenas entrar nas estatísticas educacionais: devem ter asseguradas as condições concretas de produzir, preservar e reinventar seus conhecimentos em seus próprios territórios.

Resta, contudo, o desafio de aprofundar a compreensão sobre os mecanismos pelos quais as desigualdades estruturais continuam a se reproduzir no interior das políticas educacionais destinadas aos povos indígenas, mesmo diante do amplo arcabouço jurídico que assegura seus direitos. Nesse sentido, futuras investigações poderão lançar novas luzes sobre as tensões, contradições e limites que

permeiam a concretização dessas garantias nos diferentes territórios amazônicos, contribuindo para a construção de interpretações mais abrangentes acerca das relações entre Estado, desenvolvimento e justiça educacional.

Mais do que ampliar o repertório acadêmico sobre a temática, trata-se de fomentar um campo de reflexão capaz de interpelar criticamente as formas históricas de produção da desigualdade e de subsidiar a elaboração de respostas institucionais compatíveis com a complexidade dos desafios ainda presentes. Afinal, a efetivação do direito à educação não se esgota na existência de normas ou programas governamentais, mas depende da capacidade coletiva de transformar compromissos formais em condições concretas de cidadania, dignidade e reconhecimento.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 maio 2026.

BRASIL. **Decreto n. 6.861**, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a educação escolar indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm. Acesso em: 14 maio 2026.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 maio 2026.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB n. 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Brasília, DF: MEC/CNE, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro:

Paz e Terra, 1987.

INEP. Censo Escolar da Educação Básica 2025: notas estatísticas. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-institucionais/estatisticas-e-indicadores-educacionais/censo-escolar-da-educacao-basica-2025-notas-estatisticas. Acesso em: 14 maio 2026.

INEP. Microdados do Censo Escolar da Educação Básica 2025. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar. Acesso em: 14 maio 2026.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília, DF: MEC/SECAD; Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional, 2006. (Coleção Educação para Todos. Série Vias dos Saberes, n. 1).

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais; perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SÁTYRO, Natália; SOARES, Sergei. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005**. Brasília, DF: Ipea, 2007. (Texto para Discussão, n. 1267).

SOARES NETO, Joaquim José; JESUS, Girlene Ribeiro de; KARINO, Camila Akemi; ANDRADE, Dalton Francisco de. **Uma es-**

cala para medir a infraestrutura escolar. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 24, n. 54, p. 78-99, jan./abr. 2013. DOI: 10.18222/eae245420131903.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2002.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar; Abya-Yala, 2009.

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO E CONSTRUÇÃO DA CONFIANÇA EM AMBIENTES DIGITAIS: práticas comunicacionais em um empreendimento da economia criativa amazônica

Priscila de Nazaré Castro Progene [1]
Iane Maria da Silva Batista

1 Introdução

Os avanços das tecnologias digitais têm redefinido as formas de produção, circulação e uso da informação, ampliando seu papel estratégico nas relações entre organizações, profissionais e públicos. Na perspectiva da Ciência da Informação, a informação constitui um fenômeno social cujo significado é produzido nas interações entre sujeitos, contextos e práticas sociais (Capurro; Hjørland, 2007). Nessa perspectiva, os processos informacionais ultrapassam a simples transmissão de conteúdos e envolvem práticas de interpretação, apropriação e construção de sentidos, nas quais a mediação da informação desempenha papel central ao aproximar conhecimentos especializados das necessidades informacionais dos sujeitos. Conforme Almeida Júnior (2009), a mediação consiste em um processo de interferência que favorece a atribuição de significado às informações e sua utilização nos processos decisórios.

A expansão das plataformas digitais intensificou essas dinâmicas ao transformar redes sociais e aplicativos de mensagens em ambientes permanentes de circulação e mediação da informação. Para Castells (2019), a sociedade em rede reorganiza práticas sociais, econômicas e comunicacionais a partir de fluxos informacionais contínuos. Nesse contexto, ambientes digitais como Instagram e WhatsApp tornam-se espaços estratégicos para empreendimentos da economia criativa, possibilitando o compartilhamento de conhe-

1 Universidade Federal do Pará (UFPA)

cimentos, o esclarecimento de dúvidas e o fortalecimento das relações entre profissionais e consumidores.

Em serviços especializados, nos quais os clientes dependem de conhecimentos técnicos para tomar decisões, a mediação da informação assume papel relevante na redução das incertezas. Nessa perspectiva, Luhmann (1979) compreende a confiança como mecanismo de redução da complexidade social, permitindo que decisões sejam tomadas mesmo diante de informações incompletas. Assim, a qualidade das informações disponibilizadas e as práticas de mediação desenvolvidas pelos profissionais tornam-se elementos fundamentais para a construção da confiança.

No contexto da Amazônia urbana, especialmente em Belém (PA), pequenos empreendimentos da economia criativa dependem intensamente das plataformas digitais para ampliar sua visibilidade e estabelecer relações com seus públicos. Essas práticas evidenciam a centralidade da informação e de seus processos de mediação na construção de relações de confiança em ambientes marcados pela interação digital.

Diante desse cenário, o estudo busca responder à seguinte questão de pesquisa: como as práticas informacionais desenvolvidas em ambientes digitais contribuem para a construção da confiança entre profissionais e clientes em um empreendimento da economia criativa amazônica? Parte-se do pressuposto de que a confiança constitui um efeito emergente da mediação da informação em contextos de assimetria informacional e incerteza. Assim, o objetivo consiste em analisar como a mediação da informação desenvolvida em ambientes digitais contribui para a construção da confiança entre profissionais e clientes em um empreendimento de micropigmentação localizado em Belém (PA).

2 Fundamentação Teórica

As transformações associadas à expansão das tecnologias digitais e à intensificação dos fluxos informacionais têm ampliado a centralidade da informação nas relações sociais, econômicas e comunicacionais contemporâneas. Nesse contexto, a informação deixa de ser compreendida apenas como dado ou recurso instrumental e

passa a ser entendida como um fenômeno socialmente construído. Capurro e Hjørland (2007) defendem que o sentido da informação não é intrínseco, mas produzido em práticas interpretativas situadas, atravessadas por contextos históricos, sociais e culturais específicos. Essa compreensão é aprofundada por Araújo (2018), ao enfatizar que as práticas informacionais são socialmente produzidas e diretamente relacionadas às experiências dos sujeitos. Assim, processos como busca, interpretação e uso da informação não ocorrem de forma isolada, mas estão inseridos em dinâmicas sociais que moldam tanto as necessidades informacionais quanto os modos de apropriação do conhecimento. Sob essa perspectiva, compreender a informação implica analisar também os processos pelos quais ela é mediada e apropriada em contextos concretos de interação social.

Nesse cenário, a mediação da informação torna-se um elemento estruturante. Para Almeida Júnior (2009), a mediação consiste nas ações intencionais ou não, realizadas por profissionais e sistemas informacionais com o objetivo de favorecer a apropriação da informação pelos sujeitos. Essa perspectiva desloca o foco de uma lógica meramente transmissiva para uma lógica relacional, na qual o sentido da informação é construído na interação entre mediadores, usuários e contextos sociais. Desse modo, se as práticas informacionais expressam necessidades de informação, a mediação constitui o processo capaz de aproximar o conhecimento especializado das demandas dos sujeitos, favorecendo sua compreensão e apropriação. No contexto dos ambientes digitais analisados, a mediação da informação ultrapassa a função de simples esclarecimento, configurando-se como um processo de produção de sentidos e de orientação para a tomada de decisão. Ao selecionar, organizar e traduzir informações técnicas para o público leigo, o profissional não apenas comunica conteúdos, mas cria condições para reduzir assimetrias informacionais, favorecendo a construção de relações de confiança.

A mediação ganha ainda mais relevância quando associada ao comportamento informacional. Conforme Wilson (1999), a busca por informação é desencadeada quando os indivíduos percebem lacunas em seus conhecimentos, especialmente em situações que envolvem tomada de decisão. Nessas circunstâncias, a incerteza atua como elemento estruturante da necessidade informacional, uma vez que os sujeitos buscam reduzir ambiguidades e ampliar sua capa-

cidade de compreensão sobre determinada situação. Entretanto, a simples disponibilidade da informação não garante que essa necessidade seja plenamente atendida. Torna-se necessária a atuação de processos de mediação capazes de transformar informações especializadas em conhecimentos compreensíveis e relevantes para os sujeitos, permitindo que estes realizem escolhas mais seguras.

Se a necessidade de informação emerge em contextos de incerteza, conforme propõe Wilson (1999), a confiança pode ser compreendida como um mecanismo fundamental que possibilita a ação social diante dessa mesma incerteza. Nesse sentido, Luhmann (1979) argumenta que a confiança atua como mecanismo de redução da complexidade social, permitindo que os indivíduos tomem decisões mesmo sem dispor de todas as informações necessárias. Nessa perspectiva, mediação da informação e confiança não constituem processos independentes. Ao contrário, a mediação atua reduzindo incertezas por meio da organização, tradução e contextualização da informação, criando condições para que a confiança seja construída progressivamente durante a interação entre profissionais e usuários. Dessa forma, confiança e informação operam de maneira articulada na construção de decisões socialmente viáveis.

Essa articulação entre informação, mediação, incerteza e confiança torna-se particularmente evidente em serviços especializados, nos quais os sujeitos dependem de conhecimentos técnicos que não dominam integralmente. Nesses contextos, a mediação da informação não apenas facilita o acesso ao conhecimento, mas também promove segurança interpretativa, reduz assimetrias informacionais e fortalece relações de confiança entre profissionais e usuários. Assim, a confiança não decorre exclusivamente da qualidade técnica do serviço prestado, mas também da forma como a informação é compartilhada, contextualizada e apropriada ao longo do processo de interação.

No campo da micropigmentação, essa dinâmica se intensifica, uma vez que os procedimentos envolvem dimensões estéticas, identitárias e de risco percebido. Em razão dessas características, os clientes frequentemente manifestam necessidades informacionais relacionadas à segurança, aos resultados esperados e às possíveis limitações dos procedimentos. Nesse contexto, práticas como expli-

cação de contraindicações, orientações pré e pós-procedimento, esclarecimento sobre durabilidade e alinhamento de expectativas configuram formas concretas de mediação da informação que reduzem incertezas e contribuem diretamente para a construção da confiança entre profissionais e clientes. Essas práticas constituem o foco analítico deste estudo, por evidenciarem como a mediação da informação se materializa nas interações cotidianas entre profissional e público.

Nesta mesma vertente, a inserção deste estudo no âmbito da economia criativa justifica-se pelo fato de que as atividades desse setor são intensivas em conhecimento, criatividade e valor simbólico (Howkins, 2013). No caso de serviços estéticos especializados, como a micropigmentação, o valor entregue transita entre o técnico e o simbólico. Assim, a sustentabilidade desses empreendimentos não depende apenas da prestação do serviço em si, mas da capacidade de produzir, organizar e compartilhar informações que fortaleçam a legitimidade, a credibilidade e a confiança junto ao público consumidor.

No contexto contemporâneo, essas práticas são profundamente reconfiguradas pelas transformações digitais. Castells (2019) destaca que a sociedade em rede estrutura novas formas de circulação da informação, baseadas em fluxos contínuos, descentralizados e interconectados. Complementarmente, Jenkins (2009) argumenta que a cultura da convergência intensifica a circulação de conteúdos entre diferentes plataformas, ampliando a participação dos sujeitos nos processos de produção, compartilhamento e ressignificação da informação. Nesse cenário, a circulação informacional torna-se elemento estratégico para a mediação entre profissionais e consumidores.

Dessa forma, plataformas digitais como Instagram e WhatsApp assumem papel central na mediação da informação em serviços estéticos. Mais do que ferramentas de divulgação, esses ambientes tornam-se espaços permanentes de interação, nos quais profissionais compartilham conteúdos educativos, esclarecem dúvidas, traduzem conhecimentos técnicos e constroem vínculos informacionais com seus públicos. Ao favorecerem a redução das incertezas inerentes aos procedimentos estéticos, essas práticas também fortalecem a credibilidade profissional e contribuem para a construção da con-

fiança. Como apontam Santos e Silva (2021), o uso de redes sociais como o Instagram exige compreender a mediação sob uma perspectiva relacional e de apropriação da informação. Essa dinâmica ganha contornos adicionais quando articulada ao conceito de mediação implícita proposto por Nunes (2019), segundo o qual a organização, o planejamento e a estética do conteúdo estruturam previamente as condições de recepção e apropriação do conhecimento pelos usuários.

Quando observadas no contexto da Amazônia urbana, especialmente em cidades como Belém, essas dinâmicas ganham contornos específicos. Pequenos empreendimentos da economia criativa dependem fortemente das plataformas digitais para ampliar sua visibilidade, superar limitações territoriais históricas da região e estabelecer relações com públicos diversos. Assim, a mediação da informação também se inscreve em uma lógica territorial, na qual a circulação digital compensa distâncias geográficas e desigualdades de acesso, ampliando possibilidades de inserção econômica e simbólica.

Sendo assim, a sustentabilidade dos empreendimentos da economia criativa não se restringe à dimensão econômica, envolvendo também processos comunicacionais e relacionais que determinam sua permanência no ambiente digital. No entanto, essas dimensões dependem da capacidade contínua de produzir visibilidade, manter credibilidade e sustentar vínculos de confiança em ambientes marcados por alta concorrência e instabilidade informacional. Nessa perspectiva, a sustentabilidade pode ser compreendida como um processo dinâmico de manutenção da legitimidade informacional, no qual a mediação da informação atua como elemento estruturante da continuidade do empreendimento.

À luz desse referencial teórico, parte-se do entendimento de que a confiança não constitui um atributo previamente estabelecido entre profissionais e clientes, mas um processo social construído por meio da mediação da informação. Nessa perspectiva, a análise desenvolvida neste estudo busca identificar, no material empírico, práticas informacionais relacionadas ao esclarecimento de dúvidas, às orientações técnicas, ao alinhamento de expectativas e à produção de conteúdos educativos, compreendendo-as como formas de

mediação capazes de reduzir incertezas e favorecer a construção da confiança em um empreendimento da economia criativa amazônica.

3 Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo qualitativo, de natureza descritivo-exploratória, desenvolvido por meio de estudo de caso único. A escolha dessa abordagem justifica-se pela necessidade de compreender, em profundidade, as práticas informacionais desenvolvidas em um contexto específico da economia criativa amazônica, considerando os processos de construção da confiança entre profissionais e clientes de serviços estéticos.

Segundo Minayo (2014), a pesquisa qualitativa possibilita compreender fenômenos sociais a partir dos significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências, relações e práticas sociais. Nesse sentido, o estudo busca analisar como a informação é mobilizada como elemento de mediação no processo de tomada de decisão de clientes interessados em procedimentos de micropigmentação.

O caso investigado corresponde às práticas informacionais desenvolvidas por uma profissional especialista em micropigmentação, localizada no bairro de Nazaré, em Belém (PA), com seis anos de atuação no segmento e presença consolidada em ambientes digitais, especialmente no Instagram. O público atendido é composto por homens e mulheres interessados em procedimentos estéticos com foco em naturalidade e realismo, envolvendo técnicas aplicadas às sobrancelhas e aos lábios.

A coleta de dados ocorreu entre novembro de 2025 e abril de 2026, contemplando aproximadamente 80 interações comunicacionais estabelecidas com clientes em diferentes etapas do processo decisório. O corpus da pesquisa foi composto por registros provenientes de atendimentos realizados por meio do Instagram e do WhatsApp, além de interações presenciais. As informações foram analisadas de forma agregada e tipificada, sem exposição de dados pessoais ou elementos que possibilitaram a identificação dos participantes, considerando exclusivamente as necessidades informacionais manifestadas pelos clientes.

A inserção da pesquisadora no campo investigado possibilitou o acesso aos registros comunicacionais produzidos no contexto profissional, contribuindo para a constituição do corpus empírico. Para garantir o rigor analítico, os dados foram organizados e interpretados por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2016), considerando as etapas de pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados.

A análise buscou identificar recorrências temáticas relacionadas às práticas informacionais e aos processos de mediação da informação, considerando aspectos como dúvidas sobre contraindicações, durabilidade dos procedimentos, percepção de dor, cuidados pós-procedimento, segurança, naturalidade dos resultados e outros elementos associados à tomada de decisão dos clientes. As categorias analíticas foram construídas de forma híbrida, articulando conceitos teóricos da Ciência da Informação com aspectos emergentes do material empírico, permitindo compreender como diferentes estratégias informacionais contribuem para a construção da confiança e da credibilidade no contexto investigado.

Do ponto de vista ético, foram preservadas a identidade dos participantes e a confidencialidade das informações analisadas. Os relatos utilizados foram anonimizados e empregados exclusivamente para fins acadêmicos. Por tratar-se de um estudo de caso único, os resultados não apresentam pretensão de generalização estatística, mas contribuem para a compreensão das práticas informacionais e dos processos de construção da confiança em contextos específicos da economia criativa, ampliando as discussões no campo da Ciência da Informação.

Quadro 1 – Caracterização do campo empírico

Aspecto	Caracterização
Local da pesquisa	Belém (PA)
Segmento de atuação	Micropigmentação estética
Tempo de atuação profissional	6 anos
Seguidores no Instagram	Aproximadamente 6.000
Média de atendimentos mensais	20 clientes
Perfil predominante dos clientes	Homens e mulheres que buscam resultados naturais

Período de coleta	Novembro de 2025 a abril de 2026
Interações analisadas	Aproximadamente 80
Canais observados	Instagram, WhatsApp e atendimento presencial

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

4 Análise e Discussão dos Resultados

A análise das 80 interações comunicacionais permitiu identificar que a busca por informação constitui elemento central no processo de tomada de decisão dos clientes interessados em procedimentos de micropigmentação. Os dados revelam que as dúvidas apresentadas estão diretamente relacionadas à necessidade de reduzir incertezas, compreender riscos e avaliar a confiabilidade da profissional responsável pelo procedimento.

Tabela 1 – Demandas informacionais recorrentes identificadas na pesquisa

Tema	Ocorrências
Cuidados pós-procedimento	40 perguntas
Dor durante o procedimento	30 perguntas
Durabilidade dos resultados	25 perguntas
Contraindicações e condições de saúde	20 perguntas

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

As interações analisadas permitiram identificar um conjunto de práticas informacionais desenvolvidas durante o atendimento, entre as quais se destacam: (i) esclarecimento de dúvidas sobre contraindicações; (ii) orientações pré e pós-procedimento; (iii) alinhamento de expectativas quanto aos resultados; (iv) produção de conteúdos educativos em redes sociais; (v) compartilhamento de resultados cicatrizados; e (vi) respostas individualizadas às necessidades dos clientes. Ressalta-se que uma mesma interação poderia apresentar mais de uma demanda informacional, razão pela qual os números apresentados não correspondem ao total de interações analisadas. Sendo assim, essas práticas constituem formas de mediação

da informação e serviram de base para a construção das categorias analíticas apresentadas a seguir. Observou-se ainda que a preocupação com a naturalidade dos resultados esteve presente de forma transversal em praticamente todas as interações analisadas. Independentemente da dúvida inicial apresentada, os clientes demonstravam interesse em compreender se o procedimento manteria uma aparência natural e compatível com suas características individuais.

A primeira categoria reúne dúvidas relacionadas à segurança dos procedimentos, contra indicações, dor, durabilidade e cuidados posteriores. Essas demandas evidenciam práticas informacionais voltadas principalmente à redução da incerteza. Foram recorrentes questionamentos como: "Tenho diabetes, posso fazer o procedimento?" / "Tenho alergia, existe algum problema?" / "Tenho um bebê de seis meses, posso fazer?" / "Quanto tempo dura após a cicatrização?"/ "Qual o melhor produto para utilizar no pós-procedimento?"

Observa-se que as manifestações dos clientes, tais como 'Tenho diabetes, posso fazer o procedimento?' ou 'Tenho alergia, existe algum problema?', explicitam o que Wilson (1999) define como a busca informacional motivada por lacunas de conhecimento em situações de risco percebido. Aqui, a incerteza estética e fisiológica atua como a força motriz da necessidade de informação. Quando a profissional realiza a mediação intencional (Almeida Júnior, 2009) ao responder essas dúvidas, ela altera o estado cognitivo do sujeito. Essa ação cumpre o papel luhmanniano de redução da complexidade social (Luhmann, 1979), transformando o medo do risco em segurança interpretativa e, consecutivamente, favorecendo a construção progressiva da confiança, logo, as demandas informacionais relacionadas à dor, segurança e contra indicações não devem ser interpretadas apenas como dúvidas operacionais, mas como expressões de um processo de gestão de risco simbólico associado à decisão estética. Nesse contexto, a informação funciona como elemento redutor da incerteza, permitindo que os sujeitos atribuam previsibilidade ao resultado e, consequentemente, construam confiança progressiva no profissional.

Os resultados indicam que os clientes não buscam apenas informações técnicas sobre o procedimento, mas procuram elementos que lhes permitam avaliar riscos, benefícios e consequências

futuras. Nesse contexto, a informação assume papel fundamental na redução da insegurança e no apoio à tomada de decisão. As demandas informacionais identificadas evidenciam que a busca por informação constitui a etapa inicial do processo de construção da confiança. As dúvidas relacionadas à segurança, contra indicações, dor e durabilidade expressam situações de incerteza que mobilizam o comportamento informacional dos clientes. Nesse contexto, tais demandas criam as condições para a atuação da mediação da informação, desenvolvida pela profissional ao longo das interações comunicacionais.

A segunda categoria evidencia que a confiança é construída progressivamente por meio dos processos de orientação e esclarecimento realizados durante o atendimento. As práticas de orientação técnica e esclarecimento mostraram-se fundamentais para a construção da confiança. Os relatos dos clientes ilustram essa dinâmica. Entre as interações analisadas, destacam-se: "Você tirou todas as minhas dúvidas que me impediam de fazer esse procedimento, quero marcar;" Outro relato demonstrou a influência dos conteúdos informacionais produzidos pela profissional: "Vi um vídeo seu sobre micropigmentação x tatuagem e tomei coragem para marcar." Também foram identificados casos em que clientes optaram por adiar a realização do procedimento após receberem orientações técnicas específicas: "Esperei quatro meses após meu tratamento com Rocutan para poder fazer depois da sua explicação." Esses relatos evidenciam que a confiança não está associada exclusivamente ao resultado estético final, mas também à qualidade das informações compartilhadas, à transparência profissional e à percepção de segurança construída durante o processo de mediação informacional. Sob a perspectiva de Almeida Júnior (2009), observa-se um processo de mediação intencional da informação, no qual o profissional interfere de forma consciente para favorecer a apropriação da informação pelos sujeitos e apoiar suas decisões.

Além disso, conforme a perspectiva de Niklas Luhmann, a confiança pode ser compreendida como mecanismo de redução da complexidade e das incertezas. Nesse sentido, a informação qualificada contribui para tornar o processo decisório mais seguro e previsível para os clientes. Os relatos analisados demonstram que a confiança não foi construída espontaneamente, mas resultou das

práticas de mediação desenvolvidas durante o atendimento. Ao esclarecer dúvidas, traduzir informações técnicas e orientar a tomada de decisão, a profissional reduziu as incertezas percebidas pelos clientes, favorecendo a construção progressiva da confiança.

A terceira categoria refere-se à atuação dos ambientes digitais como espaços de mediação da informação. Os conteúdos educativos publicados nas plataformas digitais configuram práticas permanentes de mediação da informação. Os dados demonstram que Instagram e WhatsApp desempenham papel relevante na circulação de informações relacionadas aos procedimentos, funcionando como canais permanentes de orientação e esclarecimento. Vídeos educativos, explicações sobre contraindicações, demonstrações de resultados cicatrizados, fotografias de antes e depois e respostas a dúvidas frequentes foram apontados pelos clientes como fatores importantes para a construção da confiança. Muitos participantes relataram que passaram a considerar a realização do procedimento após acompanhar conteúdos disponibilizados pela profissional nas plataformas digitais. Os ambientes digitais, portanto, não atuam apenas como canais de divulgação, mas como espaços permanentes de mediação da informação. Por meio da produção de conteúdos educativos, esclarecimento de dúvidas e compartilhamento de resultados, essas plataformas sustentam práticas informacionais que reduzem as incertezas, fortalecem a confiança e contribuem para a sustentabilidade do empreendimento na economia criativa amazônica. Dessa forma, as redes sociais ultrapassam a função de divulgação comercial e passam a atuar como ambientes de mediação informacional, nos quais conhecimento técnico, experiência profissional e interação comunicacional contribuem para a construção de credibilidade.

No contexto da economia criativa amazônica, os resultados evidenciam que pequenos empreendimentos baseados em conhecimento especializado dependem significativamente das redes sociais para estabelecer vínculos de proximidade com seus públicos. De forma integrada, as categorias analíticas evidenciam que a construção da confiança não decorre de um único fator, mas de um processo contínuo no qual práticas informacionais desenvolvidas em ambientes digitais possibilitam a mediação da informação, reduzem as incertezas dos clientes e favorecem decisões mais seguras. Assim, os resultados reforçam a compreensão de que a mediação da informa-

ção e a confiança constituem dimensões indissociáveis no contexto da micropigmentação inserida na economia criativa amazônica.

5 Considerações Finais

Esta pesquisa analisou como as práticas informacionais desenvolvidas no contexto da micropigmentação contribuem para a construção da confiança entre profissionais e clientes, considerando o papel da mediação da informação em um empreendimento da economia criativa amazônica. Os resultados evidenciaram que a confiança não se estabelece exclusivamente pela qualidade técnica dos procedimentos ou pelos resultados estéticos alcançados, mas é construída ao longo dos processos de mediação da informação. Nesse percurso, práticas informacionais como o esclarecimento de dúvidas, as orientações técnicas, o alinhamento de expectativas e a produção de conteúdos educativos atuam na redução das incertezas dos clientes, favorecendo a apropriação da informação e subsidiando a tomada de decisão.

Sob a perspectiva da Ciência da Informação, o principal achado deste estudo consiste em demonstrar que as práticas informacionais identificadas constituem mecanismos de mediação da informação capazes de produzir confiança em um contexto especializado ainda pouco explorado pela área. Ao articular os conceitos de práticas informacionais, comportamento informacional, mediação da informação e confiança, a pesquisa amplia a compreensão desses fenômenos para além dos ambientes tradicionalmente investigados, evidenciando sua aplicabilidade em serviços da economia criativa mediados por tecnologias digitais.

Os resultados também permitiram compreender que Instagram e WhatsApp extrapolam sua função de divulgação comercial, configurando-se como ambientes de mediação da informação nos quais conhecimentos especializados são organizados, compartilhados e apropriados pelos clientes. Nessas plataformas, a circulação da informação favorece a redução de assimetrias informacionais, fortalece vínculos de confiança e contribui para a sustentabilidade de pequenos empreendimentos criativos no contexto amazônico. Como limitação, reconhece-se que a pesquisa foi desenvolvida a partir de

um único estudo de caso, o que restringe a generalização dos resultados. Entretanto, essa opção metodológica possibilitou uma análise aprofundada das relações entre práticas informacionais, mediação da informação e construção da confiança em um contexto específico da economia criativa. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem essa discussão para outros segmentos econômicos e diferentes realidades regionais, possibilitando análises comparativas sobre a atuação da mediação da informação na redução da incerteza e na construção da confiança em ambientes digitais.

Referências

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação: um conceito em construção. In: _____. **Mediação da informação e atuação profissional**. Londrina: EDUEL, 2009.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Práticas informacionais e Ciência da Informação**: fundamentos teóricos e abordagens contemporâneas. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CAPURRO, Rafael; HJØRLAND, Birger. The concept of information. **Annual Review of Information Science and Technology**, v. 37, p. 343-411, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GOMES, Henriette Ferreira. A mediação da informação diante das contradições e dinâmicas do ambiente digital. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia***,* João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 1-13, 2020. Disponível em: https://pbcib.com.br/pbcib/article/view/53026. Acesso em: 22 jun. 2026.

HOWKINS, John. **Economia criativa: como ganhar dinheiro com ideias criativas**. Tradução de Thais de Davidson. São Paulo: Makron Books, 2003.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência:** a colisão entre os ve-

lhos e novos meios de comunicação**.** São Paulo: Aleph, 2009.

LUHMANN, Niklas. **Trust and power**. Chichester: Wiley, 1979.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2014.

NUNES, Jefferson Veras. Mediação implícita da informação e apropriação: aproximações conceituais. **InCID:** Revista de Ciência da Informação e Documentação*,* Ribeirão Preto, v. 10, n. 1, p. 79-95, mar./ago. 2019. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/144177. Acesso em: 22 jun. 2026.

SANTOS, Juvêncio de Oliveira dos; SILVA, Patricia Silva da. A mediação da informação na rede social Instagram. **Revista Ponto de Acesso**, Salvador, v. 15, n. 1, p. 118-135, abr. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/pontodeacesso/article/view/36423. Acesso em: 22 jun. 2026.

WILSON, Thomas D. Models in information behaviour research. **Journal of Documentation**, v. 55, n. 3, p. 249-270, 1999.

“CHEGUEM, CHEGUEM OS DEVOTOS”: a alvorada festiva da santíssima trindade como processo folkcomunicacional em Manaus/AM[1]

Gabriel Ferreira Fragata[2]
Célia Regina T. C. Amorim[2]

1. Introdução

As festas religiosas populares amazônicas são constituídas como complexos sistemas de comunicação que transcendem a celebração religiosa, configurando-se como espaços de resistência, reafirmação de identidades e circulação de saberes. No contexto da Amazônia urbana, essa dinâmica ganha contornos específicos com as confluências entre sagrado e o profano, o rural e o urbano, a tradição e a técnica, diante de uma constante negociação que reinventam lógicas de existir no mundo vivido.

Como reflexo desse contexto, está o festejo da Santíssima Trindade, realizado há 40 anos na área missionária Santa Catarina de Sena, no bairro de Petrópolis, zona sul de Manaus (AM). No entanto, este artigo busca compreender um dos principais dispositivos rituais de comunicação de abertura do festejo: a Alvorada Festiva. Trata-se de um evento importante por demarcar uma espécie de mudança de tempo: entre o tempo do cotidiano e o dos festejos comunitários, convocado todos para à programação católica. Além disso, a delimitação deste estudo especificamente à Alvorada, ao invés da totalidade do festejo, ocorre por decisão estratégica para assegurar a densidade da análise interpretativa.

Por tal motivo, a questão problema que conduz este estudo está formulada da seguinte maneira: Como este rito comunicacional

1 Esta reflexão faz parte da Tese em desenvolvimento intitulada “A festa religiosa popular da Santíssima Trindade: Folkcomunicação, resistência e cidadania em Manaus/AM”, sob a orientação da Profa. Dra. Célia Regina Trindade Chagas Amorim, no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará (PPGCOM-UFPA).

2 Universidade Federal do Pará (UFPA)

opera como uma mediação simbólica capaz de articular a fé do povo com recursos tecnológicos contemporâneos? O argumento principal deste trabalho se sustenta no entendimento de que esta manifestação está longe de ser apenas uma estratégia de divulgação ou um anúncio sonoro sobre os festejos, este ato apresenta-se como um processo folkcomunicacional, à luz de Luiz Beltrão (1980).

Conduzida pela assistente social aposentada, Maria Cleide Tenório de 72 anos, a Alvorada Festiva iniciou no ano de 2008, como uma forma de atrair e convidar os moradores do bairro de Petrópolis a conhecerem e participarem dos festejos. Esta prática desde sua origem consiste em uma carreata, formada por devotos da Santíssima Trindade que percorre as principais ruas do bairro de Petrópolis.

Como elemento central desta ação, está um carro de som, através do qual a voz da liderança, de Maria Cleide Tenório, e os cânticos devocionais ao fundo rompem o silêncio do cotidiano pelas ruas onde percorre a Alvorada Festiva para instaurar o tempo do sagrado.

Como afirma Jesús Martín-Barbero (1997), as mediações são os lugares de onde provêm as perguntas sobre a comunicação, deslocando o foco dos meios para as mediações culturais das massas. Nesse sentido, a Alvorada Festiva não é apenas uma "transmissão de mensagem", mas um dispositivo de convocação comunitária que produz sentidos de pertencimento e reforça a identidade coletiva dos moradores de Petrópolis.

A reflexão teórica deste trabalho é fundamentada a partir da Teoria da Folkcomunicação[3], conceito pioneiro de Luiz Beltrão (1980), que identificou nos grupos marginalizados e populares formas próprias de processar e difundir comunicação à margem dos fluxos hegemônicos.

Complementamos essa visão com a perspectiva de José Marques de Melo (2008) sobre a festa como processo comunicacional, a perspectiva antropológica de manifestações festivas como texto social de Sergio Ivan Gil Braga (2004), e as interpretações sensíveis de Paes Loureiro (1995) sobre o imaginário e a cultura amazônica.

3 Esta abordagem da Teoria da Folkcomunicação será objeto de atualização teórica no corpo da tese, incorporando autores contemporâneos para tratar sobre a comunicação entre indivíduos e os fluxos de saberes em contextos urbanos, para além da perspectiva clássica instrumental de meios e mensagens.

Este trabalho adota uma pesquisa de abordagem qualitativa de natureza interpretativa, de modo que os dados discutidos são provenientes de observação direta sistematizada e análise das práticas rituais, sobretudo da última Alvorada Festiva, realizada no ano de 2025 na cidade de Manaus, buscando compreender as mediações presentes na manifestação. O registro feito sobre este rito comunicacional foi a partir de entrevistas semiestruturadas, em abril de 2026, com a liderança Maria Cleide Tenório, que contou sobre o surgimento da Alvorada Festiva e de como é realizada pelas ruas do bairro de Petrópolis, em Manaus.

Justifica-se analisar a Alvorada Festiva da festa da Santíssima Trindade em Manaus, como forma de contribuição para o campo das Ciências da Comunicação, sobretudo às festas religiosas populares amazônicas em contexto urbano, ao demonstrar que, na região, a tecnologia não anula o rito; pelo contrário, ela o potencializa, garantindo que o chamado "Cheguem cheguem os devotos", frase usada repetida vezes por Maria Cleide Tenório nas manifestações rituais do festejo, continue a ecoar como um elo entre a tradição e a modernidade urbana.

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo analisar a Alvorada Festiva como um processo folkcomunicacional estruturante do festejo da Santíssima Trindade, compreendendo-a como uma mediação simbólica entre tradição e modernidade tecnológica. Dessa forma, o texto está organizado em duas partes, além da introdução e considerações finais: apresenta-se o aporte teórico sobre Folkcomunicação e Mediações Culturais; e a análise da Alvorada como rito de convocação e pertencimento comunitário.

2. Folkcomunicação: manifestações populares como processos de comunicação

Conceitualmente, a Folkcomunicação é segundo Luiz Beltrão (1980), um conjunto de canais comunitários e processos comunicacionais próprios de grupos sociais marginalizados, que se utilizam de meios rituais e simbólicos para expressar suas opiniões e ideias, bem como a identidade à margem de fluxos hegemônicos da comunicação de massa. E esse tipo de expressão pode ser realizada por

manifestações populares, que são classificadas no campo da Folkcomunicação como sistemas complexos de transmissão de mensagens decodificadas. Conforme o autor: "Folkcomunicação é, assim, o processo de intercâmbio de informações e manifestação de opiniões, idéias e atitudes da massa, através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore" (BELTRÃO, 2001, p. 79)

Ainda na Folkcomunicação, Beltrão (1980) desenvolveu um sistema composto por uma fonte que comunica por um canal (um meio de comunicação de massa) a uma audiência (líderes folk). Em seguida, esses líderes de opinião transmitem a mensagem por um canal (meio de comunicação folk), que alcança a audiência folk. Ou seja, o sistema da Folkcomunicação é formado por um líder folk, um canal e uma audiência folk.

O líder ou agente folk, é um indivíduo que se relaciona com o seu grupo, quanto com os meios de massa. É responsável por construir pontes entre ambos os polos e decodificar informações para a audiência folk enquanto emissor da mensagem.

Beltrão descreve os líderes folk com características definidas a partir de suas relações com os grupos marginalizados:

> 1) prestígio na comunidade, independentemente da posição social ou da situação econômica, graças ao nível de conhecimentos que possui sobre determinado(s) tema(s) e à aguda percepção de seus reflexos na vida e costumes de sua gente; 2) exposição às mensagens do sistema de comunicação social, participando da audiência dos meios de massa, mas submetendo os conteúdos ao crivo de idéias, princípios e normas do seu grupo; 3) freqüente contato com fontes externas autorizadas de informação, com as quais discute ou complementa as informações recolhidas; 4) mobilidade, pondo-se em contato com diferentes grupos, com os quais intercambia conhecimentos e recolhe preciosos subsídios; e, finalmente, 5) arraigadas convicções filosóficas, à base de suas crenças e costumes tradicionais, da cultura do grupo a que pertence, às quais submete idéias e inovações antes de acatá-mas e difundi-las, com vistas a alterações que considere benéficas ao procedimento existencial de sua comunidade (Beltrão, 1980, p. 35).

Em relação ao canal folkcomunicacional (ou suporte) do sistema, trata-se do meio físico, ritual ou performático pelo qual a men-

sagem emitida pelos líderes flui entre os integrantes de um grupo social marginalizado ou de uma audiência popular. Ou seja, ao contrário dos meios de comunicação de massa, esses canais baseiam-se na proximidade, na tradição e na oralidade, operando como veículos de resistência cultural. Os canais são meios artesanais de comunicação dentro da Folkcomunicação.

A audiência é constituída como ativa e participante do sistema da Folkcomunicação, ao receberem as mensagens veiculadas por meio do canal. Dessa forma, Beltrão (1980) distingue os indivíduos participantes desse sistema em três grandes grupos: os grupos rurais marginalizados (em virtude do isolamento geográfico, situação econômica e social), grupos urbanos marginalizados (classes subalternas e com poucas condições de acesso) e grupos culturalmente marginalizados (que são contrários à cultura vigente).

Para José Marques de Melo (2008, p. 17), a Folkcomunicação busca compreender "a utilização de mecanismos artesanais de difusão simbólica para expressar, em linguagem popular, mensagens previamente veiculadas pela indústria cultural". O autor considera manifestações socioculturais e religiosas como um sistema festivo, em que define como um dispositivo de catarse e troca simbólica onde a festa opera como o principal meio de comunicação da coletividade. Para Melo, o fenômeno festivo é uma forma de jornalismo popular, onde a notícia é a própria celebração e o suporte é a performance pública.

Essa dinâmica festiva e artesanal ganha uma camada política mais profunda ao ser analisada sob o conceito de mediações de Jesús Martín-Barbero (1997). O autor propõe um deslocamento do olhar dos meios para as mediações, ou seja, para o lugar onde a cultura se torna política e a comunicação se torna cultura. Na visão barberiana, os grupos populares não são meros receptores passivos da indústria cultural; eles operam a partir de suas próprias matrizes culturais, utilizando o rito e a festa como espaços de reconhecimento e de re-significação do massivo. Dessa forma, a comunicação popular funciona como uma interface onde o arcaico e o moderno se tensionam, validando o saber local e a resistência identitária perante o saber hegemônico.

Nesse sentido, a Alvorada Festiva, apresentada como experiência situada deste trabalho não é um evento isolado, mas um canal

folkcomunicacional que articula a convocação comunitária através de suportes artesanais e rituais.

3. A perspectiva antropológica de manifestações festivas: cultura, imaginário e identidade

Para adensar a compreensão sobre as manifestações populares na região amazônica, Sérgio Ivan Gil Braga (2004) propõe um deslocamento da visão folclórica estática para uma análise na perspectiva da antropologia simbólica e no conceito de cultura como processo vivo.

De acordo com o autor, a cultura popular amazônica não deve ser tratada como um mero inventário de sobrevivências do passado, mas como uma ferramenta teórica capaz de captar a singularidade das "outras culturas" dentro da própria sociedade ocidental. Nesse sentido, Braga (2004) estabelece que as práticas culturais dos grupos marginalizados, como apontados na Folkcomunicação de Beltrão (1980), ou maiorias étnicas, são expressões de identidades que se reconstroem permanentemente através do que denomina trajeto antropológico.

Diante disso, este trajeto, ancorado na teoria de Gilbert Durand (2001), define-se como a incessante troca entre as pulsões subjetivas do indivíduo e as intimações objetivas emanadas do meio cósmico e social. Na Amazônia, esse processo ganha contornos específicos através da "poética do espaço", conceito formulado por Gaston Bachelard (2008), que investiga como os lugares que habitamos moldam nossa alma e memória. E é na imensidão da floresta e dos rios, onde se molda uma capacidade imaginativa peculiar, resultando em produções intelectuais que se materializam em ritos, mitos e formas de organização social.

Braga (2004) destaca que o imaginário amazônico é povoado por elementos que conferem sentido à vida comunitária, integrando sem conflitos a religiosidade católica voltada aos santos e as encantarias regionais, como as figuras mitológicas do boto, da Iara e do Curupira.

A construção social da identidade, sob a ótica de Braga, é um fenômeno relacional que adquire visibilidade sobretudo no contexto

da cidade. Utilizando o conceito de Erving Goffman (1988), o autor descreve a identidade cabocla muitas vezes como uma "identidade social virtual": uma categoria imputada ao "outro" rural a partir de estereótipos de pobreza ou exotismo, em contraposição a um "eu" supostamente civilizado e moderno. Contudo, a identidade real manifesta-se nos ritos e festas, onde os sujeitos operam classificações do "eu" diante do mundo, utilizando o signo regional não como marca de subalternidade, mas como um mecanismo de reconhecimento e valorização da ancestralidade.

Dessa forma, a festa popular na Amazônia pode ser compreendida a partir de Braga (2004) como um sistema de comunicação viva e um suporte de memória coletiva. O rito, nesse contexto, funciona como um "texto social" que deve ser lido em sua espessura cultural, onde sons, cores e performances corporais garantem a transmissão de saberes que desafiam a hegemonia técnica. Ao validar o saber local como uma forma legítima de linguagem, Braga (2004) oferece as bases para entender as manifestações coletivas como instâncias de resistência, onde a comunidade comunica sua visão de mundo e reafirma sua existência através da celebração simbólica e da experiência sensível.

Ao discutir e validar o saber local como linguagem, Braga (2004) fundamenta as manifestações coletivas como instâncias de resistência e memória. Nesse sentido, a Alvorada Festiva da Santíssima Trindade transcende o anúncio do evento para tornar-se um texto social: uma performance que materializa o trajeto antropológico e a identidade comunitária através da experiência sensível.

Essa imersão no sensível, contudo, exige uma compreensão que ultrapasse a funcionalidade comunicativa, adentrando o campo do encantamento e da estética regional. Dessa forma, a transição entre o real e o imaginário encontra sustentação na obra de Paes Loureiro (1995), vista a seguir, que permite pensar a Alvorada Festiva da Santíssima Trindade como uma expressão poética do homem amazônico.

4. A poética do imaginário na comunicação amazônica

A comunicação popular na Amazônia é fundamentada em um estado de sensibilidade que precede a racionalidade técnica ou a palavra escrita. Esta perspectiva comunicacional é definida por Paes

Loureiro (1995) como o devaneio poético, que significa um estado que interliga os seres sob um estado intemporal de poesia. De acordo com o autor, essa linguagem da pura emoção poetizada, anterior ao verbo do poema, mas resistente ao silêncio das palavras (Loureiro, 1995).

Nesse sentido, o devaneio poético explica que a interação entre os sujeitos amazônidas não se limita à transmissão objetiva de dados. Ao contrário disso, trata-se da criação de um "estado intemporal" de ligação, onde a emoção e a subjetividade formam o suporte que permite o reconhecimento mútuo entre as pessoas antes mesmo de qualquer formalização verbal.

Dessa forma, como suporte as discussões de manifestações culturais, como o festejo da Santíssima Trindade, e a Alvorada Festiva como rito comunicacional, é preciso compreender o conceito de "Dominante Cultural". Na Amazônia, a estética não é somente um adorno, mas a função que governa as outras instâncias da vida social, seja política, econômica e cotidiana. Conforme Loureiro (1995, p. 75), "é possível identificar-se na cultura amazônica um imaginário poetizante e estetizador governando o sistema de funções culturais, tendo como suporte material a natureza e desenvolvendo-se através da vaga atitude contemplativa própria do homem da região".

Dessa forma, a "Dominante Estética" explica que o rito e a beleza são os princípios organizadores da vida regional. Sob essa lógica, a eficiência de uma ação comunicativa na região é medida pela sua capacidade de se manifestar plasticamente e de engajar o imaginário coletivo.

Além disso, a inserção de objetos tecnológicos, como veículos e sistemas de som, no cotidiano amazônico não ocorre de forma puramente funcional, mas através de um processo de transfiguração. Ou seja, o real é impregnado pela viscosidade do imaginário, o que permite a passagem do objeto utilitário para o campo da cultura: "A transfiguração do real pela viscosidade ou impregnação do imaginário poético, acentua uma passagem entre o cotidiano e sua estetização na cultura" (Loureiro, 1995, p. 59).

Essa base teórica fundamenta como elementos da técnica moderna são absorvidos pela sensibilidade local. No contexto regional, um alto-falante ou um veículo deixa de ser apenas um aparato

técnico para ser estetizado, tornando-se parte do sistema simbólico que comunica a identidade do grupo, como é o caso dos devotos da Santíssima Trindade na Alvorada Festiva. O rito popular deve ser compreendido como uma ruptura no tempo linear, instaurando o que Loureiro denomina tempo-instante. Não se trata de um evento isolado no calendário, mas de um renascer cíclico. Conforme o autor é como se houvesse o permanente renascer de um tempo original sempre acontecendo, um tempo-instante de origem perene, que fosse recolhendo os fragmentos do espaço (Loureiro, 1995). E essa discussão sustenta que o rito popular promove a união comunitária ao reconectar o presente a uma origem mítica perene. Isso significa que a cada celebração, o tempo renasce, recolhendo os fragmentos do cotidiano e integrando-os em um momento sagrado de comunhão coletiva.

5. Seção de análise: a alvorada festiva como dispositivo ritual

Alugado para a Alvorada Festiva, o carro de som é um principal "veículo" folkcomunicacional utilizado dentro desse processo estruturante da comunicação no festejo da Santíssima Trindade em Manaus. É conduzido sempre por um motorista, acompanhado de Maria Cleide Tenório, que sentada no banco dianteiro do carona conduz com um microfone unidirecional o chamamento aos moradores da localidade, onde a Alvorada Festiva passa, com uma fila de carros e motos, buzinando para anunciar o início do dia festivo.

Em convite feito pela liderança comunitária, emite em sua mensagem palavras-chaves como: "cheguem, cheguem os devotos"; "venha e participe dos festejos da Santíssima Trindade"; "A Santíssima Trindade espera por você". Essas são algumas das frases mais repetidas por Maria Cleide no percurso feito pela Alvorada Festiva, acionando também nominalmente devotos que em parte acompanham o percurso de suas residências.

Como elemento essencial deste rito comunicacional, o carro de som passa a ser "transfiguração do real" conforme Paes Loureiro (1995), ao sofrer uma "viscosidade do imaginário", em que deixa de ser um objeto técnico para se tornar um suporte da fé. Desse modo, o carro de som, conduzido por Maria Cleide ao percorrer as ruas, não é

percebido como um veículo comum, mas como um suporte material transfigurado. Como relata Maria Cleide:

> "Quando eu entro do carro de som e pego o microfone eu me sinto um arauto. Um arauto. Um anúncio, anunciando a festa da Santíssima Trindade, anunciando que o tempo da graça chegou. É o nosso hosana, é o nosso agradecimento, é tudo que a Santíssima Trindade faz por nós. Eu me sinto assim, anunciando, o arauto, anunciando que o tempo da graça chegou" (Maria Cleide Tenório, 2026).

O interesse dos devotos concentra-se na "aparência" sagrada que o som projeta sobre o bairro, que também marca a ruptura do "tempo comum" para o "tempo do sagrado". E essa prática de fé entre os indivíduos envolvidos no rito, é manifestada de forma pública ao saírem pelas ruas de Petrópolis anunciando os festejos da Santíssima Trindade em Manaus.

O carro também opera como veículo folkcomunicacional, nos termos de Beltrão, por ser utilizado por meio de uma comunicação direta e artesanal, mediada por Maria Cleide Tenório, que expressa sua devoção à Santíssima Trindade e convida a vizinhança, os conhecidos e pessoas estranhas ao festejo para se reunirem em uma manifestação religiosa popular que atravessa o cotidiano dos moradores do bairro.

Com duração média de 1h, a Alvorada Festiva inicia na rua Álvaro Bandeira de Melo, na área externa da Igreja Santa Catarina de Sena, segue outras ruas adjacentes da localidade, e tem como sonoridade além da voz de Maria Cleide, uma canção em *background*, intitulada "Ó Trindade", hino da campanha da Fraternidade de 1989, utilizada de forma temática nos festejos em Manaus.

6. A liderança de Maria Cleide Tenório e o pertencimento

Como maestrina dessa manifestação, que é a Alvorada Festiva, Maria Cleide se enquadra como uma líder de opinião ou agente folkcomunicadora, que segundo Beltrão (1980), traduz e codifica a mensagem para a comunidade, e através de sua voz e da tecnologia

sonora gera pertencimento. Sobre esse papel de mediadora, ela afirma:

> "Nós aprendemos na nossa comunidade, que Deus nos chama pelo nome, e o senhor olhar nos nossos olhos. E é isso que eu sinto, é a intimidade, quando a gente se ajoelha aos pés da Santíssima Trindade pra beijar sua fita, pra beijar o pombo que é o Espírito Santo. Então é isso que eu vejo, chamar pelo nome. Nosso nome está na palma de Jesus" (Maria Cleide Tenório, 2026).

A fala da liderança evidencia a essência do agente folkcomunicador, que tem a capacidade de transformar uma mensagem institucional no caso, o dogma religioso, em uma linguagem de proximidade e afeto. E ao evocar a "intimidade" e o "chamar pelo nome", Maria Cleide Tenório humaniza o processo comunicativo, utilizando sua liderança para converter o anúncio sonoro em um laço de reconhecimento mútuo que fundamenta o sentimento de pertença do grupo.

Nesse sentido, a liderança também é um "vetor mitológico" (Loureiro, 1995), pois através de sua performance comunicacional, ela explica o festejo à comunidade e "encobre" a realidade comum do bairro, inserindo os moradores no sistema simbólico da Santíssima Trindade.

A Alvorada Festiva mediada por Maria Cleide Tenório também gera emoção e união no bairro, estabelecendo um estado de devaneio poético que interliga os seres sob um estado intemporal de poesia. Esta manifestação, ao repetir ritos tradicionais com tecnologias atuais, reorganiza a "memória estética" de Petrópolis. Ou seja, situa o morador em sua história (passado) através da experiência viva do festejo atual (presente). A própria liderança destaca esse renascer cíclico como "algo novo":

> "Isso me remete ao Salmo 29, versículo 6, que a gente pode chorar uma noite inteira, com as tribulações, com as doenças, com as dores, mas a gente tem a certeza que o amanhecer será diferente, porque o senhor faz um sol para todos, e os seus raios alcança todos, mesmo onde nós não podemos ir. É o novo, é o tempo da graça, e o tempo da graça é agora. É o kairós" (Maria Cleide Tenório, 2026).

A percepção da líder sobre um novo amanhecer e o "Kairós" materializa precisamente o conceito de "tempo-instante" de Paes Loureiro (1995). Para o autor, o rito não é uma repetição cronológica, mas um permanente renascer de um tempo original que suspende a rotina profana do bairro para instaurar um tempo de graça e poética. Ao associar a Alvorada a esse tempo da oportunidade (Kairós), a performance de Maria Cleide valida a função estética como governante do cotidiano, onde a esperança e o sagrado reorganizam a experiência vivida dos moradores de Petrópolis.

7. A mobilização dos devotos e a experiência sensorial

A Alvorada Festiva exerce um efeito de convocação entre os moradores, como um detalhe significante, pois no momento em que ocorre, a dominante estética faz com que a voz no microfone e a música isolem-se da rotina e passem a ocupar a "totalidade" da atenção do bairro, tornando-se o elemento estruturante daquele dia. O som alto, as cores e a movimentação da carreata são a via pela qual o devoto percebe e reconhece a sua própria cultura através de uma experiência sensorial essencial à vida amazônica.

Segundo Maria Cleide:

> "É uma sensação do dever cumprido, desses 40 anos de missão aqui em Manaus, da Santíssima Trindade, essa festa vê as pessoas abrindo as janelas, vê as pessoas cantando, animando, arrumando a sua casa, o que me remete a Santíssima Trindade que ela é amada, porque ninguém abre a porta a qualquer pessoa. Se a pessoa abre a porta, o que que tá passando, já tá esperando a Santíssima Trindade. A Alvorada da Santíssima Trindade passar, porque ela quer vê, ela se sente amada, ela se sente querida. Essa é a sensação que eu tenho, e o dever cumprido, de que a Santíssima Trindade pode ser amada por todos" (Maria Cleide Tenório, 2026).

A narrativa da líder sobre o ato de abrir as janelas e portas revela a eficácia da dominante estética em suspender a resistência do cotidiano urbano para instaurar o acolhimento do sagrado. Para Loureiro (1995), esse gesto de abertura não é meramente físico, mas

simbólico, pois trata-se da totalidade da atenção voltada ao rito, onde o morador deixa de ser um observador passivo para se tornar parte da performance. Ao afirmar que "ninguém abre a porta a qualquer pessoa", Maria Cleide confirma que a Alvorada Festiva opera uma transfiguração no bairro, convertendo a rua em um espaço de intimidade coletiva onde o reconhecimento da própria cultura se dá pelo maravilhamento e pela experiência sensorial da presença da Santíssima Trindade.

Diante do exposto sobre o processo comunicacional da Alvorada Festiva, temos o Quadro 1:

Quadro 1 – Fluxo da Alvorada como Sistema Folk

Fonte	O festejo da Santíssima Trindade
Líder Folk (Vetor Mitológico)	Maria Cleide (decodifica a mensagem)
Canal Folk (Veículo Transfigurado)	Carro de Som + Música (Estetização da técnica)
Audiência (Devotos)	Recebem a mensagem através do "Devaneio Poético" e da experiência sensorial.

Fonte: Elaborado por Gabriel Ferreira

8. Considerações finais

A Alvorada Festiva da Santíssima Trindade enquanto manifestação pública não se restringe a um simples anúncio de abertura de festejos, mas constitui-se como um processo folkcomunicacional da identidade comunitária e pertencimento no bairro de Petrópolis, em Manaus. Através deste rito, a comunicação popular demonstra sua resiliência e capacidade de re-significar a modernidade técnica, ao provar que, no contexto urbano amazônico, a tecnologia não anula a tradição; ao contrário, potencializa ao ser absorvida pela sensibilidade regional.

Diante desse contexto, o carro de som e a liderança de Maria Cleide Tenório operam como mediações fundamentais. A voz que ecoa pelas ruas funciona como a tradução de um saber local que

desafia a frieza das comunicações digitais instantâneas, instaurando o que Paes Loureiro (1995) denomina de tempo-instante. Esse rito promove o permanente renascer de um tempo original, ao unir os fragmentos do espaço urbano em um momento sagrado de comunhão coletiva que situa o morador em sua própria história através da experiência sensorial, de ver e ouvir.

Além disso, a eficácia deste rito reside na sua capacidade de transfiguração. Isso significa que o objeto técnico, ao ser impregnado pela viscosidade do imaginário, deixa de ser apenas um aparato de amplificação para tornar-se um suporte da fé e um vetor mitológico capaz de encobrir a realidade comum do bairro, inserindo-o em uma dominante estética. É essa poética em ação que garante que o "jornalismo popular" do sagrado continue a exercer seu efeito de convocação, transformando a rua em um anfiteatro itinerante onde a notícia é a própria celebração.

Por fim, cabe retomar a sensível analogia de Paes Loureiro (1995) sobre a comunicação nas águas: assim como os ribeirinhos acendem luzes e emitem melopéias para guiar navegantes na escuridão dos rios, a Alvorada Festiva "acende" a fé nas ruas de Manaus. Trata-se, portanto, de um diálogo que rompe a solidão da metrópole e cria uma corrente de afetividade entre os devotos.

A Alvorada é o que Loureiro (1995) chama de luz que se torna palavra ardente. É um ato de resistência folkcomunicacional sobrevivente através de uma estética do encantamento, onde reafirma a fé e a comunicação, e quando fundidas no imaginário amazônico, são capazes de manter viva a alma coletiva diante de qualquer hegemonia técnica.

Referências

BACHELARD, G. **A Poética do Espaço**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BELTRÃO, L. **Folkcomunicação**: teoria e metodologia. São Bernardo do Campo: Umesp, 2004.

BELTRÃO, L. **Folkcomunicação**: a cultura dos marginalizados. São Paulo: Cortez. 1980.

BRAGA, S. I. G. *Festas religiosas e populares na Amazônia. In.: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.* **Anais...** *Coimbra, Portugal.* 2004.

DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo, Martins Fontes, pp. 1-551. 2001.

GOFFMAN, E. **Estigma**. Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan S.A., pp. 1-158. 1988.

LOUREIRO, J. de J. P. **Cultura amazônica**: uma poética do imaginário. Belém: Cejup, 1995.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

MELO, J. M. de. **Mídia e cultura popular**: história, taxionomia e metodologia da folkcomunicação. São Paulo: Paulus, 2008.

Entrevista oral

TENÓRIO, M. C. **Entrevista concedida a Gabriel Ferreira**. Manaus, abril de 2026.

ENCANTARIAS E ALGORITMOS: um ensaio sobre dança, comunicação e identidade na formação docente Amazônica

Kelson Nunes da Silva[1]
Ítala Clay de Oliveira Freitas
Amanda Pinto[2]

1. Introdução

Este ensaio propõe reflexões sobre o ambiente acadêmico na formação de pesquisadores, professores e artistas no curso de Dança da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). É nesse espaço amazônico que se constitui um ecossistema comunicacional artístico singular, o qual não se limita ao tecnicismo, mas se firma como um território formativo de resistência e produção de saberes transdisciplinares, preparando discentes críticos para o fazer artístico-educacional.

Nesse cenário, a formação transcende a técnica ao fundamentar-se no conceito de corpomídia, no qual o corpo do discente não é um mero receptáculo de passos, mas um veículo dinâmico de comunicação que processa e transforma informações em movimento carregado de sentido. Essa construção dialoga com a perspectiva da antropofagia cultural, permitindo que o artista-docente amazônico devore criticamente os repertórios globais e as técnicas que vem de fora para degluti-las sob a ótica de seus próprios saberes ancestrais. Assim, o repertório corporal constitui-se como um arquivo vivo e político, no qual a ciência acadêmica e os saberes tradicionais se friccionam, garantindo que a produção de conhecimento em dança seja, primordialmente, uma afirmação da identidade territorial frente às hegemonias estéticas.

O discente é compreendido como um 'Corpomídia' - em constante processo construtivo (Katz; Greiner,2005). Nesse sentido,

1 Universidade Federal do Amazonas.(UFAM)
2 Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

entende-se que o corpo que dança não apenas reproduz movimentos, mas processa e modifica toda informação que o atravessa. Essa transformação é mediada por fatores ecossistêmicos — como a localidade, a ancestralidade e o repertório construído desde a primeira aula de dança da vida até o presente como discente do curso de dança — convertendo a vivência amazônica em um repertório único.

Contudo, em meio a esse cruzamento entre a corporeidade e o fazer institucionalizado, emergem novas mediações: o ambiente acadêmico, historicamente soberano na formação, passa a coabitar com fluxos informacionais digitais. Nele, a subjetividade do artista em formação é tensionada por atores não-humanos (algoritmos do Instagram) que, mediados pelas telas e *feeds* que invadem o cotidiano do estúdio, reconfiguram a percepção e a atuação no território físico. Esse estúdio-mundo torna-se, então, o palco de uma disputa estética entre o pixel e o gesto.

2. Movimentos Metafóricos e Devorações: A Corporeidade Amazônica no Ecossistema Midiático.

No entrelaçar desta linha reflexiva, cruzamos a temática sobre corpo como território de informação, na teoria Ator Rede de Latour (2012) e na economia psíquica da subjetividade de Bruno, Bentes e Faltay (2019), nesse percurso de abordagem temática, a rede social Instagram[3] se constitui como seu corpus e participam de forma direta na construção de repertórios e identidade no ecossistema comunicacional dos discentes da universidade.

Antes de tudo precisamos compreender que o corpo como território de informação vem apoiando-se nos conceitos de Corpomídia (Katz;Greiner, 2005). Este conceito constitui-se no entendimento de que o corpo não é um objeto passivo, mas um sistema vivo de comunicação que se co-constrói com o ambiente. Ele é, ao mesmo tempo, o meio que recebe a informação e a própria mensagem que é produ-

3 Acreditamos que todas as redes sociais movidas por algoritmos são capazes de moldar e modular o pensamento humano, as mesmas são capazes de contribuir como atores não humanos nos ecossistemas comunicacionais educativos dos discentes amazônicos, porem para fins de delimitação, utilizaremos o Instagram como recurso de investigação deste ensaio.

zida. Entende-se assim que o discente amazônico[4] não apenas recebe informações, mas ele processa e as transforma em "movimento metafórico". Conforme Greiner (2015), a dança constitui-se como um campo epistemológico no qual o corpo, ao operar por meio dessa metáfora em movimento, representa conceitos e elabora novos significados no tempo-espaço. Esse processo de conhecimento permite que o artista-docente em formação ressignifique as proposições técnicas e estéticas, construindo um repertório corporal que anuncia novas possibilidades sensíveis diante da realidade que o cerca.

Sob essa ótica, o ato de dançar na Amazônia contemporânea configura-se como um exercício de alteridade pois o discente não é um receptáculo passivo das tendências de movimento que emanam das telas, mas um tradutor cultural. Neste contexto, a tradução é um ato criativo de mediação: o Corpomídia processa a informação algorítmica e a mescla com os saberes das encantarias e as memórias locais. Traduzir, aqui, significa submeter o padrão global à lógica do corpo territorializado, transformando a informação viral em um discurso identitário que resiste à homogeneização estética das plataformas.

Os estudos das ciências cognitivas há algum tempo vem quebrando o pensamento filosófico de Descartes, que consolidava-se na ideia de que existe uma essência humana localizada em uma mente separada do corpo. Compõe-se nesse intento o conceito de corpomídia, ao negar a visão de que o corpo é uma ferramenta ou uma máquina, pois conforme suas autoras, "A herança desse modo de pensar, o dualismo, é o que sustenta que não somos incorporados, mas possuidores de um corpo, uma substância estendida (res extensa) sobre a qual uma outra substância, a mente, manda e desmanda." (Greiner; Katz, 2001, p. 2).

Nesse contexto, o Corpomídia, de Katz e Greiner (2005), redefine seu papel na educação em contexto midiático. A dança configura-se como um veículo nativo de comunicação, uma tecnologia corporal complexa cuja ontologia[5] é midiática, permitindo-lhe dia-

4 Empregamos este termo para nos referir especificamente aos acadêmicos do curso de Dança da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), visto ser esta, atualmente, a única Instituição de Ensino Superior (IES) com tal oferta no estado, configurando-se como o principal polo de formação docente na região.

5 Este termo ontologia refere-se ao estudo da natureza do ser e da existência da dança. Ao afirmar que sua ontologia é midiática, argumenta-se que a essência da dança não reside apenas no

logar em paridade com outras mídias. Como Corpomídia, o corpo discente amazônico que dança torna-se produtor ativo de signos e narrativas, promovendo uma aprendizagem embasada e crítica, a depender da mediação pedagógica. Esta prática pode reinserir a experiência sensorial e a autoria física no cerne do processo educacional, mesmo frequentemente dominado pelo virtual, e posiciona a dança como eixo central para uma alfabetização midiática multidimensional. Ela opera tanto como linguagem primária quanto como ferramenta de interpretação crítica das mensagens midiáticas, articulando-se de forma integrada ao ecossistema midiático.

Partindo então do pressuposto de que a dança é uma mídia, um meio de comunicação, e nenhum movimento que recebe, mesmo que copiado, o perpassa sem ser modificado, entende-se que:

> "[...] é no corpo que se organizam, em primeira instância, os processos que transformam a informação em comunicação. Sua ação se estabelece pela conexão simultânea de sua própria organização, ou seja, seu estado de corpo-físico também é modificado." (Bittencourt; Setenta, 2005, p. 1).

Essa modificação do estado do corpo-físico, mencionada por Bittencourt e Setenta (2005), não ocorre de forma isolada no organismo, mas está intrinsecamente ligada à maneira como o sujeito lida com as influências externas. Se o corpo se altera ao processar informação em comunicação, essa transformação pode ser lida como um processo de digestão cultural. Processo que pode ser lido à luz de uma antropofagia cultural, e do termo devorações, pois se o antropófago devora, ele precisa digerir. A "digestão cultural" citada é como se fosse o processo metabólico do Corpomídia.

3. Antropofagia e Devoração Digital: A Transfiguração do Olhar Global

Para compreender como o bailarino amazonense lida com esse fluxo constante de referências globais sem anular sua própria

movimento físico isolado, mas na sua capacidade intrínseca de ser meio, suporte e mensagem (corpomídia). É a compreensão da dança como um fenômeno que existe, fundamentalmente, por meio da mediação e da produção de sentidos

raiz, é necessário evocar uma das estratégias de resistência intelectual mais potentes da história brasileira: a Antropofagia. Assim nos apoiamos no conceito Oswaldiano de Antropofagia cultural que, em seu manifesto de 1928, afirma: "Só me interessa o que não é meu. Lei do homem. Lei do antropófago." No conceito, justifica-se que o interesse pelo "estrangeiro" (o que não é meu) é o ponto de partida para a criação de uma identidade própria através da "devoração", na qual indivíduos de uma certa localidade, devoram cultura estrangeira, a fim de construir uma cultura/arte local autêntica.

A Antropofagia não se constitui como uma submissão ao modelo estrangeiro, mas uma 'transfiguração' dele: a devoração crítica do legado cultural universal, elaborada a partir da perspectiva local. Haroldo de Campos (2006) explica exatamente que o ato de devorar serve para construir a autenticidade local, e não para copiar o exterior.

> A 'antropofagia' oswaldiana [...] é o pensamento da devoração crítica do legado cultural universal, elaborado não a partir da perspectiva submissa e reconciliada do 'bom selvagem' [...] mas segundo o ponto de vista desabusado do 'mau selvagem', devorador de brancos, antropófago. Ela não envolve uma submissão, mas uma transculturação. (Campos 2006, p. 234.)

Nessa perspectiva antropofágica, o corpo amazônico "devora" a cultura global para não ser engolido por ela. Não se trata meramente de um olhar sobre o colonialismo, mas de compreender que esse processo é inerente à construção da identidade. Afinal, ainda que o sujeito busque uma identidade própria, as intervenções externas são fundamentais para a sua estruturação interna.

A partir desta ponte, traremos reflexões sobre o ecossistema comunicacional educacional, analisando como as intervenções de atores não humanos atuam como agentes de curadoria pedagógica invisíveis, isto é, os algoritmos de recomendação de plataformas como o Instagram passam a selecionar, de forma opaca, quais estéticas, corpos e técnicas de dança devem ser consumidos e replicados. Um exemplo disso ocorre quando o *feed* privilegia coreografias virais de curta duração em detrimento de processos de pesquisa regional, ou quando a métrica de engajamento dita quais referências

visuais o discente deve adotar para ser 'visto', moldando silenciosamente seu repertório e tornando o ambiente formativo um espaço difuso e influente na construção da identidade amazônica.

4. Para além das Paredes do Estúdio: Conectividade e Saberes Descentrados

Na educação contemporânea vivenciamos uma educação envolta de pluralidade de informações que são geridas por meio de um ecossistema comunicacional educativo, onde a interação entre humanos, ambiente e tecnologia é vista como flexível e propícia para novas conexões, indicando que os aspectos biológicos, psicológicos, sociais, ambientais e tecnológicos estão interconectados gerando assim uma visão transdisciplinar no processo de aprendizagem.

Freitas e Lopes (2016) apresentam Ecossistemas Comunicacionais como um conceito interdisciplinar e transdisciplinar que une Comunicação e Arte, reformulando os aspectos já conhecidos deste ecossistema. Para este ensaio, tal perspectiva é fundamental, pois permite investigar como as interferências na construção da identidade docente e artística no curso de Dança ocorrem justamente dentro dessa complexa rede de interações.

O processo de aprendizagem, tecido pela interação entre atores humanos e não humanos, pode ser compreendido à luz das reflexões de Martín-Barbero (2002). O autor enfatiza a urgência de repensar a relação entre educação e comunicação, distanciando-a de uma visão puramente instrumental. Sob essa perspectiva, entende-se que a inovação pedagógica não se resume à inserção de dispositivos tecnológicos no cotidiano escolar — como a simples entrega de um tablet ao discente. Para Martín-Barbero, a comunicação transcende o aparato técnico,pois ela constitui-se como um processo cultural denso, no qual as mediações e as subjetividades redefinem a forma como o conhecimento é produzido e partilhado.

O que importa não é o "meio" (o Instagram), mas as mediações (como o aluno de Manaus ressignifica o que vê no Instagram). A inserção da educação nos complexos processos de comunicação da sociedade atual implica a consideração do ecossistema comunicativo como um entorno educacional difuso e descentrado.

Este ecossistema, que consiste em uma mescla de linguagens e saberes que circulam por diversos dispositivos midiáticos, está intrinsecamente interconectado, mas também é descentrado em relação aos dois centros tradicionais do sistema educacional: a escola e o livro. Esta perspectiva reforça a relevância dos ecossistemas comunicacionais na formação educacional contemporânea, destacando a importância de práticas comunicativas que permitam a interação ativa e a aquisição de conhecimento. Sob essa ótica o saber não é adquirido de maneira passiva, mas exige uma postura curiosa e questionadora que impele o indivíduo a observar o mundo – e suas mídias – com criticidade.

Neste contexto amazônico, o ambiente de aprendizagem extrapola as orientações docentes e a estrutura acadêmica física. Adicionam-se a esse processo agências invisíveis: o termo 'difuso' revela que o estúdio da UEA não possui fronteiras rígidas, coexistindo em simbiose com o *feed* do Instagram. Essa simbiose manifesta-se no cotidiano quando o intervalo entre as sequências coreográficas é preenchido pela consulta imediata às telas, ou quando a busca por uma referência técnica no YouTube sobrepõe-se à percepção cinestésica do próprio corpo no espaço. O discente habita, portanto, um ecossistema onde o repertório territorial é constantemente atravessado por informações que circulam 24 horas por dia através de dispositivos móveis. Isso significa que a formação da identidade artística não ocorre mais em um vácuo geográfico, mas em uma zona de tensão onde o corpo-território amazônico é desafiado a todo instante pela estética-fluxo do algoritmo.

5. Diário e relatos de um coreógrafo 'enjazzulado': entre as encantarias da realidade e o digital.

Neste ponto, abriremos um interstício reflexivo para situar o lugar de fala e escuta que fundamenta este ensaio. Corria o ano de 2019, meados de outubro; o Projeto de Extensão em Jazz na Contemporaneidade, da Escola Superior de Artes e Turismo da Universidade do Estado do Amazonas (ESAT/UEA), iniciava o processo de construção do espetáculo intitulado SETMA.

O título, resultado de um jogo linguístico, operava como uma homofonia para a Sétima Arte (o Cinema), ao mesmo tempo em que

carregava em seu acrônimo as camadas que pretendíamos investigar: Sistemas e Sons; Estudo de Épocas; Tecnologia, Tempo e Transição; Movimento, Magia e Momento; e a Arte entre o Antes e o Agora. A proposta era, conforme define o *release* da obra, apresentar "a sistemática e o estudo da tecnologia e do movimento, e sua transição no tempo". Ao evocar a "SETMA arte", o projeto já prenunciava que o corpo do bailarino não é dissociado da imagem; ele é, em si, um produtor de visualidades.

Naquele momento, contudo, não tínhamos dimensão de que a própria "tecnologia" e o "tempo" de nossa pesquisa seriam tragicamente acelerados pela pandemia da COVID-19. Com a chegada de 2020, o impacto global nos impôs uma ruptura. Como pesquisadores da dança, fomos desafiados a reinventar nossos métodos. O que no SETMA era uma investigação artística sobre a evolução da imagem — desde as pinturas rupestres até a popularização dos vídeos caseiros — tornou-se, subitamente, nossa única forma de existência pedagógica. As telas e redes deixaram de ser objeto de estudo para se tornarem o nosso "ecossistema" obrigatório.

Substituímos as aulas presenciais por sessões de corporeidade e composição, buscando uma coreografia descentralizada, o foco recaía sobre o intérprete-criador[6]. Ironicamente, o espetáculo já previa discutir como, desde os irmãos Lumière em 1895, a imagem em movimento molda a percepção humana. Mas foi nos bastidores digitais dessa adaptação pandêmica que observamos um fenômeno novo: o algoritmo do Instagram começou a atuar como um "coreógrafo invisível" na vida dos discentes amazônicos.

Identificamos dois pontos de influência que alteraram profundamente a construção identitária desses jovens artistas:

a. A Modulação Estética do Corpo: Notamos uma crescente comparação dos alunos com padrões de corpos exibidos por influencers digitais. Em grupos de mensagens, circulavam dietas e treinos técnicos que ignoravam as particularidades – apenas para nível de percepção, este ponto não é o foco deste ensaio – biotípicas e regio-

6 Na dança contemporânea muito se aplica a figura do intérprete-criador, um articulador de várias linhas de pensamento e práticas corporais que cria sua assinatura própria nas relações da dança com outras áreas do conhecimento ou a partir do seu repertório de dança construído em suas vivências nas múltiplas linguagens da dança. Seu processo criativo e investigativo se dá em seu próprio corpo, na busca por novas possibilidades de movimento, tonicidade e dramaturgia corporal.

nais do corpo amazônico, buscando uma "forma ideal" filtrada pelas telas.

b. A Construção de Repertórios "Trendificados": Mesmo em propostas de Jazz Contemporâneo, os relatórios em vídeo entregues pelos alunos revelavam a presença constante de movimentos oriundos de '*trends*' virais. A curadoria algorítmica do *feed* estava, silenciosamente, definindo o que era "belo" ou "executável", tencionando a autoria física e os repertórios territoriais de cada um.

Ao perceber que este momento pandêmico tinha despertado um olhar fenomenológico na forma como o '*feed*' estava possuindo total influência no processo de construção corporal identitária dos discentes, criamos um projeto secundário dentro do processo SETMA que a priori seria uma cena, porém virou um projeto de vídeo dança e pesquisa que se desmembrou e intitulamos de "Enjazzulados[7]", foi uma forma de observar mais ainda como o isolamento social estava motivando suas produções cênicas em meio a esse novo *boom* de inserção das mídias digitais em seus processos pedagógicos. Em nossas discussões pós exercícios propostos nos laboratórios de produção coreográfica, conversávamos como estávamos cada vez mais conectados às redes sociais, e ao mesmo tempo isolados do mundo,e como isso nos alimentava corporalmente, visto que estávamos sem as salas de aula com barras, espelhos e linóleo (o estúdio).

Essa inquietude foi o motivador deste ensaio. Ao percebermos que o ambiente educacional da dança estava sendo modulado por fluxos comunicacionais globais, tornou-se urgente mergulhar em autores da comunicação e na Teoria Ator-Rede. Precisávamos entender como esses "actantes não-humanos" (os algoritmos) estavam renegociando as identidades de futuros professores de dança na Amazônia, transformando a "magia e o momento" da SETMA arte em uma complexa rede de mediações digitais.

---

7 O espetáculo **Enjazzulados (2020)** configura-se como uma videodança-ensaio emergida no contexto do isolamento social, cujo título metaforiza a experiência de dançar jazz dentro de uma "jaula" doméstica e digital. A obra subverte a técnica de *isolation* de Jack Cole — tradicionalmente focada na segmentação motora — para uma investigação fenomenológica do corpo confinado, utilizando *smartphones* como dispositivos de mediação. O projeto investiga a "compressão reversa" do movimento, onde o espaço restrito da casa e a influência estética das *trends* de redes sociais reconfiguram a autoria do intérprete-criador frente à onipresença das telas.

6. Actantes Não-Humanos e a Síncope das Encantarias: Tensões entre o Algoritmo e o Território

Ao olharmos todo o contexto construído até aqui percebemos que a sala de aula mediada pelos ambientes teóricos e práticos se transformam em ambientes de aprendizagem diversificados desse ecossistema onde estão cada vez mais difusos e descentralizados do tradicionalismo, defendemos a Teoria Ator-Rede (TAR) de Bruno Latour, que nos traz a ótica de deslocamento do olhar exclusivo do ser humano para os atores não humanos como um agente participante no processo formativo pedagógico.

Acreditamos que o algoritmo do Instagram faz total diferença na forma como o discente amazônico negocia suas pesquisas e influencias, tornando-o um ator não humano pleno da rede entre o estúdio e o *feed* e deixa de ser visto como um acessório técnico nesse processo.

> ...se insistirmos na decisão de partir das controvérsias sobre atores e atos, qualquer coisa que modifique uma situação fazendo diferença é um ator - ou, caso ainda não tenha figuração, um actante. Portanto, nossas perguntas em relação a um agente são simplesmente estas: ele faz diferença no curso da ação de outro agente ou não? (Latour 2012, p. 108)

A partir dessa premissa, o algoritmo assume o papel de um curador pedagógico invisível. Ele não apenas entrega dados, mas estabelece uma hierarquia de visibilidade: ao priorizar, por exemplo, dez vídeos de vertentes do Jazz de Nova York em detrimento de uma produção de dança contemporânea feita no Amazonas o algoritmo ensina uma estética de prestígio. Essa pedagogia silenciosa molda o olhar do discente, fazendo com que o actante-algorítmico dite o que é atual e relevante, renegociando os outros atores desse ecossistema e competindo diretamente com as orientações da sala de aula e a ancestralidade corporal. Dessa forma, a subjetividade do discente não é um núcleo isolado, mas, como aponta Latour (2012, p. 307), algo a que 'só pertence o que lhe foi dado', sendo o algoritmo o principal doador dos novos repertórios gestuais.

Na Amazônia, existe o conflito entre o que o meio digital midiático entrega ao usuário e a preservação da memória e cultura

local. Entramos em um desafio, onde as influências midiáticas tornam-se métricas de sucesso ou contemporaneidade para o discente amazônico.

Nesta fricção entre o local e o global, observamos o fenômeno de uma "Síncope das Encantarias". Propomos o uso deste termo como uma metáfora teórica para ilustrar a resistência política de corpos que, embora atravessados pelo digital, mantêm sua autoria física através de um tempo-espaço próprio, típico das subjetividades amazônicas. A síncope, aqui, extrapola o deslocamento rítmico musical — presente no Beiradão, na Ciranda e no Boi-Bumbá — para tornar-se uma postura corporal: é o tempo 'quebrado' que desafia a linearidade produtiva do algoritmo. Aliada a ela, a encantaria convoca o conjunto de saberes e mitologias do imaginário regional, operando como uma 'contra-curadoria' sensível. Enquanto o fluxo algorítmico impõe uma aceleração efêmera e uma estética de consumo, a síncope das encantarias reivindica o tempo orgânico e a rítmica dos saberes territoriais, permitindo que o discente negocie sua autoria física sem sucumbir à homogeneização das telas

O discente, em sua formação, vê-se no desafio de não permitir que o fluxo contínuo do *feed* anule a pausa e o balanço singular de sua identidade amazônica. Esse actante-algorítmico renegocia os outros atores desse ecossistema competindo com as orientações da sala de aula e a ancestralidade corporal.

7. Economia Psíquica e Subjetivação: O Laboratório-Mundo Digital

A influência das redes sociais sobre o discente amazônico extrapola o movimento físico, atingindo o que Bruno, Bentes e Faltay (2019) denominam como economia psíquica dos algoritmos. Trata-se de um investimento que utiliza processos algorítmicos de captura, análise e uso de informações psíquicas e emocionais extraídas de nossos dados. Para o estudante de dança na Amazônia, o estúdio deixa de ser um espaço isolado e passa a integrar um "laboratório-mundo", onde as fronteiras entre a prática pedagógica e a vida subjetiva tornam-se "extremamente tênues". Assim os autores destacam:

> Estamos diante de um laboratório-mundo ou de uma ciência de plataformas [...] em que uma complexa e crescente economia psíquica e emocional nutre algoritmos que pretendem nos conhecer melhor do que nós mesmos, além de fazer previsões e intervenções sobre nossas emoções e condutas". (Bruno, Bentes e Faltay. 2019. p.11)

Nesse cenário, o *feed* propõe uma dieta sensorial de gratificação instantânea que modula o desejo. A subjetividade do aluno é capturada por um saber preditivo que define "alvos específicos [...] para influenciar, de forma personalizada e em tempo real, o comportamento dos usuários" (Bruno, Bentes e Faltay. 2019. Pág.10). O paradoxo é evidente: enquanto esse corpomente busca resistência nas encantarias e nos saberes territoriais, ele é simultaneamente minerado por fluxos algorítmicos que tentam homogeneizar sua existência. Não há separação entre o corpo que dança e o pensamento que processa; o que ocorre é uma negociação constante de informações em diversas modulações. O desafio da formação docente na Amazônia, portanto, é compreender essas táticas de subjetivação para que o corpomídia não seja reduzido a um objeto de processamento de dados, mas reafirme sua potência como autor de sua própria coreografia e identidade.

8. Considerações Finais

Mediante todo esse entrelaçar teórico conseguimos refletir acerca de algumas diversidades e possibilidades que as redes sociais passam a provocar no mundo acadêmico. O ambiente do estúdio de dança não é mais um espaço sagrado isolado. O que antes víamos apenas como o entorno da sala (barras, sapatilhas, piso de linóleo) hoje se expande como actantes não humanos do processo de aprendizagem. Estamos cada vez mais interconectados com a tecnologia e suas formas de uso – tanto para pesquisa, quanto para modulação de pontos de vista e comportamentos – fortalecendo de forma ecossistêmica a construção de identidades e saberes do discente amazônico.

Existiu uma época em que os bailarinos iam para suas aulas e ensaios e sua única ferramenta de captura de imagens era a memória. Não existia recursos para gravar e filmar os registros, logo a tro-

ca dessas informações era exclusivamente corporal. Com a chegada dos dispositivos móveis, esse exercício corporal ficou dividido entre o *feed* e o estúdio, pois além de registrarmos colocamos nas redes; e essa circulação permite um intercâmbio entre artistas de todo o mundo, no qual o que enviamos também nos é entregue, permitindo fazer análises e construções a partir do que nos é enviado pelo dispositivo móvel.

Sendo assim, esse espaço sagrado do estúdio deixou o isolamento e ganhou a interconectividade. O que apresentamos neste referencial como antropofagia sob essa ótica está muito relacionado ao fato de que este discente não apenas consome o que o Instagram lhe entrega, mas o devora a fim de produzir uma digestão cultural. Trata-se de uma ação inconsciente de construir uma identidade Amazônica sem que se interfira na sua ancestralidade cultural e repertórios construídos em sua jornada acadêmica.

Nesse caminho traçamos dois rios em correntezas distintas, por um lado estamos descendo as correntes reflexivas de Latour nas quais acreditamos que o algoritmo do Instagram não é só uma ferramenta, mas um "professor invisível" que com suas encantarias virtuais acelera os processos de aprendizagem e contribui no campo ecossistêmico educacional desse Território Amazônico de saberes – a universidade. Pelo outro lado da correnteza distinta chegamos no conceito da "Síncope das Encantarias" - que representa a imprevisibilidade, já que temos a noção que o algoritmo é binário: exato e repetitivo (linear). A síncope é o erro humano e cultural - entendido aqui não como falha técnica, mas como a imprevisibilidade humano-cultural que escapa à codificação algorítmica a qual não consegue prever. É quando o discente amazônica dança algo que não está no "*script*" do *feed*, essa quebra que entendemos na qual ocorre a digestão cultural das tais devorações.

Sendo assim, afirma-se que a corporeidade amazônica é regida pela síncope: um conjunto de saberes invisíveis, identitários e sensíveis que habitam o imaginário e os repertórios corporais do discente. Essa síncope constitui uma barreira de resistência estética contra a hegemonia da métrica e a 'ditadura do clique'. Enquanto o curador algorítmico busca a uniformização, a simetria e a previsibilidade do que é viral — características que visam transformar a dan-

ça em um produto de consumo rápido e fácil digestão —, a síncope das encantarias manifesta-se como um desvio navegante. Ela impõe corredeiras e quedas que quebram o fluxo linear e acelerado do *feed*, materializando no estúdio o que chamamos de 'erro benéfico'. É nesse momento que ocorre a devoração do movimento global: o discente não apenas repete a imagem da tela, mas a subverte, inserindo nela o peso, o tempo e a poética de seu território, transformando a padronização em criação local amazônica

A síncope, aqui, opera como uma interrupção no fluxo linear do rio algorítmico. Se o *feed* é uma navegação lenta e previsível, o processo criativo do discente funciona como um trecho de corredeiras: uma agitação súbita que reconfigura a força da água. Nesse leito de águas revoltas, o aluno devora a influência digital como quem se nutre da força do próprio rio para subvertê-lo; ele processa essa informação externa através de uma digestão cultural que a transforma em um ritmo autoral e insurgente. Trata-se de uma síncope estética que a opacidade dos algoritmos, limitada à repetição de padrões, jamais seria capaz de prever.

Então chegamos a um embate, o ambiente de estúdio do curso de Dança da Universidade do Estado do Amazonas nunca foi, e nunca será um lugar apenas técnico, é um espaço ontológico. No estudo deste fenômeno temos por um lado a linearidade algorítmica que é previsível, métrica e comercial e por um outro lado essa sincope que é imprevisível, mística e territorial. O corpomídia amazônico ao receber essas informações, processa essa tensão, ele não apenas reproduz o código que lhe é entregue pelo meio digital, mas "*hackeia*" para o mundo real através de toda a sua territorialidade. Essa quebra gera uma expectativa que reside na atuação dessa construção docente: a capacidade de dançar o mundo sem deixar de pisar no próprio chão. Assim vemos que esse estudo não é só sobre "redes sociais", mas sobre a sobrevivência da existência humana e regional frente à toda essa conectividade midiática.

A partir deste ensaio abrimos mais corredeiras nesse navegar de inconclusões, por este momento vemos que a formação do artista docente na Amazônia (ou em qualquer lugar na visão da sua territorialidade) exige o que Paulo Freire (1996) chamaria de uma pedagogia da autonomia em frente às telas. Não se trata de excluir ou

negar os algoritmos do Instagram, mas permitir uma trégua entre a entrega e o diálogo crítico. Assim transformar esse território hibrido entre o estúdio e o *feed* em um espaço de conscientização, trocas e diálogos. O discente amazônico deixa de ser um depósito de tendencias e influencias de uma educação bancaria digital para se se tornar o autor de sua síncope. Colocando esse espaço de aprendizagem que Jesús Martín-Barbero (2002) defendia como difuso e descentralizado, ampliando saberes e agregando os ecossistemas educacionais nos processos comunicativos da educação.

Neste ensaio, investigar esse processo é garantir que a dança continue sendo um meio de comunicação, conhecimento, resistência e, sobretudo, um modo de ser e estar no mundo que respeite o amazônida, suas encantarias (o conjunto de saberes, ancestralidade, identidade, cultura e territorialidade) e sua própria história.

Referências

ANDRADE, Oswald de. **Manifesto Antropófago**. Revista de Antropofagia, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 3-7, maio 1928.

BITTENCOURT, Adriana; SETENTA, Jussara. O corpomídia que dança: processos enunciativos de significação. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult), 1., 2005, Salvador. **Anais [...]**. Salvador: UFBA, 2005. p. 1-6.

BRUNO, Fernanda; BENTES, Ivana; FALTAY, Paulo. Economia psíquica dos algoritmos: democracia, subjetividade e o laboratório-mundo. In: BRUNO, Fernanda *et al.* (orgs.). **Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem**. São Paulo: Boitempo, 2019.

CAMPOS, Haroldo de. **Metalinguagem e outras metas: ensaios de teoria e crítica literária**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

ENJAZZULADOS. **Produção de Pajé Cia de Dança UEA - ESAT**. Manaus: YouTube, 2020. 1 vídeo (minutos). Disponível em: https://youtu.be/Mod-bLLW-1w. Acesso em: 15 mar. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Ítala Clay de Oliveira; LOPES, Rafael de Figueiredo. Comunicação & Arte em perspectiva ecossistêmica e semiótica. PANORAMA, Goiânia, v. 6, p. 88-92, 2016. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/panorama/article/view/5090. Acesso em: 22 fev. 2025.

GREINER, Christine. A dança como estratégia evolutiva da comunicação corporal. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 48–61, 2015. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/14705. Acesso em: 18 fev. 2025.

GREINER, Christine; KATZ, Helena. Corpo e processos de comunicação. **Fronteiras: estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 3, n. 2, p. 73-84, dez. 2001.

KATZ, Helena; GREINER, Christine. Por uma teoria do corpo mídia. In: Greiner, Christine (org.). **O corpo:** pistas para estudos interdisciplinares. São Paulo: Annablume, 2005. p. 125-133.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social:** uma introdução à teoria do ator-rede. Tradução de Gilson César Cardoso de Sousa. Salvador: EDUFBA; Bauru: EDUSC, 2012.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **La educación desde la comunicación**. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2002.

MEMÓRIA E CRIAÇÃO PUBLICITÁRIA: reflexões sobre o cartaz Amazonas Green Jazz Festival 2022

Márcio Alexandre dos Santos Silva[1]
Ítala Clay de Oliveira Freitas[1]
Rafael Sbeghen Hoff[1]

1. Introdução

Este capítulo investiga a influência da memória coletiva no processo de criação publicitária, especialmente na compreensão de como a Amazônia é representada. O objetivo do estudo é analisar como signos da memória coletiva presentes nas práticas e nas escolhas criativas dos publicitários foram incorporados ao cartaz do Amazonas Green Jazz Festival 2022.

O Amazonas Green Jazz Festival é um dos principais festivais de jazz e música instrumental do país. Ele acontece em Manaus, capital do Amazonas, desde 2006 (Carvalho, 2025). O evento é uma realização da Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Governo do Estado do Amazonas. Na oportunidade, a agência Sinestésica Comunicação desenvolveu a comunicação publicitária da edição de 2022 do evento. A agência criou o conceito da campanha e, a partir dele, executou a criação do cartaz, peça relevante e representativa em festivais de música.

A fundamentação teórica articula conceitos de Maurice Halbwachs (2013) sobre memória coletiva, além de estudos sobre mídia e construção da memória social (Antunes, 2017; Ribeiro e Ferreira, 2007; Silverstone, 2005) e o processo criativo publicitário (Carrascoza, 2008; Petit, 2003; Vieira, 1999), destacando a associação de ideias no processo criativo. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa básica e qualitativa, com caráter exploratório, utilizando procedimentos bibliográficos e documentais. O objeto de estudo

1 Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

consiste no cartaz e nos documentos do processo criativo da referida edição do evento. Os resultados revelam que a exuberância da floresta amazônica ainda ocupa um espaço central na memória coletiva. Essa referência à beleza da natureza é rememorada no cartaz do Festival, reforçando o imaginário construído sobre a Amazônia, muito presente em diversos relatos de viajantes europeus que percorreram esse território a partir do século XVI.

2. Memória e criação publicitária

A memória está em tudo. Ela é a substância e a matéria-prima do passado que influencia a expectativa sobre o futuro. Além de tudo isso, a memória é a essência da cultura, pois entrelaça-se com a linguagem (Bruck; Oliveira, 2017).

De acordo com Antunes (2017), os estudos de memória cresceram nas últimas décadas no campo das ciências humanas e sociais. Na comunicação, a memória tem relação com novas abordagens e problematizações, principalmente no que diz respeito à memória coletiva e pública, memória e identidade, história de vida e uso dos arquivos.

Dentre as abordagens citadas, a que nos interessa diz respeito à memória coletiva. Este conceito foi formulado por Maurice Halbwachs, sociólogo francês, para quem a memória coletiva é o meio pelo qual os grupos sociais narram suas histórias, contam suas origens e trajetórias, marcando no tempo pontos que consideram significativos (Antunes, 2017). Para Halbwachs (2013), a memória não possui somente a dimensão individual, já que as memórias do indivíduo não são apenas suas, mas fruto de um conjunto de relações sociais.

O sujeito possui dois tipos de memória: a coletiva e a individual. Esta última resulta da combinação de memórias de grupos que influenciam o indivíduo mediante o convívio social. Ou seja, quando lembramos, nossa memória se baseia também nas lembranças que são construídas e compartilhadas em grupo.

A memória, para Halbwachs, é um processo de reconstrução, de rememoração. Para ele, “cada memória individual é um ponto de

vista sobre a memória coletiva" (Halbwachs, 2013, p. 30). Este ponto de vista é um reflexo da relação que temos com o ambiente social.

A memória individual não é isolada, tendo como referência a memória coletiva. Os dados e as informações externas se relacionam com o sujeito que lembra. Halbwachs (2013, p. 30) explica que "sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas toma emprestado de seu ambiente", a memória individual não funcionaria.

A relação entre memória individual e coletiva se dá através de pontos em comum, ou seja, a partir de referências compartilhadas entre o sujeito e a coletividade, como dito por Halbwachs:

> para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum (Halbwachs, 2013, p. 39).

Destaca-se na relação entre memória e vida social o papel significativo da mídia, pois os meios de comunicação exercem forte influência social, sendo também referência para a memória coletiva. A mídia "filtra e molda realidades cotidianas, por meio de representações singulares e múltiplas, fornecendo critérios, referências para a condução da vida diária, para a produção e a manutenção do senso comum" (Silverstone, 2005, p. 20).

Para Silverstone (2005, p. 234), a mídia é um "instrumento de articulação da memória", porque, além de reproduzir, reformula acontecimentos e imagens através dos meios de comunicação. Seguindo nesse raciocínio, Erthal (2024) afirma que "hoje nos escoramos nas mídias como suporte de memória". Ela considera que a mídia é uma extensão da memória humana, assim como a escrita e o livro.

Nesse sentido, a exploração sistemática de passados coletivos narrados pelos e com os meios de comunicação é definida por Antunes (2017) como memória da mídia. Ele considera que os meios de comunicação são a plataforma, o agente mobilizador e a autoridade cultural da memória coletiva, desempenhando assim um papel determinante na produção de memória.

Os meios de comunicação, ao "mediar a relação dos sujeitos com as transformações do seu cotidiano, produzem no âmbito do senso comum sentidos para os processos históricos nos quais esses sujeitos estão inseridos" (Ribeiro; Ferreira, 2007, p. 7), isto é, a mídia seleciona e indica os fatos que devem ser memoráveis e que serão lembrados no futuro.

A exemplo disso, a imprensa aparece como uma instituição social muito importante, e os jornalistas são vistos quase como historiadores públicos, pois possuem a responsabilidade e o poder de definir a memória coletiva, ou seja, o trabalho que fazem hoje se torna fonte para a história do futuro (Antunes, 2017).

Paralelamente ao jornalismo, a publicidade compartilha o espaço nos meios de comunicação e também atua moldando a memória coletiva ao revisitar o passado e trazer à tona, como nas palavras de Halbwachs, pontos de contato.

Essa busca da publicidade por algo em comum com o público tem como objetivo conectar a marca ao consumidor por meio do reconhecimento e da identificação com a mensagem veiculada.

Para realizar essa conexão, as marcas criam, por meio das mensagens publicitárias, "experiências sensoriais capazes de produzir memória: cores, sons, formas, texturas, sabores, odores, aromas, códigos, símbolos, imagens e aragens" (Erthal, 2024).

No contexto da publicidade, são os profissionais de criação publicitária os responsáveis pelo desenvolvimento das mensagens persuasivas das marcas, produtos e serviços.

Para Vieira (1999), o trabalho criativo na publicidade está na busca por informações e na combinação de dois dados: um é o *briefing*, por meio do qual a agência de publicidade traduz e interpreta a intenção do *marketing* para as pessoas, resultando no conceito de comunicação. O outro tipo de dado são:

> […] as informações acumuladas ao longo da vida – leituras, filmes, debates, observações, vivências [...] –, que vão permitir as diversas associações entre propósitos racionais do briefing e as possibilidades emocionais da mensagem publicitária (Vieira, 1999, p. 18).

Essas informações dizem respeito ao repertório cultural do criativo[2] e na criação isso é fundamental para a construção dos anúncios e campanhas.

O processo de criação publicitária resulta de "uma adaptação de referências culturais, por parte dos criativos, pautada invariavelmente no repertório do público-alvo da mensagem" (Carrascoza, 2008, p. 46).

Ao criar, o publicitário busca na sua memória associações que façam sentido com as referências culturais do consumidor, ou seja, quando lembra, não lembra sozinho, pois suas lembranças são construídas e também compartilhadas socialmente, como nos ensina Halbwachs.

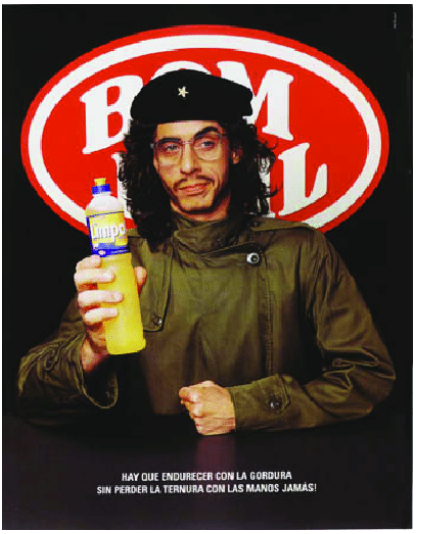
Para se comunicar adequadamente com as pessoas, o publicitário deve criar "mensagens que incluam alguma verdade, alguma alegria e empolgação. Isso só é conseguido através do sensível" (Ladeira, 1997, p. 25). Um exemplo interessante desse aspecto indicado por Ladeira são os anúncios da Bombril (figura 1), estrelados por Carlos Moreno[3].

Um dos anúncios veiculados em revistas traz a imagem de Che Guevara, um dos líderes da revolução cubana, com o seguinte texto: "Hay que endurecer con la gordura sin perder la ternura con las manos jamás!", uma paródia da famosa fala atribuída ao líder revolucionário: "Hay que endurecerse pero sin perder la ternura jamás!" (Kulak; Lopes, 2014).

2 Refere-se aos redatores e diretores de arte na publicidade.

3 O ator Carlos Moreno é recordista de comerciais gravados, segundo o Guinness Book, o personagem criado por Washington Olivetto e Francesc Petit para Bombril marcou época na publicidade brasileira.

Figura 1 - Anúncio impresso de Bombril: Che Guevara



Fonte: Olivetto (2008) In: Kulak e Lopes (2014, p. 3031)

Além do anúncio impresso, foi veiculado em fevereiro de 1998 o comercial de TV (figura 2) onde Che Guevara, ou melhor o garoto Bombril, se "transforma em Comandante Limpol[4], líder das donas-de-casa no combate à sujeira" (Gonçalves, 1998).

Figura 2 - Frame do filme publicitário de Bombril: Che Guevara



Fonte: Meio & Mensagem (2017)

4 Acesse o filme publicitário em: https://youtu.be/VqbwuRuADnA?si=TeRurVgyJV0Kuast

No início do filme, o ator Carlos Moreno aparece representando e fazendo referência à imagem icônica de Che Guevara na foto de Alberto Korda, de 5 de março de 1960 (Figura 3). Essa imagem é amplamente conhecida, sendo reproduzida inúmeras vezes nos meios de comunicação.

Figura 3 - Foto de Che Guevara



Fonte: Alberto Korda (1960) In: Filho (2020)

A imagem produzida por Korda foi considerada a fotografia mais reproduzida de todos os tempos, segundo pesquisadores do Instituto de Arte de Maryland (EUA). A imagem de Che Guevara transformou-se em símbolo do século XX (Filho, 2020), sendo até utilizada por Andy Warhol na criação de uma obra em 1968 (Figura 4).

Figura 4 - Obra de Andy Warhol



Fonte: Andy Warhol (1968) In: Filho (2020)

Esses anúncios da marca Bombril são exemplos de como o publicitário, no processo criativo, toma emprestado para si palavras, imagens e ideias que não foram inventadas por ele. O sujeito criador usa referências da memória coletiva compartilhadas com a sua memória individual para construir as mensagens.

Petit, um dos criadores do garoto Bombril, explica que "há séculos dizem que nesse mundo nada se cria, tudo se modifica. Acontece que modificar já é uma criação extraordinária" (Petit, 2003, p. 57). E, de certo modo, esta afirmação traz à superfície a composição da associação de ideias na publicidade: a imaginação e a memória (Duailibi; Simonsen Jr., 2000).

A publicidade se vale de inúmeros recursos criativos para associar referências já conhecidas do público para promover marcas, como explica Washington Olivetto, em entrevista à Folha de S. Paulo em 1998, quando fala sobre o filme Che Guevara da Bombril e o uso da imagem do líder revolucionário na campanha:

> Anos atrás esse filme assustaria um conservador de direita e seria encarado como uma heresia pelo homem de esquerda. Hoje, não há mais susto nem heresia. O Che é um tremendo signo pop, que deixou de circular apenas na cultura de esquerda. Ele está integrado à cultura pop internacional (Olivetto In: Gonçalves, 1998).

A fala de Olivetto indica o alcance de Che Guevara como parte da memória coletiva, essa referência compartilhada pelo coletivo foi incorporada pelo criativo na construção dos anúncios de Bombril. Desse modo, a publicidade explora recursos que buscam representações planejadas que geram sentidos e projetam o público à ação (Kulak; Lopes, 2014, p. 3035).

Portanto, a criação publicitária articula a memória ao lembrar, selecionar, ressignificar imagens e textos da memória social com intuito de facilitar o reconhecimento e a identificação por parte dos consumidores, rompendo assim a barreira da desconfiança e do desconhecimento.

3. A criação do cartaz Amazonas Green Jazz Festival 2022

Para Petit (2003) a função do criativo na publicidade é buscar por ideias que chamem atenção, induzam ao consumo e informem o consumidor. O ato de buscar por ideias que resolvam os problemas de comunicação das marcas é chamado de associação de ideias, como informado anteriormente, sendo constituída por imaginação e memória.

Para isso, é essencial que saibamos como funciona esta associação na procura pela combinação de elementos que irá criar uma ideia nova, única e original (Duailibi; Simonsen Jr., 2000).

A associação de ideias é uma reação ao *briefing*, a um problema externo ao sujeito criativo. Essa reação tem como intenção a criação do conceito que se transformará posteriormente em uma mensagem publicitária. Dessa forma, as "intenções se estruturam junto com a memória. São importantes para o criar" (Ostrower, 2012, p. 18).

Aqui, a interação entre a memória individual e a coletiva no processo criativo torna-se imperativa na compreensão da criatividade em publicidade. Essa interação surge como uma prática de deslocamento de textos e imagens conhecidos pelo público, realizada por redatores e diretores de arte com a intenção de empregar referências da memória coletiva na construção da mensagem.

Para influenciar os consumidores, os profissionais de criação publicitária precisam, sempre que possível, optar por referências culturais, ou seja, pontos de contato que façam parte da vida das pessoas, facilitando a lembrança, como no exemplo apresentado anteriormente do anúncio de Bombril que faz indicação direta à imagem de Che Guevara produzida pelo fotógrafo Alberto Korda.

Assim sendo, os materiais culturais, populares e eruditos, são o ponto de partida da criação, compondo as mensagens em forma de citação direta ou indireta (Carrascoza, 2008). Com isso, o trabalho do criativo se dá na exploração de seu repertório cultural, buscando no "próprio estoque de signos de sua comunidade a matéria-prima para chegar na solução adequada ao problema do anunciante" (Carrascoza, 2008, p. 23).

Até este ponto, buscamos relacionar como a memória coletiva está presente no processo criativo, entendendo a prática criativa de associação de textos e imagens com significados sociais compartilhados coletivamente.

Diante disso, iremos explorar o cartaz do Amazonas Green Jazz Festival 2022 como materialidade que sustentará a discussão sobre a memória coletiva na atividade de criação publicitária, refletindo sobre como a Amazônia foi retratada e incorporada na peça.

A edição de 2022 do festival foi a primeira com a nova denominação Amazonas Green Jazz Festival. Nas nove primeiras edições, o evento se chamava Festival Amazonas Jazz. Rui Carvalho[5] explica a mudança do nome do evento:

> A polissemia inerente ao termo *Green*, em inglês, passara a inserir o festival num contexto sob atenção do mundo: preservação ambiental, sustentabilidade, aquecimento global e… sobrevivência do planeta. Afinal, o Amazonas está no epicentro do debate. E a adesão do festival ao *green* colocava o evento no centro da discussão (Carvalho, 2025, p. 117).

A sustentabilidade foi o tema indicado pela organização do evento para a criação do conceito da campanha de divulgação. Para Carvalho (2025, p. 118), a "discussão sobre ambientalismo e sustentabilidade voltava a pautar a ordem do dia, colocando o Amazonas em destaque", motivando assim a mudança do nome do festival.

O referido cartaz (figura 5) insere-se na campanha de divulgação do Amazonas Green Jazz Festival 2022. Ele faz parte de uma série de quatro cartazes, que foram fixados na parte externa do Teatro Amazonas, localizado no Largo de São Sebastião, centro histórico de Manaus/AM, durante todo o festival. Os demais cartazes da série tinham como conteúdo a divulgação das atividades paralelas do evento.

5 Foi regente titular da Amazonas Band (2001-2025) e diretor artístico do Amazonas Green Jazz Festival (2006-2025).

Figura 5 – Cartaz da edição 2022 do Amazonas Green Jazz Festival



Fonte: Sinestésica Comunicação (2022)

Para a criação do cartaz, foi utilizada a associação de ideias, com o emprego de alguns pontos de contato da memória coletiva por parte dos criativos.

Isso pode ser percebido inicialmente na utilização do recurso fotográfico. Na peça existe uma montagem compositiva da imagem de um saxofonista, um dos músicos mais recorrentes do gênero jazz, performando com seu instrumento. Da campana do sax sai uma forma gráfica triangular que ultrapassa o formato do anúncio, revelando uma paisagem com rio, céu e floresta, representando a Amazônia.

Imagens de grandes saxofonistas como Charlie Parker (1920-1955), John Coltrane (1926-1967) ou Stan Getz (1927-1991) são

evocadas por este tipo de imagem do cartaz, pois uma pessoa tocando sax nessa posição não é algo incomum, pelo contrário, o criativo ao fazer uso desta busca uma fácil compreensão por parte do público.

A imagem da natureza tem como intuito a associação com a floresta Amazônica. É um tipo de fotografia documental que mostra a beleza natural. Este tipo de representação faz parte da memória coletiva, construída a partir de diversas narrativas sobre a Amazônia.

Sobre isso, recorremos a Gondim (2007). A autora desconstrói a ideia de que a Amazônia foi descoberta, defendendo que, na verdade, é resultado da invenção do imaginário de viajantes, cronistas e aventureiros europeus que nela estiveram a partir do século XVI, como apresentado a seguir:

> O espanto, o entusiasmo, o êxtase, a novidade presenciados por esses viajantes, registrados em suas notas, articulam-se com o imaginário de cada um deles, sem deixar de ter como moldura a veiculação da tradição cultural representativa de sua origem étnica e/ou religiosa (Gondim, 2007, p. 40).

A concepção de Paraíso está presente entre esses registros, como no relato de viagem do jesuíta Alonso de Rojas em 1637 sobre o Descobrimento do Rio das Amazonas:

> A nascente do rio, a sinuosidade de seu traçado, as vastas e populosas regiões que atravessa, sua riqueza mineral e vegetal formam um conjunto de maravilhas, as quais de tão perfeitas só poderiam ser criadas por Deus (Gondim, 2007, p. 110).

Esse imaginário da beleza da natureza ainda guarda espaço na memória. Para Gondim (2007), existe um anseio pela permanência da exuberância da floresta Amazônica. Assim, essa referência é rememorada no cartaz do Amazonas Green Jazz Festival, já que o sujeito criador, como explica Carrascoza (2008), conhece bem o mundo cultural das pessoas para as quais está elaborando o anúncio.

Confirma esta ideia o trecho retirado da apresentação de slide do conceito da campanha que explica as escolhas criativas do cartaz:

> Músicos tocando instrumentos essenciais para o jazz e imagens que exaltam as belezas naturais da Amazônia. As cores escolhidas partem da mesma premissa, sempre remetendo a elementos presentes nas riquezas da nossa região. Com o verde, trazemos nossa floresta. A paleta bem delimitada foi escolhida para destacar as imagens presentes nas peças, onde procuramos trabalhar com os músicos em preto e branco, que remetem à história do jazz e contrastam com imagens cheias de cor, presentes na Amazônia (Sinestésica, 2022, n.p).

Pode-se perceber no trecho acima a intenção de deslocar referências conhecidas pelo público para a moldura da peça publicitária. E, nesse processo criativo, o publicitário objetiva criar pontos de contato a partir da iconicidade da representação fotográfica da floresta Amazônica, a fotografia do jazzista e também o elemento cromático verde do *background* da peça para associar com a natureza, e o preto e branco com o objetivo de associar a algo que vem do passado e da história do jazz.

Nesta circunstância, a relação estabelecida entre as duas imagens fotográficas, do homem e da natureza, liberta a "fotografia de simples ato documental, para uma prática hibridizada pela tecnologia e renovada em seus formatos narrativos" (Burmester, 2018, p. 124). As fotografias, de acordo com Rouillé (2009) citado por Burmester (2018), se aproximam da expressão, afastando-se da mera representação.

Essa expressividade que Rouillé indica é resultado, neste caso, da natureza da fotografia na publicidade. O publicitário atua para satisfazer as necessidades da marca. Aqui, a fotografia passa por uma criação, articulação e formatação conforme os valores simbólicos de uma determinada cultura e grupo social, com o objetivo de diminuir ruídos na comunicação (Barbosa, 2008).

Para além do visual, o cartaz traz o seguinte texto: "O jazz se juntou à natureza para um evento especial". O título reforça a associação com a Amazônia em seu aspecto mais presente na memória coletiva, a natureza. O deslocamento proposto pelos criativos foi aproximar a floresta do universo da música ao dizer que o "jazz se juntou" ao verde, ou ao "*green"*.

4. Considerações finais

O ato criativo na publicidade em relação ao público busca, como bem disse Carrascoza (2008, p. 24), "facilitar a assimilação, dando-lhe o que ele de certa forma já conhece". Esse movimento tem como objetivo incorporar imagens e textos do grupo social ao qual pertence o sujeito criativo, ratificando assim valores e crenças compartilhados por ambos.

O cartaz do Amazonas Green Jazz Festival 2022 explora o emprego de determinados pontos de contato da memória coletiva no processo criativo da peça.

O publicitário toma emprestado de seu ambiente social referências que lhe possam servir no momento da criação, não inventadas por ele, mas que fazem parte da constituição de sua memória individual. Sendo assim, o cartaz do festival revela a tradução da intenção do anunciante ao aderir à sustentabilidade como tema da edição de 2022. Essa tradução é resultado de um processo de rememoração ativado no processo criativo, ou seja, a (re)construção da memória para produção da mensagem publicitária será, como nos ensinou Halbwachs (2013), um ponto de vista sobre a memória coletiva, por mais que o sujeito imagine estar explorando apenas seu repertório cultural.

A publicidade explora o passado ao revisitar e rememorar o ontem, sendo decisiva na produção de memória. No contexto amazônico, esse entendimento é fundamental, pois o território amazônico foi e é constantemente alvo de interpretações e invenções desde o século XVI.

A beleza da floresta amazônica ocupa um espaço na memória coletiva, e esta referência à exuberância da natureza é rememorada no cartaz do evento, reforçando o imaginário construído sobre a Amazônia, representação também presente em relatos de viajantes europeus que percorreram esse território a partir do século XVI. Por isso, se faz relevante compreender o papel da mídia como extensão da nossa memória e o desenvolvimento das mensagens por parte dos agentes envolvidos na produção midiática.

Referências

ANTUNES, Elton. Temporalidade e midiatização: sobre origem, jornalismo e um tiro de misericórdia. In: BRUCK, Mozahir Salomão; OLIVEIRA, Max Emiliano; MORAIS, José Maria de. (Orgs.). **A memória por vir**: mídia e processos identitários. Belo Horizonte: PUC Minas, 2017. (p. 14-18).

AS MIL E UMA UTILIDADES DE CARLOS MORENO. Meio & Mensagem. São Paulo, 17 fev. 2017. Disponível em: https://www.meioemensagem.com.br/comunicacao/as-mil-e-uma-utilidades-de-carlos-moreno. Acesso em: 12 dez. 2015.

BARBOSA, Ivam Higor Duarte de. Da fotografia à fotopublicidade. In: PEREZ, Clotilde e BARBOSA, Ivan Santo. (Orgs.) **Hiperpublicidade**: atividades e tendências. São Paulo: Thomson Learning, 2008. (p. 209-234).

BRUCK, Mozahir Salomão; OLIVEIRA, Max Emiliano; MORAIS, José Maria de. (Orgs.). **A memória por vir**: mídia e processos identitários. Belo Horizonte: PUC Minas, 2017.

BURMESTER, Cristiano Franco. Fição e Fotografia - imaginando a realidade. In: FERRARI, Pollyana (Org.) **Fluido, Fluxo**: reflexões sobre imagens voláteis, gênero, pós-verdade, fake news e consumo neste tempo de espirais fluidas. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018. (p. 123-137).

CARRASCOZA, João Anzanello. **Do caos à criação publicit**ária: processo criativo, plágio e ready-made na publicidade. São Paulo: Saraiva, 2008.

CARVALHO, Rui. **Amazonas Band 25 anos**: jazz, história e legado. Manaus: Reggo; Edições Governo do Estado, 2025.

DUAILIBI, Roberto; SIMONSEN JR, Harry. **Criatividade e marketing**. São Paulo: Makron Books, 2000.

ERTHAL, Ana. **Marcas**: a tênue linha entre memória e esquecimento. Meio & Mensagem, 2024. Disponível em: https://www.meioemensagem.com.br/opiniao/marcas-a-tenue-linha-entre-memoria-e-esquecimento. Acesso em: 12 dez. 2024.

FILHO, William Helal. **A história do famoso retrato do guerrilheiro Ernesto Che Guevara, clicado há 60 anos**. O Globo. Rio de Janeiro, 05 mar. 2020. Disponível em: https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/historia-por-tras-do-famoso-retrato-do-guerrilheiro-ernesto-che-guevara-feito-ha-60-anos.html. Acesso em: 12 dez. 2025.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia.** 2ª. ed. Manaus: Editora Valer, 2007.

GONÇALVES, Marcos Augusto. **Che Guevara tem mil e uma utilidades**. Folha de S. Paulo. São Paulo, 14 fev. 1998. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq14029819.htm. Acesso em: 12 dez. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2ª. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

KULAK, Sergio Marilson; LOPES, Dirce Vasconcellos. O universo imaginário de Bombril: a representação como estratégia de persuasão na linguagem publicitária. In: MARTINS, Moisés de Lemos; OLIVEIRA, Madalena. (Orgs.). **Comunicação ibero-americana**: os desafios da Internacionalização - Livro de Atas do II Congresso Mundial de Comunicação ibero-americana. Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, 2014. (p. 3027-3036)

LADEIRA, Julieta de Godoy. **Criação de propaganda**. 4ª. ed. São Paulo: Global, 1997.

OSTROWER, Fayga. **Criatividade e processos de criação**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

PETIT, Francesc. **Propaganda ilimitada**. São Paulo: Futura, 2003.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves. (Orgs.). **Mídia e memória**: a produção de sentidos nos meios de comunicação. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

ROUILLÉ, André. **Fotografia**: entre documento e arte contemporânea. São Paulo: Editora Senac, 2009.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2005.

SINESTÉSICA. **Amazonas Green Jazz Festival 2022**: identidade visual. 2022. [Apresentação de slides]. Acesso em: 12 dez. 2025.

VIEIRA, Stalimir. **Raciocínio criativo na publicidade**: uma proposta. São Paulo: Loyola, 1999.

ARTE, DESCARTE E PRODUÇÃO DE SENTIDOS NA EXPOSIÇÃO ITINERANTE "LIXÚRIA" EM PORTO VELHO (RO)

Jonathan Luiz Ignácio[1]
Pedro Ivo Silveira Andretta[1]

1. Introdução

A mediação cultural consolidou-se, nas últimas décadas, como um campo de práticas e reflexões teóricas que atravessa instituições culturais, políticas públicas e experiências educativas em contextos formais e não formais. Nesse percurso, passou a ocupar lugar nos processos de produção de sentido e participação cultural, uma vez que incide diretamente sobre as formas pelas quais as pessoas se relacionam com os objetos culturais. É a partir dessa perspectiva que o presente capítulo analisa as práticas desenvolvidas durante a passagem da exposição itinerante "Lixúria" por Porto Velho, em agosto de 2025, buscando descrever as experiências de mediação construídas no contexto expositivo. É a partir dessa perspectiva, que o presente capítulo propõe a pensar a relação com os estudos da mediação cultural, às práticas desenvolvidas durante a passagem da exposição *"*Lixúria*"*[2] por Porto Velho, em agosto de 2025, na esteira das discussões anteriormente desenvolvidas por Ignácio e Andretta (2025) acerca das práticas de mediação em exposições itinerantes. Diante disso, o problema reside na necessidade de compreender de que maneira as práticas concretas da exposição se constituem como processos de mediação cultural. Parte-se da seguinte questão: como a mediação cultural é mobilizada no contexto de uma exposição iti-

1 Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
2 A exposição "Lixúria", contemplada pela Lei Rouanet, propôs ressignificar o descarte por meio de obras artísticas produzidas a partir de latas metálicas, associadas a dispositivos tecnológicos e a um caminhão imersivo instalado na área do Complexo da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

nerante voltada às discussões sobre arte, consumo e descarte? Nesse sentido, o objetivo geral consiste em apresentar as formas de mediação cultural desenvolvidas na exposição itinerante "Lixúria", compreendendo como são articuladas, tensionadas e mobilizam sentidos aos diversos públicos.

O texto está organizado da seguinte forma: após esta introdução, a seção 2 apresenta o referencial teórico que fundamenta a discussão sobre mediação cultural; a seção 3 descreve e comenta os procedimentos metodológicos adotados; a seção 4 dedica-se à análise e à discussão dos resultados das práticas desenvolvidas na exposição "Lixúria"; e, por fim, a seção 5 reúne as considerações finais, retomando as questões centrais da pesquisa e apontando suas contribuições e possíveis desdobramentos.

2. Fundamentos da Mediação Cultural e Seus Desdobramentos

A noção de mediação cultural constitui um campo teórico-prático marcado pela heterogeneidade, pela transversalidade disciplinar e por uma construção histórica situada. Para compreender seus fundamentos teóricos, é necessário considerar o cenário francês, reconhecido como espaço de sua emergência e institucionalização. Rasteli (2021) sintetiza o percurso histórico da mediação cultural nesse contexto, destacando que a noção emerge, a partir da década de 1970, inicialmente vinculada à resolução de conflitos sociais, administrativos e jurídicos. Nos anos 1990, ganha maior relevância e institucionalidade, articulando-se às políticas de democratização cultural (voltadas à ampliação do acesso à cultura) e, posteriormente, aos debates sobre democracia cultural, orientados ao reconhecimento das diversidades culturais. Nesse processo, a mediação cultural expande-se progressivamente dos museus para outros espaços culturais, como teatros, festivais e bibliotecas públicas.

No contexto brasileiro, o Rastelli (2021) observa também que a mediação cultural passa a ganhar força sobretudo nos anos 2000 em diante, ancorada principalmente na Ciência da Informação, na Arte-Educação e nos Estudos Culturais. Rasse (2000, p. 38, tradução nossa) destaca que a mediação cultural "oscila entre dois extremos: de um lado, uma abordagem teórica geral; do outro, descrições e

relatos de experiências pragmáticas". Diante disso, a presente seção aborda, inicialmente, algumas definições epistemológicas e conceituais da mediação cultural, para posteriormente analisar a experiência à luz desse arcabouço teórico.

Chaumier e Mairesse (2023) propõem uma sistematização que ajuda a compreender a complexidade dessas relações através de cinco categorias de mediação:

- **Mediação Estética:** Tem como agente principal a figura do artista, cuja obra constitui o meio de comunicação. Aqui, a própria arte é o sistema de mediação primário, que convida o visitante para a experiência estética. Durante muito tempo os artistas foram os primeiros a gerir instituições e exercer as ações iniciais de mediação.
- **Mediação de Conteúdos:** Associa-se a especialistas relacionados aos temas expostos, como cientistas, historiadores da arte, arqueólogos , bibliotecários, etc. Sua mediação é baseada no saber acadêmico e técnico sobre o objeto, uma formação que se consolidou no final do século XIX e que também assumiu, por longo tempo, a quase totalidade das tarefas mediadoras nas instituições.
- **Mediação Formal:** Refere-se ao pensamento sobre o lugar e o espaço em função de seus usos. É o campo de atuação de arquitetos e cenógrafos, que trabalham na relação entre o recipiente (espaço) e o conteúdo (obra), operando em colaboração ou oposição aos profissionais da conservação.
- **Mediação Artística:** Engloba as profissões relacionadas aos produtores artístico-culturais. Inclui o trabalho de curadores, pareceristas, programadores de salas, atuando na organização, seleção e exibição do produto cultural.
- **Mediação Cultural:** Surge como a categoria que busca articular todas as anteriores, focando especificamente na relação com o público. É o esforço de sistematizar a recepção e o diálogo, diferenciando-se por não focar apenas no objeto, no conteúdo ou no espaço, mas na construção de sentido pelo sujeito.

Figura 1: Cinco categorias de mediação



Fonte: Chaumier e Mairesse (2023, p. 202, tradução nossa)

A categorização proposta pelos autores pode, em um primeiro momento, parecer redundante ou excessivamente técnica, dado que as fronteiras entre o "estético", o "artístico" e o "cultural" são porosas. O que parece ter motivado Chaumier e Mairesse a realizar tal distinção é a necessidade de mapear as "genealogias profissionais" que estão no espaço da mediação. Essa pluralidade de origens e aplicações aponta para a necessidade de tratá-la, primeiramente, como uma categoria situacional. Conforme sublinham Perrotti e Pieruccini (2014, p. 4), a mediação pode ser compreendida como uma:

> [...] categoria pensada em relação a contextos e processos precisos, já que se pode falar tanto em mediação cultural em contextos difusos, como em museus, bibliotecas, teatros e outros equipamentos culturais, considerando-se, ainda, em relação a estes uma gama diversificada de manifestações diferenciadas em cada um desses equipamentos.

Sob essa ótica, a noção de mediação cultural surge como uma resposta crítica ao modelo de difusão tradicional, centrado na transmissão unilateral dos conteúdos. Do ponto de vista epistemológico, Perrotti (2016, p. 11) complementa esse entendimento ao apontar o esgotamento do modelo puramente difusionista:

> Do ponto de vista epistemológico, portanto, a noção de mediação cultural emerge num momento em que a de difusão cultural dá mostras claras de esgotamento. Ancorada na ideia de transmissão como um valor em si, a difusão cultural acabou fechando-se num difusionismo ou transmissivismo inoperante, ao deixar de considerar - ou considerando só residualmente - demandas específicas e complexas dos processos de recepção e apropriação dos signos.

A mediação cultural ultrapassa uma compreensão funcional ou instrumental, baseada apenas no acesso do público às obras ou saberes, inserindo-se em um movimento mais amplo de revisão epistemológica dos campos da informação e da comunicação. Nessa perspectiva, a mediação passa a ser compreendida como ato de significação, deslocando o foco da simples transmissão para os processos de produção de sentidos nos contextos culturais (Perrotti; Pieruccini, 2014, p.5), configurando um deslocamento fundamental para a compreensão dos processos culturais.

Jean Caune (2006) aprofunda essa crítica ao afirmar que "ela [a mediação cultural] está no centro do processo cultural. Focar no fenômeno da mediação é enfatizar a relação em vez do objeto; [...] é privilegiar a recepção em vez da difusão" (p. 132, tradução nossa). Assim, passa a ser compreendida como uma prática baseada na relação entre sujeitos, considerando suas experiências, repertórios e formas de interpretação. Corroborando essa perspectiva, Paul Rasse (2000, p. 75, tradução nossa) afirma que:

> [A] mediação [cultural], como a entendemos, considera antes de tudo que a pessoa é diferente, estranha ao lugar ou ao assunto. Ela se esforça para acolhê-los, para explicar, para traduzir em um processo de negociação a partir de tudo que cada um é, de suas habilidades cognitivas, de sua própria cultura, de suas aspirações, de suas ansiedades, de sua própria história, de seu status social.

No contexto artístico, Chaumier e Mairesse (2023) problematizam a compreensão da mediação cultural como um "acréscimo exterior" à obra artística. Para os autores, "o primeiro sistema de mediação é a própria arte" (p. 39, tradução nossa). Entretanto, re-

conhecer a obra como mediadora não implica negar a necessidade de outras instâncias de mediação. O problema identificado, está na maneira como a mediação e a função mediadora é frequentemente compreendida, muitas vezes até mesmo nas próprias instituições culturais. Na maioria das vezes, acaba sendo reduzida a uma função explicativa, enquanto que, pelos paradigmas da mediação cultural, "o mediador cultural não pretende explicar ou interpretar as obras culturais aos públicos, mas proporcionar a eles condições para que tenham autonomia para apropriar-se dessas produções" (Andretta, 2022, p. 4).

Ainda neste contexto, reconhece-se que diversas funções exercem práticas mediadoras, mesmo que não sejam tradicionalmente identificadas como tal. Diretores de instituições, curadores, cenógrafos e figurinistas, por exemplo, "fazem escolhas de seleção entre uma oferta artística" (Chaumier; Mairesse, 2023, p. 52, tradução nossa). Ainda que ocupem "uma posição particular no campo cultural e não sejam assimiláveis àqueles que habitualmente designamos como mediadores culturais" (p. 52), esses agentes, "ao escolherem uma determinada orientação para a programação, ao programar um artista em vez de outro, assumem escolhas de comunicação cultural, no sentido forte do termo, de mediação" (p. 55, tradução nossa). Assim, considera-se que esses profissionais exercem uma mediação de ordem macro, estruturando as seleções e a organização expográfica, enquanto o mediador cultural atua na dimensão micro, na relação com o público em tempo real, operando no diálogo face a face.

No contexto da Arte-Educação, a contribuição de Ana Mae Barbosa é exitosa para a compreensão de uma mediação no contexto artístico. A chamada "Abordagem Triangular" estrutura-se a partir de três vértices: leitura, contextualização e produção. Não obedecem a uma ordem fixa, mas se articulam de modo complementar no processo educativo e mediador. A ação arte-educadora fundamenta-se na articulação entre esses três vértices, considerando simultaneamente o contexto cultural de origem da obra e o contexto cultural de destino do público mediado (Coutinho, 2009). A leitura, nesse modelo, é inspirada em princípios freirianos, constitui um processo de construção de significados a partir da interação do sujeito com o mundo, com seu meio social e cultural. Não é somente a decodifica-

ção formal da obra, é o processo de interpretação. Isso significa reconhecer que uma produção artística pode gerar múltiplas interpretações, determinadas pelos repertórios, experiências e contextos dos diferentes públicos. Nesse sentido, "[...] não há interpretações certas ou erradas, mas pertinentes ou mais coerentes, interpretações menos convincentes ou mais personalizadas." (Coutinho, 2009, p.175).

Esse movimento de leitura conduz à contextualização. "A contextualização se integra ao processo de interpretação e é quem irá tecer a trama dos significados, ao mesmo tempo que situa todos os atores da ação interpretativa que operam com seus próprios contextos de referências" (Coutinho, 2009, p. 177). O terceiro vértice da Abordagem Triangular refere-se à produção, vinculada ao fazer artístico, para ampliar as possibilidades de leitura e interpretação dos objetos. A produção pode envolver desde "[...] a manipulação concreta de materiais e técnicas semelhantes aos que o artista utilizou", ou uma concepção abstrata, em uma perspectiva "[...] contemporânea que transpõem fronteiras entre linguagens" (Coutinho, 2009, p.179).

Por fim, no debate contemporâneo sobre mediação cultural em contexto de museus, Martins (2013) oferece contribuições importantes ao abordar, e de forma abrangente, questões relativas à diversidade dos públicos, suas expectativas, repertórios culturais e conhecimentos prévios, bem como estratégias de inclusão, participação, mediação educativa e comunicação institucional.

No esforço de sistematizar as práticas de mediação cultural, Chaumier e Mairesse (2023) identificam diferentes modalidades de ações de mediação, geralmente organizadas por instituições culturais ou por instituições terceiras. Entre as principais, destacam-se:

> • **Visitas guiadas e conferências**: Constituem as formas mais tradicionais de mediação, fortemente ancoradas no discurso/oralidade e na figura do mediador. Ela é frequentemente organizada com um objetivo pedagógico, para alunos. É essencialmente através da palavra do mediador que a mediação atua, destinada então a um público em situação de descoberta, de aprendizagem. Embora amplamente difundidas, aproximam-se mais de uma lógica instrucional e pedagógica do que propriamente relacional, podendo gerar tanto experiências, quan-

to processos de desengajamento, a depender da condução.

• **Suportes de mediação sem intermediário**: Incluem painéis explicativos, textos curatoriais, audioguias, vídeos, dispositivos digitais e interativos. Esses recursos ampliam o acesso à informação, e deslocam a mediação para uma dimensão compartilhada com profissionais como museógrafos, designers, curadores e cenógrafos.

• **Atividades do tipo oficina**: Caracterizam-se pela mobilização dos sentidos e pela participação ativa do público, envolvendo práticas como manipulação de objetos, experimentações sensoriais, criação artística. Aqui, a mediação se aproxima de uma dimensão experiencial.

• **Atividades de iniciação em massa**: Voltadas a grandes públicos, buscam ampliar o acesso e a familiarização com determinadas linguagens culturais, embora enfrentem desafios relacionados à profundidade da experiência estética.

3 Procedimentos Metodológicos

Nesta pesquisa, adotou-se a natureza qualitativa, de caráter descritivo-analítico, centrado na reflexão sobre os processos de mediação cultural desenvolvidos no contexto da exposição itinerante *"*Lixúria*"* em Porto Velho. O estudo fundamentou-se na experiência empírica do autor enquanto coordenador do setor educativo da exposição na capital rondoniense, articulada aos referenciais teóricos da mediação cultural. Do ponto de vista metodológico, utilizou-se uma abordagem interpretativa, na qual a experiência prática e social é tratada como um campo de produção de conhecimento. A perspectiva adotada aproxima-se da compreensão de Lüdke e André (1986), para quem a pesquisa qualitativa busca compreender os fenômenos em seus contextos naturais, considerando os significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências. De maneira complementar, a abordagem interpretativa dialoga com Geertz (1989), ao compreender a experiência social como uma teia de significados passível de interpretação.

Os procedimentos de coleta de dados foram constituídos a partir da observação participante realizada ao longo do período de

realização da exposição em Porto Velho, em agosto de 2025. Ao longo dos dez dias de funcionamento da exposição, foram acompanhadas visitas mediadas com públicos escolares, familiares, universitários, idosos e pessoas com deficiência. Essa etapa envolveu o acompanhamento das ações mediadas, das oficinas educativas, das interações espontâneas do público e das estratégias adotadas diante dos diferentes perfis de visitantes. A escolha pela observação participante mostrou-se pertinente por permitir acompanhar diretamente as dinâmicas, os percursos e as formas de interação em contexto.

Os registros empíricos foram produzidos ao longo das visitas, por meio da observação das relações entre públicos e dispositivos expográficos, registros fotográficos autorizados e memórias profissionais elaboradas posteriormente à experiência expositiva. A organização dos dados estruturou-se a partir de categorias relacionadas aos dispositivos de mediação, às estratégias educativas, às formas de recepção dos públicos e às dinâmicas de construção de sentidos observadas. A interpretação das vivências foi conduzida em diálogo com o referencial teórico da mediação cultural, buscando compreender como os aparatos expositivos, as práticas educativas e as interações entre públicos e mediadores operavam na construção de experiências estéticas, processos comunicacionais e dinâmicas de significação.

4. Análise e Discussão dos Resultados

A análise dos resultados deste trabalho fundamenta-se na observação das práticas e dos dispositivos de mediação que estruturaram a exposição itinerante, delineando um percurso analítico que acompanha o deslocamento físico e simbólico do visitante. A presente seção está estruturada em três eixos complementares, a saber: **i.** o primeiro eixo considera os dispositivos de mediação do espaço externo da exposição, compreendidos como estratégias iniciais de ativação do olhar, onde se analisa como o estranhamento provocado pela presença da galeria itinerante no espaço urbano funciona como uma mediação formal e artística, estabelecendo as primeiras conexões entre o público e o lugar; **ii.** o segundo eixo dedica-se aos dispositivos de mediação presentes no espaço interno do caminhão,

onde se concentram as experiências imersivas, interativas e as camadas narrativas que utilizam a expografia e os suportes tecnológicos como mediadores de conteúdos para aprofundar a reflexão sobre consumo, descarte e responsabilidade coletiva; e **iii.** por fim, o terceiro eixo examina as estratégias de mediação adotadas em função dos diferentes públicos, evidenciando como as práticas educativas e o diálogo face a face se ajustaram às especificidades e aos repertórios culturais de cada grupo atendido.

4.1 Dispositivos de mediação no espaço externo

A materialidade da exposição *"*Lixúria*"* constitui-se como um dos eixos centrais de sua proposta. Na área externa da exposição, um primeiro gesto de mediação se instaura antes da aproximação física do visitante às obras, deslocando a mediação para o próprio dispositivo expositivo: o caminhão. Revestido por uma superfície metálica reflexiva, o veículo opera como um elemento de contraste no espaço urbano que, ao projetar a imagem do entorno e dos transeuntes, tem a intenção de estabelecer uma dinâmica de implicação do público com o espaço expositivo, conforme mostrado na Figura 2 .

Figura 2 – Parte externa da exposição "Lixúria"



Fonte: autoria própria (2025).

Essa configuração pode caracterizar uma mediação de natureza formal e artística, uma vez que a organização do suporte e a intencionalidade estética do dispositivo antecedem a interação propriamente dita. Conforme sistematizado por Chaumier e Mairesse (2023), trata-se de uma forma de mediação na qual a materialidade e o modo de apresentação estrutura, previamente, as condições de leitura e interpretação do visitante. Nesse cenário, a área externa da exposição era composta por diversas latas metálicas dispostas ao redor do caminhão. Socialmente associadas ao descarte de resíduos, essas latas são ressignificadas como suportes expositivos, funcionando como dispositivos externos que ampliam a experiência interpretativa para além do espaço interno.

A curadoria de Marcelo Dantas materializa aquilo que Chaumier e Mairesse (2023) denominam "visão construída", entendida como um enquadramento intencional que seleciona, articula e reorganiza materiais para oferecer ao público um ponto de vista crítico sobre o consumo, o descarte e a sustentabilidade. Ao deslocar o lixo, que é tradicionalmente associado à invisibilidade e à negação, para o centro da cena e das discussões, a exposição promove uma inflexão fundamental: o foco não recai sobre o objeto descartado em si, mas sobre a relação que os sujeitos estabelecem com o seu próprio rastro no mundo.

A seguir, analisam-se algumas das obras artísticas instaladas nas latas que compunham o núcleo externo da exposição, considerando os modos como acionavam processos de mediação e construção de sentidos no percurso do visitante. Entre essas proposições, as obras "Quem já não sou", de Adriana Eu, e "VCV", de Guto Lacaz, utilizavam o espelho como elemento central, embora mobilizassem experiências distintas de relação com o público.

Em "Quem já não sou", os espelhos fragmentados dispostos no interior da lata devolviam ao visitante uma imagem instável, múltipla e incompleta de si mesmo. A fragmentação visual produzia uma experiência de autorreflexão associada às transformações da identidade, aproximando o descarte de dimensões subjetivas ligadas à memória, às mudanças pessoais e às versões de si construídas e descartadas ao longo da vida. Nesse caso, o espelho operava menos como reconhecimento imediato e mais como desestabilização da própria imagem.

Já em "VCV", o espelho circular instalado sobre a tampa da lata acionava outro tipo de relação. Diferentemente da fragmentação presente na obra de Adriana Eu, aqui o visitante se reconhecia diretamente refletido sobre o próprio objeto associado ao descarte. O humor, a ironia e o estranhamento produzidos por essa associação aproximavam o sujeito da problemática discutida pela exposição, inserindo-o tanto no problema quanto na responsabilidade coletiva sobre o lixo produzido.

Outra obra que mobilizava a interação do público foi "Não existe jogar fora, tá tudo aqui dentro", do coletivo Pirilampos do Planeta, formado por Lula Duffrayer e Flávio Carvalho. A instalação luminosa, construída com resíduos plásticos, brinquedos, tampas, recipientes e objetos descartados do cotidiano, transformava materiais associados ao lixo em uma grande escultura visualmente atrativa, especialmente para o público infantil. Entre crianças pequenas, sobretudo da creche e da pré-escola, observava-se forte interesse pela obra, motivado pelas cores, luzes, formas e pela identificação com os brinquedos incorporados à composição.

"Estratoderme", de Jessica Mein, acionava outras camadas de percepção e interpretação, sobretudo entre públicos jovens e adultos. Construída a partir de restos de sabonete e fragmentos de tecidos reutilizados, a obra reunia materiais marcados pelo uso cotidiano e pelo desgaste do tempo, transformando resíduos íntimos em uma composição escultórica associada à memória dos corpos, dos toques e das experiências ordinárias. Diferentemente da aproximação lúdica provocada pela instalação do coletivo Pirilampos do Planeta, "Estratoderme" produzia uma experiência mais contemplativa e subjetiva, frequentemente atravessada por estranhamentos relacionados à presença do sabonete usado. Embora crianças também identificassem os elementos utilizados na composição, a mediação exigia outras formas de abordagem, considerando que a obra acionava sentidos mais ligados à intimidade, ao desgaste, à presença e ao desaparecimento.

A mediação também se constrói a partir do afeto e da reparação em "Juntando os cacos", de Sueli Isaka, onde a referência à técnica japonesa do kintsugi estabelece relações entre reconstrução material e experiências subjetivas de perda, ruptura e ressignifica-

ção, dimensão posteriormente retomada nas oficinas educativas realizadas no interior do caminhão.

Para que se possa apreender a materialidade dessas proposições e a configuração das latas como suportes mediadores, as obras mencionadas estão reunidas e apresentadas visualmente na sequência de figuras (3 e 4) que se seguem.

Figura 3 e 4 – Obras de arte da exposição



Fonte: Percebe (2025).

Além dessas obras descritas, a exposição contou ainda com outras proposições artísticas que contribuíram para a diversidade de experiências de mediação no espaço externo, entre elas: O invisível desdobramento do descarte, da Coopa Roca; O começo da memória é o fim da festa, de Karola Braga; Vindouro, de Tomazi Cabral; Eco

da serpente cósmica e Serpente coral: canto em escamas, de Sandra Lapage; Vestígios, de Vhils e Olhos, de Nazareno. Essas obras, mesmo sem serem analisadas aqui, integraram o percurso expositivo.

Assim, a mediação acionada no espaço externo da exposição dialoga com o que Ana Mae Barbosa concebe como o eixos da leitura/interpretação na Abordagem Triangular. As latas, ali suportes expositivos e mediacionais, convocam o público a olhar, perceber, estranhar e atribuir sentidos às obras, acionando processos de leitura que se constroem a partir dos repertórios individuais, das experiências de vida e do contexto sociocultural dos visitantes.

Simultaneamente, essas leituras são atravessadas por gestos de contextualização, tanto pela curadoria quanto pela atuação dos mediadores, aproximando-se da compreensão de Andretta (2022) de que a mediação cultural não consiste em explicar as obras ao público, mas em criar condições para que os sujeitos construam relações autônomas de apropriação e interpretação das produções culturais. Esse movimento inicial de leitura e contextualização no espaço externo não se encerra ali, cria as condições favoráveis para a experiência no interior do caminhão, onde outros dispositivos ampliam e complexificam os sentidos acionados.

4.2 Dispositivos de mediação no espaço interno

No interior do caminhão, a experiência assume outras camadas e complexidades. Diferentemente da área externa, marcada pelas obras de arte, o espaço interno organiza-se por meio da articulação entre cenografia, dispositivos tecnológicos, recursos audiovisuais e atuação dos mediadores. A ambientação interna, construída com uma gama de materiais descartados sobrepostos, produz uma experiência sensorial logo no primeiro momento, aliado à iluminação, acústica, texturas e organização espacial que atuam diretamente na percepção do visitante. A Figura 5 apresenta a organização interna da exposição e seus elementos.

Figura 5 – Parte interna da exposição



Fonte: autoria própria (2025).

Essa organização do espaço aproxima-se do que Chaumier e Mairesse (2023) definem como "mediação formal", na medida em que a cenografia, a espacialidade e os recursos expográficos deixam de funcionar apenas como suporte da exposição e passam a atuar diretamente na construção da experiência estética e na orientação das formas de recepção do público. Nesse contexto, a mediação distribui-se entre o ambiente, os dispositivos, os objetos e contribui para as dinâmicas perceptivas do público.

Nesse ambiente havia a réplica da obra "Lixo Extraordinário", de Vik Muniz, e dispositivos tecnológicos: a balança interativa, o mapa digital e a exibição contínua do curta-metragem Ilha das Flores. Esses dispositivos configuram-se como "suportes de mediação sem intermediário", ao operarem de modo autônomo. Podem ser painéis explicativos, painéis digitais, vídeos, suportes informáticos, tablets. Essa configuração confere autonomia ao público e reforça a noção de que a mediação cultural não se restringe à presença do mediador humano, mas se distribui entre dispositivos, textos, imagens e experiências (Chaumier e Mairesse, 2023).

Na balança interativa, o visitante ao subir na plataforma aciona um grande painel digital que apresentava a estimativa de 28.9 toneladas de resíduos produzidos ao longo de uma vida, baseado na expectativa média de vida do brasileiro (75 anos). Embora as informações exibidas fossem pré definidas e constantes, o gesto de "pesar-se" confere concretude ao dado estatístico, transformando um número "abstrato" em uma medida relacionada a si próprio, principalmente aos adultos.

Em complementaridade, a balança funcionava em conjunto com o mapa digital dos locais de descarte. Enquanto a primeira quantificava o impacto individual, o segundo territorializava a questão do lixo em cada município por onde a exposição circulava. Como Porto Velho foi a primeira localidade a receber a mostra, o dispositivo focava inicialmente na capital rondoniense, mostrando que os resíduos não desaparecem após o descarte, mas são deslocados para outros espaços. No contexto de Porto Velho, esse mapa acionava um diálogo social relevante, dado que o município vivenciava a recente transição e desativação do lixão da Vila Princesa. Nesse local reside uma comunidade de famílias que tinham na catação sua principal fonte de subsistência e isso representou em implicações sociais que atravessam a gestão ambiental.

A exibição contínua do curta-metragem "Ilha das Flores", de Jorge Furtado, aprofundava a dimensão crítica da exposição, como um dispositivo capaz de produzir zonas de sensibilização e desconforto, acionando experiências interpretativas distintas entre os visitantes. No interior do caminhão, o filme funcionava como um dispositivo de mediação especialmente voltado ao público espontâneo, uma vez que, no contexto das visitas mediadas, nem sempre era possível acompanhar integralmente a exibição. Ainda assim, trechos do curta criavam zonas de atenção nas quais visitantes se detinham. Nessas interações as reações do público como indignação ou desconforto, eram incorporadas à construção de sentido. Aspectos centrais do filme, como a hierarquização entre seres humanos, animais e objetos, bem como a racionalidade econômica que naturaliza a exclusão social, eram acionados como pontos de reflexão.

No centro do caminhão, encontrava-se uma réplica de uma obra da série "Lixo Extraordinário", de Vik Muniz. O trabalho do artista, desenvolvido a partir de resíduos do antigo aterro do Jardim Gramacho, em colaboração direta com catadores, registra os trabalhadores construindo imagens com os próprios resíduos e as projeta em uma coletânea em um circuito artístico. No contexto da exposição, essa obra mostrou-se um dispositivo particularmente potente de mediação coletiva, inclusive com crianças. Nessas situações, ocorria a adaptação da linguagem e a construção de uma narrativa compreensível, em um processo valorização social do sujeito humano, trabalhadores do aterro.

A atuação dos mediadores, ao adaptar a linguagem e construir narrativas acessíveis às diferentes faixas etárias, aproxima-se da compreensão de mediação defendida por Andretta (2022), na qual o mediador não atua como mero explicador da obra, mas como agente que cria condições para a apropriação cultural pelos públicos. Simultaneamente, a articulação entre observação da obra, contextualização social e construção de sentidos dialoga diretamente com os princípios da Abordagem Triangular de Ana Mae Barbosa, especialmente na integração entre leitura e contextualização como eixos do processo mediador. A Figura 6 mostra os dispositivos de mediação utilizados no espaço interno da exposição.

Figura 6 – Dispositivos de mediação – parte interna



Fonte: Percebe (2025).

4.3 Mediação por público

A definição das estratégias de mediação adotadas na exposição *"*Lixúria*"* partiu do reconhecimento de que "cada público tem uma demanda, uma maneira de perceber a experiência da visita" e de que "quanto mais a instituição conhecer seu público, mais focada e com maior poder de diálogo será construída a ação educativa" (Martins , 2013, p. 24). Diante da diversidade dos visitantes, as ações de mediação não seguiam um roteiro único e rígido, configurando-se como um conjunto de percursos flexíveis, construídos a partir das características, expectativas e modos de interação de cada grupo. Conforme indica a autora, a experiência do visitante come-

ça ainda antes do contato direto com a exposição, envolvendo planejamento, expectativas e impressões iniciais, que influenciam sua disposição para a vivência educativa. A partir disso, a mediação estruturou-se em três momentos articulados: I. acolhimento, entendido como espaço de apresentação, escuta e reconhecimento do público; II. desenvolvimento da visita, centrado na observação, no diálogo e na ativação dos recursos oferecidos pela própria exposição; III. finalização, voltada à retomada de algum tema, impressões e entrega do material gráfico.

Nesse sentido, a condução da visita estruturou-se a partir de princípios comuns, porém adaptáveis aos públicos distintos: escolares, familiares, visitantes espontâneos e grupos específicos, reconhecendo que cada um mobiliza repertórios, interesses e formas de participação, permitindo ajustes na condução de cada visita, conforme veremos a seguir.

4.3.1 Público escolar e as oficinas educativas

O público escolar configurou-se como a principal demanda atendida pela exposição *"*Lixúria*"*, confirmando o papel central que os grupos organizados ocupam na dinâmica cotidiana de museus e exposições durante os dias úteis. Conforme observa Martins (2013, p. 26), "atualmente, os grupos organizados são a principal demanda dos serviços educativos de exposições, representando, em média, 50% do público frequentador desses espaços". No caso da *"*Lixúria*"*, essa porcentagem foi ainda maior, uma vez que a visitação escolar ocorreu majoritariamente por meio de agendamentos prévios, com transporte garantido pela própria produção da exposição.

Ao longo dos dez dias de funcionamento, a equipe recebeu, em média, de quatro a seis turmas por dia útil, abrangendo crianças da educação infantil, do ensino fundamental I e do ensino fundamental II. Esse volume de visitas exigiu uma organização estruturada, sem que isso implicasse a adoção de práticas rígidas ou excessivamente diretivas. A mediação foi pensada para responder àquilo que a autora define como uma "demanda organizada", característica do público escolar, que envolve expectativas institucionais, demandas curriculares e dinâmicas próprias do ambiente escolar.

A experiência mediada iniciava-se ainda no espaço externo da exposição, com um momento de acolhimento conduzido pela equipe de mediadores. Esse primeiro momento era de organização do grupo, apresentação do espaço e estabelecimento de combinados, reconhecendo que, para muitos estudantes, aquela poderia ser a primeira experiência em uma exposição de arte. Nesse sentido, considerava-se a observação de Martins (2013, p. 27) de que "não se deve desconsiderar a excitação em relação à visita; para muitos, essa é a primeira e, muitas vezes, única visita que farão a uma instituição cultural".

Após o acolhimento, os estudantes eram divididos em grupos menores e acompanhados pelos mediadores na abertura das latas instaladas no espaço externo. Privilegiou-se o diálogo, a troca de impressões e a valorização das inferências dos próprios alunos, evitando uma condução excessivamente explicativa. Tal postura dialoga com a afirmação de Martins (2013, p. 27) de que "impor uma lógica diretiva ao grupo pode empobrecer a visita". Ainda que o percurso fosse organizado, havia espaço para que os grupos demonstrassem interesse por determinadas obras, permanecessem mais tempo em algumas proposições e fizessem perguntas a partir de suas próprias inquietações. As Figuras 7 e 8 registram momentos das visitas mediadas com o público escolar.

Figura 7 e 8 – Público Escolar



Fonte: autoria própria (2025).

Na sequência, os grupos eram encaminhados ao interior do caminhão expositivo, onde outro mediador realizava o acolhimento

e dava continuidade à visita. O percurso interno seguia uma ordem previamente definida, iniciando pelas obras de Vik Muniz, passando pela balança, pelo mapa e pela referência ao curta Ilha das Flores, mas a mediação mantinha-se aberta à adaptação, considerando o nível etário, o repertório e as reações de cada grupo. Essa flexibilidade foi fundamental para preservar o engajamento na experiência. Porém, em determinados momentos, o volume elevado de grupos escolares simultâneos também produziu desafios relacionados à manutenção da atenção, ao ritmo das visitas e à adaptação das estratégias de mediação, especialmente com turmas muito numerosas. Nessas situações, observou-se que a experiência mediacional nem sempre ocorria de forma homogênea, exigindo constantes negociações entre condução educativa, tempo disponível e dinâmica coletiva A Figura 9 registra uma mediação realizada no interior do caminhão expositivo com público escolar.

Figura 9 – Mediação interna com público escolar



Fonte: autoria própria (2025).

No final do percurso expositivo, os grupos escolares participavam das oficinas, atividade desenvolvida prioritariamente com esse público em virtude do número expressivo de participantes. Baseados nas discussões sobre a obra “Juntando os Cacos”, de Sueli Isaka, as atividades do Kitsugi, prática japonesa que valoriza as marcas da quebra e da reparação como parte constitutiva do objeto.

Os estudantes eram convidados a recompor fragmentos de um vaso previamente cortado e numerados, colando-os sobre uma base de papel e realizando os remendos com diferentes materiais, como linhas, cola colorida, fita, brilho e glitter, desenhos. A proposta enfatizava a reconstrução e a ressignificação do que foi quebrado.

Em determinadas turmas e séries a atividade também incorporava a escrita de palavras ou pequenas expressões nos fragmentos que seriam recompostos, estimulando a atribuição de sentidos subjetivos à experiência do Kintsugi, como sentimentos, memórias ou ideias associadas às noções de quebra e reparação. Por outro lado, com turmas menores, como creche e pré-escola, a proposta assumia um caráter mais direto e sensorial, priorizando a livre expressão por meio dos materiais, com menor ênfase na contextualização e maior foco na experimentação e na dimensão lúdica da atividade. As Figuras 10 e 11 mostram momentos de realização das oficinas educativas com o público escolar.

Figura 10 e 11 – Realização de Oficina



Fonte: autoria própria (2025).

Com turmas do ensino fundamental II (6° ao 9° ano), foi desenvolvida uma oficina como ponto de partida a criação de poemas a partir de alguma provocação da exposição, ou algum objeto afixado no caminhão, para ponto de partida para a criação. Divididos em grupos, os estudantes escolhiam seu ponto de partida e construíam

poemas ou “pequenas narrativas”, explorando sentidos associados ao descarte. Se os dispositivos do espaço externo e os recursos expositivos internos privilegiavam os gestos de leitura e contextualização, as oficinas configuraram-se como o momento em que o público era convidado a produzir sentidos a partir da experiência vivida, por meio do fazer artístico.

Essa adaptação metodológica evidencia que os processos de mediação mas são reorganizados conforme os repertórios, temporalidades e formas de participação de cada público, aspecto que Martins (2013) considera fundamental para a construção de experiências significativas em espaços culturais. As Figuras 12 e 13 apresentam atividades desenvolvidas durante as oficinas com estudantes do ensino fundamental II.

Figura 12 e 13 – Realização de Oficina



Fonte: autoria própria (2025).

Nesse contexto, as oficinas educativas com o público escolar deslocava os estudantes da condição exclusiva de receptores para uma posição de produtores de sentidos, evidenciando o vértice da Abordagem Triangular que Ana Mae Barbosa compreende como a dimensão “produção” da experiência artística, permitindo que os participantes reorganizassem a vivência, ao longo da experiência.

4.3.2 Público familiar

O público familiar representou um grupo significativo na dinâmica da exposição *"*Lixúria*"*, aos finais de semana. Conforme observa Martins (2013), a visita familiar envolve uma dupla expectativa: por um lado, o desejo da criança de explorar o espaço de forma livre e sensorial; por outro, a intenção dos adultos de "ensinar" algo aos filhos a partir da experiência expositiva. Essa tensão exige do educador uma postura mediadora capaz de acolher tanto a curiosidade espontânea das crianças quanto a participação ativa dos adultos, sem hierarquizar os modos de fruição.

Na exposição *"*Lixúria*"*, a mediação com o público familiar privilegiou estratégias abertas, baseadas na observação, na conversa e na troca entre os próprios membros da família. Muitas obras instaladas funcionaram como pontos de encontro entre gerações, estimulando comentários, e interpretações compartilhadas, como nas obras com disco de vinil, fita cassete e CDs. Essa dinâmica reforça uma compreensão relacional da mediação cultural, na qual o sentido é construído coletivamente nas interações entre os próprios sujeitos, seus repertórios e as experiências compartilhadas durante a visita. As Figuras 14 e 15 mostram a participação do público familiar durante a exposição.

Figura 14 e 15 – Público familiar na exposição Lixúria



Fonte: autoria própria (2025).

Crianças e adultos eram frequentemente observados dialogando sobre o que viam, lendo textos expositivos em conjunto e relacionando as proposições artísticas a experiências do cotidiano. Essa dinâmica confirma que durante as visitas familiares, os visitantes "discutem o que veem, leem os textos, trocam experiências, compartilhando um conjunto de valores, vocabulários, compreensões e pressupostos" (Martins 2013, p. 26).

4.3.3 Públicos específicos (idosos, universitários e pessoas com deficiência)

Embora cada público apresente características próprias, "quando montamos uma exposição, o objetivo é se comunicar de forma efetiva com todos eles", considerando a experiência da visita em sua totalidade, desde a chegada do visitante até o momento em que ele deixa o espaço (Martins, 2013, p. 30). Nessa perspectiva, a visitação envolve dimensões emocionais, sensoriais e cognitivas, uma vez que "a experiência emocional e a experiência cognitiva têm igual importância e são inseparáveis na construção do significado e aprendizagem" (Martins, 2013, p. 30).

Entre os públicos atendidos, a experiência com um grupo de idosos revelou-se particularmente interessante. Em mediação com esse grupo, na área externa, diante da grande quantidade de latas expostas, optou-se por uma abordagem mais objetiva e seletiva, sem a apresentação de todas as obras, adequando o ritmo da visita às condições do grupo. A Figura 16 apresenta uma mediação realizada com o grupo de idosos na área externa da exposição.

Figura 16 – Mediação externa com grupo de idosos



Fonte: autoria própria (2025).

Martins (2013) observa que, em relação à mobilidade física, pode ser conveniente realizar visitas parciais ou com maior número de pausas, respeitando diferentes níveis de autonomia entre os visitantes idosos (Martins, p. 30). O foco da mediação deslocou-se, então, para o espaço interno do caminhão expositivo, onde os dispositivos permitiram maior interação, e onde foi realizada uma oficina mediada a partir de objetos, adaptada especificamente para esse público, na qual os participantes foram convidados a refletir sobre objetos que provocassem saudade, memória ou experiências, culminando na construção coletiva de poemas. "Apoiar-se nas memórias do passado é prática muito comum entre os idosos", portanto "valorizar suas experiências prévias é fundamental" (Martins, p. 30). As Figuras 17 e 18 mostram a oficina realizada com o grupo de idosos durante a exposição.

Figura 17 e 18 – Oficina com Idosos





Fonte: autoria própria (2025).

A experiência com pessoas com deficiência também corrobora para a acessibilidade como dimensão constitutiva da mediação cultural. Martins (2013) ressalta que "é fato, e lei, que os museus hoje em dia no Brasil devem promover acessibilidade física, sensorial e atitudinal", o que exige que as instituições e as iniciativa culturais possam superar as barreiras da falta de acessibilidade. (Martins, p. 28). Durante as visitas escolares, observou-se a presença de alunos com Transtorno do Espectro Autista, especialmente no interior do caminhão expositivo, espaço caracterizado por alta concentração de estímulos visuais e informacionais. Em alguns momentos, foi possível perceber sinais de hiperestimulação, o que demandou incentivo a uma aproximação gradual, o toque nos materiais e a exploração sensorial no tempo desse visitante. No que se refere à acessibilidade física, destaca-se a visita de uma pessoa cadeirante, que pôde acessar o interior do caminhão por meio de uma plataforma elevatória, superando uma barreira arquitetônica que dificulta e até mesmo impede o acesso de pessoas com deficiência motora aos espaços. Esse episódio mostrou como dispositivos técnicos de acessibilidade, aliados a uma postura atitudinal inclusiva, ainda que em um contexto itinerante, amplia efetivamente o direito à fruição cultural. A Figura 19 registra uma situação de mediação envolvendo acessibilidade física no espaço expositivo.

Figura 19 – Mediação com acessibilidade física



Fonte: autoria própria (2025).

Além desses grupos, a presença de públicos universitários, como acadêmicos do curso de Artes Visuais, ampliou as possibilidades de apropriação da exposição. A visita transformou o espaço expositivo em um campo de discussão acadêmica e experimentação artística, quando uma estudante realizou experimentou um figurino com sacolas, integrando-se à cenografia do caminhão expositivo. Aqui a experiência operou como abertura para o inesperado, acolhendo práticas que ressignificaram ainda mais profundamente o caráter relacional da experiência museológica contemporânea. A Figura 20 mostra uma experimentação artística realizada por estudantes universitários durante a visita.

Figura 20 – Experimentação artística-acadêmica na exposição “Lixúria”



Fonte: autoria própria (2025).

A análise das práticas desenvolvidas na exposição “Lixúria” evidencia que a mediação cultural constituiu-se como um processo distribuído entre curadoria, cenografia, dispositivos tecnológicos, obras de arte, estratégias educativas e relações estabelecidas com os diferentes públicos, indo para além da atuação pontual dos mediadores durante as visitas.

5. Considerações Finais

O presente relato buscou refletir sobre as formas da mediação cultural desenvolvidos na exposição itinerante "Lixúria", realizada em Porto Velho (RO), descrevendo como as mediações são tensionadas e mobilizam sentidos aos diversos públicos. Partindo da análise das práticas observadas, dos dispositivos expográficos, das ações educativas e das interações estabelecidas com os diferentes públicos, foi possível compreender que a mediação cultural configurou-se como um processo integrado, relacional e situado, distribuído entre diferentes elementos que compunham a experiência expositiva: a curadoria, a cenografia, os dispositivos tecnológicos, as obras de arte, os percursos educativos, as oficinas e as estratégias de acolhimento dos públicos e a atuação dos mediadores. Nesse sentido, a exposição revelou que os processos de construção de sentido emergem das relações estabelecidas entre sujeitos, objetos, espacialidades e experiências, reafirmando perspectivas teóricas que compreendem a mediação como prática de significação e produção de sentidos.

A análise também permitiu identificar que as estratégias de mediação variavam conforme os públicos atendidos, exigindo adaptações de linguagem, ritmo, abordagem e formas de interação. As experiências com o público escolar, familiar, universitário, idoso e com pessoas com deficiência demonstraram que a mediação cultural se constrói de maneira dinâmica e negociada, considerando repertórios culturais, expectativas, sensibilidades e formas distintas de participação. As práticas desenvolvidas ao longo da exposição evidenciaram o potencial da Abordagem Triangular de Ana Mae Barbosa como ferramenta de mediação cultural, articulando leitura, contextualização e produção artística em experiências integradas de construção de sentidos, a partir de Arte.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para as discussões da mediação cultural ao evidenciar que exposições de arte produzem formas específicas de relação entre público, arte e espaço, ampliando a compreensão da mediação para além dos modelos tradicionalmente associados aos museus permanentes. Ao analisar empiricamente uma experiência situada na região Norte do país, o

trabalho também contribui para ampliar o debate sobre práticas culturais e educativas em contextos amazônicos, ainda pouco explorados nos estudos sobre mediação cultural e expografia contemporânea. Entretanto, reconhecem-se algumas limitações da pesquisa. Por tratar-se de um estudo qualitativo fundamentado na observação participante e na experiência do pesquisador enquanto coordenador educativo da exposição, a análise concentra-se em um recorte específico e situado da experiência mediacional, não contemplando, por exemplo, entrevistas sistemáticas com os visitantes ou acompanhamentos posteriores acerca dos impactos da exposição nos públicos atendidos. Além disso, o caráter temporário e itinerante da mostra também delimitou o tempo de observação e aprofundamento de determinadas interações.

Para além de encerrar um debate, este trabalho busca contribuir para a continuidade das reflexões sobre a mediação cultural enquanto processo comunicacional atravessado pelas múltiplas formas de experiência, recepção, interpretação e produção de sentidos. Por fim, considera-se que o presente estudo configura-se como um exercício inicial de aprofundamento teórico e metodológico, da pesquisa que estamos desenvolvendo no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Rondônia.

Referências

ANDRETTA, Pedro Ivo Silveira. As formas da mediação cultural e a mediação editorial: observações a partir de edições de literatura para uso escolar, vestibulares e de jovens. In: Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 22., 2022. **Anais** [...]. [S. l.]: ENANCIB, 2022. p. 1-15. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/es/article/view/802/822. Acesso em: 4 maio 2026.

COUTINHO, Rejane Galvão. Estratégias de mediação e a imagem triangular. In: BARBOSA, Ana Mae; COUTINHO, Rejane Galvão (org.). **Arte/educação como mediação cultural e social**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 171-185.

CAUNE, Jean. La démocratisation culturelle: une médiation aux limites. Grenoble: **Presses Universitaires de Grenoble**, 2006.

CHAUMIER, Serge; MAIRESSE, François. **A mediação cultural**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2023.

GEERTZ, Clifford James. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

IGNÁCIO, Jonathan Luiz; ANDRETTA, Pedro Ivo Silveira Andretta. Da difusão às mediações: reflexões sobre a exposição Museu Itinerante 3D em Porto Velho - RO. In: DOYLE, Andréa; GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. (org.). **Tríade universitária na Biblioteconomia da UNIR**. Florianópolis, SC: Selo Nyota, 2025. p. 97-126. Disponível em: https://www.nyota.com.br/_files/ugd/c3c80a_7496a6fd97c249b9960c5da20c704072.pdf . Acesso em: 4 mar. 2026.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTINS, Luciana Conrado (org.). **Que público é esse?** São Paulo: Itaú Cultural, 2013.

PERCEBE. **Material de formação da exposição "Lixúria"**. [S. l.: s. n.], 2025.

PERROTTI, Edmir; PIERUCCINI, Ivete. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 1-22, maio/ago. 2014. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19992. Acesso em: 4 maio 2026.

PERROTTI, Edmir. Mediação cultural: além dos procedimentos. In: SALCEDO, D. A. **Mediação cultural**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016.

RASSE, Paul. **Les médiations culturelles:** entre idéal théorique et application pratique. *Recherches en communication*, n. 13, p. 38-61, 2000.

RASTELI, Alessandro. Em busca de um conceito para a mediação cultural em bibliotecas: contribuições conceituais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 3, 2021.

EXPRESSÕES SUBVERSIVAS: moda, música e a emergência de espaços *queer* em Manaus

Jhuan Leite Alves[1]
Ítala Clay de Oliveira Freitas[1]

1. Introdução

Este capítulo propõe analisar aquilo que é reconhecido, no interior de determinados circuitos LGBTQIA+ de Manaus, como "cena *techno underground*". O termo refere-se a um conjunto de práticas culturais, festas independentes, coletivos artísticos, DJs, produtores e frequentadores que se articulam em torno da música eletrônica, especialmente vertentes como *Techno* e *HardTechno*, e de uma estética marcada pela atmosfera industrial, pela experimentação visual e pela valorização de experiências imersivas. Diferentemente de eventos comerciais voltados ao grande público, essa cena organiza-se majoritariamente em espaços alternativos, festas de pequeno e médio porte, ocupações temporárias e ambientes considerados intimistas ou dissidentes em relação aos circuitos tradicionais de entretenimento da cidade.

Em Manaus, essa cena se desenvolve principalmente em eventos noturnos organizados por coletivos independentes, cuja atuação envolve não apenas a realização das festas, mas também a construção de curadorias musicais, identidades visuais e códigos de pertencimento específicos. Tais eventos costumam ocorrer em temporalidades associadas à vida noturna underground, atravessando madrugadas e primeiras horas da manhã, e mobilizam públicos majoritariamente jovens, frequentemente vinculados a experiências dissidentes de gênero, sexualidade, moda e corporalidade. Nesse contexto, o underground não diz respeito apenas ao estilo musical, mas também a formas de sociabilidade que se colocam à margem

1 Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

de padrões hegemônicos de consumo, comportamento e ocupação urbana.

A cena *techno underground* manauara caracteriza-se ainda pela combinação entre referências globais da música eletrônica europeia e elementos locais que atravessam a experiência amazônica contemporânea. Assim, a atmosfera climática da cidade, as dinâmicas urbanas periféricas, a precariedade estrutural dos espaços culturais independentes e as visualidades produzidas pelos próprios frequentadores tornam-se componentes centrais da experiência estética dessas festas. Desse modo, a cena pode ser compreendida como um espaço de produção performativa e de construção identitária, no qual corpo, moda, música e sociabilidade articulam-se em práticas dissidentes frente às normatividades hegemônicas de gênero, sexualidade e cultura.

Esta discussão vincula-se diretamente ao eixo "Comunicação, Informação e Cultura", que se constitui como a linha de pesquisa do projeto de mestrado desenvolvido pelo autor no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação. Desse modo, o texto alinha-se estritamente à temática e às propostas teóricas da referida pesquisa, materializando os desdobramentos do projeto em nível de pós-graduação. A relevância do estudo reside na necessidade de ampliar o debate acadêmico acerca de manifestações culturais amazônicas frequentemente invisibilizadas, especialmente aquelas relacionadas às dissidências de gênero e sexualidade. Vale ressaltar que o tema é de extrema importância em termos sociais, considerando que contempla perfis e corpos que são marginalizados justamente por não atenderem um padrão hegemônico e normativo, sem contar com a relevância pessoal do autor que vos escreve, que se identifica como uma pessoa de identidade de gênero não-binária e *queer*.

2. Procedimentos metodológicos

O presente capítulo adota uma abordagem qualitativa de cunho exploratório e descritivo. Inicialmente, articulou-se uma revisão bibliográfica sistemática conduzida por meio de buscas no Portal de Periódicos CAPES e Google Acadêmico, utilizando os descritores

combinados: "*Queer*", "gênero", "*underground*" e "performance". O critério de interrupção das buscas pautou-se na saturação teórica, alcançada quando as recorrências conceituais não adicionavam novos elementos ao escopo da pesquisa. Como resultado geral, esse levantamento permitiu delimitar as fronteiras conceituais que sustentam a análise das identidades e manifestações do objeto estudado.

Para a compreensão das dinâmicas virtuais, mobiliza-se uma análise cultural-digital do perfil do coletivo no ecossistema de redes sociais, fundamentada no arcabouço teórico-metodológico de Lúcia Santaella combinado com Panofsky. Essa ancoragem permite identificar e categorizar os padrões de estética visual e musical que configuram a identidade digital do grupo.

A imersão empírica no ecossistema analítico deu-se por meio da técnica de observação participante do tipo ativa. A sistematização dos dados coletados em campo ocorreu por meio de registros fotográficos, organizados cronologicamente. As observações delimitaram-se ao contexto do cenário *underground* de Manaus, focando especificamente nas ações do coletivo Infecta. O marco temporal e espacial da observação presencial materializou-se na cobertura do evento "Festival Infecta 2025", realizado no dia 13 de dezembro de 2025, no espaço Mercado de Origem do Amazonas, compreendendo o período das 21:00 às 07:00, totalizando 10horas de observação direta em campo.

Complementarmente, a pesquisa realiza uma análise de conteúdo visual e **análise semiótica**, pautada nos pressupostos de **Santaella**, aplicada sobre os seguintes materiais e manifestações:

- **Materiais de divulgação:** um corpus composto por **25** *flyers* digitais e **19** postagens publicadas no perfil oficial do Instagram (**@vandalhostill**) durante o período de **07/2025** a **12/2025**;
- **Indumentárias:** foco na observação das vestimentas, adereços, modificações corporais e estéticas visuais manifestadas pelos frequentadores e artistas;
- **Práticas performativas:** catalogação e análise das dinâmicas de palco, expressões corporais, interações com o público e manifestações artísticas ocorridas durante a execução do festival.

3. Corpos dissidentes e a emergência do *queer*

Na cena underground manauara, destaca-se a presença de corpos e identidades dissidentes que tensionam os regimes normativos de visibilidade e sociabilidade. Grande parte dos sujeitos que frequentam esses espaços encontra, nas festas e coletivos ligados ao Techno e ao *HardTechno*, possibilidades de experimentação estética, performativa e afetiva que frequentemente não encontram acolhimento em circuitos sociais mais normativos. Nesse contexto, a chamada comunidade queer ocupa papel central na constituição da cena, tanto pela presença expressiva de pessoas LGBTQIA+ quanto pela valorização de práticas corporais, visuais e comportamentais que desafiam padrões hegemônicos de gênero e sexualidade.

O termo *queer*, originalmente utilizado na língua inglesa de forma pejorativa, associado a significados como "estranho", "excêntrico" ou "fora do comum", foi posteriormente ressignificado por movimentos políticos e acadêmicos ligados às dissidências sexuais e de gênero. Atualmente, o conceito é frequentemente empregado para designar sujeitos, identidades e práticas que não se enquadram nas normas tradicionais de orientação sexual e identidade de gênero, além de operar como categoria crítica de contestação às estruturas normativas da sexualidade e da performatividade social.

Na cena *underground* de Manaus, essas experiências queer manifestam-se não apenas na composição do público, mas também na própria estética das festas, nas performances corporais, na moda e nas formas de ocupação do espaço urbano noturno. Desse modo, a cena techno underground pode ser compreendida como um território simbólico de construção identitária e pertencimento coletivo, no qual diferentes sujeitos dissidentes articulam experiências de liberdade estética, experimentação sensorial e resistência cultural frente às normatividades hegemônicas.

A sociedade contemporânea tem vivenciado transformações significativas no comportamento humano, impulsionadas pela busca por ambientes mais individualizados. Nesse processo, os valores da pós-modernidade parecem facilitar a expressão de uma personalidade mais íntima e criativa, que se manifesta em diversas esferas da vida. Essas mudanças são visíveis nas artes, como a

música, a moda e a comunicação, e também em aspectos pessoais como a sexualidade e a cristalização da identidade de gênero. Nesse cenário de personalização, o filósofo Gilles Lipovetsky, em sua obra A era do vazio (2005), propõe que o fenômeno se divide em duas vertentes: a personalização selvagem e a limpa. A primeira, que ele também chama de paralela, decorre:

> [...] da vontade de autonomia e de particularização dos grupos e dos indivíduos: neo-feminismo, libertação dos costumes e das sexualidades, reivindicações das minorias regionais e linguísticas, tecnologias psi, desejo de expressão e de realização do eu, movimentos «alternativos»: enfim, temos por toda a parte a busca de uma identidade própria e já não da universalidade como motivo das acções sociais e individuais (Lipovetsky, 2005, p. 10).

A personalização se manifesta como um dos principais anseios da comunidade *queer underground*: o desejo de construir uma identidade única por meio da autorrealização e da expressão da liberdade criativa. Essa busca é ativamente praticada e fortalece o crescimento do grupo por meio de ações coletivas, que se tornam essenciais para a sua coesão.

A partir do final do século XX, no entanto, o termo é ressignificado no campo teórico. Sedgwick (1990) propõe compreender o *queer* como uma categoria instável, marcada pela indeterminação e pela recusa de uma fixação identitária. Para a autora, trata-se de um "movimento contínuo", no qual as identidades são sempre provisórias e contingentes. Essa perspectiva permite compreender a cena underground como um espaço de experimentação identitária, no qual os sujeitos performam múltiplas possibilidades de existência.

Ao longo da história, grupos minoritários lutaram por direitos iguais e, sobretudo, pela conquista de um lugar de fala que, até então, era exclusivo da sociedade heteronormativa. Com o tempo, um grupo específico emergiu no cenário social conservador, sendo estigmatizado como diferente, disruptivo, perverso e multifacetado. Foi nesse contexto que surgiu a comunidade LGBT, e, em seus primórdios, a utilização do termo "*queer*", que passou por um longo processo de ressignificação até se tornar um símbolo de orgu-

lho e identidade. No entanto, a própria comunidade LGBTQIAPN+ transformou seu sentido. A palavra passou a ser um termo positivo e unificador, representando um grupo de pessoas que busca sua individualidade e seu espaço social ao desafiar as normas de gênero e sexualidade impostas pela sociedade.

4. Gênero, performatividade e crítica à heteronormatividade

A crítica à normatividade de gênero constitui um dos eixos centrais da teoria *queer*. Butler (2003) argumenta que o gênero não é uma essência, mas um efeito reiterado de práticas performativas.

Cronologicamente, a identidade humana foi estruturada sob um sistema binário rígido, fundamentado na dicotomia entre o masculino e o feminino. Nesse modelo, o sexo biológico, o gênero e a sexualidade eram compreendidos como determinações imutáveis, estabelecidas no nascimento e intrinsecamente ligadas à biologia dentro de uma estrutura social de caráter fálico. Nesse contexto, a normatividade atua como um mecanismo de ajuste aos padrões sociais vigentes, impondo regras de comportamento e conceitos culturais sólidos. Sob essa lógica, espera-se que um recém-nascido do sexo masculino desenvolva, invariavelmente, uma identidade de gênero masculina e, futuramente, uma orientação heterossexual. Conforme observa Monique Wittig, "a categoria do sexo é a categoria política que funda a sociedade heterossexual" (Butler, 2003, p. 17). Dessa forma, a relação entre homem e mulher é naturalizada a partir de uma base social que, desde o nascimento, "heterossexualiza" a mulher e a condiciona à submissão.

Contudo, a evolução do comportamento humano, as transformações culturais e a busca por subjetividades singulares, que rompem com os padrões estabelecidos, impulsionaram novas investigações teóricas. Tais estudos demonstram a existência de múltiplos papéis de gênero que transcendem a norma. Para Judith Butler (2003), o gênero é uma construção cultural e não o resultado causal do sexo biológico. Portanto, longe de ser fixo ou determinante, o gênero revela-se como uma unidade multifacetada, sujeita a diversas interpretações e em constante processo de mutação.

Factualmente, a articulação entre sexo, gênero e desejo estruturou a ordem social ocidental, consolidando um modelo hete-

ronormativo baseado na correspondência entre corpo biológico e identidade de gênero. Esse modelo opera como um dispositivo de regulação social, delimitando formas legítimas de existência.

Conforme Wittig (apud BUTLER, 2003), a categoria de sexo funciona como fundamento político da sociedade heterossexual, naturalizando relações de poder e hierarquias de gênero. Ao deslocar o gênero do campo da natureza para o da cultura, Butler abre espaço para sua desestabilização. O gênero passa a ser compreendido como uma prática reiterativa, suscetível a deslocamentos e reapropriações.

5. Contracultura, antimoda e deslocamentos simbólicos

A análise da cena *underground* pode ser analisada melhor a partir da noção de contracultura. Em contraste com os espaços *mainstream*, esses ambientes operam por meio da inversão e ressignificação de códigos hegemônicos.

Um sujeito alinhado às normas sociais, cuja aparência e comportamento se conformam aos padrões dominantes, tende a tornar-se socialmente "invisível", justamente por sua previsibilidade. No entanto, ao ser inserido em um contexto *underground*, esse mesmo sujeito experimenta um deslocamento simbólico: aquilo que anteriormente ocupava posição central, a norma, perde sua hegemonia, abrindo espaço para a valorização da diferença.

Nesse processo, a moda hegemônica é substituída por uma lógica de **antimoda**, na qual a estética deixa de operar como mecanismo de conformidade e passa a constituir-se como prática de resistência e afirmação identitária. É nesse contexto que a comunidade *queer* encontra, nesses espaços, condições para a construção de formas de pertencimento e expressão performativa.

A antimoda, enquanto fio condutor estético, assume papel central na organização simbólica desses ambientes. As peças de vestuário e os acessórios não apenas compõem uma aparência, mas materializam identidades, evidenciando a presença de uma estética queer que afirma a vitalidade e a resistência do *underground*.

A relação entre estética e pertencimento pode ser observada, por exemplo, na forma como indivíduos interpretam elementos visuais associados à divulgação de eventos. Ao entrar em contato

com um material gráfico — como um flyer —, os sujeitos mobilizam repertórios culturais que orientam suas escolhas de indumentária. Elementos visuais e simbólicos funcionam como indicadores de um código estético esperado, orientando, de maneira consciente ou não, a adequação ao ambiente.

Esse fenômeno evidencia que a escolha do vestuário não se dá de maneira aleatória, mas está inserida em um sistema de significados socialmente compartilhados. Mesmo quando há margem para desvios, a transgressão de códigos estéticos pode gerar sanções sociais, como julgamento ou desconforto, comprometendo a sensação de pertencimento do indivíduo ao espaço.

No entanto, no contexto da cena *queer underground*, observa-se uma dinâmica distinta. A multiplicidade de códigos vestimentares não produzem necessariamente exclusão, mas, ao contrário, constitui a própria lógica de funcionamento desses espaços. Trata-se de ambientes frequentemente compreendidos como "espaços seguros", nos quais a diversidade estética é não apenas tolerada, mas incentivada.

Essa configuração favorece a emergência de uma expressividade ampliada, permitindo que indivíduos experimentem diferentes formas de apresentação de si. Assim, a diversidade estética presente na moda *queer* não deve ser compreendida como ausência de códigos, mas como a existência de um sistema aberto e flexível, que valoriza a diferença como princípio organizador.

6. A semiótica do fetiche e o *techno* industrial

A cena *techno underground* caracteriza-se por uma deliberada desterritorialização de normas indumentárias, manifestando uma pluralidade estética que desafia categorizações binárias ou classificações rígidas. Nesse cenário, a performatividade de gênero, conforme formulada por Judith Butler (2003), constitui a matriz interpretativa essencial: as identidades não são essências preexistentes, mas constructos materializados por meio de práticas corporais, estilísticas e relacionais que reiteram e, simultaneamente, subvertem sentidos no espaço social.

Observa-se, nesse contexto, a apropriação semiótica de elementos associados à estéticas sadomasoquistas e fetichistas,

como: balaclavas, *harnesses* e *chokers* de couro, frequentemente articulados a correntes metálicas. Tais componentes transcendem a mera visualidade; eles participam da construção de uma atmosfera simbólica de resistência e crueza, em estrita consonância com a sonoridade abrasiva e maquínica do *techno* industrial. Essa convergência entre som e corpo estabelece um território onde a agressividade estética opera como mecanismo de proteção e afirmação identitária.

Emergindo como uma resposta política à padronização social, a estética *queer* na vida noturna posiciona-se como uma "antimoda". Se o techno, em sua gênese, refuta o processo de alienação industrial, a vestimenta dissidente confronta a moda hegemônica. A utilização de peças que provocam estranhamento à comunidade hetero cisnormativa não é acidental, mas um ato de demarcação de alteridade. Para o sujeito *queer*, o "choque" visual valida sua existência fora dos padrões vigentes, transformando a vida noturna em um refúgio de autenticidade e um palco para a chegada de grupos historicamente marginalizados.

A moda *queer*, portanto, não se restringe à epiderme ou ao adorno; ela é uma prática performativa que tensiona as fronteiras entre corpo, gênero e desejo. A dimensão sexual, nesse espectro, assume um caráter disruptivo e político.

É imperativo notar que a prática sexual e a exposição do corpo muitas vezes transbordam o campo do desejo para o campo laboral. Visto que o mercado de trabalho formal frequentemente exige o cumprimento de padrões de gênero e estética normativos, excluindo corpos dissidentes, a economia do desejo e o trabalho sexual comportam-se como alternativas de subsistência. Assim, a existência da comunidade *underground* configura-se como uma crítica viva à filosofia de produção capitalista, transformando o corpo em um território de resistência tanto existencial quanto econômica.

7. O coletivo infecta: estética, identidade e a herança do *hard techno*

O conceito de coletivo deve ser compreendido como uma articulação de indivíduos que convergem esforços para a execução de atividades comuns ou para a construção de espaços de performatividade artística. No contexto do Coletivo Infecta evidencia a relevância das

produções colaborativas na constituição de territórios de resistência cultural. Tais iniciativas configuram-se como ambientes essenciais para a comunidade, proporcionando espaços de socialização, lazer e expressão artística pautados pela segurança e pelo acolhimento.

Nessas produções, observa-se uma nítida coesão estética que transcende a mera organização de eventos, estabelecendo uma assinatura visual e sensorial própria. Na Infecta Baile de Máscaras, a indumentária sugerida pelo próprio título atua como um dispositivo de expressão criativa, espaço no qual a performance de gênero se materializa de forma singular na composição visual dos frequentadores. Por sua vez, a proposta da Êxtase diferencia-se ao deslocar o eixo sonoro hegemônico do techno em direção ao funk — compreendido aqui como uma vertente subversiva —, sem, contudo, romper com as bases da música eletrônica. Já o Culto do Techno destaca-se pela sua alta regularidade e dinamismo. Caracterizado por temáticas rotativas e um *lineup* (lista de djs que tocam durante o evento) diversificado, o evento orienta-se por uma curadoria estabelecida pela liderança do coletivo, que define a diretriz estética e sonora a ser explorada a cada edição.

A análise articulada entre as propostas musicais, as estratégias de divulgação e a indumentária da comunidade revela uma profunda convergência simbólica. Embora os elementos visuais manifestem-se de forma diversificada, eles guardam harmonia com as premissas de cada coletivo. Desse modo, torna-se evidente que, orientada por um fio condutor comum, a cena local compartilha dos mesmos códigos de identificação, consolidando o sentimento de pertencimento a uma mesma comunidade afinitária.

Como é característico em agrupamentos de natureza musical, o Infecta fundamenta sua curadoria no Hard Techno, um subgênero que se define por propriedades técnicas específicas, tais como: Processamento Sonoro: Uso acentuado de distorção em bumbos (*kicks*) e aplicação intensiva de compressores. Estrutura Rítmica: Manutenção rigorosa do compasso quaternário (4/4). Andamento: Cadências aceleradas, oscilando geralmente entre 145 e 160 batidas por minuto (BPM).

A prática da moda em um evento da comunidade, nos remete mais uma vez à materialização e cristalização da identidade *queer*

já conceituada por Butler (2005), uma vez que acessórios regem um *look* completamente disruptivo, a presença de corpos reais e a presença de personalidades e identidades dissidentes tomam mais uma vez espaço significativo na cena *underground* manauara.

7.1. A sincronicidade industrial: de Berlim ao Polo Industrial de Manaus

O que torna a conexão entre Manaus e o *HardTechno* berlinense particularmente significativa é a ressonância estética entre dois contextos urbanos aparentemente distintos. Enquanto o Techno de Berlim emerge das ruínas industriais, das fábricas abandonadas e da paisagem cinzenta do pós-Guerra Fria, Manaus possui sua própria experiência de industrialização marcada pela presença do Polo Industrial de Manaus (PIM). Embora inseridas em contextos históricos e geográficos diferentes, ambas as cidades compartilham uma relação simbólica com a máquina, a repetição, o ruído e a lógica industrial, elementos que atravessam a sonoridade e a estética do *HardTechno*.

Na ausência de um intercâmbio físico contínuo, como turnês frequentes de artistas internacionais ou circulação constante de grandes coletivos europeus, a consolidação do *HardTechno* em Manaus ocorre principalmente através de ecossistemas digitais. O termo "ecossistema" é particularmente relevante para compreender a cena, pois evidencia que o fenômeno não se restringe apenas ao consumo musical, mas envolve um conjunto articulado de elementos técnicos, sociais, estéticos e performáticos. Trata-se de uma rede dinâmica composta por plataformas digitais, DJs, produtores, festas independentes, moda, corporalidades, visualidades e práticas de sociabilidade que operam de maneira interdependente.

Nesse sentido, a cena *HardTechno* manauara pode ser entendida como um sistema cultural complexo, no qual diferentes elementos se retroalimentam continuamente. A música influencia a moda; a moda influencia a performance corporal; as redes sociais reorganizam formas de pertencimento; e os eventos presenciais reafirmam visual e afetivamente aquilo que circula no ambiente digital. Essa lógica aproxima-se das discussões da teoria dos sistemas, espe-

cialmente no entendimento de que práticas culturais não operam de forma isolada, mas através de conexões, fluxos e trocas permanentes entre diferentes agentes e dispositivos.

As plataformas de streaming e compartilhamento de conteúdo desempenham papel central nesse processo. Serviços como *SoundCloud* e *YouTube* funcionam como janelas estéticas, permitindo que artistas e públicos manauaras acompanhem, em tempo real, tendências, sonoridades e performances associadas ao circuito europeu do Techno. Por meio desses ambientes digitais, o público acessa sets, apresentações audiovisuais, lançamentos de selos musicais (*labels*) e referências visuais que ajudam a construir repertórios estéticos compartilhados globalmente.

Além disso, o consumo desses conteúdos ultrapassa a dimensão sonora e torna-se também identitário. A observação de coletivos, DJs e festas internacionais influencia diretamente a construção visual da cena local, perceptível no uso predominante de roupas pretas, couro, correntes e acessórios metálicos. Esses elementos compõem uma estética que remete ao imaginário industrial e underground europeu, mas que, em Manaus, é reinterpretada de acordo com as condições climáticas, urbanas e sociais da cidade. Não se trata de uma reprodução literal de Berlim, mas da elaboração de um simulacro tropicalizado, no qual referências globais são reorganizadas pela experiência amazônica contemporânea.

As redes sociais também desempenham papel fundamental na consolidação desse ecossistema cultural. Plataformas como Instagram e TikTok funcionam como vitrines de comportamento e espaços de validação estética, onde visualidades, performances corporais e códigos de pertencimento são continuamente compartilhados e reproduzidos. A circulação dessas imagens e vídeos fortalece a sensação de integração a uma comunidade global do *HardTechno*, diminuindo simbolicamente as distâncias geográficas que historicamente marcaram a região Norte em relação aos grandes centros culturais brasileiros e internacionais.

7.2 A ressignificação do "*Darkness*" no calor tropical

A recepção do material europeu em Manaus não ocorre como mera reprodução passiva de tendências estéticas importadas, mas pode ser compreendida a partir de uma lógica de antropofagia cultural e estética. O conceito de antropofagia, formulado no modernismo brasileiro a partir do *Manifesto Antropófago* de Oswald de Andrade (2012), refere-se ao processo de absorção, transformação e ressignificação de influências externas, produzindo algo singular e contextualizado localmente. Nesse sentido, a cena *HardTechno* manauara não apenas reproduz referências europeias, mas as incorpora às especificidades sensoriais, climáticas e sociais da cidade. A intensidade sonora, a corporalidade da dança e a experiência coletiva da noite em Manaus assumem características próprias, marcadas pela urgência do calor urbano, pela precariedade estrutural e pelas dinâmicas afetivas que atravessam a cena underground local. Assim, o material europeu é "devorado" simbolicamente e devolvido em uma estética híbrida, na qual referências globais são reinterpretadas a partir da experiência amazônica contemporânea.

A ausência de influência direta de grandes produtoras culturais e agentes do eixo Sul-Sudeste contribuiu para que Manaus desenvolvesse uma cena relativamente autônoma em sua relação com o *HardTechno* europeu. Em vez de consumir o gênero mediado por tendências nacionais já consolidadas, muitos integrantes da cena local acessam diretamente conteúdos produzidos na Europa, especialmente por meio de *labels* — selos musicais responsáveis pela produção, curadoria e distribuição de músicas eletrônicas — e *sets*, que consistem em apresentações ou sequências musicais mixadas por DJs. Plataformas digitais e redes sociais possibilitaram o contato imediato com coletivos, artistas e circuitos de cidades como Berlim, considerada uma das principais referências mundiais do Techno contemporâneo. Esse fluxo direto de referências criou um canal de comunicação estética mais curto, permitindo que artistas e públicos manauaras estabelecessem aproximações mais imediatas com sonoridades, visualidades e práticas performáticas internacionais, ao mesmo tempo em que adaptam esses elementos às especificidades culturais da cena local.

A força da cena em Manaus reside justamente nesse paradoxo: o uso de uma sonoridade industrial europeia, feita para porões frios e escuros, para incendiar pistas de dança em uma das cidades mais quentes e úmidas do planeta. Essa conexão é a prova de que, na era da hiperconectividade, a identidade cultural não é mais ditada pelo solo, mas pelo fluxo de informação e pela capacidade de um coletivo em ressignificar sons distantes em uma linguagem de sobrevivência e celebração local.

Observa-se, portanto, uma aproximação simbólica entre o imaginário industrial berlinense e o contexto urbano-industrial manauara, mediada pelos fluxos digitais contemporâneos.

8. Considerações finais

Nesse sentido, uma das principais motivações deste texto reside justamente na afirmação da presença não apenas de identidades dissidentes, mas também de uma produção intelectual situada, atravessada pela experiência de um corpo que pesquisa, interpreta e ocupa ativamente os espaços acadêmicos. A escrita deste capítulo constitui, portanto, um gesto de reivindicação epistemológica e política: a reafirmação de que esses corpos podem — e devem — ocupar todos os espaços da vida social, inclusive aqueles historicamente legitimados como lugares de produção de conhecimento.

A articulação entre iconografia, interpretação simbólica e comunicação evidencia a constituição de um espaço singular de sociabilidade, expressão e pertencimento. Tal dinâmica opera de maneira capilar, expandindo-se pelas ruas do centro de Manaus e alcançando, inclusive, regiões do distrito industrial inseridas no contexto amazônico. Nesses territórios, consolidam-se espaços de performatividade e existência para corpos e identidades dissidentes, produzindo formas alternativas de convivência, visibilidade e elaboração estética.

À primeira vista, esse fenômeno pode parecer discreto ou mesmo imperceptível. Entretanto, ao direcionarmos um olhar mais atento para suas dinâmicas, torna-se possível compreender a profundidade de suas implicações culturais, políticas e simbólicas.

Elementos como performance, comportamento restaurado, gênero, sexualidade, moda, música e arte entrelaçam-se na constituição dessas experiências, revelando a complexidade de práticas e discursos que desafiam normas sociais hegemônicas.

Reconhece-se que este capítulo não esgota a amplitude teórica e metodológica de cada uma dessas áreas, tampouco contempla toda a complexidade das experiências aqui discutidas. Ainda assim, acredita-se que o exercício de aproximação realizado ao longo deste texto contribui para ampliar o debate acadêmico acerca dessas vivências, especialmente no contexto amazônico, onde tais manifestações ainda são frequentemente invisibilizadas. Mais do que apresentar respostas definitivas, este trabalho busca abrir caminhos possíveis para novas reflexões, leituras e investigações futuras.

Referências

ANDRADE, O. de. Manifesto antropófago. In: TELES, Gilberto Mendonça (org.). **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 353-360.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JOLY, M. **Introdução à Análise da Imagem**, Lisboa, Ed.70, 2007 — Digitalizado por SOUZA, R., 1994.

LIPOVETSKY, G. **A era do vazio**: ensaios sobre o individualismo contemporâneo. São Paulo: Manole, 2005.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

PANOFSKY, E. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

SANTAELLA, L. **Como ler uma imagem**. São Paulo: Paulus, 2012.

SANTAELLA, L. **Semiótica aplicada**. São Paulo: Thomson

Learning, 2002.

SCHECHNER, R. 2006. **"O que é performance?"**, em Performance studies: an introduccion, second edition. New York & London: Routledge, p. 28-51.

SEDGWICK, E. K. **Epistemology of the Closet**. Berkeley: University of California Press, 1990.

SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)



Amanda Pinto

Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP), Mestra em Dança (UFBA) e graduada pela UEA e UFAM. É professora efetiva de Dança da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e coordenadora do programa PoloArte na Escola. Desenvolve pesquisas em Artes do Corpo e Dança-Educação, com sólida experiência em companhias e projetos de extensão. E-mail: amandapinto44@gmail.com



Ana Maria Costa Azevedo

Possui Graduação em Comunicação Social – Relações Públicas pela Universidade Federal do Amazonas (2021). Atualmente é aluna de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC/Ufam), sendo bolsista Fapeam. Especialista em Gestão da Comunicação Digital e Mídias Sociais pela Universidade Anhembi Morumbi. E-mail: anamaria.costa1999@outlook.com



Célia Beatriz Mesquita de Souza

Jornalista graduada pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam). MBA em Gestão de Marketing e Negócios (Faculdade Focus). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (PPGIC/Ufam). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Inovação

Social e Tecnologias Digitais (ATIVA/Ufam). E-mail: b.souza200902@gmail.com



Célia Regina Trindade Chagas Amorim

Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora e mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com bolsa CNPq. Tem pós-doutorado pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Coordenadora do projeto Cidadania Comunicativa: lutas por direitos nas periferias da Amazônia e do Grupo de Pesquisa Cidadania comunicativa e Educação/Mídias Alternativas na Amazônia (UFPA). E-mail: celiamorim@ufpa.br



Cristiane de Lima Barbosa

Doutora (PhD) em Ciências da Informação com ênfase em Jornalismo e Estudos Mediáticos. Pós- doutora em Divulgação Científica pelo Labjor/Unicamp, com foco em Jornalismo e IA. Docente titular do PPGIC e professora adjunta do curso de Jornalismo na Ufam, onde também é líder do GP ATIVA. E-mail: crisbarbosa@ufam.edu.br



Danielly Oliveira Inomata

Doutora e Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). MBA em ESG – Governança Ambiental, Social e Corporativa, pela Faculdade de Minas. Especialista em Planejamento e Gestão de Águas, pela UFAM. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas

(UFAM). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará e do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação da UFAM. Vice-líder do grupo de pesquisa Gestão da Informação e do Conhecimento na Amazônia (GICA/UFAM). E-mail: dinomata@ufam.edu.br



Djuli Machado De Lucca

Professora Adjunta do Departamento de Ciência da Informação da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em regime de 40 horas/dedicação exclusiva (2018-atual). Pós-doutora (2025), Doutora (2019) e Mestre em Ciência da Informação (2015) pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PGCIN) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: djuli@unir.br



Gabriel Ferreira Fragata

Doutorando em Ciências da Comunicação (PPGCOM-UFPA), Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA-Ufam), Bacharel em Comunicação Social-Jornalismo (Icsez-Ufam). Diretor Regional Norte da Rede Folkcom, Diretor de Comunicação da Socicom, Professor do curso de Jornalismo da Faculdade Boas Novas (FBN), Membro do Grupo de Pesquisa Cidadania comunicativa e Educação/Mídias Alternativas na Amazônia (UFPA). E-mail: ferreiragabriel.gf8@gmail.com



Hamilton Vieira de Oliveira

Mestre e Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UNB). Professor Titular da Faculdade de Biblioteconomia (FABIB) e Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal do Pará (UFPA) E-mail: hamilton@ufpa.br



Iane Maria da Silva Batista

Doutora em História Social da Amazônia e docente da Faculdade de Arquivologia e Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação da Univesridade Federal do Pará (UFPA). E-mail: iane@ufpa.br



Isabel Lemos da Silveira

Doutoranda em Ciência da Informação e Mestra em Ciências e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Pará. Especialista em Educação a Distância pela Faculdade de Tecnologia Senac/AM. Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Faculdade Salesiana Dom Bosco. Graduada em Secretariado Executivo pelo Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas. Secretária Executiva na Universidade Federal do Pará. isabellemos@ufpa.br



Israel de Jesus Rocha

Doutor, Mestre e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Professor dos cursos de Relações Públicas da FIC/UFAM e do Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação (PPGIC/UFAM). Membro do grupo de pesquisa Gestão da Informação e do Conhecimento na Amazônia (GICA/UFAM).

Coordenador do Laboratório de estudos sobre ambientes, infraestruturas e redes sociotécnicas infocomunicacionais (LÍRIOS/GICA/UFAM). E-mail: israelrocha@ufam.edu.br



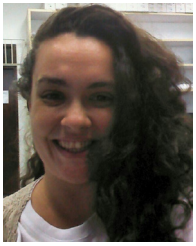
Ítala Clay de Oliveira Freitas

Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP). Professora do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC/UFAM). Líder do Visceral: Laboratório de Performance e Processos Criativos na Comunicação da UFAM. E-mail: italaclay@ufam.edu.br



Ivaldo Ferreira Ledo

Doutorando em Ciência da Informação e Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia. Especialista em Gestão Pública pela Faculdade Educacional da Lapa. Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará. Bibliotecário-Documentalista na Universidade Federal do Pará no Núcleo de Meio Ambiente. E-mail: ivaldoledo@ufpa.br



Jéssica Tarine Moitinho de Lima

Professora Doutora do curso de Museologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Geologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Possui mestrado em Preservação de Acervos Científicos pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins e bacharelado em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de

Janeiro. Integra o Laboratório de Pesquisa em Reservas Técnicas e leciona as disciplinas práticas do currículo da graduação em museologia na UFPA. E-mail: jessicatarine@ufpa.br



Jonathan Luiz Ignácio

É mestrando em Comunicação pela Universidade Federal de Rondônia (PPGCOM/UNIR). Licenciado em Teatro pela UNIR, graduado em Pedagogia e especialista em Docência na Educação Básica pelo Instituto Federal de Rondônia (IFRO). É professor de Arte da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (SEDUC/RO). Desenvolve pesquisas acadêmicas sobre comunicação museológica e mediação cultural, atua no ensino de arte e teatro, elaboração e produção de projetos educacionais, artísticos e culturais. E-mail: contato.jonathanignacio@gmail.com



Jhuan Leite Alves

Mestrando em Informação e Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), desenvolve estudos voltados às interfaces entre comunicação, cultura, gênero, sexualidades, identidades dissidentes e expressões queer, com interesse especial em performance, música e culturas contemporâneas. É graduado em Gestão Pública pela Universidade Estácio de Sá e graduando em Licenciatura em Canto Lírico pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Atua também como contratenor, coralista e assistente de técnica vocal do Madrigal Amazonas, articulando em sua trajetória pesquisa acadêmica, práticas artístico-musicais e estudos sobre cultura e dissidências.
E-mail: jhuanleite24@gmail.com



Josanne Jean de Assiz da Silva

Doutoranda e Mestra em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Gestão em Unidade de Informação pela Faculdade Ieducare (FIED). Graduada em Biblioteconomia pela UFPA. E-mail: josanneassiz@hotmail.com



Kelen Suely de Alencar Leão Cunha

Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Especialista em Arquivologia pelo Centro Universitário do Norte e em Museologia pela Universidade Federal do Amazonas. É bibliotecária-documentalista da Universidade Federal do Amazonas, atuando em bibliotecas universitárias públicas há mais de 15 anos. Email: kelensuely@ufam.edu.br



Kelson Nunes

Mestrando em Informação e Comunicação (UFAM) e especialista em Docência do Ensino Superior. Graduado em Dança (UEA) e Educação Física (La Salle), atua na interseção entre Comunicação, Arte e Movimento. É pesquisador de processos comunicacionais na dança, cultura amazônica e ciência do movimento. E-mail: kelson.nunes.mvas@gmail.com



Leda Maria Pereira Monteiro

Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal do Pará (2024). Especialista em Gestão Ambiental pelo Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da

Universidade Federal do Pará (2020). Mestre em Gestão Pública pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (2016). Possui graduação em Administração pela Universidade Federal do Pará (2013) e ocupante do cargo de Administradora na Universidade Federal Rural da Amazônia (2017). E-mail: ledamonteiro2@gmail.com



Levi Antonio Faneco Rabelo

Mestrando em Informação e Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação (PPGIC/UFAM). Graduado em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas. Membro do grupo de pesquisa Gestão da Informação e do Conhecimento na Amazônia (GICA/UFAM) e do Laboratório de estudos sobre ambientes, infraestruturas e redes sociotécnicas infocomunicacionais (LÍRIOS/GICA/UFAM). E-mail: levyfaneco@gmail.com



Luiz Cezar Silva dos Santos

Pós-Doutor em Comunicação e Consumo pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicação e Artes da USP (PPGCOM/ECA/USP). Doutor em História pela PUC/SP. Mestre em Estudos Literários pela UFMG. Graduado em Comunicação Social –Publicidade e Propaganda pela UFPA. Docente do curso de Publicidade e Propaganda da UFPA e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA. Participante do Grupo de Pesquisa Narramazônia. Líder do Grupo de Pesquisa em Propaganda e Publicidade - Gruppu. E-mail: lzcezar@ufpa.br



Márcio Alexandre dos Santos Silva

Publicitário e professor universitário. Atualmente é mestrando no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Bolsista do CNPq - Brasil. Membro do Visceral: Laboratório de Performance e Processos Criativos na Comunicação da UFAM. E-mail: alexandre395@gmail.com



Mariana Corrêa Velloso

Discente do curso de Museologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista de Iniciação Científica no Projeto de Ensino de Monitoria em documentação museológica durante o segundo semestre de 2023. E-mail:

mariana.velloso@ica.ufpa.br



Melissa Farias de Souza

Mestranda em Informação e Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e bolsista do CNPq. Pesquisa temas relacionados à desinformação climática, plataformas digitais, mediação da informação e cultura digital. Graduada em Biblioteconomia pela UFAM. E-mail: melissafarias188@gmail.com



Pedro Ivo Silveira Andretta

Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação,

Mestre em Linguística, Mestre em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de São Carlos e Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor do Bacharelado em Biblioteconomia

e do Mestrado em Comunicação da Universidade Federal de Rondônia. Líder do LABCI – Laboratório Aberto Contexto. E-mail: pedro.andretta@unir.br



Priscila de Nazaré Castro Progene

Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPA) e doutoranda em Ciência da Informação pela mesma instituição. E-mail: priscila.progene@icsa.ufpa.br



Rafael Sbeghen Hoff

Doutor em Ciências da Comunicação e Informação (UFGRS). Professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (PPGCOM/UFRR) e do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC/UFAM). Líder do Grupo de Pesquisa em Processos Imagéticos (PRIMA-UFAM). E-mail: rafaelhoff@ufam.edu.br



Rayanne Azevedo de Souza

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC-UFAM), linha 1- Gestão da Informação e Comunicação. Bacharela em Biblioteconomia (2024) pela UFAM e em Jornalismo (2018) pela Faculdade Martha Falcão. Trabalha com análise de postagens sobre Mudanças Climáticas e Netnografia em microblogs. Integrante do grupo de pesquisa Gestão da Informação e do Conhecimento

na Amazônia (GICA). É bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico- CNPq. E-mail: azevedorayanne97@gmail.com



Renan Albuquerque

Professor Associado III da Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Graduado em Jornalismo, com mestrado em Psicologia Social (UFPB) e doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia (Ufam). Possui estágios de pós-doc em Antropologia (PUC-SP), Psicologia (PUC-SP), Humanidades (USP) e Comunicação (USP). Atualmente, desenvolve estágio pós-doutoral no Instituto de Estudos Avançados da USP, Campus de Ribeirão Preto. Trabalhou por 10 anos em redações jornalísticas (1999-2009) e desde 2006 atua com pesquisa e pós-graduação na Amazônia. Atualmente preside a Comissão da Verdade de Balbina/AM, uma iniciativa com USP, Defensoria Pública do AM e Movimento dos Atingidos por Barragem. E-mail: renanalbuquerque@ufam.edu.br



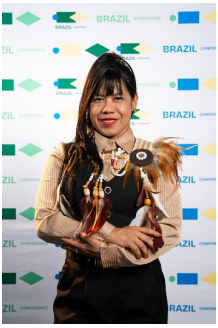
Rodolfo Silva Marques

Professor-Adjunto da UNAMA, desde 2007. Doutor em Ciência Política pela UFRGS. Mestre em Ciência Política pela UFPA. Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda e em Jornalismo pela UNAMA. MBA em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). MBA em Jornalismo Digital pela Unyleya. Pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM-UFPA). Integrante dos Grupos de Pesquisa Narramazônia e Gruppu. E-mail: rodolfo.smarques@gmail.com



Sabrina Pinheiro Barbosa Albuquerque

Mestra em Informação e Comunicação pela Universidade Federal do Amazonas e graduada em Letras – Língua e Literatura Portuguesa pela mesma instituição. Atua na Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar do Amazonas, com experiência em planejamento educacional. Desenvolve pesquisas em educomunicação e educação escolar indígena. E-mail: binhaheitor@gmail.com



Sarah Pinheiro Barbosa

Doutoranda em Educação pelo PPGE/UFAM, Mestra e Bacharela em Estatística pela UFAM. Atua como educadora e assessora pedagógica no Programa de Aceleração e Desenvolvimento da Educação - UGPADEAM, com experiência em indicadores educacionais, estatística aplicada e políticas públicas. Sua pesquisa concentra-se em financiamento da educação, Custo Aluno-Qualidade, Fundeb e desigualdades territoriais na Amazônia. E-mail: sarahpinheiro.barbosa@gmail.com



Ulysses do Nascimento Varela

Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Mestre em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Especialista em Administração da Informação pela Universidade Nilton Lins (1999). Graduado em Comunicação Social com habilitação Jornalismo pela Ufam. Atualmente atua como docente na Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/UFAM) e no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação (PPGIC/UFAM). E-mail: ulysses.varela@ufam.edu.br



Vívian Karine da Cruz Tourinho

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), no Campus Parintins. Durante a graduação desenvolveu pesquisas nas áreas de Comunicação Digital e Jornalismo Ambiental. Em 2024 exerceu funções de Diretora de Ensino, Pesquisa e Extensão pelo Centro Acadêmico de Jornalismo – Cajor. Atualmente é Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação – PPGIC/UFAM. E-mail: viviantourinhoufam@gmail.com



Danielly Oliveira Inomata

Doutora e Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). MBA em ESG – Governança Ambiental, So-cial e Corporativa, pela Facul-dade de Minas. Especialista em Planejamento e Gestão de Águas, pela UFAM. Gra-duada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Profes-sora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará e do Programa de Pós-Gra-duação em Informação e Co-municação da UFAM. Vice-líder do grupo de pesquisa Gestão da Informação e do Conhecimento na Amazônia (GICA/UFAM).



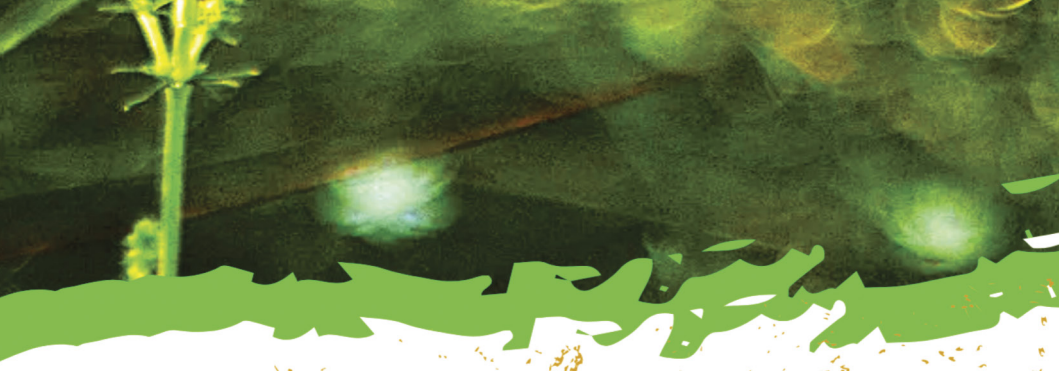
Israel de Jesus Rocha

Doutor, Mestre e Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Professor dos cursos de Relações Públicas da FIC/UFAM e do Programa de Pós-graduação em Informação e Comunicação (PPGIC/UFAM). Membro do grupo de pesquisa Gestão da Informação e do Conhecimento na Amazônia (GICA/UFAM). Coordenador do Laboratório de estudos sobre ambientes, infraestruturas e redes sociotécnicas infocomunicacionais (LÍRIOS/GICA/UFAM).



Renan Albuquerque

Professor Associado III da Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal do Amazonas (Ufam). Graduado em Jornalismo, com mestrado em Psicologia Social (UFPB) e doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia (Ufam). Possui estágios de pós-doc em Antropologia (PUC-SP), Psicologia (PUC-SP), Humanidades (USP) e Comunicação (USP). Atualmente, desenvolve estágio pós-doutoral no Instituto de Estudos Avançados da USP, Campus de Ribeirão Preto. Trabalhou por 10 anos em redações jornalísticas (1999-2009) e desde 2006 atua com pesquisa e pós-graduação na Amazônia. Atualmente preside a Comissão da Verdade de Balbina/AM, uma iniciativa com USP, Defensoria Pública do AM e Movimento dos Atingidos por Barragem.



A obra reúne pesquisas e relatos de experiência que buscam compreender realidades sociais amazônicas a partir de contextos da Comunicação, Informação e Museologia. A Amazônia, portanto, insere-se nessa perspectiva em razão de crenças, atitudes, valores e ideologias compartilhadas pelas populações do bioma. São populações, importa situar, com alto grau de conhecimentos tradicionais. Sendo assim, a coletânea vincula-se a saberes e fazeres locais, de fundo amazônico, a partir de simbologias e imaginários, ela por certo impacta cotidianos e histórias de vida.São tecidas perspectivas que espelham a gestão, os processos informacionais e comunicacionais nos plurais ambientes sociotécnicos, ampliando os horizontes sobre a sustentabilidade em ambientes amazônicos.

Conhecer essas imbricadas teias conjunturais foi, em suma, o objetivo deste trabalho coletivo.

ALEXA CULTURAL
UFAM
EDUA EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PPGIC PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
FAPEAM
ISBN 978-85-5467-797-8